



# ESTUDOS DE GÊNERO, DIFERENÇAS E SEXUALIDADES

ORGANIZAÇÃO

Viviane M.  
Mendonça

Kelen C.  
Leite

 **NEGDS**  
NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO,  
DIFERENÇAS E SEXUALIDADES  
UFSCar

  
NAVEGANDO



ESTUDOS DE GÊNERO, DIFERENÇAS E SEXUALIDADES



Viviane Melo de Mendonça  
Kelen Christina Leite  
Organizadora

ESTUDOS DE GÊNERO, DIFERENÇAS E SEXUALIDADES  
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações  
2020



Navegando Publicações



NAVEGANDO

[www.editoranavegando.com](http://www.editoranavegando.com)  
[editoranavegando@gmail.com](mailto:editoranavegando@gmail.com)

Uberlândia – MG,  
Brasil

**Direção Editorial:** Navegando  
**Projeto gráfico e diagramação:** Lurdes Lucena  
**Arte da Capa:** Rentato Melaré

**Copyright © by autor, 2020.**

E2446 – MENDONÇA, V. M. de; LEITE, K. C. (Orgs.). Estudos de gênero, diferenças e sexualidades. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ISBN: 978-65-86678-12-3

 10.29388/978-65-86678-12-3

Vários Autores

1. Gênero 2. Sexualidade 3. Educação I. Viviane Melo de Mendonça II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 370  
CDU – 37

Navegando Publicações



[www.editoranavegando.com](http://www.editoranavegando.com)

[editoranavegando@gmail.com](mailto:editoranavegando@gmail.com)

Uberlândia – MG

**Brasil**

## Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

## Conselho Editorial Multidisciplinar

### Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil  
Anderson Brettas – IFMT – Brasil  
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil  
Carlos Lucena – UFU – Brasil  
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil  
Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil  
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil  
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil  
Fabiane Santana Previtalli – UFU, Brasil  
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil  
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil  
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil  
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil  
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil  
José Luis Sanfelice – Unicamp – Brasil  
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil  
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil  
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil  
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil  
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil  
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil  
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil  
Robson Luiz de França – UFU, Brasil  
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil  
Valdemar Squissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil  
Valéria Forti – UERJ – Brasil  
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

### Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.  
Alicina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal  
Alexander Steffanell – Lec University – EUA  
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana  
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana  
Armando Martínez Rosales - Universidad Popular de Cesar – Colômbia  
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala  
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina  
Christian Cwik – Universität Graz – Austria  
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile  
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA  
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica  
Elsa Capron – Université de Nimès / Univ. de la Reunión – France  
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.  
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha  
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia  
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México  
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal  
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia  
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México  
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela  
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia  
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México  
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha  
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha  
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador  
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia  
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras  
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha  
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal  
Pilar Cagliaio Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha  
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia  
Roberto González Aranas -Universidad del Norte – Colômbia  
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica  
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha  
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha  
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba  
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça  
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal  
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra  
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai  
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba y Cuba



## SUMÁRIO

Introdução - Potência das diferenças, dos afetos e das memórias nos discursos de gênero e sexualidades <i>Viviane Melo de Mendonça - Kelen Christina Leite</i>	11
Parte I - Memórias, afetos e pesquisas realizadas	17
I - Ressignificando uma experiência de pesquisa: memória social de mulheres de assentamentos de reforma agrária e a relação entre trabalho, política, educação e participação <i>Amanda Cristina Lino</i>	19
II - Mulheres no movimento estudantil brasileiro durante a década de 1990 <i>Mayris de Paula Silva</i>	41
III - A educação sexual na escola: sexualidade e gênero nas disciplinas de ciências e biologia <i>Silmara Lourenço</i>	57
IV - Público versus privado: a importância do resgate da história e memória das mulheres para acessar o saber da experiência <i>Débora Priscila de Oliveira</i>	79
V - História oral de mulheres: contribuições desde um processo de pesquisa <i>Thais Domingos dos Santos Rodrigues</i>	93
VI - Corpos, máquinas e afetos: as experiências homossexuais na contemporaneidade <i>Felipe Pancheri Colpani</i>	113
VII - Autorrepresentação de mulheres refugiadas: atos, fatos, lugares e tempos <i>Cileide Luz Soares Inacio</i>	127
VIII - Memórias, risos e lágrimas... apontamentos sobre a arte do encontro entre mulheres negras <i>Daiana de Moura Bernardes Coelho</i>	141
IX - Trabalho e gênero na economia contemporânea <i>Thiago H. G. Carpegiani</i>	165

X - Redes de acolhimento para pessoas trans: histórico, conquistas e desafios <i>Elisha Silva de Jesus</i>	179
Parte 2 - Ensaaios, reflexões, afetos e utopias...	191
XI - Teorias, indagações, utopias: um encontro teatral entre as travestis e mulheres trans com deficiências e o tranca ruas abrindo os caminhos para o mundo – saravando! <i>Emerson T. Yamaguti</i>	193
XII - Entre esconder e revelar: notas sobre a pornografia em Byung-Chul Han nos feminismos e na teoria queer <i>Rafael Renato dos Santos</i>	205
XIII - Gênero na educação infantil: o papel dos/das educadores/educadoras <i>Cássia Cristiane Lopes de Almeida</i>	227
XIV - Entrevista com Shirley Paixão <i>Sandra Teixeira da Fonseca</i>	241
XV - Sentindo na pele <i>Daniele dos Santos Francisco</i>	251
XVI - Um diálogo com Stefani Buendía <i>Emanuela Oliveira de Almeida Barros</i>	269
XVII - Há lugar para o homem trans e transmasculines no feminismo? <i>Thomas Victor Barreto Cardoso</i>	273
Sobre os autores	289

# INTRODUÇÃO

## POTÊNCIA DAS DIFERENÇAS, DOS AFETOS E DAS MEMÓRIAS NOS DISCURSOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES\*

*Viviane Melo de Mendonça*

*Kelen Christina Leite*

Este é um livro de pesquisas, ensaios e memórias. É um livro que narra a constituição de um grupo de pesquisa. São lembranças, reflexões, estudos e resultados de pesquisas que pretendem provocar a discussão de gênero, diferenças e sexualidades. Então é assim que temos denominado este grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba (NEGDS-UFSCar).

O NEGDS-UFSCar é um grupo de pesquisa interdisciplinar do Departamento de Ciências Humanas e Educação da UFSCar, *campus* Sorocaba, que foi criado em 2014 com o objetivo de realizar estudos, pesquisas e divulgação de conhecimentos nas áreas de estudos feministas, de gênero e das sexualidades. A premissa principal do grupo é que os estudos de gênero, das diferenças e das sexualidades se constituem como uma prática acadêmica política, transformadora e necessariamente afetiva e interdisciplinar.

As discussões do grupo abordam os aspectos ontológicos e epistemológicos, éticos e estéticos dos estudos de gênero e das sexualidades, analisados juntamente com os demais marcadores sociais das diferenças, tais como classe, raça/etnia, sexualidade e idade. Muitos dos temas de pesquisa realizados na história do NEGDS-UFSCar relacionam-se com memória e representação, no sentido de identidades, fronteiras e pertencimento; participação política, educação, movimentos sociais e direitos humanos; trabalho e precariedade; e ainda mídias, tecnologias, ciência e cultura. Todos estes temas discutem as teorias de gênero e feministas contemporâneas criticamente. O NEGDS-UFSCar possui duas linhas de

---

\*DOI – 10.29388/978-65-86678-12-3-f.11-16

pesquisa: (a) Estudos feministas, Sexualidade e Política; (b) Memória, Gênero e Diversidade Sexual.

Os participantes do NEGDS-UFSCar, em sua maioria presentes neste livro, são diversos: docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, militantes e profissionais de diversas áreas interessados na temática. Estas pesquisas também são produzidas no âmbito de duas pós-graduações da UFSCar, *campus* Sorocaba: Pós-graduação em Educação e Pós-graduação em Estudos da Condição Humana.

É das produções e inspirações das pesquisas do grupo que trazemos aqui os capítulos que tecem o livro. De um modo geral, tratamos neste livro sobre a **potência das diferenças, dos afetos e das memórias nos discursos de gênero e sexualidades**. Algumas outras inspirações marcam o trabalho do grupo: bell hooks, Judith Butler, Audre Lorde, Rosi Braidotti, Conceição Evaristo, Lélia Gonzales, Glória Anzaldúa, Michele Perrot, mas também Eclea Bosi, Karl Marx, Walter Benjamin, Michel Foucault, Gilles Deleuze e também, obviamente, Paulo Freire. É do diálogo, contradições e embates entre estes/as autores/as que a potência intelectual e acadêmica emerge nas pesquisas e ensaios aqui apresentados.

Temos a noção de afeto do filósofo Baruch Spinoza como guia, que inevitavelmente nos leva para a poesia, ou para um retorno à poesia e a arte em geral, e também a poesia como *poiesis*, no sentido etimológico da palavra, como constituinte do ser e das subjetividades. É no campo do sentido de uma escuta clínica deste social que nos pautamos. Quando tratamos de diferenças, afetos e memórias, a escuta sensível é um traço fundamental na formação do/a pesquisador/a. Quando neste campo o tema específico de gênero e sexualidades nos interpela, nos clama, esta escuta sensível é *absolutamente central*. E é com esta premissa que desenvolvemos as discussões das pesquisas.

Parte-se, aqui, desta citação do ensaio “A transformação do silêncio e linguagem e em ação” da poeta Audre Lorde:

E nos lugares em que as palavras das mulheres clamam para serem ouvidas, cada uma de nós devemos reconhecer a nossa responsabilidade de buscar essas palavras, de lê-las, de compartilhá-las e de

analisar a pertinência delas na nossa vida. Que não nos escondamos por detrás das farsas de separações que nos foram impostas e que frequentemente aceitamos como se fossem invenção nossa. Por exemplo: “Provavelmente eu não posso ensinar literatura feita por mulheres negras - a experiência delas é diferente demais da minha”. E, no entanto, quantos anos vocês passaram ensinando Platão, Shakespeare e Proust? Outra: “Ela é uma mulher branca, o que teria para me dizer” Ou: “Ela é lésbica, o que meu marido, ou meu chefe, diria?” Ou ainda: “Essa mulher escreve sobre filhos e eu não tenho filhos”. E todas as outras incontáveis maneiras de nos privarmos de nós mesmas e umas das outras.

Podemos aprender a agir e a falar quando temos medo da mesma maneira que aprendemos a agir e a falar quando estamos cansadas. Fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossa necessidade de linguagem e significação, e enquanto esperarmos em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso deste silêncio nos sufocará.

O fato de estarmos aqui e de eu falar essas palavras é uma tentativa de quebrar o silêncio e de atenuar algumas das diferenças entre nós, pois não são elas que nos imobilizam, mas sim o silêncio. E há muitos silêncios a serem quebrados. (LORDE, 2019, p.55)

O que Audre Lorde vem nos dizer em momentos de adoecimento psíquico e físico, de violência e medo da morte de pessoas consideradas abjetas, para quem é negado o direito à respiração, à vida e ao luto?

Parece que Lorde (2019) está nos dizendo (ou o que escutamos ela nos dizendo) que o silêncio, o silenciamento provocado pelo medo/violência/opressão, não pode mais continuar. Assim, ela diz para as mulheres e grupos subalternizados, com precisão, que o silêncio não as/os protege. O medo do desprezo, o medo da censura, o medo do sufocamento, o medo da aniquilação, que as/os têm deixado em silêncio, não as/os protegem, apenas as/os jogam no campo da invisibilidade, como corpos abjetos, que não têm o direito à respiração. “*I can’t breath*”, dizem os sufocados pelo Estado e pela sociedade e polícia racista, mas também lesbohomobitransfóbica.

Onde podemos escutar nestas palavras o desejo de resistência? Aquele desejo que se espraia, que entra nas brechas do cotidiano, que, para usar as palavras de Birman (2017, p.235), se afirma estridentemente diante da perplexidade, do conservadorismo e da violência de nossos tempos. Como ouvir os corpos que não podem dizer seu nome e os amores que não podem dizer seu nome? Como transformar a resistência em desejo, em desejo que nos move para a efetivação da mudança pessoal e coletiva? Como dito por Audre Lorde (2019), como transformar o silêncio em linguagem e ação? Eis uma tarefa que temos parte no campo acadêmico-científico e quando pensamos socialmente e politicamente em uma sociedade igualitária.

As pesquisas aqui apresentadas partem do reconhecimento da condição de positividade epistemológica que a afetividade ocupa na existência humana, considerando-a como constitutiva do sujeito e das subjetividades, do pensamento e da ação, no âmbito individual e coletivo. A afetividade na condição humana é aqui considerada um fenômeno ético, estético e político, pertencente à ordem do encontro, e construída nas relações sociais, mediante o modo como o sujeito afeta e é afetado pelos outros. Os sujeitos são afetos, desejos, sentimentos e paixões, situados em sua condição material de existência. Daí a influência da filosofia dos afetos desenvolvida por Spinoza. O afeto é entendido como as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou reduzida (SPINOZA, 2010).

Na constituição do sujeito, a dialética exclusão/inclusão social tende a provocar o sofrimento e a dor psíquica que são originados da situação social de ser tratado como inferior ou como subalterno. E este é o sofrimento, em grande parte, presente nos relatos de pessoas LGBTQI+ e de mulheres. Com base nas argumentações de Sawaia (2001), inspirada em Spinoza, este é um “sofrimento ético-político”, visto que é constituído nas relações sociais e de poder, ou seja, na vivência cotidiana da desigualdade social e da exclusão da maioria destas pessoas dos meios de produção material, cultural e social, e produz um tipo de sofrimento resultante da “consciência do sentimento de desvalor, da deslegitimidade social e do desejo de ‘ser gente’” (SAWAIA, 2001, p. 114).

Portanto, a superação do sofrimento ético-político tem em sua agenda a emancipação dos sujeitos, que o potencializa para a ação política e transformadora de si e da sociedade. Potencializar para ação pressupõe o desenvolvimento de valores éticos e estéticos de sentimentos, desejos e necessidades. Esta talvez seja a proposta quando falamos do papel político-acadêmico na produção de conhecimentos que articula gênero, sexualidade, classe e raça

Isto é o que chamamos de afetivizar a escuta, torná-la clínica e sensível. É dar condições para o encontro que produz a *palavra própria*, tal como colocado por Paulo Freire no campo da educação popular; e, deste modo, potencializar para a ação que provoca a mobilização dos significados, sentimentos e emoção, coletivas e individuais, frente à dialética exclusão-inclusão social geradora de sofrimento ético-político nos termos de Sawaia (2001). É transformar o silêncio em linguagem e ação, como diria Audre Lorde.

E o que a memória tem a ver com isso? É porque são com narrativas de memórias que trabalhamos, sejam de perto ou de longe. Quando escutamos as memórias mobilizamos afetos, uma escrita de si, novas subjetividades e novos modos de existência. Ouvir as memórias de mulheres e pessoas LGBTQIA+ não é uma atitude passiva, mas é de criação de efetivos espaços para que estas pessoas possam falar e possam ser ouvidas, porque ao falarem e ao serem ouvidas age-se contra a “subalternização” destes corpos (SPIVAK, 2010) e, assim, cria-se um lugar fundamental onde elas possam se articular e produzir uma vida politico-afetivamente potente de ação e linguagem e, por conseguinte, de superação da tradição do silenciamento e do sofrimento psíquico que paralisa a existência, que as calam e que as fazem perder o fôlego de vida.

Para encerrar, estamos aqui em momento de virada afetiva, inspirada também no monismo spinozano, segundo a filósofa feminista Rosi Braidotti (2019). São signos, palavras e narração produzidos como artesanatos na intensidade da experiência. Assim, ter voz é respirar, é narrar suas experiências, é encontrar e se apropriar de suas memórias, é engendrar Utopia e produzir um mundo respirável. Conforme Walter Benjamin (2012), é resgatar dos escombros a experiência, a arte de contá-las e, por outro lado, a arte da escuta. Os capítulos apresentados neste livro pa-

recem ser, diante de um mundo racista, misógino e lesbohomobitransfóbico, um trabalho artesanal de criação de espaços de escutas sensíveis e críticas, de novas subjetividades, novas existências e de nossas utopias do presente, um mundo ética e politicamente viável. Porque não, não são as nossas diferenças que nos separam, mas os nossos silêncios, e foi isso o que disse e nos ensinou Audre Lorde (2019).

Boa leitura.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRAIDOTTI, Rosi. A Theoretical Framework for the Critical Posthumanities. **Theory, Culture & Society**, v. 6, n. 36, p. 31-61, 2018.
- BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- LORDE, Audre. A transformação do silêncio e linguagem e em ação. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2019. p. 51-66.
- SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader B (Ed.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 97-118
- SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** . Belo Horizonte: UFMG, 2010.

# PARTE I

MEMÓRIAS, AFETOS E PESQUISAS REALIZADAS



# I

## RESSIGNIFICANDO UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA: MEMÓRIA SOCIAL DE MULHERES DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, POLÍTICA, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO\*

*Amanda Cristina Lino*

Sempre que penso nas mulheres, me vem a imagem de um rio enorme e caudaloso que temos que atravessar. Umhas apenas molham os pés e desistem, outras nadam até a metade e voltam, temendo que lhe falem as forças. Mas há aquelas que resolvem alcançar a outra margem custe o que custar. Na travessia, vão largando pedaços de carne, pedaços delas mesmas. E pode parecer aos outros que do lado de lá vai chegar um trapo humano, uma mulher estraçalhada. Mas o que ficou pelo caminho é tão somente a pele velha. Na outra margem chega uma nova mulher...

Zuleica Alambert

### **Dos caminhos da pesquisa à travessia:**

A oportunidade, gestada através do convite das professoras Viviane Melo de Mendonça e Kelen Christina Leite, me lançou um desafio: olhar para o texto de quase seis anos de sua defesa. Geralmente os textos que são revisitados por seus autores após a defesa do mestrado geram uma certa rejeição, mas o convite para esta publicação se traduziu como um momento de sedução e *re-enamoramento* pela memória social e seu poder dialético de ressignificar os sentidos das lutas das mulheres e sua complexidade na *práxis* da subjetividade/objetividade, que vai da relação nos campos da reprodução à produção da dor e da delícia em busca da construção do EU, em uma sociedade que relega às mulheres, ainda no século XXI, a condição de outro.

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.19-40

Nesse sentido, podemos remeter à reflexão clássica realizada por Beauvoir (1970, p.10) na qual “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. E, mais adiante, na mesma página, a mesma autora complementa “isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro”. Esse sentido, já apontado por Beauvoir, pode trazer à luz da consciência que nos espaços de participação e construção de políticas de participação das mulheres é necessário pensar a ética e a estética dessa política de maneira crítica e repensar e redesenhar as estratégias que trabalhem sua diversidade no contexto da realidade brasileira.

Ao revisitar o texto da dissertação, minha memória de pesquisa realizou associações que ressignificaram processos de crescimento importantes para uma análise da realidade nas trilhas da pesquisa feminista.

As mulheres que me inspiraram, primeiramente as mulheres assentadas e Sem Terra, as professoras da UFSCar *campus* Sorocaba, na época vinculadas ao PPGED (Programa de Pós-Graduação em Educação), Viviane Melo de Mendonça e Kelen Christina Leite, e Rosemeire Aparecida Scopinho, do Departamento de Psicologia da UFSCar *campus* São Carlos, entrelaçaram orientações de pesquisa, pensamentos e angústias de dados da realidade que nos fazem repensar o papel da pesquisa em ciências humanas e da pesquisa com mulheres e de mulheres com viés feminista, trazendo à dialética entre ciência, filosofia e política, a visibilidade do trabalho intelectual das mulheres, que também no campo da ciência a razão sempre é o espaço masculino.

Ao professor Waldemar Marques que trouxe empatia e sensibilidade ao processo de pesquisa que contribuíram para que o trabalho fosse realizado e me ensinou que não há pesquisa sem coletividade. São pessoas que me ensinaram encontrar o prazer na arte de pesquisar e não apenas me tornar ferramenta de reprodução do produtivismo acadêmico, mas que uma pesquisa de e com mulheres, entrelaça-se em laços e compromissos e possui uma função social e pedagógica, como o despertar da borboleta, ao tomar consciência de sua beleza e da necessidade desse mundo ser embelezado, com a pulsão de vida e realização, de amor, tra-

balho e conhecimento como fontes de vida, e que deveriam reger nossa existência (REICH, 1982), ou seja, do caráter transformador na relação entre quem pesquisa e quem participa da pesquisa, e quem recebe, acolhe, lê e ressignifica a pesquisa num movimento permanente no estudo da arte de produzir novas pesquisas.

Esse trabalho foi fruto da primeira turma de mestrado em educação PPGED-UFSCar Sorocaba. A pesquisa realizada foi resultado de minha trajetória na militância com os movimentos sociais, onde a preocupação com o tema da educação sempre ocupou um lugar central.

A minha trajetória até o encontro com a memória social de mulheres surgiu da atuação em diversos movimentos sociais, observando que a as mulheres nunca ocupavam trabalhos e espaços de visibilidade e de fala, mas sempre de coadjuvantes.

O ano de 2002 marcou meu ingresso no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, atuando no setor de educação e formação do acampamento Pátria Livre, localizado na Rodovia Castelo Branco. Desenvolvi ali um trabalho com cirandas infantis. Nesse espaço, aparentemente, admitia-se a presença das mulheres não apenas na execução de tarefas, mas também na organicidade e na elaboração de políticas para serem colocadas em prática. No entanto, eu percebia que a atuação das mulheres se concentrava nos setores de educação, saúde e gênero. Como integrante do MST, em 2008, ingressei na primeira turma do curso de Pedagogia da Terra do Estado de São Paulo, ofertado pela UFSCar, *campus* São Carlos. Esta turma foi denominada Helenira Resende. O número de mulheres era expressivo na constituição da turma.

Através dessas vivências comecei a observar que, nos lugares por onde passava e atuava no âmbito dos movimentos sociais, havia um número significativamente maior de mulheres militantes nas áreas de educação e saúde.

Ao ingressar no Mestrado em Educação, no entanto, a preocupação central que eu trazia era a relação entre educação e desenvolvimento socioambiental. Percebi que essas inquietações sobre a participação das mulheres “nas militâncias” estavam comigo, mas eu mesma as invisibilizava.

No processo de “amadurecência” científica, mediante os debates realizados nos Grupo de Estudos em Feminismos, Sexualidade e Política – SEXPOL (do NEGDS-UFSCar), bem como nas disciplinas e eventos que me possibilitaram o acesso a referenciais teóricos relevantes para esse debate, vou de encontro à categoria “Mulher”. Dei-me conta de que as questões sobre o desenvolvimento socioambiental nos assentamentos não eram abstratas, mas concretas, confluindo em experiências de transição agroecológicas, enquanto uma possibilidade de produção alternativa vinha sendo construídas por sujeitos, dentre estas muitas mulheres, embora sempre também invisibilizadas.

Eram as mulheres que estavam ali no assentamento ainda resistindo, tecendo experiências, participando de reuniões e fazendo o enfrentamento dentro de suas condições, buscando um modelo de vida digno em busca da realização de seus desejos. Mulheres que tentavam subverter as opressões e violências que perpassavam suas vidas quando ousavam questionar o lugar de subalternidade imposto a elas. Passei a olhar para essa invisibilidade como expressão das contradições expressas nas relações de poder econômico, político, social e cultural.

Ainda observei que as atividades em que as mulheres estavam envolvidas são “naturalizadas” como uma atribuição das mulheres, ou seja, como uma condição divina ou da própria natureza. Admitia-se a participação em atividades da educação, da saúde, no campo da produção de quintal, artesanal, mas nas reuniões e assembleias com pautas “estratégicas” os maridos as acompanhavam, ou não havia participação delas. Quando participavam, precisavam lutar para conseguir o direito à palavra.

Foram com essas inquietações que esta pesquisa foi construída. O objetivo foi analisar as memórias das mulheres com foco na participação e na educação no contexto dos assentamentos de reforma agrária na região de Sorocaba.

Ouvir as narrativas de memórias, para mim, confluíu em um processo de aprendizagem, no desvelar das riquezas escondidas, que me trouxeram outras dimensões da luta pela reforma agrária e pela educação. Observei as mulheres como protagonistas invisibilizadas no cotidiano dos assentamentos, o que antes, para mim, não estava ainda revelado.

Desconstruindo uma visão de que a luta das mulheres estava somente nas ações e atividades do *Oito de Março*, questionava o ângulo unívoco da luta feminista, universalizada.

Assim, desloca-se a minha visão, de uma condição de militante, de ser falante, para a de ouvinte, para a de pesquisadora e observadora. Nesta condição, pude encontrar memórias e vivências de lutas que estavam subterrâneas, escondidas no cotidiano de suas casas, nos assentamentos.

É essa trajetória, marcada pelos encontros, desencontros, certezas e incertezas que me levaram a esta pesquisa, que se revela como uma busca da problematização, reflexão e a compreensão das relações entre as memórias das mulheres assentadas e Sem Terra, a participação e a educação nos assentamentos de Reforma Agrária na região de Sorocaba.

De acordo com Freitas (2006), a História Oral pode ser dividida em três grandes abordagens distintas: *tradição oral*, *história de vida* e *história temática*. No caso do último gênero, a entrevista tem um caráter temático, e é realizada com um grupo de pessoas sobre um assunto específico. Assim, essa abordagem não abrange a totalidade da existência do participante da pesquisa, mas possibilita obter maior número de informações sobre um determinado assunto.

Diante dessa definição, a opção metodológica que melhor me levou ao alcance dos objetivos do estudo proposto foi a História Oral Temática, possibilitando-me apreender as experiências sociais das mulheres ***Sem Terra e assentadas***<sup>1</sup>.

Considerando que, em dias atuais, no contexto dos assentamentos, a tomada de consciência da importância e valor dos trabalhos desenvolvidos por mulheres segue com algumas resistências, muitas mulheres

---

<sup>1</sup> Ao retomar o texto da pesquisa de mestrado (LINO, 2014), fica evidente a desigualdade revelada na própria escrita, as mulheres Sem-Terra possuem sua identidade escrita com letra maiúscula, enquanto a assentada é designada com letra minúscula. Importante essa informação para refletirmos como a palavra expressa a relação com a realidade e releva a desigualdade existente na condição de militante mulher Sem Terra e da assentada. Que universos de trabalho a Mulher assentada está? Por que seu trabalho ainda é concebido como menor, e a da mulher militante é concebido com maior valor? Que estrutura de poder constrói tal desigualdade? Essas perguntas são temas para uma próxima pesquisa.

Dissertação completa disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8543>

também não percebem seu trabalho como condição de sustento da família, mas como uma espécie de ajuda compulsória ao trabalho do marido.

No processo de observação e exercício da escuta, possibilitado por esta pesquisa, evidenciou-se a importância da participação dessas mulheres na busca da transformação da condição imposta. A luta cotidiana dessas mulheres se configurava como uma busca de igualdade de condições; uma busca através da construção de uma *liberdade clandestina*, da construção de sua independência dentro da dependência, uma construção de formas, metodologias, negociações para que sua luta, seus interesses e suas vozes fossem ouvidas.

Mas como é possível ser visibilizada quando todos os mecanismos, inclusive culturais, tendem à invisibilidade e à desvalorização de suas ações?

É nesse ponto que acontece o encontro com a metodologia da História Oral Temática: a busca para encontrar uma forma de escavar as experiências vivenciadas por essas mulheres. A memória é concebida aqui como possibilidade de visibilidade das experiências construídas por essas mulheres no cotidiano.

Nas narrativas encontradas nesta pesquisa, as mulheres aparecem como protagonistas. Expõem os sentidos e significados que atribuem às suas vidas, revelam a participação e visões de mundo quando selecionam e definem o que gostariam de explicitar nessas memórias. E é a partir dessas memórias que elas produzem as suas verdades.

Para Bosi (2003, p.66), “vivemos em uma sociedade a quem foi roubado o domínio do tempo, marcada pela descontinuidade”, mais adiante enfatiza que “a narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos”.

Neste encontro com a História Oral, como pesquisadora, revisitei Freire (2003, p.98) quando este diz que “o objetivo fundamental é lutar *com* o povo pela recuperação da humanidade roubada e não *conquistar* o povo. Ao revolucionário cabe libertar-se e libertar com o povo, e não conquistá-lo”. Acredito, no que se refere ao pesquisador, com compromisso social, que essas são visões pertinentes e consubstanciais; são valores que devem ser transpostos na relação entre pesquisador e pesquisado,

em que o último não é coisificado, mas sim parte do processo de pesquisa de construção descoberto da construção de história .

Pensando no processo que envolveu a confecção da presente pesquisa, empresto a ideia de Wright Mills (2009), que define o trabalho intelectual como artesanal. Assim, acreditamos poder fazer a analogia desta pesquisa com uma colcha de retalhos, colorida, diversa, com a formação de mosaicos de retalhos, laboriosa. Assim, o trabalho intelectual, a pesquisa, é expressão de um trabalho iniciado no relato pessoal, das memórias, da mistura de subjetividades numa interação entre pesquisador, contextos e memórias pesquisadas. Cada retalho que compõe o todo expressa a objetividade, uma história social.

A imagem de um “ofício” e sua associação com as ideias de “artesanato” e “oficina” se contrapõe à visão do trabalho do cientista social como alguém que testa hipóteses construídas a partir de leis gerais e aplicadas através de métodos controláveis. Fazendo um paralelo dessa perspectiva com a metodologia de história oral, as vozes das mulheres expressam esse processo, no qual o controle do pesquisador é desconstruído e a dialética das contradições é tecida numa grande colcha de retalhos.

Ao tecer essa colcha de retalhos, depara-se com desenvolvimento da luta pela terra e sua relação com educação cumpre papel fundamental como instrumento para aprimorar as atividades que aconteciam nos acampamentos e assentamentos, principalmente as que vinculavam a dimensão do trabalho. A Educação de Jovens e Adultos – EJA surge da necessidade dos assentados e acampados assinarem documentos, elaboração de projetos, acessos a créditos.

Em relação à educação das crianças, essa passa a ser uma necessidade, em que os pais geravam uma expectativa de superação da vida dura que tiveram. De uma educação que esteja sendo elaborada a partir da vida do assentamento, não uma educação que traz o conteúdo pronto e acabado a ser absorvido, mas uma educação que seja elaborada a partir das experiências e necessidades do assentamento, uma educação que se vincule à prática do trabalho no assentamento e da ciência.

No MST, a educação acabou por ocupar um lugar estratégico, sempre vinculado à produção, ou seja, a educação no MST sempre refletiu a concepção de produção elaborada pelo movimento, associada ao

movimento de luta social por reforma agrária. A concepção de educação que o MST gestou ao longo de sua existência é fruto das lutas sociais e de seu processo de territorialização, e da vivência da discriminação e do preconceito na escola. Assim, ela se confirmou como *Educação do Campo*.

A educação no MST se confirmou também como uma das frentes de luta do movimento, trazendo para dentro de si, como bandeira de luta, o processo de democratização do acesso à escola pública, nos territórios onde a educação escolar não chegava, e que até os dias atuais não chega de forma qualitativa e se mantém uma cultura que afirma a reprodução da escola das primeiras letras.

Assim, cabe destacar que, na sua caminhada histórica da luta pela terra e pela reforma agrária, o MST, insatisfeito com os processos educacionais que atendiam aos trabalhadores rurais, marcadas pela exclusão, construiu uma crítica ao modelo tradicional de educação que atendia os Sem Terras. Era uma educação que reproduzia ou lógica de estigmatização do homem e da mulher do campo, ou se limitava ao ensino das primeiras letras.

Essa busca de seu próprio modelo de educação, que inicialmente centra sua reflexão na crítica à escola tradicional, o MST tem uma razão histórica. A escola se torna um espaço fundamental enquanto espaço de laicidade, de disseminação da ideologia e teoria social-liberal sob o manto do cientificismo positivista e funcionalista.

Assim, diante desses objetivos, a função da escola passa a ser a da produção e reprodução dos conhecimentos e valores, atitudes e símbolos funcionais para a reprodução e manutenção do modo de produção capitalista (FRIGOTTO, 2011).

Esse processo de conformação dos valores dos interesses da classe dominante que é perpetuado de forma sutil através da educação na sociedade, seja ela escolar ou não escolar, semeia consensos através da predominância discursiva ludibriante de conceitos como capital humano, capital social, qualidade total, desenvolvimento das competências. Mas apesar de uma beleza discursiva sob um verniz democrático e do exercício da cidadania aparente, em sua essência conserva a desigualdade na educação como fruto da desigualdade social, que na sociedade brasileira toma dimensões alarmantes, em que os meios de produção, o desenvolvimen-

to do conhecimento científico e tecnológico estão a serviço da garantia de lucro de uma minoria (FRIGOTTO, 2011).

Essa funcionalidade instrumental da educação, enquanto mediadora e reprodutora dos valores do sistema capitalista, tem relação com o atual contexto da hegemonia neoliberal. Durante a década de 1990, as concepções teórico-políticas neoliberais passaram a ter força na América Latina tentando afirmar o fim da luta de classes.

A educação não fugiu do olhar neoliberal, os organismos internacionais, o Fundo Monetário Internacional, a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial têm disposto empréstimos sob o discurso da importância da democratização do ensino, da erradicação do analfabetismo, inclusão por meio da educação para a promoção da cidadania.

Por trás desses discursos esconde-se a real intenção, a de destinar uma formação tecnicista para a capacitação da mão de obra para a inserção no mercado de trabalho, ampliação do mercado consumidor e composição do exército de reserva que possibilitará que se tenha oferta da mão de obra barata. Andriolli (2002) nos expõe os reais interesses do capital em relação à educação:

Do ponto de vista liberal, a educação ocupa lugar central na sociedade e por isso precisa ser incentivada. De acordo com o Banco Mundial, são duas as tarefas relevantes para o capital que estão colocadas para a educação: a) Ampliar o mercado consumidor apostando na educação como geradora de trabalho, consumo e cidadania (incluir mais pessoas como consumidoras), b) gerar estabilidade política nos países com a subordinação dos processos educativos aos interesses de reprodução das relações capitalistas (garantia de governabilidade) (ANDRIOLLI, 2002, p.4).

Podemos afirmar que a educação para o Neoliberalismo é instrumento de reprodução da sua ideologia, de sua organização social, de seu projeto de sociedade e manutenção do seu *status quo*, o que acaba por reproduzir a divisão social e sexual do trabalho na sociedade. Dessa forma, na última década, a tendência liberal tecnicista tem ocupado espaços da educação escolar através de projetos extracurriculares como a pedagogia

empreendedora, concepção metodológica experimental em sinergia com a concepção de gestão apreendida pela iniciativa privada.

A natureza da educação do campo advém da crítica, prática e teoria, à realidade da educação brasileira, em especial aos povos que vivem no campo em um contexto de acirramento das lutas de classes em decorrência do avanço do capital na agricultura sob o controle das transnacionais.

As contradições hoje no campo brasileiro em geral podem ser reconhecidas e estabelecidas a partir de luta de classes, ou seja, pela posição do capital, representada no campo pelo agronegócio e as resistências da classe trabalhadora, através dos movimentos de luta pela terra, dos sindicatos e da agricultura familiar (D'Agostini, 2009, p.107).

Diante da afirmação de D'Agostini, percebemos a relação dialética que se instaura entre a educação e a sociedade. Da mesma forma que os processos de luta pela terra explicitam os conflitos de classe que produzem as desigualdades, assim é também na luta pela educação no MST, cumprindo o mesmo papel de criticar o modelo vigente da educação brasileira, o que configura a luta pelo acesso à escola de qualidade, questionando o modelo que se estrutura de forma dual e desigual (FRIGOTTO, 2011).

Para que se possa compreender esse processo histórico da construção da Educação do Campo com maior clareza é necessário problematizar o conceito de educação. A discussão acerca da educação está associada a uma questão ontológica. O conceito de homem e de mulher configura-se como elemento central do conceito de educação.

Dessa forma, cabe definir o que se entende por educação. A educação se caracteriza como um processo amplo, portanto, interseccionado às determinadas formações sociais, que projetam um determinado modelo de homens e de mulheres, e servem para formar estes na tríade de formação humana que relaciona dialeticamente as dimensões naturais, sociopolítica, cultural e simbólica.

Sader (2005) traz uma importante reflexão sobre a natureza da educação, afirmando que, assim como tantas outras coisas essenciais às

sociedades contemporâneas, a educação está vinculada ao destino do trabalho. A educação se caracteriza enquanto processo que acontece no ambiente específico para tal, em um cenário específico que reproduz valores, comportamentos e normalizações que expressam determinações sociais associadas a projeto de sociedade orientando por aquele processo.

Desse modo, é possível fazer menção à LDB 9394/96, que, para a sua constituição, representou disputas de forças sociais com diferentes concepções de educação. Para expressar todas as forças sociais, interagindo-se para forjar um projeto de normatização da educação escolar, em uma análise mais minuciosa, é possível averiguar concepções e tendências educacionais de diferentes naturezas. Quando o projeto de educação do campo passa a ser institucionalizado, se tornando diretrizes, e, posteriormente, se amoldando a um programa, as perspectivas colocadas pelos movimentos sociais são renegociadas e, por fim, se mantém a concepção de educação hegemônica ao capital.

Os princípios pertinentes ao MST, como o da luta de classes, da cooperação, são resinificados ou retirados. É um processo que se configura como uma guerra de posição no campo da institucionalização dos direitos, que, embora esteja formalizado como direito, exige dos sujeitos todo um processo de lutas para que o direito formal se viabilize em direito material de acordo com o interesse dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

É nessa disputa contraditória de interesses, na luta pela materialização do seu direito a estudar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra construiu uma história da educação que lhe é própria, mas que visa extrapolar essa característica que é própria do campo, e se estender como uma pedagogia da classe trabalhadora, afirmando a luta de classes, preocupada com os processos de humanização e emancipação humana, resistente ao modelo educacional imposto pelo capital; na atualidade, todas as relações que permeiam a educação estão mediadas pela mercantilização deste direito.

Em sua luta cotidiana, questiona os modelos da escola dual, os limites da educação dada ao trabalhador, que se restringem à formação para o mercado de trabalho, transformando ele próprio, homem, em mercadoria, dissociando a tríade que constitui a formação humana, em

sua dimensão natural, social e cultural simbólica, impondo o individualismo, as desigualdades sociais (que refletem a desigualdade na educação), o analfabetismo, a violência, expressões do processo de desumanização que vem sendo disseminada através da produção destrutiva do capital, que se reflete na escola através da consolidação invisível de uma pedagogia tecnicista.

A educação e o acesso à educação formal nos assentamentos da região de Sorocaba não acontecem da mesma forma. Nas vozes das mulheres encontramos distâncias e aproximações sobre os contextos vividos e interpretados em relação à educação.

Das semelhanças, constata-se que essas mulheres sempre acreditaram que o acesso à educação formal é importante como possibilidade e viabilização da vida, de ascensão social e possibilidades econômicas. Mas o acesso a ela é um desafio para os assentados e assentadas, as escolas ainda são precárias, sem estruturas e ainda não atendem todo o público assentado. Para Margarida<sup>2</sup>:

*Na educação também [...] a prefeitura larga completamente [...] e as mães também, já é uma cultura do lugar meio largadão, tem duas turmas numa sala só, como isso dificulta, mas é na cidade inteira, o Infantil I e o II é tudo junto, na mesma sala. Mas aqui no assentamento a escola é completamente largada, foi de um ano pra cá que começou a pegar no pé da Diretoria de Ensino. As crianças brincavam com lata de [...] latas de Nescau que eles traziam de casa, garrafa pet, uma pedrinha [...] não tinha brinquedo, não tinha jogo, não tinha nada, no limite mesmo. A merenda esqueciam de mandar, chegava quatro horas da tarde é absurdo a coisa assim. Isso porque as mães mandam as crianças morrendo de fome que não dão almoço. Daí de um ano pra cá é outra inspetora, abriu cargo de auxiliar e tão com mais gente, mas quando era só as duas professoras era muito complicado. Outra coisa, é que nem minha filha, que é auxiliar na escolinha, ela não fez Pedagogia, mas faz todo o trabalho de professora. Mas todo mundo que eles colocam aqui na escola não tem uma preparação, não tem noção nenhuma de criança, não teve filho, é tudo meio despreparado, todo mundo que eles mandam aqui é cru, não tem essa noção de criança e da realidade do assentamento. Porque quem mora na cidade é outro jeito, aqui é sítio, a criançada daqui é mais solta assim, a*

---

<sup>2</sup> Para manter o anonimato das entrevistadas todas elas receberam nomes de flores.

*criançada da cidade tá acostumada no fechado, aqui a criançada é mais solta, o dia que quer ir embora pula o portão e some, essa situação de ser sítio é mais... é delicada, que nem para minha filha... pra ela controlar as crianças pra ficar na escola é mais difícil. Mas é muito por causa das mães, porque as crianças ficam penduradas no portão e a mãe não fala nada. (MARGARIDA, entrevista realizada em 09/09/2013)*

As mulheres, que numa condição de gerar espaços de participação que trabalhem a igualdade de gênero e classe, tentam criar formas organizativas para contribuir com o projeto de desenvolvimento socioambiental.

As mulheres Sem Terra e assentadas estão presentes em atividades dos assentamentos, nos trabalhos produtivos nos lotes, no trabalho reprodutivo, nos setores e instâncias do e no movimento Sem –Terra, que são, em sua maioria, setores de saúde, educação, gênero.

## **Considerações sobre a travessia das mulheres assentadas e Sem-Terra**

As mulheres assentadas e Sem-Terra estão presentes nos cursos formais e não formais, sejam os ofertados pelo Movimento Sem Terra ou não, buscando através do estudo uma perspectiva de vida mais justa.

Na dinâmica do assentamento visualiza-se nas mulheres à acumulação do trabalho, enquanto reflexo, ainda, das raízes históricas da divisão sexual do trabalho, que acabam por interferir nos processos de participação das mulheres, em garantia de condições de participação nas instâncias de decisão. A relação entre participação qualitativa e quantitativa se configuram como desafio nos assentamentos nesses territórios.

No que se refere à divisão sexual do trabalho, em relação aos espaços de trabalho considerados masculinos, as mulheres passaram a ocupá-los diante da necessidade de o marido ter que buscar serviços fora do lote. Nesse sentido, Rosa destaca que *“Isso já está mais acordado, até porque isso está dentro do permitido, eu ajudo meu marido! Isso é um papel muito bem aceito, é lógico, porque já que ela não é um ser emancipado, na verdade é ajuda ao capital”*.

O universo feminino é invisibilizado e desvalorizado no que se refere ao trabalho realizado pelas mulheres. Assim, o significado atribuído ao ser homem e ao ser mulher está associado às formas de produção da vida na sociedade. A ideia de ser mulher está associada a um determinado tipo de trabalho e a uma forma de trabalho considerado inferior à superioridade masculina.

Ainda se mantém uma divisão entre o trabalho reprodutivo e produtivo. O trabalho reprodutivo está na dimensão do privado, e, quando ocupa o status de serviço público (faxineiras, diaristas, cozinheiras), ainda se mantém como um trabalho desqualificado e mal remunerado. O trabalho desenvolvido pelas mulheres envolve cuidados, continuidade das responsabilidades na família, tais como as funções de enfermeira, educadora, empregada doméstica etc.

Paulo Freire (1981) traz uma contribuição importante e atual na direção de questionar a forma como se realiza o processo de reforma agrária, em seus meandros, nos seus detalhes, do processo de luta. Para ele, a forma de promover desenvolvimento nos assentamentos precisa considerar as experiências das assentadas, dos assentados e em suas dimensões específicas, sua bagagem de conhecimento, sem esta perspectiva, Freire já visualizava equívocos que poderiam ser cometidos na relação estabelecida entre as lideranças, assistências técnicas, estudantes, com os camponeses e, neste caso, dos assentados.

A tendência aqui é a reprodução da lógica de um sistema opressor, ou seja, corre-se o risco de desembocar num ativismo desenfreado, que reproduz a lógica do patriarcado, onde muda o discurso, a aparência, mas não muda a lógica substancial, sua essência, que mantém a desigualdade social.

Por esta razão, há a necessidade de potencializar a criação, a recriação de espaços democráticos, num sentido de buscar a democracia real e não apenas formal. Quando as conquistas de suas lutas passam a se tornar políticas públicas a partir de experiências que vêm se construindo há muito tempo, ou quando é institucionalizada, ela passa a ser apropriada pelo opressor, que executará isso de forma a não deixar com que o oprimido controle o rumo das políticas públicas que são frutos de sua

própria luta. Essa contradição reflete, também, suas implicações no campo de uma pedagogia impositiva, segundo Freire (1979, p.39):

Nas sociedades em que a dinâmica estrutural conduz à escravização das consciências, “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes”. Porque, pelo duplo mecanismo da assimilação, ou melhor, da introjeção, a pedagogia que impõe-se às classes dominadas como “legítima” – como fazendo parte do saber oficial – provoca ao mesmo tempo o reconhecimento por parte das classes dominadas da “ilegitimidade” de sua própria cultura. Encontra-se, assim, ao nível da educação, esta “[...] alienação da ignorância’ com a qual Paulo Freire tem frequentemente experiência em suas investigações: o pobre absolutiza sua própria ignorância em proveito do “patrão” e “daqueles que são como o patrão”, que se convertem em juízes e garantidores de todo saber.

O sentido de participação aqui trazido é cunhado por Freire (2003) enquanto exercício da voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania, se acha relação direta, necessária com a prática educativa-progressista.

Nesse contexto, em que os assentamentos apresentam experiências que expressam a luta pela “libertação das mulheres”, agregam-se elementos políticos-pedagógicos em seu fazer-se que extrapolam a perspectiva de desenvolvimento econômico, mas se interligam num processo de desenvolvimento social, cultural e ambiental, da consubstancialidade das relações sociais, materializado no cotidiano dos assentamentos.

Os assentamentos da região de Sorocaba, inseridos nesse contexto estadual, que também reflete uma política (ou ausência dela) precária, encontram uma série de barreiras ao seu pleno desenvolvimento, dentre as quais destacamos a falta de assistência técnica, que geralmente está calcada no desconhecimento da realidade regional e de seu potencial produtivo culturalmente, na hierarquização das instituições pertencentes ao Estado, que defende os interesses do Estado e não das mulheres assentadas; e ainda em um processo de verticalização das decisões.

Não existe, portanto, um espaço democrático em que os assentados possam ajudar a construir essas políticas públicas, e quando existe,

este se constitui de modo precário, tornando-se uma inclusão que exclui no que se refere à questão metodológica de construção e acesso às políticas públicas eficientes e as pautas pertinentes as mulheres assentadas e Sem Terra .

Nos assentamentos aqui abordados é visível o limite apresentado pelos programas governamentais como políticas paliativas, e não estruturais, que cumprem mais uma função simbólica do que eficaz no que concerne ao estímulo da produção nos assentamentos, incentivando a participação das mulheres e da juventude, inserindo-se na lógica evidenciada por Freire (1981).

A cota destinada à família é insuficiente para a sustentabilidade dos membros que a compõe. Não garante uma estratégia de viabilidade econômica. Assim, Rosa destaca essa lógica sendo operacionalizada no cotidiano do assentamento:

*Agora melhorou do ponto de vista de documento a gente vê umas coisas mais bonitas no Brasil aí, mas o lote sempre teve um dono, o dono do lote é um homem o resto aqui é meu entende? O Estado trata dessa forma, o Estado fortalece isso porque é o homem que tinha a conta no banco, em outros períodos era o homem que tinha a nota de produtor, é o homem que recebe o financiamento, é o homem que faz as vendas e é o homem que vai para assembleia, o homem que define as coisas e aí as mulheres fizeram muita luta para serem reconhecidas, imagina que muitas delas não tinham nem RG e nem CPF, através dessas lutas começavam a ter. Foram vários anos a campanha da documentação para poder reconhecer as mulheres como cidadã, elas não eram como se fosse uma bezerra a mais no lote, uma coisa, mais um meio de produção, elas são pessoas. Se existe uma luta para fazer isso é porque o problema existe profundamente, precisa de ter leis, programas e políticas públicas para isso, projetos para isso é porque o negócio está arraigado, então tem esse retrocesso. Aí já num segundo ou terceiro período do Movimento Sem Terra a gente já começou a trabalhar essas questões no acampamento e aí hoje tem a nota do produtor algumas você ainda pode ver que vem escrita assim exemplo: José da Silva e outra. Não era José da Silva e Marina Rosa da Silva... José da Silva e outra, não tinha nome é outra. Então pensávamos: “você tem outra... tem outra! Eu sou outra? Eu não sou outra! Então tinha suas piadas... para você vê o nível de tensão que era isso. Com a primeira crise mais acentuada nos as-*

*sentamentos em que os homens se endividaram e não conseguiram pagar a dívida o próprio Estado achava importante colocar o nome das mulheres, porque elas são mais responsáveis para pagar a dívida. Elas também têm mais medo de ficar com o nome travado, são mais responsáveis também com essa coisa do pagar a dívida, então nos é... ajudamos o Estado nisso, não é só uma questão porque a gente é reconhecida como uma cidadã que a gente tem que se viabilizar, tem outro lado da co-responsabilidade do todo da família. E mais ainda, essa situação está muito arcaica, vejo que os financiamentos não têm tetos de financiamento também para mulher, e um outro teto também para o jovem, então não temos igualdade no trato do Estado para com as mulheres e jovens. Existe um teto para a família, se a mulher acessa o Pronaf Mulher tá acessando dentro do limite do teto que teria o marido sozinho, ou que fosse um solteiro no lote, então do ponto de vista econômico a gente ainda... é praticamente punida como cidadã, mesmo hoje nós achando que a democracia avançou. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)*

A expropriação da natureza, os ataques aos direitos e à soberania dos povos, o controle sobre o corpo e a vida das mulheres, o aumento da militarização, a criminalização e a violência são mecanismos que sustentam a acumulação por espoliação. Assim, se sustenta uma violência permitida, consentida. Além do aspecto mercadológico que a violência sustenta, o exercício da violência gera lucros exorbitantes a partir do desenvolvimento da indústria da guerra, da indústria que produz armas, bombas, assim como medicamentos.

Essa violência é assimilada pela cultura. Ela faz parte de um círculo vicioso reproduzido inicialmente no núcleo familiar, e, depois, vai ampliando seus tentáculos.

## **Tecendo novos horizontes nas perspectivas de novas travessias.**

Longe de se finalizar, este trabalho abre novos horizontes a novas travessias em que desvelam os cenários e relações nas lutas das mulheres assentadas e Sem Terras em sua participação na política, na educação e no trabalho.

Observa-se, no contexto dos quatro assentamentos estudados, através das memórias das mulheres, que o trabalho desenvolvido por elas, seja as assentadas ou aquelas que passaram ou estão inseridas em instâncias do MST, caracteriza-se como um trabalho de resistência, uma luta pela reforma agrária em período de ascensão do agronegócio, face do Neoliberalismo no campo.

O trabalho das mulheres que vivem nesses assentamentos se destaca diante de uma importante contribuição que já acontece historicamente, mas é pouco evidenciada e/ou reconhecida em sua dimensão estratégica, principalmente no campo do trabalho nos lotes, com suas características específicas, e também em sua inserção no campo educacional e de suas lutas e mobilizações em torno do tema da agroecologia.

São nessas práticas sociais que se revela a relação entre a educação e agroecologia como outro sistema de produção para o campo, dando início à discussão que enfoca a dimensão política e pedagógica que se insere na cultura e nas contradições da realidade dos assentamentos rurais.

Por uma questão didática, optamos pela categorização desses conceitos, mas estes estão dialeticamente interseccionados nas memórias das mulheres entrevistadas. É constatável que, mesmo no século XXI, onde assistimos à ascensão das mulheres no Brasil em alguns espaços de poder, a opressão e a violência contra a maioria das mulheres ainda persistem. Nos quatro assentamentos da região de Sorocaba, e também dentre outros no Brasil, a igualdade substantiva das mulheres ainda é uma utopia a ser materializada.

Nesse contexto da luta pela reforma agrária, as mulheres estão presentes, mas de forma invisibilizada – e não só na luta pela terra, mas na luta pela vida fazendo resistência a lógica patriarcal do capitalismo que negam o trabalho e a vida, e as mulheres com seu trabalho sustentam seus compromissos com a terra e com a vida ao repensar a relação ambiental com o planeta, materializada na agroecologia.

Foi possível constatar que as histórias dessas mulheres ainda estão clandestinas e marcadas pelas opressões gestadas no sistema capitalista que reproduz a lógica da subalternidade das mulheres, sejam elas as-

sentadas, sejam Sem Terras, e ainda conformada em processos de violência e repressão, sejam elas físicas ou simbólicas.

Conforme Rosa, *“a violência é para assegurar tudo aquilo que deve estar nos conformes. Dentro do que é permitido, a partir do momento que eu me rebelo com o que é permitido eu estou posta numa condição de limite a aí pode... pode ter violência... parece que pode ter a violência, parece que é permitido, você é enquadrado... agora uma violência por falta de lei é coisa de falta de clareza da própria classe”*.

As lutas identitárias, que conformaram a organização de coletivos de gênero no MST, consolidando-se em setores, têm um potencial mobilizador e também possuem uma potencialidade no processo de formação da consciência, quando estas não ficam presas em si. No caso das mulheres Sem Terra, estas lutas estão vinculadas às lutas pela terra, em que a luta pela igualdade de gênero vai tomando uma dimensão de classe, o que significa uma superação da dualidade entre lutas identitárias e lutas de classes. Essa relação não é mecânica, e em cada processo se evidencia a construção, o *fazer-se*.

Assim, uma concepção própria é gestada acerca das opressões vivenciadas em seu cotidiano. Há um novo dimensionamento da possibilidade de conquista de emancipação somente com o processo de transformação social.

A opressão vivenciada pelas mulheres Sem Terras e assentadas, associando a análise da exploração das mulheres à exploração da natureza, pode ser superada. Somente na sua articulação com a transformação desse sistema social, pois ambas as dimensões de exploração são endógenas à lógica de funcionamento do capital, visto que a sua reprodução depende da exploração das mulheres trabalhadoras através do trabalho reprodutivo, e também da exploração dos recursos naturais.

Observa-se, ainda, que a dimensão pessoal é política, que a propriedade privada e a reprodução dessa lógica na família constitui uma política que mantém o patriarcado e que sustenta a desigualdade necessária à reprodução do capital.

A educação é um espaço de disputa de classes, e deve ser ocupado para que se torne instrumento de emancipação da classe trabalhadora em perspectiva das transformações das bases do sistema capitalista, e da busca pela transformação social numa perspectiva socialista, objetivos es-

tes que projetam a necessidade da formação de um outro homem e de uma outra mulher.

## Referências

ANDRIOLI, Antônio Inácio. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico**, ano II, no 13, jun/2002. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm> >. Acesso em: 05 nov. 2020.

BEAUVOAIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1970

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo Atelie, 2004.

\_\_\_\_\_. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo. Companhias das Letras. 1994

D'AGOSTINI, Adriana. A educação do campo na educação brasileira: contradições e perspectivas Educação. **Revista do Centro de Educação**, v. 37, n. 3, p. 453-467, 2012.

\_\_\_\_\_. **A educação do MST no contexto educacional brasileiro**. 2009. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Departamento de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: VENDRAMINI, C.R; MACHADO, I. F. **Escola e Movimento Social: experiências em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981

\_\_\_\_\_. **Política e Educação**. Ensaios. São Paulo. 2003.

LINO, Amanda C. **Memória social de mulheres de assentamentos de reforma agrária: a relação entre trabalho, política, educação e participação**. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado)- Centro de Ciências Huma-

nas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba, 2014.

SADER, Emir. Prefácio. In: MEZAROS, István. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

REICH, Wilhelm. **A revolução sexual**. São Paulo. Zahar. Editores. 1982.



# II

## MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO DURANTE A DÉCADA DE 1990\*

*Mayris de Paula Silva*

### **Introdução**

Este trabalho trata das memórias sociais de mulheres participantes do movimento estudantil na década de 1990 em universidades públicas do Estado de São Paulo. O estudo compreendeu cada uma delas como sujeitos históricos, políticos e sociais, tendo como principais referências para análise os estudos feministas e de gênero<sup>1</sup>.

Os relatos trazem para a discussão o modo como as temáticas feministas e de gênero aconteciam no movimento estudantil. As entrevistadas contaram suas participações. Como descrito por elas, o movimento estudantil da década de 1990 era reconhecidamente hierarquizado e de predominância masculina. Suas narrativas se constroem por meio de suas atuações e formações políticas, tendo as categorias de gênero e educação como eixos de análise.

A metodologia utilizada foi a história oral temática, como forma de trazer a público as histórias e memórias narradas pelas entrevistadas. Foram realizadas 4 entrevistas com mulheres que participaram da base do movimento estudantil. As temáticas das entrevistas foram relacionadas a participação, gênero e educação. As memórias relatadas dão visibilidade à conjuntura política da década de 1990, abrangendo os contextos da universidade, do movimento estudantil e da sociedade em geral. Em suas histórias são abordadas narrativas que contextualizam suas relações de gênero e feminismo dentro do movimento estudantil.

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.41-56

<sup>1</sup> Este capítulo é uma síntese da dissertação de mestrado que defendi no Programa de Pós-graduação em Educação, UFSCar, campus Sorocaba (SILVA, 2016).

Este enfoque teórico-metodológico constituído pela memória juntamente com a história oral pretendeu a construção da recuperação da relação sujeito-história-política. Tratou-se das relações estabelecidas entre si e o mundo - nas redes subjetivas e práticas formadas por meio de suas experiências sociais. A memória, assim, quando evocada se torna uma forma de conservação ou elaboração do passado, como apontado por Bosi (1994).

Diante destes fundamentos, partimos da premissa de que as contribuições dos estudos de gênero e das mulheres para o campo da história e da educação são relevantes pois rompem com o silenciamento de mulheres no passado, bem como colocam reflexões metodológicas fundamentais para a pesquisa em educação, quando atenta para importância da sensibilidade e da subjetividade como objetos de estudo. Esta premissa é resultado de reivindicações de movimentos feministas que denunciaram a invisibilidade das “mulheres” na história e apontaram para a necessidade de resgate das memórias femininas, visto que marcam uma especificidade de objeto, mas também uma possibilidade teórico-metodológica propriamente feminista, tal como analisado por Rago (1998).

Suas memórias são repletas de significados, sendo que a rememoração do vivido e de seus relatos também abrangem o contexto político e econômico, quando o ensino universitário ainda estava marcado pelo passado recente da ditadura-civil militar brasileira, bem como da política neoliberal, que contribuiu para um sucateamento e uma forte tentativa de privatização das universidades públicas brasileiras e para a expansão do ensino privado. Entende-se que a política neoliberal se mostrou uma ferramenta para sucatear os diversos bens públicos, como a educação, saúde e de diversos direitos dos cidadãos. Deste modo, a pesquisa pode contribuir para os estudos do movimento estudantil na perspectiva da memória, educação, estudos feministas e de gênero.

## **Metodologia da pesquisa: História oral temática como desenho da memória**

[...] Não há vidas sem sentidos, e não há histórias de vida sem significado. Existem apenas histórias de vida com as quais nós (ain-

da) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecem, por essa razão, obscuras (PATAI, 2010, p. 19).

A história oral, como metodologia, ajuda a recuperar a relação do sujeito-história-política, relação essa vivenciada pelas “minorias”, mas que antes era pouco utilizada por se tratar de uma experiência subjetiva, da qual o interesse de investigação surge ao se trazer ao mundo público histórias e memórias subjetivas de sujeitos que participaram da história e que tensionaram questões entre o privado e o público”

Desde que a história da vida privada deixou de se opor teoricamente à história da vida pública, foi possível dar conta de uma série de elementos antes relegados à historiografia, à crônica, ao jornalismo, à biografia, ou a outros gêneros considerados “menores”. É interessante observar como essa inflexão historiográfica contribuiu para a construção de uma história das mulheres. Situa-das na área sombria da história – a esfera privada – as mulheres passaram a se constituir em objeto da reflexão histórica (GARCIA, 1997, p. 324):

Aquilo que é significativo permanece ativo, intacto ou completamente alterado pela lembrança ao entendermos que a constituição da memória é mantida pelas relações práticas e subjetivas. Temos dificuldades em considerar como real aquilo que não foi testemunhado por todos. Muitos acontecimentos perdem-se, pois não são falados, não são conversados entre os indivíduos.

Como afirma Suely Kofes (2001, p.12), “a memória se constrói no jogo entre lembranças e esquecimento e, no plano dos agentes, no embate entre o que é lembrado e o que é esquecido, entre o narrável e o inenarrável”, de modo que contar uma história é um jogo. Em seu livro, por exemplo, a autora destaca a história de Consuelo Caiado e com esse “jogo” constrói a narrativa dessa mulher ora tida como “esquecida” pelas narrativas dos outros, ora sem narrativa, sem ser lembrada pelo esquecimento arbitrário para se manter como uma história escondida de todos. Uma história composta de narrativas e oralidades sobre uma experiência,

uma experiência esquecida que ao ser lembrada, ao ser pensada muitas vezes emerge como uma falha de memória das pessoas.

A metodologia da História Oral, neste caso, não supõe a busca de verdades, nem de verdades da história oficial para contrastarem com o dito pelas pessoas entrevistadas. A relevância de seu caminho de pesquisa, portanto, está em representar de que modo a história é significada e dá sentido a vida dos sujeitos.

Essa forma de pesquisa aborda as influências sobre as histórias relatadas e transcritas no presente trabalho. Nesse sentido, traz visibilidade à memória relacionada aos fatos vivenciados que não estão presentes em livros escolares, pois não é a história aprendida na escola, mas sim uma história que tem o seu valor, pois aborda contextos de sujeitos oferecendo sentido social às memórias das minorias culturais. A narrativa e a memória tornam-se História. As narrativas adquirem forma ao serem relatadas, contadas e lembradas, fazendo relação com o tempo não por acidente, mas por estarem alinhadas também às vivências históricas desses sujeitos. Assim, “enquanto dimensão configurativa de toda experiência, a narrativa, que ‘outorga forma ao que é informe’, adquire relevância filosófica ao postular uma relação possível entre o tempo do mundo da vida, o tempo do relato e o tempo da leitura” (ARFUCH, 2010 p. 112).

Com base nestas posições metodológicas e com a premissa e importância da compreensão da oralidade feminina e das relações de gênero presentes no movimento estudantil, está pesquisa contou com a metodologia de história oral temática e teve seu foco nos seguintes temas: a) participação, b) gênero e c) educação. Todos os temas possuem abordagem teórica e são postos em significação por essas mulheres. Participaram das entrevistas, quatro mulheres residentes no Estado de São Paulo e atuantes no movimento estudantil durante a década de 1990. As entrevistadas tinham entre 40 e 48 anos. Três professoras universitárias e uma professora da rede pública. Quando concordaram em participar da pesquisa, todas assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde os objetivos e finalidades do estudo estavam descritos. Os nomes aqui apresentados são pseudônimos escolhidos pelas próprias entrevistadas. Os temas da pesquisa foram apresentados a todas as entrevistadas, mas os caminhos foram tecidos de maneira única por cada uma delas.

Cosentino (2013) ao abordar a técnica de entrevista na história oral ressalta que:

[...] o entrevistador lista uma série de temas que serão trabalhados durante a conversa e deixa que o participante fale acerca dos mesmos. O roteiro, feito antes da realização da entrevista, exige que o entrevistador conheça a história e o participante, a fim de que os assuntos mais relevantes sejam abarcados. Embora a lista de temas deva ser a mesma para todos os entrevistados, podem sugerir novos temas durante a entrevista (COSENTINO, 2013, p. 28).

A questão central nos relatos das mulheres foi desvelar sua história no movimento estudantil, bem como o que a memória social desmistifica sobre a atuação feminina nos espaços predominantemente masculinos. As representações do movimento estudantil experienciados por essas mulheres foram de Universidades públicas localizadas no Estado de São Paulo, como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *campus* São Carlos, Universidade de São Paulo (USP) *campus* Cidade Universitária e *campus* São Carlos. As suas atuações compreendiam atos decisórios no movimento estudantil, participações em assembleias, Centros Acadêmicos (CAs) e Diretório Centrais dos Estudantes (DCEs) de seus cursos e universidades. A pesquisa centrou-se na participação de mulheres que participaram da base do movimento estudantil e não em suas lideranças. Por demarcar espaços políticos de hegemonia masculina, mas que muitas vezes são ocultados ou silenciados por demonstrarem a base como uma construção única de todos, optou-se pelo conhecimento e pela desmistificação desses espaços.

A história oral não serve apenas para nos apresentar fascinantes relatos subjetivos – embora este seja um de seus maiores e duradouros atrativos. Ela é capaz de chamar atenção para a vida de seus narradores e as sociedades nas quais estas vidas são vividas. E se fracassasse nisso, não teria significado político algum. Não almeja estatuto ficcional; a história oral está enraizada no mundo de forma única (PATAI, 2010, p. 142).

## Relatos de mulheres politicamente atuantes dentro do movimento estudantil e suas relações entre feminismo e gênero

Os diálogos sobre as questões de gênero no movimento estudantil não estavam presentes como na atualidade, estavam em seu início e no começo do debate na década de 1990, de modo que suas discussões nem sempre eram citadas, nenhum questionamento sobre o assunto era feito pelos grupos da época. As questões e os preconceitos sempre estiveram marcados, mas de certa forma eram escondidos, de maneira que sem se dar conta as meninas reproduziam alguns rituais que acontecia em um primeiro plano na sociedade, era o modelo a ser seguido, como é relatado a seguir:

*Não tinha nenhum grupo que levantasse um “A” sobre essas questões, mas elas estavam presentes. Mas naquele momento não tinha ninguém que levantasse essas questões, pelo contrário, até as próprias meninas que estavam envolvidas reproduziam do mesmo jeito o discurso, o bino. Era o encontro do time da USP contra o time da Federal, mas sem nenhum questionamento, seja mais organizado de movimento feminista, por exemplo, que hoje a gente tem presente e tem movimento feminista presente na universidade de vários matizes, inclusive, sobretudo lá em São Carlos. Mas também você não tinha nenhum tipo de conversa entre as meninas que participavam do movimento estudantil, isso não era posto naquele momento. Essa questão não era posta no caso específico do movimento estudantil que eu participei, das discussões que eu participei, ela não era sequer levantada por ninguém. Não é que ela era abafada ou ela era posta em segundo plano por um grupo de homens ou meninos que a colocavam em segundo plano, não! ela não era levantada (Cora, entrevista de 13/3/2105).*

Os relatos tomam base de uma dimensão sexuada da sociedade e da história, como afirma Perrot (2012), antes ignorada e interpretada pelo sexo masculino e que excluía e negava as discussões pautadas na violência moral contra a mulher, em que a ótica masculina era vigente. Muitas vezes sentia-se a exclusão, mas não havia maneiras de se manifes-

tar, calava-se a voz das mulheres, o que era entendido como uma forma de negar sua existência, apagar e silenciar, de se conformar a não discutir pela falta de importância, pela falta de palavra:

*Tem a discriminação, era coisa que a gente sentia, mas não era discutida, não fazia parte daquele universo, não era debatida, acho que, talvez, era mais velado. Eu pelo menos não participei dos movimentos de gênero, eu não lembro se tinha, porque eu não participei. Talvez a gente sentisse isso e era inconsciente, mas na época não tínhamos essa pauta na cabeça, as questões de gênero não tinham essa relevância (Helena, entrevista de 29/3/2015).*

O não falar, não discutir mantêm a ausência de diálogo que se coloca em diversos campos, no caso do campo social feminino atuante no movimento estudantil, corrobora para as práticas machistas apontadas nas memórias, ditas como não sentidas naquele momento, mas que, no exercício de memórias, quando narravam as lembranças durante as entrevistas, fez-se o questionamento das práticas vivenciadas no passado, com a memória do acontecido e as vivências atuais, as questões não trabalhadas são olhadas de uma outra maneira. A Educação Superior feminina, além de tardia, tem como modelo de representação dentro da universidade de muitos cursos e disciplinas desvalorizados por serem compostos de mulheres, em sua maioria:

*Nesse contexto tem alguns estigmas externos, aquele curso “só tem mulher”. Isso já é carregado de um juízo de valor de colocar um peso da diferença negativa. No meu modo de pensar, no sentido de alguns caras falarem e se interessarem pela área de conhecimento e dizerem que não fariam o curso que “só tem mulher”, como se fosse menos importante, um equívoco que precisa ser superado ainda hoje (Mariana, entrevista de 16/3/2015)*

O movimento estudantil para essas mulheres aparece de forma geracional, sendo que em algum momento de suas vidas ele esteve presente, em outros é um movimento que marca suas atuações para continuar em outras instâncias políticas, como relatado:

*É um espaço de militância que não foi só dentro do movimento estudantil, mas o movimento contribuiu para que eu me tornasse uma militante de es-*

*querda, o movimento estudantil foi fundamental... O movimento estudantil tem uma peculiaridade, ele pega você em uma fase que ela é geracional, ela vai terminar. Você nunca vai ser eternamente do movimento estudantil, você pode ser eternamente do movimento de mulheres até você morrer, do movimento partidário até você morrer, mas do movimento estudantil você não será eternamente, é uma característica específica desse movimento, ele vai pegar as pessoas numa determinada fase geracional da vida delas, ele vai ter sempre um fim porque você irá entrar e sair. Ele tem um papel, em minha opinião, fundamental para a formação política de mulheres e homens (Violeta, entrevista de 16/4/2015)*

## **Breve história dessas mulheres no movimento estudantil**

As mulheres entrevistadas, jovens estudantes universitárias denominadas Cora, Mariana, Helena e Violeta (idades entre 18 e 23 anos durante a época de estudantes), apresentam suas lutas no movimento num contexto político e econômico que se transformou diante dos seus olhos, quando o espaço público da universidade passou por severas transformações sociais e econômicas, sendo ainda “assombrado” pela ditadura civil-militar brasileira, ainda recente em suas falas quando expressam a universidade como espaço de movimento democrático, movimento esse que na presente década começa a se consolidar novamente.

### **Cora**

*Deixa-me ver por onde começar. Eu entrei na universidade em 1991, antes disso, na escola, no Ensino Médio, eu até tive um momento de organização de um grêmio, de participar de um grêmio, uma coisa assim. Era um momento que isso não era forte na escola. Na verdade, boa parte da minha educação no Ensino Médio, que na minha época não era esse o nome – chamava-se Primário, Ginásio e Colegial –, toda a minha formação escolar aconteceu sob a ditadura. Esse tipo de organização não existia na escola e com o passar dos anos a gente teve uma abertura política, essa abertura política veio na verdade com a primeira eleição em 1989 e com isso eu passei a ter na escola, no Colegial, no segundo e terceiro ano do Colegial, tive disciplinas como filosofia e sociologia. Ah, desculpe! Não tive sociologia, eu tive somente psicologia e fi-*

losofia. Antes disso o que a gente tinha na escola era uma disciplina que chamava OSPB (Organização Social e Política do Brasil), mas que era uma propaganda da ditadura, e uma disciplina que se chamava Educação Moral e Cívica, que também era uma disciplina para se cantar o hino nacional, para entender os símbolos da pátria [...]. Era uma “coisa horrorosa”. Nesse período da escola eu tive um pequeno envolvimento com a criação de um grêmio, mas que não deu certo. A minha primeira relação com qualquer coisa que possa ser próxima da organização estudantil foi essa.

Entreí no curso de Ciências Sociais, em 1991, que é um curso que, pelas suas características, está implicado na discussão política, no debate político, na organização em movimentos [...]. Há uma relação muito estreita entre o curso e uma certa vontade de participação.

O primeiro envolvimento maior foi com a criação, na verdade, do Centro Acadêmico, porque a minha turma de Ciências Sociais da UFSCar foi à primeira turma do curso. Não tínhamos histórico do curso, não tínhamos nenhuma turma anterior [...]. Ser a primeira turma de um curso tem inúmeras vantagens e tem algumas desvantagens. O curso iniciou com a universidade em seus vinte anos.

Para nós foi extremamente rico ser a primeira turma, porque nos permitiu, inclusive, esse contato muito estreito, profícuo e proveitoso. Enquanto estudantes tivemos professores que tinham um histórico de participação e experiência. Então, a primeira coisa que a gente fez foi um Centro Acadêmico, que se tornou o Centro Acadêmico de Ciências Sociais. O Centro Acadêmico que leva até hoje o mesmo nome, CAJAR, que é Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues, que foi o professor que idealizou o curso de Ciências Sociais na UFSCar.

Esse nome é uma homenagem ao professor José Albertino Rodrigues, pois, depois de uma greve imensa em 1991, uma greve de 104 dias, o professor voltou para terminar o semestre. Esse foi o primeiro semestre de nosso curso que terminou em dezembro ou janeiro, já não me lembro mais, e no dia que ele estava indo aplicar a prova o professor teve um acidente, um caminhão passou por cima de seu carro. Ele morreu com sua esposa, também professora da universidade, e mais um pedreiro que estava de carona com eles. Então o Centro Acadêmico se organizou e leva o nome dele até hoje.

Minha participação na universidade começa a partir desse Centro Acadêmico, a partir da representação dos conselhos, no conselho de curso, no conselho do departamento [...]. As pró-reitorias não tinham separado os conselhos, existiam os conse-

*lhos de Ensino, Pesquisa e Extensão no mesmo conselho, hoje cada conselho é desmembrado.*

*Durante toda a minha graduação, depois também no mestrado e doutorado, eu sempre participei ativamente do movimento estudantil, de todas as instâncias também na universidade, dos Conselhos e do Centro Acadêmico. De modo geral sim, a participação na universidade ela foi um pouco nesse sentido de grande envolvimento universitário e no movimento estudantil.*

## **Mariana**

*Eu acho que a memória mais forte do período da década de 1990, olha, seria a segunda metade da década de 90 o relato que tenho para fazer, entrei na Universidade de São Paulo no ano de 1996. Quando eu entrei na Universidade de São Paulo o primeiro contato que eu tive com o movimento estudantil foi no DCE (Diretório Central dos Estudantes), eu cheguei como pleiteante de bolsa moradia. Eu e outros amigos, naquele primeiro ano, morávamos no município de São Paulo, nossa faixa de renda se enquadrava no perfil para residência estudantil, isso era o que me fazia querer a moradia estudantil.*

*Eu morava no extremo na zona leste de São Paulo e levava três horas pra chegar em São Paulo, o caminho era de um ponto a outro, do extremo da zona leste, e a USP no extremo da zona oeste, totalizando três horas em conduções, num ônibus do Itaim Paulista até o Brás, que levava coisa de uma hora e, pouco depois, do Brás e mais um trecho de trem, na época não tinham as conexões melhoradas, razoavelmente melhoradas que tem hoje na cidade e, para chegar, mais um outro ônibus até a universidade, no campus, ao final com tudo isso eu contava três horas quando não tinha nenhum imprevisto. Mas por conta de morarmos dentro do município de São Paulo eu não consegui [a moradia estudantil] e outros colegas também não, moravam na periferia e tinham um perfil socioeconômico de baixa renda também não conseguiram pelo mesmo critério. Eu integrei um grupo daqueles que não conseguiram vaga, principalmente por um critério de renda. Nós sabíamos de outros colegas nossos que moravam em outros municípios ou cidades do interior, outros lugares e haviam conseguido a moradia da universidade e nós sabíamos também, inclusive, que eles recebiam mesada e isso causou uma revolta, uma grande indignação! Fizemos uma ocupação do térreo, foi uma ocupação de um bloco recém-reformado e com isso o térreo ele estava com uns beli-*

*ches, mas ainda não tinha sido disponibilizado, participei desse movimento de ocupação em meu primeiro ano na universidade.*

*Com esse primeiro ano vindo desse movimento de ocupação entramos numa lista de espera e fomos morar como hóspede, e no ano seguinte com a mesma documentação, no segundo ano na universidade e com o relato que nós participamos, nos submetemos a morar no alojamento coletivo, não é por outro motivo e sim o principal motivo é por uma questão de necessidade, e isso fez com que a gente se aproximasse das pessoas que organizavam esses movimentos relacionados ao acesso estudantil, não só o acesso ao curso, pois já havíamos passado no vestibular, mas a permanência, uma vez lá dentro como se manter na universidade?*

*No segundo ano eu prestei um concurso, não era exatamente um concurso, era um processo seletivo para trabalhar como funcionária da universidade, como uma técnica de laboratório, como temos aqui os TAs, eu prestei e passei, fiz a graduação à noite e trabalhando CLT como funcionária da USP. Eu combinei essas duas atividades, como aluna participando sempre das atividades do Centro Acadêmico, um período em que o curso de geografia do qual eu fazia parte era muito articulado com o curso de geografia de outras universidades em São Paulo e tinha uma articulação forte regional. Os eventos regionais, os eventos nacionais, os conselhos eles eram muito ativos, e com o presente período os eventos realizados em universidades federais encontravam-se em situação lastimável, muito difícil.*

*Pelo movimento estudantil, resumidamente para o movimento estudantil, essa questão principalmente da articulação entre os estudantes da geografia e encontros nacionais e regionais, com pautas vinculadas a política educacional, outro fato importante na década de 1990, lembrando das mudanças dos parâmetros curriculares que aconteceram nesse período também, reduziram a carga horária que ajustaram a entrada das universidades privadas aos montes nesse processo, esse período é neoliberal, bem, o período de Fernando Henrique Cardoso; e com tudo isso vieram as receitas para a redução da carga horária dos cursos, aqueles formatos dos cursos de três anos. Depois disso começam a aparecer as graduações de três anos, tudo menos, se fazia mestrado era em três anos, hoje se faz em dois anos, hoje se fala em um ano, então sempre menos, sempre mais números e menos tempo de trabalho.*

## Helena

*Eu entrei na universidade em 1991, eu já tinha toda uma caminhada política. Eu entrei acho que tinha uns vinte e três anos, era um pouquinho acima da média das pessoas que entravam com dezoito, dezenove anos. Eu já tinha toda uma caminhada de organização, principalmente em comunidades mais pobres. Fui educadora social de meninos e meninas de rua, atuei um pouco na pastoral do menor que era bem politizada na década de 1980. Eu vim pra Ciências Sociais querendo instrumentalizar minha prática. Como fui da primeira turma de Ciências Sociais sei da importância para os cursos de graduação ter seus Centros Acadêmicos, a questão de organizar um Centrinho era vital.*

*No sentido de organização como um todo, o curso de Ciências Sociais não tinha um Centro Acadêmico e era a primeira turma, eu tenho essa veia meio de querer organizar, participar, porque eu via na UFSCar as coisas são muito politizadas, as coisas são muito discutidas, muito debatidas.*

*Logo no primeiro ano teve uma greve de cem dias, os professores foram nas classes explicar o motivo da greve. Os estudantes não tinham uma relação direta com a greve dos professores, mas se reuniram e fizeram uma assembleia, toda essa movimentação impelia pra gente continuar, me fascinava um pouco no sentido de participar de alguma coisa.*

*Bem, daí tem duas coisas, era uma época, a década de 1991, estávamos no segundo ano do governo Collor e 1992, agora não me lembro da data, foi o impeachment. Tinha duas coisas, participação da vida política da universidade como um todo e a participação mais específica que era o Centro Acadêmico de Ciências Sociais. No final do ano, depois de uma greve de cem dias, redução da turma, mas, mesmo assim, conseguimos organizar o Centrinho que era vital porque assim que abrem os cursos nem sempre a universidade dá toda a estrutura, não tínhamos laboratório de informática, livros, então precisávamos nos organizar.*

*Precisávamos também ter um espaço para o Centrinho e nos organizamos e, por conta, disso no final do ano conseguimos constituir o CAJAR, Centro Acadêmico José Albertino Rodrigues, que era o professor e cofundador do curso de Ciências Sociais, mas que havia falecido num acidente na rodovia quando estava vindo dar aula pra gente. Ele foi fundador do DIEESE, foi presidente do SBPC, era um cara super atuante e decidimos que esse seria o nome do Centrinho.*

*E, particularmente, a minha trajetória é cheia de ingenuidades. Na realidade eu fui militante na pastoral do menor, na época em que estava se articulando para levar a emenda parlamentar que deu origem ao ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), era uma coisa mais de comunidade, de tentar juntar a comunidade, nós fazíamos encontros ecumênicos do menor. Várias religiões como presbiterianos, protestantes, católicos, gente de outras denominações católicas, mas como uma pauta única, o código do menor. Por conta da situação não se sustentar, as diferenças eram deixadas de lado, estávamos unidos por um mote em comum, as diferenças enriqueciam as discussões e a causa comum era a luta pelas crianças e adolescentes. Havia uma certa tolerância entre os discursos, você não era destrutado pela sua posição, era uma coisa mais dialogada, era comunitária [...]. E você entra aqui e eu vejo uma estrutura que eu desconhecía de partidarismo, de ter que bater de frente o tempo todo [...]. O consenso não existe porque uma ideia sobrepõe a outra e você não tem um diálogo com as pessoas, entre as lideranças. Sai de um mundo totalmente diferente, foi um aprendizado. Eu nunca fui de impor minhas ideias, nunca me coloquei numa posição radical, eu acho que a política você também faz no diálogo.*

## **Violeta**

*Antes de entrar na universidade eu tive uma participação no Ensino Fundamental. Naquela época era um centro cívico que hoje nem existe mais (risos), ainda bem. Na ditadura era o centro cívico, mas não era uma atuação política, não existia essa atuação como é hoje, essa discussão mais política da sociedade, mas porque também no Ensino Fundamental, aos treze, catorze anos, você não tem ainda bagagem nem de vida, nem teórica, nem acadêmica, nem nada de formação. Sempre tive uma vontade muito grande de participar. Essa foi à única participação fora do movimento estudantil.*

*Eu comecei no movimento estudantil no final da década de 1980, no ano de 1989, o ano que eu entrei na universidade, mas a minha atuação maior foi durante a década de 1990, na minha graduação. Eu não atuei no movimento secundarista, eu não tive oportunidade, mas quando eu entrei na universidade eu tinha muita vontade porque os professores falavam muito que a gente tinha que ter grupos de estudos de política. E eu tive muita vontade de ter uma participação, sempre tive, mas nunca me organizei para formar um coletivo antes do movimento estudantil.*

*Quando eu entrei na universidade eu fiquei muito decepcionada no começo, porque eu entrei no curso de Ciências da Computação da USP e não gostei do curso, eu não gostei de nada, não gostei da USP, não gostei de coisa nenhuma [e] achei que não era aquilo, achei que a universidade seria um lugar que as pessoas iriam se abrir para o mundo, que você ia discutir um monte de coisa. Eu cheguei lá e parecia o Ensino Médio, mais difícil, certo? Eram as aulas, os trabalhos, os espaços e você não tinha nenhum espaço institucional pra se discutir carreira, nenhum espaço institucional pra discutir a sociedade, você estava se formando para quê? Eu sentia uma deficiência muito grande nisso, era um objetivo que eu tinha quando eu entrei. Eu entrei e fui ser monitora de um cursinho popular, desde aquela época o cursinho do CAASO era muito forte, fui ser monitora de literatura lá no cursinho.*

*E um dia eu estava formando uma chapa para o CAASO, no final de 1989, em setembro de 1989, que era o Centro Acadêmico da USP, Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira, e comecei a participar das reuniões e gostar, eu não entrei oficialmente na chapa, mas a gente funcionava como um grande coletivo, então tinha o pessoal que ficou somente na chapa e o pessoal que ficou no apoio, trabalhávamos com um coletivo maior que a diretoria, ganhamos a diretoria e eu me envolvi no movimento estudantil a partir do CAASO, no final de 1989, a gestão foi de 1990 a 1991.*

*Eu comecei a participar da vida política universitária, na verdade na participação de uma mobilização, e minha atuação foi aumentando no movimento estudantil. Foi uma década muito difícil para as universidades e para o movimento estudantil, que a gente vivia e viveu a eleição do Lula e do Collor, o Collor ganhou e teve um desmonte muito grande no nosso país, não foi só nas universidades, mas de tudo e foi uma crise muito forte.*

*Foi um momento a década de 1990 para as universidades e pra quem estudava nessa época, foi um período muito difícil, [pois] o país passava por um momento um pouco complicado. Eu me formei em 1995, ingressei em 1989 na Computação, fiz dois anos de Ciência da Computação. Quando cheguei ao final de 1990 eu prestei vestibular porque eu não queria continuar esse curso, eu decidi que realmente não era isso e prestei Engenharia de Produção. Fiz Engenharia de Produção e me formei em 1995, eu fiz 1991, 92, 93, 94 e 95 e me formei, na verdade eu fiquei sete anos na USP e praticamente todo esse tempo no movimento estudantil. Em alguns momentos com maior envolvimento e [em] outros momentos em que eu estava quase me formando, com menor envolvimento porque tinha outras prioridades.*

## Considerações finais

Dentro desse contexto de atuação da mulher no universo público resgatou-se a memória dessas mulheres que se engajaram no movimento estudantil. A experiência no movimento estudantil permitiu a participação feminina de forma abrangente, construindo-se uma identidade de mulher atuante para cada uma delas. Com a pesquisa teórica apresenta-se o conceito de gênero como um conceito que inclui na história as vivências femininas. O termo gênero amplia, portanto, as discussões entre o feminino e o masculino, pois suas pesquisas dão ênfase aos estudos da mulher sem se sobrepor ao homem, sem criar qualquer tipo de hierarquização. A pluralidade do movimento estudantil ainda é caracterizada fortemente pela lógica de participação masculina e, como relatado por todas as entrevistadas, é um espaço de formação e educação política no qual essas mulheres tiveram diálogo e hoje carregam essas experiências para a vida.

A participação de mulheres no movimento estudantil e suas histórias, revelam-no como um espaço masculinizado em que as discussões sobre feminismo e gênero estavam ausentes, ainda na década de 1990. As memórias destas mulheres retratam que o universo do movimento estudantil está carregado de sentidos e vivências e, sobretudo, demonstra-se como ambiente de luta e subversão da opressão feminina em locais políticos.

Conclui-se que as representações de trajetórias femininas na história, na política e vida social, em existência, nas memórias da realidade social concreta das atividades no movimento estudantil a partir de 1990, podem contribuir para um aprofundamento maior da presença feminina no movimento estudantil e na universidade brasileira, bem como para a própria história da educação e do ensino superior brasileiro, em específico.

## Referências

- ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- COSENTINO, Milena. C. **A memória coletiva e a construção da identidade em famílias da Sociedade Israelita de Ribeirão Preto**. 2013. 213f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – FFCLRP- Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**, Campinas, 1997, n. 8/9, p. 319-342.
- KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PEDEX – Programa Educativo Dívida Externa. **O Neoliberalismo. Ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres**. São Paulo: DESER, 1993.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 25-37.
- SILVA, Mayris de Paula. **Memórias de Mulheres do Movimento Estudantil: participação, gênero e educação**. 2016. 149 fs. Dissertação (Mestrado em Educação)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2016.

# III

## A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: SEXUALIDADE E GÊNERO NAS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA\*<sup>1</sup>

*Silmara Lourenço*

### **Introdução**

O termo “educação sexual” é – e não é de hoje – exaustivamente debatido pelo poder público, movimentos sociais e mídias quando se fala em educação. Existe um medo a uma suposta precocidade na sexualidade de crianças e a uma ameaça do que se denominou pejorativamente de “ideologia de gênero”; tema este presente em planos de governo de candidatos à representação pública que prometem, para a educação, o “*combate a doutrinação e sexualização precoce*”. Mas, como acontece concretamente a educação sexual nas escolas?

A “Sexualidade” é, desde 1998, um dos cinco temas transversais de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento que engloba os conteúdos que devem estar nas práticas pedagógicas nacionais. O caráter “transversal” implica sua magnitude, de modo que, deve transpassar por todas as disciplinas e não estar atrelado a uma única. Podemos considerar, porém, que o viés transdisciplinar, que resulta na responsabilização de todos, traz a problemática de indefinição da responsabilidade e na perspectiva transversal pouco efetivamente se faz.

Dessa maneira, discutimos neste artigo como a escola se organiza e como as temáticas de educação sexual, sexualidade e gênero se inserem em seu interior. Temos o foco no ensino de Ciências e Biologia, pois são as áreas as quais comumente se espera a abordagem sobre o corpo e da

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.57-78

<sup>1</sup> O texto trata-se, originalmente, de um capítulo da dissertação de mestrado “A educação sexual nas escolas: sexualidade e gênero segundo professoras de Ciências e Biologia” (LOURENÇO, 2018) da autora defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, *campus* Sorocaba que foi transformado em artigo científico para este livro.

Educação Sexual (MACEDO, 2005; LOURO, 2016). Uma vez que tais temas tendem a serem naturalizados para se justificar comportamentos, intentamos compreender como as ciências biológicas entendem e trabalham, buscando contextualizar como acontece a educação sexual nas escolas.

## **A escola e seus meios de educar sexualmente**

No contexto escolar existem concepções sobre os/as “adolescentes” que a instituição é encarregada de formar e podemos dizer que essas se relacionam com interesses ideológicos por trás da responsabilização do ensino de ciências e biologia na Educação Sexual. Por isso, para discutirmos a escola, suas concepções e sentidos, abordamos o julgamento que esta tende a ter sobre o/a estudante, que se atrela à concepção de *adolescência* adotada pela instituição.

Segundo César (2008), a psicologia e as áreas biológicas criaram o conceito de adolescência ao fim do século XIX e início do XX como uma fase em que o sujeito/a tem a necessidade de ser educado/a – pela escola e família. A adolescência foi marcada pela delinquência juvenil, sexualidade e rebeldia. Ainda, a ideia de que o adolescente passa por uma “explosão hormonal” agrega caráter biológico à fase. Contudo, a noção de “*crise natural*” da adolescência desconsidera o caráter histórico da concepção. Pesquisas sobre esse sujeito/a costumam entendê-lo/a como a-histórico e portador/a de uma essência conhecida.

Essa é a figura epistemológica subjacente às investigações que contribuem para alimentar os bancos de dados de pesquisas sobre a violência juvenil, a gravidez na adolescência, o uso de drogas, os casos de contaminações por HIV/Aids, a promiscuidade sexual, entre outras. Tais pesquisas apenas reafirmam a impotência dos especialistas diante de um mal que continua a crescer de maneira descontrolada, a despeito das expectativas e intenções dos especialistas. (CÉSAR, 2008, p. 27)

Os discursos científicos recriaram as instituições para a vigília do/a jovem. Os dizeres médico e psicopedagógico instituíram dispositivos para a educação a fim de produzir *adultos ideais* com o disciplinamento do corpo. A noção serviu para o ideal de família burguesa como uma nova família higiênica que atendia aos interesses da sociedade a se formar (CÉSAR, 2008). “Naturalmente” existia um padrão de sujeito/a ideal que perpassa o ideal de família: branca, burguesa, formada por pai provedor do lar, mãe cuidadora do lar e filhos.

Assim, há preocupação com a sexualidade do adolescente, segundo César (2008), pois esta não está “pronta” e é influenciada por “hormônios”. Se o sujeito adolescente manifestar sexualidade diferente do que se espera, atribui-se à fase de turbulência. Em idade apropriada espera-se que se ajuste ao saudável. Essa ambiguidade – controla-se seu corpo e se permite certa “desarmonia” – desqualifica a autonomia. É a fase apropriada para os “erros”, pois esse *sujeito* não foi habituado aos padrões de normalidade. Com esse pensamento a escola olhou para o/a adolescente e construiu suas práticas pedagógicas.

A preocupação com a sexualidade orientou-se pela ideia de higiene sexual. Assim, a ciência tomava lugar da moral ao ditar as regras de comportamento que não mais distinguiam o moral do imoral, mas sim, o normal do patológico. Nesse novo universo das verdades da ciência, a condenação à masturbação seria matéria-prima para a produção de discursos de controle dos corpos dos jovens no espaço das micropolíticas de produção do sujeito ideal. (CÉSAR, 2008, p. 53)

Em contrapartida, também devemos considerar que a educação sexual é uma questão básica de cidadania que deve contribuir para construção de habilidades de amar, ser amado/a e lidar com emoções e afetos, além de questões científicas biológicas e comportamentais (SOUZA, 2002). Contudo, os adultos tendem a se resguardar do dizer que envolva afetos, desejos e prazeres (do íntimo) – sejam professoras de ciências e biologia ou outras áreas.

Costuma-se, apelar para o caráter biologicamente validado e ignora-se o aspecto público, cultural e histórico (LOURO, 2000; DINIS, 2011). Segundo Tonatto e Sapiro (2002), educadoras percebem a necessidade de abordar o tema, mas ficam sem amparo pra isso. Restringem ao enfoque biologizante que serve para preservar-se com relação aos próprios receios que possa possuir, visto que, possivelmente também não foram convidadas a refletir ou questionar a si mesmas. Há, assim, limites que foram construídos ao longo de suas vidas.

Pode-se aqui fazer um paralelo com a dicotomia pensamento/prática ou mente/corpo que se consolidou em torno de nossa ciência. A ciência positivista que se construiu pensa o conhecimento como neutro, onde afetos, prazeres e desejos estão junto daquilo que é corpo e, portanto, não seriam “conhecimentos”. Segundo bell hooks<sup>1</sup> (2017), essa neutralidade parte da ideia de que teoria e prática são dissociadas. Atrelado a isso, a escola – sala de aula, corredores, pátios, salas da gestão, das professoras, quadras, entre outros – é pensada como local sexualmente neutro. Isso se dá com ênfase à sala de aula, dada a noção de conhecimento neutro; alheio ao corpo. Para Miskolci (2010), isso colabora para que haja silenciamento. Presume-se que a sexualidade pertence ao privado, às “quatro paredes”. Porém, ela se encontra no ambiente escolar, pois constitui os/as sujeitos/as enquanto pessoas.

Com isso, a *heteronormatividade*<sup>2</sup> se mantém na escola a partir da não fala de manifestações diferentes da heterossexual. O silenciamento se dá com a pretensa eliminação de sujeitos:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavel-

---

<sup>1</sup> Nascida Glória Jean Watkins, a teórica intelectual, estadunidense, feminista e negra assumiu o nome de sua bisavó materna (Bell Blair Hooks) e prefere que o pseudônimo seja escrito com as iniciais em minúsculo.

<sup>2</sup> Conceito que trata da organização da sociedade que vê a heterossexualidade como norma que atinge não apenas relações afetivas, mas todas as relações sociais. É esperado que haja representantes masculinos e femininos – do que quer que seja – e que estes estejam em relação.

mente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. (LOURO, 2016, p. 30)

A escola reproduz e produz a norma vigente e um ambiente de violência é garantido pela *ausência*. A invisibilidade coloca a heterossexualidade como padrão pelos ensinamentos “não formais”; no currículo oficial ou fora dele. Segundo Junqueira (2010), o currículo é um artefato político, de produção cultural que proporciona situações de aprendizagem e auxilia a construção de identidades, saberes, diferenças, desigualdades e hierarquias e reforçam processos de exclusão que se repetem na sociedade. Ainda, além do currículo oficial, há o “currículo oculto” em que suas manifestações são negadas e veladas. Este se constitui por aspectos que não estão no currículo, mas contribuem de forma implícita para aprendizagens sociais. Constituem atitudes, comportamentos, valores e orientações e inclui as ausências do currículo formal. Pode ensinar o conformismo, obediência e individualismo.

Pelo currículo oculto também se aprende o que significa ser homem ou mulher, heterossexual ou homossexual na sociedade (JUNQUEIRA, 2010). Se esta é racista, homofóbica e sexista seus valores serão, pelo currículo oculto, propagados para a reprodução. Mesmo sem total consciência, educadoras podem adotar práticas que reforçam tal modelo por reprodução e isso faz parte do jogo de forças os quais são submetidas.

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais são constantes na vida escolar das pessoas que de algum modo são identificadas como LGBT ou, mais genericamente, como não heterossexuais. Estas pessoas veem-se, desde cedo, às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes. (JUNQUEIRA, 2010)

Na “pedagogia do insulto” aprende-se a perpetuar preconceitos. Há uma relação de violência alimentada por meio dessas práti-

cas. Alguns/mas alunos/as estão vulneráveis a situações de assédio e *bullying* por não se enquadrar nos padrões ligados a sexualidade e gênero e, segundo Balieiro e Risk (2014), há omissão de agentes escolares em casos de violência homofóbica justificada pela noção de que *a escola é neutra*. Pensa-se a escola como um ambiente igualitário e não se questiona as violências que ocorrem em seu interior. No entanto, a escola sofre e exerce influência social. O silêncio produz hierarquização, diz o que é certo e errado e tornam educadoras/es cúmplices dos insultos que ocorrem nesse espaço.

O *silêncio* de educadores diante do incomodo causado por um estudante que age de forma distinta da maioria *não é uma atitude neutra. É uma tentativa de eliminá-lo*. Fingir que alguém não existe nada tem de imparcial, e ignorar costuma ser a melhor forma de fazer valer os padrões de comportamentos considerados ‘bons’, ‘corretos’, ‘normais’. (MISKOLCI, 2010, p.80 – grifo nosso)

Quando surge “incoerência” de sexo-gênero, a/o sujeita/o de comportamento “diferente” é eleita/o como “a/o outra/o”, pois se espera que marcas corporais indiquem comportamentos apropriados. Muitas vezes, a/o sujeita/o descobre sua sexualidade ao ser vítima da violência. A escola incute a ideia de que devem manter-se em silêncio e cria-se o “armário” como um *dispositivo* de controle. Passam por ofensas durante a vida escolar e para se defender se escondem (BALIEIRO; RISK, 2014; MISKOLCI, 2010). Torna-se necessário que a escola reconheça as diferenças e explicita o que é imperceptível e, por isso, colabora na construção de desigualdades (BELELI, 2010; LOURO, 2000). A atitude de se ter a discussão da sexualidade restrita ao ensino de ciências e biologia, pode colaborar na manutenção do silenciamento de questões de sexualidade e gênero e isso nada tem de casualidade.

## **O panorama geral do ensino de Ciências e Biologia**

A escola possui a disciplina de Biologia nos três anos do ensino médio e de Ciências nos quatro últimos do ensino fundamental. A área objetiva compreender a realidade para a busca por qualidade de vida. Es-

tuda-se os seres vivos, a interação e o meio e os processos que regulam a vida. Para Krasilchik (2008), a formação deve contribuir para que se seja capaz de compreender conceitos e processos biológicos e a importância da ciência e tecnologia para a vida; utilizando-se o conhecimento para tomar decisões individuais e coletivas no cotidiano. Conceitos de ciência e tecnologia necessitam atenção das educadoras para que se evite um respeito exacerbado e alienante ou uma desconfiança sem fundamento sobre os/as cientistas.

Por essa perspectiva, segundo Krasilchik (2008), a escola desempenha papel na formação de cidadãs/ãos. Para isso, a elaboração de currículos escolares deve ser alvo de intensos debates. Fala-se em alfabetização biológica como processo de construção do conhecimento necessário na contemporaneidade e espera-se que ao final do ensino médio, a/o educanda/o esteja *alfabetizada/o*: compreenda conceitos básicos e tenha capacidade do pensar independente, de avaliar as informações e de saber aplicar seus conhecimentos na vida diária.

Assim, considerando orientações federais sobre como a ciência deve estar na escola, no documento da Base Nacional Comum Curricular proposto pelo Ministério da Educação, pautado pela Lei de Diretrizes e Bases, para o ensino fundamental, a partir de 2019:

A área de Ciências da Natureza tem um compromisso com o desenvolvimento do letramento científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), *mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais da ciência*. Em outras palavras, apreender ciência não é a finalidade última do letramento, mas, sim, *o desenvolvimento da capacidade de atuação*. (BRASIL, 2017 – grifo nosso)

O documento traz instruções para os anos finais do EF. Neste estágio há “ampliação progressiva da capacidade de abstração e da autonomia de ação e de pensamento”, que acarreta aumento do interesse de educandas/os pela sociabilidade e “busca de uma identidade própria”. Devem-se explorar as relações consigo, com a natureza, tecnologia e ambiente com valores éticos e políticos para atuar com “respeito, responsa-

bilidade, solidariedade, cooperação e repúdio à discriminação” (BRASIL, 2017).

Ainda, o texto da BNCC, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em dezembro de 2017 (versão do EF, sem, ainda, o EM) incluiu-se orientações sobre o ensino religioso. Na versão divulgada em abril/2017, o tema havia sido retirado, mas recolocado às vésperas da votação. Na BNCC, o ensino religioso deve ser oferecido pelas escolas públicas e privadas e a matrícula é optativa aos/às estudantes. Ao CNE cabe decidir se o ensino estará dentro das ciências humanas ou em uma área do conhecimento a parte<sup>1</sup>.

No documento da BNCC para o Ensino Médio, a estrutura do ensino deixa de ser por disciplinas específicas e passa a se organizar por áreas do conhecimento: 1) linguagens e suas tecnologias, 2) matemática e suas tecnologias, 3) ciências da natureza e suas tecnologias e 4) ciências humanas e sociais aplicadas. A justificativa é de que as escolas terão maior flexibilidade em montar seus itinerários a partir das realidades locais o que permitirá um trabalho interdisciplinar. Segundo a BNCC do Ensino Médio:

[...] a BNCC da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias – integrada por Biologia, Física e Química – propõe ampliar e sistematizar as aprendizagens essenciais desenvolvidas até o 9º ano do Ensino Fundamental. Isso significa, em primeiro lugar, focalizar a interpretação de fenômenos naturais e processos tecnológicos de modo a possibilitar aos estudantes a apropriação de conceitos, procedimentos e teorias dos diversos campos das Ciências da Natureza. Significa, ainda, criar condições para que eles possam explorar os diferentes modos de pensar e de falar da cultura científica, situando-a como uma das formas de organização do conhecimento produzido em diferentes contextos históricos e sociais, possibilitando-lhes apropriar-se dessas linguagens específicas... Propõe um aprofundamento conceitual nas temáticas *Matéria e Energia, Vida e Evolução e Terra e Universo*. Elas são consideradas es-

---

<sup>1</sup>Fonte:<[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2017/12/15/interna\\_brasil,734792/mec-aprova-base-curricular-e-torna-ensino-religioso-obrigatorio.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2017/12/15/interna_brasil,734792/mec-aprova-base-curricular-e-torna-ensino-religioso-obrigatorio.shtml)>. Acesso em: 13/08/2018.

senciais para que competências cognitivas, comunicativas, pessoais e sociais possam continuar a ser desenvolvidas e mobilizadas na resolução de problemas e tomada de decisões. (BRASIL, 2018, p. 537-538 – grifo nosso)

É importante considerar, entre algumas das controvérsias da proposta da BNCC, que a tendência é que apenas uma professora seja responsável por cada área, o que pode empobrecer a mesma, visto que a formação de professores é dividida em biologia, física e química; de modo que, como exemplo, o professor de biologia não é capacitado igualmente para o ensino de física. Ainda, é esperado o desenvolvimento de três competências e 23 habilidades no interior desse ensino para o/a educando/a. Sobre as competências específicas de ciências da natureza e suas tecnologias para o ensino médio:

1. Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e/ou global.
2. Construir e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar decisões éticas e responsáveis.
3. Analisar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). (BRASIL, 2018, p. 539)

A BNCC foi aprovada pelo CNE em 04 de dezembro de 2018, e agora aguarda a homologação pelo ministro da Educação. Enquanto isso

se tem, por exemplo, os PCN em vigor, em que a área da biologia no documento, por sua vez, possui um espaço dentro do caderno de “Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias”. Nesse caderno estão inseridos, *separadamente*, os conhecimentos de biologia, física, química e matemática.

É objeto de estudo da Biologia o fenômeno vida em toda sua diversidade de manifestações. Esse fenômeno se caracteriza por um conjunto de processos organizados e integrados, no nível de uma célula, de um indivíduo, ou ainda de organismos no seu meio. Um sistema vivo é sempre fruto da interação entre seus elementos constituintes e da interação entre esse mesmo sistema e demais componentes de seu meio. As diferentes formas de vida estão sujeitas a transformações, que ocorrem no tempo e no espaço, sendo, ao mesmo tempo, propiciadoras de transformações no ambiente. (BRASIL, 1998, p. 14)

Ainda, o documento considera que:

Elementos da *história e da filosofia da Biologia* tornam possível aos alunos a compreensão de que há uma *ampla rede de relações entre a produção científica e o contexto social, econômico e político*. É possível verificar que a formulação, o sucesso ou o fracasso das diferentes *teorias científicas estão associados a seu momento histórico*. (BRASIL, 1998, p. 14 – grifo nosso)

Os PCN do EF entendem que o ensino de ciências deve considerar a perspectiva de sua história, considerando a vertente “Ciências, Tecnologia e Sociedade” (CTS). No ensino fundamental, a área de Ciências compreende a biologia, física e química e é entendida na perspectiva interdisciplinar. De acordo com Krasilchik (2008), em relação aos PCN do EF este teve a pretensão, para as ciências naturais, de compreensão do mundo e suas transformações, entendendo o ser humano como agente ativo e participativo.

No âmbito do ensino de ciências, em geral, e biologia, em particular, pretende-se enfatizar, nos temas comumente incluídos (ambi-

ente, ser humano e saúde), aspectos práticos e do cotidiano dos alunos. Alguns desses tópicos são retomados nos chamados ‘temas transversais’ – que, segundo os PCN, ‘as disciplinas convencionais não suprem totalmente no sentido de discutir questões sociais e valores para o pleno exercício da cidadania’. Os temas transversais escolhidos foram: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, muitos dos quais são normalmente discutidos pelos professores de ciências. (KRASILCHIK, 2008, p. 18)

Nos PCN do ensino médio, em competências e habilidades da Biologia, consideramos duas do item “Contextualização sociocultural”. A primeira diz: “Reconhecer a Biologia como um fazer humano e, portanto, histórico, fruto da conjunção de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e tecnológicos”. A outra de responsabilidade da biologia diz: “Identificar a interferência de aspectos místicos e culturais nos conhecimentos do senso comum relacionados a aspectos biológicos” (BRASIL, 1998).

Para Krasilchik (2008), no ensino médio, o conteúdo acontece de forma descritiva, com excesso de terminologias sem vínculo direto com o funcionamento de estruturas. A diversidade de seres vivos aparece em descrições morfofisiológicas de grupos, mas sem quaisquer relações entre eles. A compreensão de sistemas amplos pouco aparece. Faltam análises de implicações sociais do desenvolvimento científico.

Ainda, nos currículos do conteúdo de disciplinas do ensino fundamental: “São apresentados conhecimentos factuais, muitas vezes irrelevantes e desconexos em relação às outras áreas da disciplina de ciências e às demais disciplinas do currículo” (KRASILCHIK, 2008, p. 13). Isso colabora para que se reforce um ensino teórico, enciclopédico que estimula a passividade e o exame vestibular para o ensino superior que exige conhecimentos fragmentados. Encontra-se uma contradição se o objetivo da escola for a formação de cidadãos e cidadãs críticos/as e atuantes na própria realidade.

Nesse contexto, os ensinamentos de Ciências e Biologia abarcam desafios submetidos ao desenvolvimento de metodologia que seja capaz de

incluir conhecimento especializado e conhecimento necessário à vida social (VIEIRA; BASTIANI; DONNA, 2009). Segundo Lima e Borges (2007), é necessário reorganizar a educação básica pensando desafios de processos e transformações globais e sociais.

## **Currículo do ensino do conhecimento científico no Brasil: breve histórico**

Historicamente, no Brasil, após o golpe militar de 1964, passou-se a considerar o ensino de uma ciência objetiva por conta dos rumos tomados pela ideologia política que foram sentidos na educação, deixando de lado aspectos subjetivos (LIMA; BORGES, 2007). Krasilchik (2008) diz que, no período, apresentou-se um ensino de ciências contraditório: o viés tecnicista e com caráter profissionalizante fora incorporado aos currículos. Evidenciava-se a compreensão de conhecimentos atualizados e a vivência do método científico, porém, o ensino se apresentava de modo descritivo e segmentado.

Nesse momento, o currículo de ciências foi indispensável para a preparação de uma mão de obra qualificada no final da década de 1960. O panorama começa a mudar próximo ao fim da década de 1970, quando movimentos populares se manifestavam em favor da democratização do país e quando a crise econômica e social passou a fazer parte dos países de Terceiro Mundo. Nos anos 1980, com a expansão da preocupação com a redemocratização, a educação passa por processo de reformulação de suas correntes. A atenção a reconstrução da sociedade democrática foi percebida pelo ensino de Ciências e os projetos desenvolvidos tiveram variabilidade de concepções (LIMA; BORGES, 2007; KRASILCHIK, 2008).

Para Nascimento, Fernandes e Mendonça (2010), foi a partir dos anos 1990 que se viu necessidade de articular ciência, tecnologia e sociedade em panorama amplo, mas houve incertezas sobre a produção científica e tecnológica. Nestas, havia falta de relação com as necessidades da maioria da população brasileira. Entende-se aqui que ciência *é* tecnologia em uma noção de ciência como desenvolvimento. Porém, a concepção

de desenvolvimento predominante é a de crescimento econômico e este se associa ao potencial de consumo. Esse tipo de desenvolvimento científico exerce influência ainda hoje no ensino de ciências.

Para Krasilchik (2008), o currículo é um caminho a ser seguido e criado pela instituição com a responsabilidade de colocar em prática uma proposta educacional e avaliar os resultados. É um plano onde há intenções declaradas sobre o processo de ensino e aprendizagem. Esse é o currículo oficial que denota concepções e valores históricos e sociais de dado momento, logo, a depender das intenções, têm-se diferentes concepções de currículo.

Contudo, de acordo com Carvalho e Gil-Perez (2011), há ausência de conhecimento por parte das profissionais sobre abordagens do conhecimento científico. Algumas educadoras sabem pouco sobre contribuições da pesquisa e inovação didática e possuem a visão do ensino como algo simples, o qual é suficiente deter conhecimento de conteúdo e um pouco da prática e conhecimentos psicopedagógicos, dada a defasagem na formação.

Considerando os processos de ensino e aprendizagem, ainda, no Brasil, apresentam-se, nas escolas públicas, majoritariamente, duas formas: 1) a que trabalha com o objeto de estudo em si, voltando-se a abordagem tradicional de ensino e 2) a que trabalha com as abordagens cognitivistas e sócio-interacionistas (VIEIRA; BASTIANI; DONNA, 2009). A concepção racionalista acadêmica ou “tradicional”, de acordo com Krasilchik (2008), se relaciona com a convicção da importância da transmissão da cultura “válida”. A educadora é responsável pelo ensino e alunos/as receptores destes. A professora, com a sua autoridade, fornece tarefas individuais caracterizadas pela transmissão das informações e consulta de livros didáticos.

Já a concepção interacionista, formulada por Vygotsky, é aquela que entende o organismo e a influência do meio, de modo que tanto a biologia quanto o social estão interconectados e são interdependentes. A/o sujeita/o se constitui a partir de suas interações com o meio e com a/o outra/o e do mesmo modo esse meio é constituído por essas interações; transforma e é transformada/o (KRASILCHIK, 2008).

A concepção que pensa o desenvolvimento de processos cognitivos é tendência que valoriza o desenvolvimento intelectual da/o aluna/o e sua capacidade de buscar informações e usá-las em situações reais. Centra-se na solução de problemas individual ou em grupo. A educadora cria situações que pensam a aprendizagem de forma autônoma, respeitando as características de cada um. Busca-se resolver problemas por meio da capacidade de buscar dados e analisá-los, propor hipóteses e organizar e testar soluções (KRASILCHIK, 2008).

Assim, as teorias cognitivistas chegam ao Brasil na década de 1960. No ensino de Ciências foi por volta de 1980 que tais teorias influenciaram significativamente. O professor já não deveria ser transmissor, mas orientar a aprendizagem. Dever-se-ia desenvolver ações que valorizassem o trabalho coletivo e os sistemas simbólicos para desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais (NASCIMENTO; FERNANDES; MENDONÇA, 2010).

Porém, ainda que haja transformações relacionadas às orientações construtivistas, segundo Carvalho e Gil-Perez (2011), estas podem ser desvirtuadas de sua aplicação concreta. Ter um currículo fundamentado no viés sócio-construtivista não é suficiente se o/a educador/a não tiver formação e as condições necessárias no espaço escolar para utilizá-lo desse modo. A formação – inicial e continuada/permanente – é, assim, um dos caminhos importantes.

## **Modalidades didáticas do ensino de Ciências e Biologia**

A escolha das modalidades didáticas por parte da educadora depende, segundo Krasilchik (2008) dos conteúdos e objetivos e, além disso, também da classe a qual se destina, do tempo, dos recursos disponíveis e dos *valores e convicções* que a professora possui – visto que, a prática pedagógica não é neutra. Em cada ano, cada sala, contexto, momentos e realidades sociais e culturais pode se pensar em várias possibilidades.

As modalidades didáticas, se pensadas em um espectro, vão da total responsabilidade da educadora em aula expositiva até a total autonomia de educandas/os. Conforme Krasilchik (2008), a *aula expositiva* é o tipo mais comum na matéria de biologia e sua função é informar. Nesse

sentido, educadoras repetiriam os livros didáticos e estudantes passivamente ouviriam e esta permitiria a transmissão de ideias daquilo que a educadora achar ser importante. A contradição desse modelo, é que, apesar de o objetivo ser a transmissão de conteúdo, a captura da informação é pequena, pois nesse modelo de aula se perde facilmente a atenção de quem ouve por conta da passividade exigida.

Contrapondo a esse modelo, tem-se a aula pautada em *discussão* que representa progresso na qualidade de cursos de biologia ao se ter esse tipo de didática. Em discussão estruturada, educadora auxilia para que estudante participe intelectualmente de atividades de investigação. Em meio à discussão e ao diálogo, os conceitos ficam inteligíveis, as aulas se tornam prazerosas e desafiam a imaginação (KRASILCHIK, 2008). Ainda, segundo Carvalho e Gil-Perez (2011), em geral, há, entre professores/as, rejeição ao denominado “ensino tradicional” que se associa ao modelo de aula expositiva. Porém, mesmo com essa rejeição no discurso, se têm aulas de ciências praticamente do mesmo modo como se fazia há 60 anos:

Convém, por isso, mostrar aos professores – durante sua formação inicial e permanente – até que ponto e, insistimos, à margem de atitudes de rejeição generalizadas, o que eles denominam pejorativamente “ensino tradicional” neles está profundamente impregnado ao longo dos muitos anos em que, como alunos, acompanharam as atuações de seus professores. Trata-se de uma formação ambiental que teve um grande peso por seu caráter reiterado e por não estar submetida a uma crítica explícita, constituindo-se, por isso, em algo “natural”, sem chegar a ser questionada efetivamente. (CARVALHO; GIL-PEREZ, 2011, p.39)

Também, nesse ensino, há a exigência, em certos momentos, de *aulas práticas*. Para Nascimento, Fernandes e Mendonça (2010), em uma perspectiva de redescoberta científica, aulas práticas são fundamentais para a transformação no ensino, pois possibilitam a realização de pesquisas e compreensão do mundo científico-tecnológico. No entanto, pouco é feito em escolas de nível básico, muitas vezes por falta de estrutura e

laboratório adequado. O que geralmente se tem é um ensino percebido como distante e sem influência na realidade e vida prática, o que colabora com a concepção do mito da neutralidade científica.

Ainda, o/a educando/a possui conhecimentos, ideias, crenças, significados, concepções etc., que são prévios e devem ser considerados, pois trazem para as aulas ideias, por vezes contraditórias, mas que devem ser conhecidas para que possam ser superadas. Do contrário, podem atrapalhar o aprendizado. Aqui é importante que a história e a filosofia das ciências estejam presentes no currículo de biologia, pois é essencial para a compreensão, por exemplo, do próprio processo evolutivo (KRASILCHIK, 2008).

O conhecimento de história e filosofia, segundo Krasilchik (2008), pode ser ferramenta para que se compreenda como as descobertas científicas contribuíram para o progresso da humanidade e qualidade de vida. Uma análise histórica da ciência e tecnologia permite entender o significado no momento atual e, ainda, como determinados progressos podem levantar problemas éticos e sociais. Nesse sentido, tentamos discutir, seguidamente, a partir da perspectiva assumida nesse trabalho, como vem a ser o ensino de ciências e biologia compreendendo a complexa relação entre *Ciência, Tecnologia e Sociedade* (CTS).

## **A relação do conhecimento científico e a sociedade: uma abordagem plural é possível?**

Entre educadores/as é consensual o pensamento que o ensino deve preparar para problemas do cotidiano. Para tal, certas dimensões devem ser consideradas: a ambiental, a filosófica, a cultural, a histórica, a médica e, ainda, a ética. Para a última, Krasilchik (2008), diz que descobertas em medicina e genética humana são passíveis de grande impacto se a intenção for vincular aspecto científico à vida prática das alunas, pois:

A presença crescente de problemas individuais e sociais e suas divulgações pelos meios de comunicação de massa tornam essencial que os alunos possam justificar e defender posições em relação a

tópicos como aborto, eutanásia, biodiversidade e relações internacionais, propriedade das descobertas científicas. (KRASILCHIK, 2008, p. 21)

Dessa maneira, devem-se ir além da ciência pura entendendo nesta sua aplicação para a solução de problemas concretos e, sobretudo, atuais. Se o objetivo do processo de ensino for proporcionar uma noção de ciência que possa ser utilizada na vida, é preciso compreender as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Para Carvalho e Gil-Perez (2011), é necessária a noção de CTS enquanto rede de complexas relações na construção do conhecimento, sem ignorar a existência de um *papel social das Ciências*.

O trabalho dos homens e mulheres de Ciências – como qualquer outra atividade humana – não tem lugar à margem da sociedade em que vivem, e se vê diretamente afetado pelos problemas e circunstâncias do momento histórico, do mesmo modo que sua ação tem uma clara influência sobre o meio físico e social em que se insere. Afirmar isto pode parecer supérfluo, no entanto, a ideia de que fazer Ciência é pouco menos que trancar-se em uma torre de marfim – “no mundo dos livros” ou coisa parecida – distanciado da realidade, constitui uma imagem tópica bastante difundida e com a qual nosso ensino lamentavelmente contribui, reduzindo a Ciência à transmissão de conteúdos conceituais e, se muito, treinamento em alguma destreza, deixando de lado os aspectos históricos, sociais, etc. (2011, p. 24 e 25)

É preciso, por essa perspectiva, que a/o educadora/or conheça a história da ciência e que esta não é alheia à sociedade. Para isso é preciso que na formação, por exemplo, não se traduza em “simples soma” de aspectos técnicos das ciências e questões da educação, sem, de fato, associá-las (CARVALHO; GIL-PEREZ, 2011). Outro ponto é de que o trabalho docente não é uma tarefa isolada. Para Carvalho e Gil-Perez (2011), ao menos, não deveria ser dessa forma, pois é um processo que depende de trabalho coletivo e a profissional não deve se sentir saturada

ou com a necessidade de possuir um conjunto de saberes que estão além das capacidades de um ser humano. Como um dos desafios:

O docente, por falta de autoconfiança, de preparo, ou por comodismo, restringe-se a apresentar aos alunos, com o mínimo de modificações, o material previamente elaborado por autores que são aceitos como autoridades. Apoiado em material planejado por outros e produzido industrialmente, *o professor abre mão de sua autonomia e liberdade, tornando-se simplesmente um técnico.* (KRASILCHIK, 2008, p. 184 – grifo nosso)

Para Krasilchik, 2008, processos científicos da medicina e biologia têm acentuado a preocupação moral com problemas relativos à aplicação desses, inclui-se aqui a legislação sobre eutanásia, controle de natalidade, eugenia, aborto, o uso de drogas etc. Estudantes têm certo conhecimento sobre tais assuntos e tendem a instar professoras a emitir opiniões em aula. A educadora deve tomar a iniciativa de auxiliar a discussão reconhecendo o problema ético que possa existir.

Ainda, esse tipo de debate deve acontecer em aulas dialogadas, pois não cabe conduzir de modo expositivo. Requer a participação para que se integrem pontos de vista de diversas disciplinas destacando a questão afetiva dos problemas sem deixar de lado a base sólida de conhecimento para se ter uma discussão fundamentada.

Nesse viés, de acordo com Lima e Borges (2007) também, demandas sociais exigem que a escola repense práticas educativas e reorganize seus conteúdos de modo que se construa conjunto de tópicos relevantes ao/a educando/a e que o conhecimento construído seja ferramenta capaz de interferir na realidade – social, ambiental, cultural e histórica.

Ainda, o Brasil é um país diverso. A sociedade multicultural, segundo Krasilchik (2008) não pode ser ignorada pelo ensino de biologia, que tem papel de analisar diferenças e semelhanças em atributos físicos na diversidade cultural. O conhecimento de biologia pode auxiliar na construção do respeito. Continuidade genética, eugenia, doenças, adapta-

ções a ambientes de altitudes e temperaturas diversas podem auxiliar na compreensão, por exemplo, de diferenças físicas de grupos humanos.

Preconceitos raciais e discriminações de minorias étnicas e religiosas precisam ser identificados para serem superados. Devem-se incluir estudos de processos de herança de genes, como para cor da pele, tipo sanguíneo, cor dos olhos, doenças etc. As dietas, o uso de plantas e animais, aceitação ou não de controles de natalidade, contribui para que se entenda a maneira como diferentes grupos de seres humanos vivem e entender o tempo de vida, padrões estáticos, heranças culturais que podem levar a compreender outros padrões comuns a todos enquanto seres humanos, por comparações entre eles (KRASILCHIK, 2008). Assim:

Os professores de biologia não podem se furtar à responsabilidade de ajudar seus alunos a desenvolver as habilidades necessárias para incorporar à análise de um problema o ponto de vista social e político, que é requerido de todo cidadão. Muitos docentes *evitam* tópicos com implicações sociais e políticas, por falta de segurança em relação ao assunto, por temer perder o controle da classe ou, ainda, por medo de criar problemas com os pais ou com autoridades superiores. Não se trata de exigir dos professores atitudes temerárias e muitos menos de doutrinação dos estudantes, mas sim uma análise racional e objetiva dos problemas de interesse social. (KRASILCHIK, 2008, p. 188)

Por essa perspectiva, é papel da biologia pensar em consonância com as ciências humanas para que se desfaçam concepções naturalizantes que legitimam desigualdades. Uma delas é a do racismo: a escravidão levou ao antiquado cientificismo eugenista do século XIX, que, pautado na determinação de raças, buscou respaldo científico para a hierarquização. O prevaletimento da noção de que alguns humanos são, naturalmente, mais ou menos humanos do que outros naturalizam também a desigualdade de direitos.

## Considerações finais

A partir do viés discutido neste artigo, nos parece necessário visar metodologias pedagógicas que pensem a participação de educandos/as que devem considerar contextos sociais, culturais e históricos. Dada a história de desigualdades sustentadas por noções falsas do biológico, essa necessidade se faz de modo mais acentuado. Se dadas diferenças têm alimentado desigualdades, é preciso que sejam marcadas, pois, apontar as diferenças é entender que há contexto de desigualdades construídas sobre elas, bem como, devemos apontar o não respaldo científico destas.

A interpretação da ciência e biologia enquanto atributo também da cultura e da história colaboram para que seja revisto e superem-se as contradições existentes na naturalização do racismo, do machismo/sexismo, da homotransfobia, entre outros. Logo, é necessário que o/a educador/a atuem na tentativa de desbiologizar questões de cunho histórico e social e jamais desconsiderar essas questões como desvinculadas do conteúdo biológico, posto que, a produção do conhecimento e a ciência – e, portanto, a biologia - não são neutras.

Como estratégia, consideramos necessária intentar se construir uma educação das ciências naturais/biológicas pautada no diálogo e que busque refutar as supremacias masculina, branca e burguesa que buscam uma justificativa supostamente biológica. Para tal, é necessário que se considere não só as opressões, mas se faça a compreensão dos *privilégios* da sociedade e da forma como tais privilégios foram importantes na construção da própria ciência, considerando sua história, contexto e aplicação.

## Referências

BALIEIRO, Fernando F.; RISK; Eduardo N. Escola e sexualidades: uma visão crítica à normalização. IN: MISKOLCI, Richard; LEITE, Jorge (org.). **Diferenças na educação**: outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

BELELI, Iara. Gênero. In: MISKOLCI, Richard. **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos, EdUFSCar, 2010, p. 49 – 73.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, orientação sexual**. / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

CARVALHO, Anna M. Pessoa de; GIL-PEREZ, Daniel. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações**. São Paulo: Cortez, 2011.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DINIS, Nilson F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, Editora UFPR, jan./abr. 2011.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. 2. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do currículo**, v.2, n.2, p.208-230, 2010.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de Ensino de Biologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LIMA, Regina M. R; BORGES, Valderez M. R. Tendências contemporâneas do ensino de Biologia no Brasil. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, vol. 6, nº 1, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**, v.25, n.2, p: 59-76, 2000.

\_\_\_\_\_. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MACEDO, Elizabeth. Esse corpo das ciências é o meu? In: MARANDINO, Martha (orgs.). **Ensino de biologia**: conhecimentos e valores em disputa. Niterói: Eduff, 2005.

MISKOLCI, Richard. **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos, EdUFSCar, 2010.

NASCIMENTO, Fabrício; FERNANDES, Hylio; MENDONÇA, Viviane Melo. O ensino de ciências no Brasil: história, formação de professores e desafios atuais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.39, p. 225-249, 2010.

SOUZA, Hália Pauliv de. **Sexo, energia presente em casa e na escola**. São Paulo: Paulinas, 2002.

TONATTO, Suzinara; SAPIRO, Clary M. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. **Psicologia & Sociedade**; v.14, n.2, p163-175, 2002.

VIEIRA, Josimar A.; BASTIANI, Veluma I. M.; DONNA, Eloisa. Ensino com pesquisa nas aulas de ciências e biologia: algumas exigências. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – PUCPR, 2009

# IV

## PÚBLICO VERSUS PRIVADO: A IMPORTÂNCIA DO RESGATE DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS MULHERES PARA ACESSAR O SABER DA EXPERIÊNCIA \*

*Débora Priscila de Oliveira*

### **Introdução**

Ao refletir historicamente sobre o percurso da mulher é identificável sua naturalização situada no silêncio, nos detalhes quase que ocultos de uma retratação velada em que seu lugar de praxe está frequentemente destinado ao privado, que consiste na condição do lar, dedicando-se aos cuidados dos filhos e aos afazeres domésticos.

Onde o espaço público por um longo tempo, não se destinava a atuação das mulheres de forma visibilizada ao passo que a presença de registros que evidenciam a mulher no âmbito de uma política institucional, e no reconhecimento das articulações cotidianas desta enquanto responsável pela produção e manutenção da vida, garantindo o sustento familiar e em núcleos sociais sua manifestação em relação aos posicionamentos políticos, são muito escassos. Deste modo a filósofa e teóloga feminista Ivone Gebara, transcrita pelo recorte de Rago, em um dos depoimento presentes em seu livro *A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade*, nos convida a observar uma outra ótica capaz de sinalizar uma vasta dimensão da presença e atuação política das mulheres no cotidiano por meio da partilha de suas habilidades ao dizer:

Creio que a compreensão comum da palavra política parece limitada a certos espaços de atuação e a certas atividades que tocam um nível amplo de relações mais ou menos impessoais, reconhecidas como espaço público. [...]. Além disso, há outros espaços políticos

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.79-92

para além da casa que não são reconhecidos como tais e que são o campo de atuação cotidiana das mulheres. Escolas, creches, organizações de bairro, organizações de saúde e cozinha alternativas, em Igrejas, nas artes plásticas e em muitos outros lugares onde a cotidiana atuação feminina tem feito “cultura” e sustentado a vida da família, das crianças, dos jovens, das pessoas idosas e dos doentes. (RAGO, 2013, p.260).

Com esta consideração sobre a atuação cotidiana da mulher que promove uma cultura capaz de valoriza a vida, nos permite destacar que a força de promoção da vida manifestada pela mulher, nada traz de comodismo e submissão a figura feminina, mas de libertação onde o passado e as pequenas ações do cotidiano nos permitem hoje uma releitura dos papéis exercidos pelas mulheres. E a força política de tais papéis enquanto ações que promovem a ressignificação do lugar e do poder da mulher na sociedade.

E no fluxo deste movimento, o recorte escolhido para realizar uma pesquisa sobre a atuação das mulheres a partir dos cuidados desempenhados por suas mãos enquanto uma das manifestações de poder e saber também políticos, foi o resgate sobre a prática do benzimento e curandeirismo.

Olhar para o trabalho e o conhecimento desempenhado por mulheres desde o período colonial no Brasil, é também evidenciar nos pequenos gestos e ações uma outra visão sobre o papel das mulheres no tempo e na produção do espaço histórico, em que a condição da mulher em meio a relação público-privado tem sido desde longa data o silenciamento, a invisibilidade de sua presença e seu saber-fazer.

É neste sentido que a leitura de historiadoras como Michele Perrot nos convida a repensar a importância deste exercício de retomada histórica, buscando revisar a presença das mulheres e suas atuações na movimentação que germinou feitos e promoveu vidas, em detrimento da falta de registros e espaços de fala, muitas histórias se esvaíram pelo tempo, e deste modo refletir sobre a história das mulheres tem se tornado necessário recuperar nossas referências e tecer as linhas que nos permitem nos reconhecer, saber de nossas raízes ao escavar nossas histórias, as

histórias de mulheres que o vento do silêncio hoje vem nos despertar. Como as palavras de Perrot.

Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas. Mas por que esse silêncio? Ou antes: será que as mulheres têm uma história? A questão parece estranha. “Tudo é história”,[...]. Por que as mulheres não pertenceriam à história? Tudo depende do sentido que se dê à palavra “história”. A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. Os ingleses distinguem *story* e *history*. As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal. (PERROT, 2012 p.16)

E neste sentido trazer luz ao registro da presença das mulheres na história, é também de certo modo olhar para inúmeras vidas submersas no esquecimento destinado a massa da humanidade, anulada pelo silenciamento. Que traduz os vestígios da invisibilidade da mulher no retrato oficial da história, em que sua presença é muitas vezes despercebida, esquecida e velada pela opressão patriarcal que se estende até os dias atuais.

Na medida em o regulamento e a manutenção de papéis sociais e ideologias dominantes relegam o corpo feminino como propriedade da figura masculina, onde a desconstrução de subjetividades opressoras neste movimento de resgate da autonomia e libertação da mulher é também vista como uma ameaça, ao passo que as pautas feministas ao trazerem a questão do aborto, ainda remetem a posição de propriedade deste corpo sobre responsabilidade do estado, enquanto defesa da criminalização do aborto sem a problematização das causas e efeitos do ato em questão, que desapropria mais uma vez na história o direito da mulher sobre seu próprio corpo.

Pensar acerca do corpo feminino a partir de um determinado recorte histórico, ainda nos conduz a refletir sobre a prevalência de muitas

posições destinadas as mulheres determinadas pelos papéis sociais no contexto atual, mas, por outro lado, também nos permite reconhecer que este movimento de resgate histórico é também um grande avanço para a emancipação das mulheres. Ao sinalizar as margens da história é possível viabilizar a existência das mulheres e o curso que promoveu o silenciamento engendrado sobre elas, e neste caminho compreender o que move o silêncio é o medo e o isolamento, onde as perspectivas de escolhas e de identidade são roubadas, restando a impotência e as ausências.

## **A história de vida: porta para o campo dos saberes**

E para atravessar essa lacuna do silenciamento, objetivo desta escrita é se voltar para as pistas da história de vida, onde o trabalho de pesquisa com o benzimento também se torna a oportunidade de observar novas possibilidades de acessar a história e atuação das mulheres em nossa sociedade. Neste trabalho trago uma prévia do movimento que foi adentrar o espaço privado da vida de uma benzedeira, e por meio desta porta reconhecer o público que sua ação social foi capaz de atender e atingir com seu saber fazer.

Aprender com as mulheres, ouvir suas histórias e observar seu saber fazer, é um instrumento muito potente capaz de revalorizar a vida, e as relações a partir de sutilizas, muito revolucionárias. Pois a cura para todo mal vem ao encontro do alinhamento dos afetos, das emoções, de um bem fazer sem interesse, nem competição. Esta lógica, este modo de pensar e ser, é totalmente oposta a ideologia patriarcal, que classifica pessoas enquanto coisas, propriedades que se precisa acumular e manter a qualquer custo.

A questão metodológica que atravessou este processo de pesquisa que se aventurou pelos caminhos que se distanciam de um olhar fechado, com o propósito restritamente quantitativo, tornando-se distante, duro e ausente das linhas da vida e sua organicidade. Este percurso se permitiu acessar uma coleta não apenas de dados e informações, mas de saberes, afetos e emoções que traduziram um conhecimento, que só poderia ser registrado no jogo da linguagem a partir do sentido vivenciado, onde descrever é conversar, refletir é aprender a também saber fazer.

Pois são com as palavras escritas que o registro dessa vivência de pesquisa traz ao plano do entendimento comum, as lembranças e as pistas do que foram os encontros de campo na prática do benzimento.

Dos reflexos da empatia intelectualiva ao resultado que se reverberou a partir da descrição implicada e analítica da subjetividade em contato com a subjetivação das trocas entre a narradora e a interlocutora, num movimento de interação do Ser no mundo e do mundo em si no Ser.

O investimento na escrita narrativa foi uma escolha na intenção de demarcar o território dos encontros e da partilha desta história de vida, considerando seu valor enquanto registro e instrumento político na luta pela ressignificação da vida, trazendo para o campo de batalha dos saberes, autores como Walter Benjamin e Ecléia Bossi, pois estes defenderam a tradução das histórias na medida de seu valor inestimável, em que uma vida em sua experiência acumulada nos oferece seus ensinamentos, para refletir sobre as questões que configuram as contradições cotidianas, ascendendo as contradições do social.

Olhar para uma história de vida, é um movimento que emerge de uma preocupação com a posição da pesquisadora e do pesquisador implicado as relações de contato com a experiência do colaborador/interlocutor, mas também no que passa a resultar da sua vivência com todo o processo da pesquisa, na condição de ouvinte das narrativas, e posteriormente de condutor da experiência atravessada pelo trabalho de campo ao oferecer um modo de leitura de todo esse processo que passa contribuir para com o campo da educação.

Esta reflexão se lançou a experimentação e questionamentos, do qual muitas arestas se abrem, mas creio que uma tangente entre elas já tenha sido possível vislumbrar, com uma via de acesso a tantas outras experiências, que se deparam com a preocupação da presença e da permanência das memórias, como referência de mundo, de valores, de técnicas de cuidados. Referências tão importantes, principalmente pela carga de contextualizações e emergências de suas atuações, ao expressarem muitas marcas que se anunciam nas expressões silenciadas diante dos átrios da vida.

Artefato fundamental para a narrativa, observado neste processo, assim como no trabalho de Ecléia Bosi, foram as principais pistas do mé-

todo de abordagem, que levaram ao contato direto com seus recordadores, delineando o limiar responsável pela formação de um vínculo de confiança e amizade. É preciso destacar que este vínculo não ocorre de modo espontâneo, ele se dá como resultado de “um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito”.

Neste ponto Bosi (1994) reflete sobre o fenômeno da pesquisadora e do pesquisador participante, sobre o qual passou a se reconhecer e definir que em casos como de sua experiência de trabalho em que emergiu uma relação intersubjetiva entre o sujeito e o objeto da pesquisa. Ao passo que a pesquisadora e o pesquisador se permitem afetar, sofrer e se modificar de maneira irreversível, mergulhando no processo pelo qual passa a chamar de comunidade de destino, pois este processo anula a possibilidade de retorno do pesquisador a condição anterior, devido ao resultado da experiência provocada pela pesquisa. Trazendo as palavras de Ecléia Bosi:

Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. A expressão “observador participante” pode dar origem a interpretação apressada. Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes. (BOSI, 1994, p.38).

Além do alerta sobre a delicada trajetória da pesquisa, ao se referir a relação que se consolida com os encontros entre o pesquisador e o recordador, Bosi (1994) traz uma outra preocupação, que está nos limites entre o narrador e o registro de suas memórias. Este procedimento se deu por meio da contação oral das memórias e a transcrição realizada pela pesquisadora, colhidas por meio da gravação do fluxo da voz.

Neste momento de contato com a experiência de narrar as memórias, Ecléia Bosi traz a preocupação com o entendimento destas memórias, o que lhe possibilita pensar sobre este conceito carregado de

vida.

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Freqüentemente, as mais vivas recordações afluíam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito. (BOSI, 1994, p.39)

A questão central da metodologia pelo caminhar deste trabalho de pesquisa foi o regaste da narrativa. Colhido por meio da história oral, na medida em que os registros dos encontros com a D. Alzira foram se permitindo, conforme o acordo com a benzedeira (OLIVEIRA, 2018).

D. Alzira foi a mestra com quem me encontrei, ouvi e aprendi a benzer, ao longo das conversas trançadas nos momentos da escuta, na intenção de ressignificar as relações da educação, por meio da sua transmissão de saberes. É importante considerar que esta proposta metodológica não pressupõe um fechamento do olhar sobre as narrativas apresentadas, mas uma abertura de espaço para esta experiência de vida observada e registrada. A qual permitiu uma tradução e reconfiguração polifônica da vida, do estar vivo e por meio disso buscar novos sentidos ao curto espaço de existência e duração do tempo em que se constitui a vida.

E mediante o apoio teórico, que as margens deste processo se aventurou a ler, em busca dos saberes que se configuraram em diálogos com as marcas partilhadas pelas palavras de Walter Benjamin (1994) e Jorge Larrosa (2016) acerca da experiência que busca resultar na significação da vida, do que por ela se preserva e em nome dela continuar a carregar enquanto tarefa da oralidade e missão das narrativas.

## **Considerações finais**

Para concluir a reflexão sobre o gênero e a natureza da narrativa, talvez seja interessante olharmos com delicadeza a reflexão sobre “O narrador” levantada por Walter Benjamin, que se fez muito precisa no momento em que se desencadeou a necessidade do resgate pelo do tem-

po vivido, na medida em que suas considerações sobre a obra de Nikolai Leskov apresenta uma atenção singular ao papel da experiência de narrar, que “está em vias de extinção” pois as pessoas que se colocam a narrar encontram-se diante de uma invisibilidade crescente. Ao passo que a reflexão aponta a diferença entre o espaço da narrativa e o da informação, e este último em disputa se fortalece a partir do avanço do modo de vida moderno, urbano e mediado pelas relações vazias e efêmeras do capitalismo.

O espaço da informação é efêmero e ao mesmo tempo vazio, impondo de maneira invasiva e minuciosa o esvaziamento da experiência. E o prejuízo que se inaugura frente ao distanciamento da experiência de narrar, enquanto privação da “faculdade de intercambiar experiências”, configura-se na desvalorização da sabedoria, que é o legado da experiência de vida. De acordo com Larrosa (2016) o status da experiência é algo intenso, e que deixa marcas a partir do acontecimento, daquilo que permanece.

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. (LARROSA, J. 2016, p.18).

A perda da experiência não é um prejuízo individual, mas coletivo na medida que atinge o que é mais valioso na caminhada da humanidade, é o distanciamento da transmissão dos valores que modelam a afetividade no desenvolvimento humana, é o que auxilia as pessoas a lidarem com os fluxos de suas emoções. Neste sentido, o prejuízo é um esvaziamento do tempo onde as referências de uma gênese passa a ser roubada pela velocidade de uma vida ou de um simples desejo, e todo encantamento de sua origem carregada de valores afetivos e sociais, que definem os comportamentos e os pensamentos são devastados, furtados,

restando a superficialidade sem as raízes que permitiriam elucidar muito do que se carrega na produção e reconfiguração do presente.

Assim Benjamim também denuncia as consequências de uma escassez da experiência.

Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda. (BENJAMIN, 1997, p.116).

Deste modo compreender os efeitos acarretados pela pobreza de experiência é um posicionamento crítico frente ao curso de uma história oficial, que se ocupa pura e simplesmente a retratar apenas o status dos vencedores, daqueles que atropelam a vida e regulam a visibilidade dos modelos de dominação, é neste sentido que a denúncia do ocultamento responsável pela alienação se faz precisa, por impedir o reconhecimento de alguém ou de um grupo com sua cultura, seus valores, suas heranças ancestrais e que deste modo passa a implantar o vazio de uma existência, norteado por um modo de vida bárbaro, sem apreço pelos detalhes do tempo vivido, pelos valores germinados no afeto, tornando-se pobre de experiência.

Onde o passado perde sua riqueza e o presente segue sem um rumo norteador, contar e ouvir histórias é exercitar o espírito da reminiscência, que desde os povos antigos como os gregos carrega a função tradicional da transmissão dos acontecimentos perpassando geração em geração.

E nesta missão a permanência de toda uma tradição, como nas grandes epopeias de Homero permanece o legado de um povo, os valores e as normas de uma cultura e a referência para se pensar elementos memoráveis que ainda permanecem, enquanto subsídio ao pensamento contemporâneo.

E ao observarmos as causas responsáveis pelo esvaziamento da experiência, atualmente a disputa da informação pelo espaço da vida cotidiana tem limitado o tempo da arte de narrar, o saber tornou-se conhecimento, e essa troca de categorias não são correlatas segundo Larrosa

(2016), pois o saber neste sentido vem com a sabedoria, com o amadurecimento da experiência de vida. Mas se o tempo se torna efêmero, como esperar que aconteça o processo da experiência? Assim o conhecimento passa a ser preenchido pela informação, e esta não deixa margem para a experiência. Estar informado é acumular informação sobre algo, é como um processo quantitativo soma de dados, mas toda essa disposição acumulativa não permite ao tempo uma pausa, o tempo para processar tudo o que acontece e atravessa a vida.

Como compreender o efeito de toda e tanta informação que atravessa a vida? Esta questão é apenas um desabafo do olhar sobre a aceleração, que passou a atropelar cotidianamente a condição pela necessidade do viver.

Para Larrosa (2016) “a experiência é a passagem da existência”, isso significa que a existência é algo singular, finita, imanente, contingente, e por isso traz em si a apreciação do tempo que acontece, que lhe permite a experiência, aquilo que é substancial e que merece ser lembrado, guardado e passado a diante como um tesouro.

Assim, o papel do narrador nesta escrita transitou entre a interlocutora/ colaboradora, a benzedeira, e a ouvinte pesquisadora. Que num segundo momento, após a vivência da escuta passa a exercer também a condição de narradora, na medida em que a descrição e a reflexão sobre a experiência dos encontros com a benzedeira, e a travessia do processo de pesquisa pediu pelo registro do que foi possível capturar para o campo da palavra escrita. Pensar sobre a metodologia da narrativa, foi uma posição que o narrado pode também nos convidar para um diálogo um pouco mais intenso nas considerações de Benjamin(1994), que se coloca a pensar a respeito da presença e importância do trabalho a partir das narrativas, que nos provoca o deslocamento para observar o ato de contar histórias.

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se agrava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apode-

ra dele, ele escuta as histórias de tal maneira que lhe adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo.

E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual. (BENJAMIN, 1994, p.205).

Neste sentido ouvir e conservar a história de vida da D. Alzira é de certo modo uma das principais tarefas que o trabalho de pesquisa realizado a partir do contato com o benzimento se propôs a realizar, assim como apontado nas observações de Benjamin sobre a experiência. Ao considerar o regate das narrativas um movimento que carrega algo de valioso, como a maturação da experiência de uma vida que se apurou como um doce caseiro, repleta de sabedoria, de conselhos que transportam um valor inestimável frente a pobreza vazia de sentidos e sentimentos que direcionam o modo de vida moderno, que se coloca a cultivar uma realidade efêmera e movimentada capaz de negar o olhar sobre os detalhes. Ao atropelar e esterilizar as aspirações de vida que possam enriquecer a trajetória de tantas outras potências no vir-a-ser, de outros encontros e muitas escutas. Onde o tempo passa a ser roubado e o espaço da escuta silenciado. Rumo a um contra fluxo, Benjamin traduz o apreço pela autoridade do narrador, ao mesmo passo que o movimento desta escrita busca destacar que:

O narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas se “dar conselhos” parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Em consequências, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação) (BENJAMIN, 1994, p.200).

Para findar a escrita deste texto, trago o que de mais valioso

aprendi com a escola do benzimento. Para as benzedeiças a escola do benzimento é a escola da vida, quando a simpatia dos olhares e do tempo devotado à escuta passam a firmar os acordos entre a mestra e sua discípula, o que por D. Alzira minha mestra, passou a ser definido por obrigações, uma relação íntima entre acordos e compromissos. Que se configuraram na dinâmica dos favores, e nos laços de confidências onde a narrativa, a escuta e a descrição foram métodos de demonstração de apreço e transmissão de algo valioso que atravessa gerações. Este processo de aprender o bem-fazer iniciou-se logo no primeiro encontro, onde uma série de rezas, de benzimentos e simpatias foram partilhadas, na medida em que a filha de D. Alzira, a Catarina sugeriu a possibilidade de transcrição de suas rezas, que estavam sendo gravadas naquele primeiro contato de partilha. E assim se estendeu para um caderno de rezas a manutenção e preservação de um saber que por meio da escuta germinou o solo para novos floresceres, onde educação também é transmissão de saberes.

## Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v.1. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

OLIVEIRA, Débora P. **O encontro com a história de vida de uma mulher benzedeira**. Sorocaba, 2016-2018, 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Departamento de Ciências Humanas e Educação. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2018.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n.18, p. 09-18, 1989.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

RAGO, Luzia M. **A aventura de contar-se:** feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013.



# V

## HISTÓRIA ORAL DE MULHERES: CONTRIBUIÇÕES DESDE UM PROCESSO DE PESQUISA\*

*Thais Domingos dos Santos Rodrigues*

### **Introdução: o caminhar**

Este capítulo é fruto de minha pesquisa de mestrado, finalizada no ano de 2017. Escrever uma dissertação sobre a invisibilidade das mulheres nos espaços político-partidários foi um processo pessoal doloroso. Dou início ao presente trabalho com esse pensamento – que também é memória, em parte documentada no texto que me deu o título de mestre – porque rever o texto original anos depois de tê-lo concluído também se demonstra uma difícil tarefa. A pretensa objetividade que as ciências e as pesquisas demandam talvez não permitisse que sentimentos em trabalhos e artigos acadêmicos fossem demonstrados. Mas, se nós feministas não tivermos a coragem de romper com tal lógica, quem terá? É preciso abandonar a falsa sensação de neutralidade dentro das ciências humanas, e de separação entre os tais “sujeito” e “objeto” de pesquisa. Neste sentido, haver entrevistado mulheres para a construção de minha pesquisa, jamais foi porque as considerava um “objeto” de estudo. Se foi um processo doloroso é porque estudar feminismo, ainda mais através da metodologia da história oral, representa um constante voltar a si mesma. Se não à minha própria trajetória, retorno à de mulheres muito próximas a mim, como minha mãe e avós. Essa jornada é marcada pelo autorreconhecimento, pelo padrão repetitivo de subalternização das mulheres e a dolorosa percepção de que nossas opressões se perpetuam ao longo do tempo.

O objetivo da dissertação defendida em 2017, que tem por título “*Mulheres da esquerda: política, memória e feminismos*” foi o de analisar a

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.93-112

participação das mulheres nos partidos de esquerda (RODRIGUES, 2017). Queria, a partir das memórias de cinco mulheres de partidos e cidades diferentes, compreender as tensões e aproximações entre os programas de esquerda e as pautas feministas e os desdobramentos que afetam a participação político-partidária das mulheres, do ponto de vista histórico e pessoal.

Muitos questionamentos ecoaram desta pesquisa: pode a mulher adentrar nessa política institucional criada pelos homens e para os homens? Devemos lutar dentro das instituições já existentes ou criar algo novo que ainda está por vir? Perguntas que não encontraram respostas certas, mas que colocaram em evidência o que tantas outras feministas denunciam: a aparente objetividade da política é parte de um processo maior que coloca o que é dito masculino como neutro e universal, valorizando de forma intensa características como virilidade e força para justificar o poder dos homens sobre as mulheres (PATEMAN, 1993).

Apesar de constituírem memórias e processos únicos, as histórias das cinco mulheres traziam em comum, dentre outras coisas, o fato de militarem em partidos de esquerda, principalmente após o período de redemocratização do país, em meados década de 1980, até os tempos atuais. Suas narrativas foram sintetizadas e compuseram um capítulo da pesquisa de mestrado.

Em decorrência da baixa participação de mulheres na política partidária e nas eleições a cargos públicos, como demonstram estudos e pesquisas (ARAÚJO; ALVES, 2007; ARAÚJO, 2009), pareceu ser também fundamental analisar de que modo o enraizamento social e cultural condiciona a participação político-partidária destas mulheres, ou, dito de outro modo, *investigar quais processos estão presentes na construção social e cultural do gênero, que estabelecem relações de poder - e que colocam as mulheres como sujeitos subalternizados*. Neste sentido, os marcadores de classe, a orientação sexual, a nacionalidade e a regionalidade, que intensificam este lugar de subalternidade, também foram considerados para análise no contexto da participação política das mulheres.

Todas essas indagações eram fruto da minha trajetória enquanto mulher lésbica e militante de partidos de esquerda desde os 16 anos. Como ponto na dissertação, eram questionamentos que me afligiam

a alma: como se dá a participação das mulheres nos partidos de esquerda? Por que a persistência da exclusão feminina nos espaços de poder? Por que mesmo tendo participação ativa nos partidos, as mulheres não são lembradas historicamente, ou, por que são apagadas sistematicamente? Pode uma política definida por marcadores hegemônicos do homem-branco-heterossexual dar conta da agenda feminista para além de concessões e negociações?

Durante toda minha participação nos partidos de esquerda não tive respaldo ou compreensão dos/os companheiros/as para lidar com problemáticas em relação aos problemas de gênero e sobre a minha sexualidade. Enquanto para minha família eu era vista como um problema, uma vez que a "heterossexualidade como norma produz a homossexualidade como desvio" (DANIELA, AUAD; CLAUDIA, LAHNI, 2013), dentro do partido ninguém entendia meus afastamentos, encarados muitas vezes como falta de compromisso com a causa. Tampouco compreendiam minha necessidade de falar de assuntos que não fossem a revolução comunista e a conjuntura econômica do país, ou melhor, de ouvir outras vozes que não fossem a dos companheiros homens referindo-se às pautas que eles consideravam importantes.

Foi necessário entrar no grupo de estudos Feminismos, Sexualidade e Política (FSexPol) para que eu começasse a me entender e entender o mundo. O feminismo me mostrou o que faltava na teoria com a qual eu estava em contato - e revolucionou meu pensar. A decisão de (re)iniciar um coletivo de Diversidade Sexual e Livre Orientação de Gênero na UFSCar, o Coletivo Mandala, juntamente com outros três amigos gays estudantes da universidade, me ajudou a descobrir um mundo em comum, no qual não estamos sós.

Porém, o Coletivo Mandala também não foi suficiente. Embora contasse com a presença de muitas mulheres lésbicas e bissexuais, o protagonismo sempre tendia aos homens. Nas reuniões, quem sempre falava eram os homens gays. As brincadeiras, as gírias, as músicas, a cultura e tudo mais girava ao redor do homem gay. Foram diversas as garotas que depois da apresentação nunca mais falaram - e tantas outras que nunca mais voltaram. Deste modo, tanto em partidos de esquerda quanto em outros movimentos, eu constatava a incapacidade desses espaços em dar

conta das pautas das mulheres e fazer com que elas se sentissem acolhidas e quisessem continuar participando.

Além disso, a ausência de debate sobre a opressão via capital também debilitava uma análise totalitária. Não foram poucas as vezes que nos víamos caindo em algumas ciladas justamente por faltar debater os problemas sociais via estrutura, e, desta forma, encontrar soluções apenas por um viés identitário e até mesmo essencialista.

Foi vivendo na pele aquilo que Christine Delphy (1992) define como uma herança de um século e meio de maus entendimentos entre a esquerda e o feminismo que cheguei na elaboração de meu problema de pesquisa de mestrado. Como pontua a autora, apesar das mulheres comporem os partidos com fundamentação marxista, identificados como partidos de esquerda, que tem a centralidade na luta de classes, e de sofrerem influências do mesmo, desde a primeira onda do feminismo a visão desses partidos era a de que o feminismo se constituía em um “movimento egoísta” de mulheres burguesas.

Porém, a opressão também constrói o seu contrário, e as mulheres (re)existem, elas estão lá - eu estava lá também e as via o tempo todo. As mulheres participam das entidades, das lutas, dos atos, compõem a história dos movimentos sociais, embora sejam, ainda hoje, sistematicamente apagadas. A tarefa mais importante, como diz Perrot (1988, p.187) é reencontrar essas mulheres que estão em “ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”.

Para prosseguir na pesquisa ainda faltava um elemento fundamental: a metodologia. Nesse momento, o encontro com a história oral foi essencial. Optei por esta metodologia para partir de uma outra fonte histórica, não oficial: a memória através do depoimento oral de mulheres reais, de seus cotidianos, da história em suas próprias palavras, uma vez que, como pontua Sônia Maria de Freitas (2006), as análises históricas:

[...] são construídas a partir de vestígios e/ou registros deixados pelas gerações anteriores. Entretanto, a produção desta matéria-prima quase sempre esteve a cargo das classes dominantes e, até bem recentemente, tal fato não era encarado como questão. A co-

leta de depoimentos e de histórias de vida pode ser inserida no amplo esforço de resgatar a palavra de indivíduos que, sem a mediação do pesquisador, não deixariam nenhum testemunho. (FREITAS, 2006, p. 47).

Agora que o trajeto da pesquisa realizada em 2017 foi traçado, pode-se dizer como o presente capítulo prosseguirá. Escolher qual parte priorizar dentro das quase 150 páginas não foi uma tarefa fácil. Além das cinco mulheres entrevistadas, a minha história de vida soma-se para compreender a relação das mulheres dentro dos partidos de esquerda. Essa parte, a das narrativas, a que contém as mulheres contando suas próprias histórias, é, para mim, o mais rico e precioso de todo o trabalho. Porém, não focarei nesta parte – da qual recomendo fortemente a leitura.

Pensando no uso que as/os possíveis leitoras/es deste livro farão, preferi priorizar três aspectos da dissertação: o debate sobre gênero e feminismos; as reflexões sobre a história oral e sua importância na história de mulheres; e por fim, alguns desafios metodológicos encontrados durante a realização da pesquisa.

## **Gênero, feminismos e mulheres**

No que se refere ao instrumental teórico de meu trabalho, utilizei a categoria de “mulheres” não para nos atribuir identidades fixas ou essencializadas por qualquer tipo de explicação (biológica, social, comportamental). O fiz procurando um posicionamento político, algo que marque “mulher” como categoria heterogênea e construída historicamente por discursos e práticas variados, fundamento dos movimentos feministas (COSTA, 1998).

O conceito de gênero surge da efervescência política do final da década de 1960 nos países do primeiro mundo enquanto ferramenta analítica e política para combater a noção de sexo – *sex* – baseada no determinismo biológico. Ele enfatiza que a questão não se restringe à diferenças corporais, mas sim diz respeito ao que a sociedade faz delas, como as valoriza ou não - ou seja, o caráter fundamentalmente social da diferença sexual (LOURO, 1997). Com a abordagem de gênero, a preocupação

passa a ser não essencializar os sujeitos, procurando pelos processos e não por características inatas. O debate que outrora era majoritariamente sobre a condição da mulher passa também a abordar os homens.

Claudia de Lima Costa (1998), professora brasileira, ao propor uma mediação sobre um conceito que veio de fora (gênero) - e a maneira como ele foi apropriado e traduzido para a nossa realidade nacional -, afirma que um dos principais ganhos que a noção de gênero trouxe foi a negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher. Além disso, os “estudos de gênero”, possibilitaram a entrada dos estudos feministas no cenário acadêmico com mais força, pois ao contrário dos termos como feminismo, cuja nomenclatura logo trazia à tona questões políticas e radicais, a palavra gênero trouxe uma ideia de rigor científico maior e até de *status* e sofisticações para as pesquisadoras. Para a autora, com os estudos de gênero foi possível “estudar a opressão da mulher e as relações desiguais de poder entre mulheres e homens sem necessariamente assumir um projeto político feminista”.

Com uma abordagem relacional - compreendendo que o feminismo só existe em relação ao masculino -, o gênero trouxe um fardo maior às/os pesquisadoras/es que se viram sempre na obrigação de ter que trazer também “o lado do homem” - ou ter seu estudo encarado como incompleto. No final dos anos 1990, os estudos da masculinidade ganharam destaque em detrimento de maiores aprofundamentos sobre as relações de poder que estruturam sistemas de desigualdade e opressão.

Ao observar “o tráfico do gênero” no qual a mulher tornou-se gênero - e que depois gênero se tornou masculinidade -, talvez tenhamos que voltar ao ponto de partida: a categoria mulher, “entendida não como essência ontológica, nem mesmo no sentido restrito de mulher como essencialismo estratégico, mas na acepção ampla de posição política” (COSTA, 1998, p. 132).

Em um debate semelhante, Teresa de Lauretis (1994) considera o conceito de gênero posto enquanto diferença sexual (sempre a diferença da mulher em relação ao homem) uma limitação e uma deficiência do pensamento feminista. Amarrado no pensamento do patriarcado ocidental, esse tipo de formulação pode acarretar também uma universalização

da Mulher, esquecendo-se de articular as diferenças entre mulheres ou as diferenças nas mulheres.

Para Lauretis, é preciso pensar o gênero de uma maneira não tão presa à diferença sexual. E para isso, ela formula o conceito de “tecnologia de gênero” baseada na visão foucaultiana sobre “tecnologia sexual” - o gênero é posto enquanto representação e autorrepresentação, produto de diferentes tecnologias sociais, de diferentes discursos, epistemologias, e de práticas críticas institucionalizadas de práticas cotidianas. O gênero seria a representação de uma relação de pertencimento a uma classe, um grupo, uma categoria que se relaciona com outras entidades previamente construídas.

Utilizando em um primeiro momento das obras de Althusser (mas indo além), Lauretis ressalta que o gênero também tem uma função ideológica de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres - com papel importante, inclusive, na divisão capitalista do trabalho. Uma autora importante citada foi Joan Kelly (1979 *apud* LAURETIS, 1994), que parte da premissa de que o pessoal é político para afirmar que não há mais como separarmos a realidade em duas esferas, o público e o privado, uma vez que o que temos é um conjunto de relações sociais. No entanto, ela chama a atenção para o fato de que homens e mulheres se posicionam de maneiras diferentes nessas relações, sendo as mulheres afetadas de maneira diferente.

É ao pensar essa diferença de posicionamento e afetação das mulheres que Lauretis (1994) passa a chamar a atenção para o “sujeito do feminismo” enquanto concepção/compreensão do sujeito (feminino), que se encontra ainda em andamento, mas que é concomitantemente diferente da Mulher com letra maiúscula e essencializada - e das mulheres reais e históricas que são definidas pela tecnologia de gênero. Este sujeito que emerge dos estudos feministas está ao mesmo tempo dentro e fora da ideologia de gênero - e o mais importante, está consciente disso. Para ela, as mulheres devem continuar a se tornar mulheres, que:

[...] continuem a ficar presas ao gênero assim como o sujeito de Althusser a ideologia, e que persistamos em fazer a relação imaginária mesmo sabendo, enquanto feministas, que não somos isso, e

sim sujeitos históricos governados por relações sociais reais, que incluem predominantemente o gênero – esta é a contradição sobre a qual a teoria feminista deve se apoiar, contradição que é a própria condição de sua existência. Obviamente, então, o feminismo não pode ser tido como ciência, como um discurso ou uma realidade que está fora da ideologia, ou fora do gênero como instância de ideologia. (LAURETIS, 1994, p. 218)

Com base no exposto acima, e para não cairmos em um feminismo sem mulheres (COSTA, 1998), optei por utilizar como categoria a “mulher” sabendo de sua relação enquanto “tecnologia de gênero” (LAURETIS, 1994), mas preferindo correr este risco que abdicar de um posicionamento político. Escolhi também adentrar na história das mulheres a partir da história oral, metodologia da qual tratarei a seguir.

## **História Oral e o resgate das memórias subterrâneas**

A História, como aponta Hannah Arendt (2005), já foi vista como uma maneira de eternizar grandes feitos da humanidade. Ao abraçar as memórias dos acontecimentos homéricos, os atos de homens que mereciam ser eternizados por sua honra, bravura e esperteza, tentava-se imortalizar o que era considerado digno para tanto. A concepção sobre o processo histórico, no entanto, mudou com a modernidade. Ainda assim, continuou-se a contar os feitos dos homens - e pelos homens. As mulheres, embora presentes, continuaram sendo omitidas não só dos relatos históricos, como também da ciência e da política. Suas narrativas não mereciam uma possível eternização possibilitada pelos livros porque seus nomes não constavam nos arquivos e documentos. Assim como outros corpos que não pesam (BUTLER,1999), as mulheres foram excluídas da história e transformadas em sombras.

A utilização da oralidade através de narrativas possibilitou uma ruptura nesse processo de silenciamento - e uma alternativa para trazer experiências que até então eram produzidas como inexistentes (SANTOS, 2007). A metodologia da história oral voltou sua atenção para uma das fontes mais antigas da humanidade: a fala. A memória das/os excluí-

das/os, embora colocadas no subterrâneo da história (POLLAK, 1989), tiveram uma oportunidade para aflorar e mostrar os estratos mais profundos da sociedade.

Escovar a história a contrapelo – eis a tarefa posta por Walter Benjamin (1994) ao materialismo histórico. Construir uma história cujo tempo não é homogêneo, mas sim uma saturação de “agoras” no qual não importa se são grandes ou pequenos acontecimentos, posto que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. Assim, por mais que a história oficial nos apresente uma única verdade enquanto possibilidade, os enquadramentos das memórias e as diversas realidades permitem as mais variadas cronologias (POLLAK, 1992).

No entanto, a memória, ou o que é lembrado, está sempre em disputa e há sempre a possibilidade de as memórias subterrâneas conseguirem emergir à superfície do público e reivindicar seu lugar ao sol. A memória dos seres abjetos - aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativo ao domínio do sujeito (BUTLER, 1999) - não fazem parte da memória oficial posta e enquadrada pelos investigadores que estabelecem empatia sempre com o vencedor, e está a benefício dos dominadores (BENJAMIN, 1994).

A história oral enquanto metodologia é uma ferramenta que possibilita justamente trazer as memórias subterrâneas à superfície, pois ao priorizar as pessoas às margens, os seres abjetos, subalternizados e minorias políticas, possibilita que a diversidade das vozes emergentes des-homogeneize os anais da história e conteste a história oficial posta como a verdade e o caminho.

A partir da técnica da entrevista, a História oral compreende a memória como fonte histórica, uma vez que não consiste simplesmente em transcrever o que foi gravado, nem tem como objetivo formar bancos de arquivos orais, mas sim enxergar o *processo* como uma produção de conhecimento histórico, dispensando todos os cuidados que qualquer outra fonte levaria (PEDRO; VENSON, 2012).

A memória, muito além do ato de recordar, é tratada como um fenômeno social de construção de identidades e solidificação das consciências com função decisiva no processo psicológico (BOSI, 1994; DEL-

GADO, 2003). Vários fatores podem influenciar as narrativas: o próprio ato de relembrar o passado estando no presente envolve uma disputa entre os valores antigos e os atuais. O fator ideológico pode modelar biografias inteiras em um enquadramento, em determinadas regras sociais, como por exemplo, omitir ações racistas pelo fato de que isso, hoje, é crime.

Abrindo portas para a história recente e do presente, a história oral nos dá oportunidade de recuperar as experiências de vozes que, de outras maneiras, talvez não se fariam ouvir. Deste modo, temos uma ruptura da linearidade histórica e o afloramento de pontos de vista diferentes.

Para Daphne Patai (2010), a metodologia da história oral permite facultar acesso às histórias e perspectivas de indivíduos até então ignorados, e oferece oportunidades para a abordagem tanto da subjetividade individual como da memória coletiva. Segundo a autora, “não há vidas sem sentido, e não há histórias de vida sem significado”, o que existe são “histórias de vida com as quais nós (ainda) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecemos, por essa razão, obscuras” (PATAI, 2010, p.136).

Em um debate sobre memória coletiva, Pollak (1980) destaca, através de Maurice Halbwachs, a intensidade de como certos pontos de referência estruturam nossa memória e a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Essas memórias estruturantes, sustentáculos de uma memória nacional, são lembradas por meio dos monumentos, dos feriados, dos nomes das ruas, por exemplo. Michelle Perrot (2014), por sua vez, sobre a questão de gênero na cidade, ressalta que ao mesmo tempo em que a mulher foi retirada física e politicamente dos espaços públicos europeus do século XIX, ocorreu uma invasão de sua imagem, quando a figura feminina será revestida de um simbolismo: estátuas e monumentos arquitetônicos com a figura da mãe ou da guerreira - musas ao lado dos grandes homens que elas coroam.

Michelle Perrot (1989) metaforicamente diz que: “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”. Palavras duras e ao mesmo tempo poéticas para dizer que as narrativas históricas tradicionais renegam a memória das mulheres. Ou seja, como aponta Costa (1997), a

grande história escrita por homens e sobre homens coloca como inferiores as experiências do feminino. Socialmente posta como o Outro, a mulher é vista como inessência, como um não sujeito.

Sendo a mulher sistematicamente apagada da história – uma das características do sistema patriarcal - como sair dessas sombras, mas ao mesmo tempo, não universalizar um sujeito criando uma única categoria válida que se esquece de outras particularidades sociais?

Para Silvia Salvatici (2005), a história oral e a história de mulheres cresceram juntas e possuem objetivos e campos de interesse semelhantes. Ambas se popularizaram no fim dos anos de 1960 com os movimentos sociais e políticos, cujos ideais eram os de resgatar uma história oculta. A história oral nasce com a intenção de buscar pelas vozes dos desfavorecidos e criar uma história vinda de baixo; já as feministas, dentre outras coisas, procuravam demonstrar as contribuições das mulheres ao longo do tempo e construir o lado feminino da história.

Trabalhar com história oral de mulheres é buscar pelo outro lugar do discurso. Utilizando-se de uma metáfora com o cinema, de Lauretis (1994) chama esses pontos cegos (fora das representações) de espaços fora de tela (*space-off*), que ela imagina como:

[...] espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento. E é aí que os termos de uma construção diferente do gênero podem ser colocados – termos que tenham efeito e que se afirmem no nível da subjetividade e da auto-representação: nas práticas micropolíticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamento e fontes de poder ou investimento de poder; e nas produções culturais das mulheres, feministas, que inscrevem o movimento dentro e fora da ideologia, cruzando e recruzando as fronteiras – e os limites – da(s) diferença(s) sexual(ais). (LAURETIS, 1994, p. 237)

Não à toa, a história oral é bastante utilizada em produções feministas (PATAI, 2010), pois há a possibilidade de buscar por inferências desses espaços fora da tela. A partir desta metodologia, é possível cha-

mar a atenção para “a vida de seus narradores e as sociedades nas quais estas vidas são vividas”, fazendo aquilo que Spivak (2010) orienta como papel do intelectual: criar espaços para que o sujeito subalterno possa falar e para que, quando ele assim fizer, possa ser ouvido.

## **Mulheres, como chegar até vocês?**

Michelle Perrot (1988) pontua algumas dificuldades para a realização de pesquisas sobre a história das mulheres. Uma é que, devido a exclusão feminina dos espaços públicos - e conseqüentemente dos documentos públicos (arquivos diplomáticos ou administrativos, documentos parlamentares, biografias ou publicações periódicas...) -, para traçar uma história de mulheres é necessário recorrer a outros tipos de fontes, mais específicos e difíceis de encontrar: livros de cozinha, diários, manuais de pedagogia, dentre outros. Uma outra dificuldade é que mesmo a mulher que transgride e adentra o espaço público através da militância ainda é observada e descrita pelo homem.

Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. **Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?** (PERROT, 1988, p. 186, grifo nosso)

Embora o contexto de estudo de Perrot tenha sido o das mulheres francesas do século XIX, o questionamento da citação acima foi frequente durante a realização de minha pesquisa: como encontrar as mulheres militantes? A procura por essa fonte direta de comunicação, e a utilização da história oral, permitiriam que se eliminassem as mediações que eventuais documentos oficiais pudessem trazer. Mas, para isso, era necessário ter contatos.

A maior dificuldade imposta pela pesquisa foi, além da busca por mulheres que não estivessem exercendo cargos executivos, a delimitação etária. O foco da dissertação estava em mulheres que militassem há mais

tempo, na faixa dos 40-60 anos, e que preferencialmente já fossem parte dos partidos de esquerda no período da redemocratização.

Como a busca era por mulheres militantes da base - lideranças ou não, mas que não estivessem exercendo nenhum cargo elegível no executivo ou no legislativo -, a ideia era formar uma rede de indicações na qual uma indicaria a próxima. Essa ideia também não funcionou tão bem. Percebi que se nos restringíssemos às indicações, acabaríamos entrevistando pessoas de apenas um único partido, já que as sugestões dadas eram sempre internas. E o objetivo não era reconstruir a história das mulheres em único partido. O foco foi, na medida do possível, ter uma abrangência partidária maior.

A ideia da rede de contatos, no entanto, não falhou totalmente. Foi conversando com as pessoas que eu tinha proximidade através do movimento estudantil que consegui encontrar as entrevistadas. Descrevia o perfil da mulher que queria entrevistar e a algumas pessoas me davam alguns contatos. Nem todas as pessoas com as quais conversei tinham alguém para indicar.

Todas as entrevistas foram iniciadas com uma única pergunta: qual era a história delas dentro da militância, e suas trajetórias de vida na política enquanto mulher e militante da esquerda. Depois disso, as entrevistas caminharam de acordo com que elas contavam. Não havia nenhum roteiro de questões justamente para seguir as direções dadas pelas mulheres entrevistadas e não por pré-questionamentos – muito embora eles existissem e permeassem as intervenções que eu fazia. Como afirma Patai (2010), a metodologia da história oral não é um monólogo. É preciso ter em mente que houve um diálogo - e que as entrevistas foram moldadas e conduzidas.

Então, mesmo que tenha deixado as mulheres falarem livremente de acordo com as suas próprias lembranças, não há como não intervir enquanto pesquisadora. A relação entre os dois corpos – entrevistadora e entrevistada – compõe de alguma maneira a síntese dessas narrativas.

Uma preocupação que esteve presente durante todo o momento de sintetizar as entrevistas foi manter a máxima fidelidade as falas. As modificações feitas tiveram como objetivo tornar um documento oral um texto de leitura fácil. Dessa maneira, os marcadores da linguagem fa-

lada foram retirados - e as narrativas seguem o português escrito padrão. Para manter a fidelidade de alguns momentos cujas entonações consideramos essenciais, nos utilizamos de estruturas literárias com falas diretas, circunscritas por travessões ou aspas.

Para tornar mais simples a compreensão e dar sentido às histórias, também realizamos alterações na sequência dos acontecimentos. Desta forma, a síntese final das narrativas não necessariamente reflete a ordem de debate dos fatos. Embora tenhamos preservado o conteúdo, a forma de apresentação é de nossa responsabilidade.

É importante ressaltar que a versão final dos textos foi realizada após a leitura prévia para as entrevistadas, feita durante um segundo encontro com cada uma delas. Nossa intenção era que elas se sentissem confortáveis para mudar, suprimir ou acrescentar algo que elas achassem importante, dando autonomia para a construção de suas próprias histórias e legitimando a organização textual feita pela pesquisadora. O motivo desse segundo encontro era dar um retorno ético às mulheres que compartilharam suas vidas comigo e com a pesquisa. Para mim, era importante que elas não se sentissem usadas por uma desconhecida para uma pesquisa qualquer que "pegou" suas memórias e nunca mais voltou.

O segundo encontro propiciou uma aproximação muito maior entre nós. A leitura dos textos foi marcada pela emoção destas mulheres, que se reconheciam em suas próprias histórias e opiniões. A gratidão era mútua. A minha, pela oportunidade de conversar com militantes de uma geração diferente, que traziam outras perspectivas, e pela chance de poder criar uma pesquisa que mostre esses olhares. E a delas pela sistematização dos próprios pensamentos. Não foi raro expressões como "eu disse tudo isso?", "eu concordo comigo mesma", "você conseguiu pegar mesmo o que eu disse".

A não transcrição literal das entrevistas dessa pesquisa se justifica pela oportunidade do segundo encontro. Foi através da construção sistemática das narrativas que as mulheres puderam ir além de querer mudar alguma parte, mas sim se identificando com a história. As suas memórias somadas à minha organização textual criaram um laço único de companheirismo e criação entre nós. Foi um momento importante no qual o sentido ético de realizar uma pesquisa se fez presente. Eu não era apenas

uma pesquisadora que foi buscar memórias e nunca mais voltou, foi uma construção coletiva, de aceitação e consentimento. As partes que foram pedidas para serem retiradas, saíram do texto final, mesmo que eu discordasse dessa necessidade. Acredito que foi essa busca pela ética que fez com que as mulheres se sentissem mais à vontade. Fui muito feliz em vê-las presentes no dia da minha defesa. Naquele dia me senti não só julgada pela banca, mas, principalmente legitimada pelas mulheres que me ajudaram a desbravar os questionamentos que vinham me acompanhando durante o processo de elaboração da pesquisa.

Até hoje mantenho contato com essas mulheres militantes e consigo, mesmo que de longe, continuar acompanhando as suas trajetórias. Tendo isso em vista, fica explícito quanto a construção do conhecimento científico também é permeada por afetações pessoais que só foram possíveis de construir através da solidariedade e de nossa percepção enquanto sujeitos coletivos. Acredito que o movimento dialógico permitiu com que todas as nossas memórias enquanto mulheres em movimentos políticos de esquerda pudessem se encontrar, e ressoar uma nas outras.

## **Considerações finais**

O capítulo tinha como intencionalidade reviver alguns dos principais debates feitos na dissertação *“Mulheres da esquerda: política, memória e feminismos”* defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – *campus* Sorocaba.

O caminho escolhido iniciou mostrando como dentro de minha trajetória pessoal os questionamentos sobre a participação das mulheres nos partidos de esquerda foram surgindo. Em um segundo momento fiz um triplo debate: primeiro sobre as próprias questões de gênero e do feminismo e a explicação do porquê preferi trabalhar com a noção de mulher; depois percorri o caminho de defesa da metodologia da história oral e sua relação com a construção das histórias das mulheres. Por fim, trouxe a experiência na busca por mulheres militantes de esquerda e a maneira como conduzi a pesquisa. Nesta parte, ao falar dos desafios impostos na procura por pessoas que combinassem com o perfil que a pesquisa

precisava, minha intenção foi a de ajudar pesquisadoras/es que estão construindo seu próprio caminhar dentro da história oral.

Ao longo deste capítulo, a metodologia da história oral é vista como um importante meio para a disseminação e pluralização de diferentes processos históricos. E para o feminismo, foi um instrumento encontrado para combater a sociedade patriarcal e dar visibilidade às experiências vividas pelas mulheres. As narrativas possibilitaram a construção de vertentes da história a partir do relato das próprias pessoas que as viveram, auxiliando nas elaborações teóricas sobre as construções de subjetividades e na elucidação das marcas diferenciadas que os corpos recebem, de acordo com a identificação social de seus gêneros.

No entanto, é preciso estar atenta/o para não atribuir aos relatos das experiências uma verdade inquestionável, uma vez que a construção da subjetividade é social e o ato da rememoração é uma disputa política de tempos. Para além, há dois grandes riscos metodológicos: o primeiro é essencializar as identidades das/os narradoras/es sem questionar a construção social que levou à delimitação de tais identificações. Dar visibilidade às histórias das pessoas marginalizadas não é suficiente para colocar em questão o projeto político-social que acarreta essas experiências. Mais do que procurar pela versão histórica desses grupos aos determinados eventos, é preciso questionar quais são os processos que geram os seres abjetos. Por que estes são postos como não sujeitos?

O segundo risco é enxergar a pesquisa como uma ação salvacionista e encará-la como ato de dar voz. No momento em que se estipula que o/a pesquisadora é detentora da voz, já se sabe que o subalterno não pode falar, porque a voz que usa é emprestada, não é sua (SPIVAK, 2010). O perigo é, ao tentar trazer à tona essas memórias subalternizadas, contribuir com o processo que cria as subalternidades.

É indispensável reconhecer os privilégios para que não ocorra um sequestro da experiência do outro a fim de legitimar a própria fala enquanto pesquisadora. Há um lugar de poder legitimado pela universidade e pelos saberes científicos. A fala que vem desses espaços poderia ser interpretada de outra maneira se não passasse por essa mediação, e é necessário reconhecer isso. Trabalhar com subalternidades exige um

eterno questionamento: a quem este trabalho serve? Quais são suas provocações? Contribuí para o processo de emancipação?

Como pontua Spivak (2010, p. 65), “os intelectuais pós-colonialistas aprendem que seu privilégio é sua perda”. Afinal, é necessário saber que toda vez que alguém é usado como meio para os fins de outra pessoa, o paradigma social dominante é afirmado, e não superado (PATAI, 2010). Neste sentido, busco recuperar o debate inicial trazido a artigo: não há neutralidade científica possível, e afirmar a existência de minhas próprias memórias, sentimentos e de minha subjetividade na construção deste artigo e de minha pesquisa de mestrado, é também um ato político.

A história oral contribuí para repensar o papel do/a historiadora, ao questionar a história oficial e também ao ponderar e historicizar quem produz história. Talvez por isso, tenha sido uma metodologia largamente utilizada pelas feministas (SALVATICI, 2005), que se valeram da oralidade para escrever a história das mulheres.

## Referências

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p.23-59, jul/dez. 2009.

\_\_\_\_\_.; ALVES, Josér Eustáquio D. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535 a 577, 2007.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia R. Diversidade, Direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. **Revista Eptic Online**. Sergipe, UFS, v. 15, n.3, p. 117-130, set/dez. 2007.

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1).
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira. L. (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, n.11, p.127-140, 1998.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2008.
- DELPHY, Christine. Feminismo e recomposição da esquerda. **Nouvelles Questions Féministes**, Paris, v. 13, n. 1, p.187-199. 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, 2002.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção Ideias).
- PATERMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PEDRO, J. M; VENSON, Anamaria Marcon. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **Revista História Oral**, v. 15, n. 2, p.125-139, jul./dez. 2012.

PERROT, Michele. Práticas da memória Feminina. **Rev. Bras. de História**, São Paulo, v.9, n.18, p. 09-18, ago./set. 1989.

\_\_\_\_\_. O gênero da cidade. **Rev. História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 27, n. 50, p. 23-44, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v.5, n.10, p. 200-212, 1992..

RODRIGUES, Thais Domingos dos Santos. **Mulheres da Esquerda: Política, Memória e Feminismos**. 2017. fs. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos/SP, 2017.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História oral**, São Paulo, v.8, n.1, p. 29-42, jan./jun. 2005.

SANTOS, Boaventura S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História., v. 16, 1998.

SPIVAK. Gayatri C. **“Pode o Subalterno Falar?”** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



# VI

## CORPOS, MÁQUINAS E AFETOS: AS EXPERIÊNCIAS HOMOSSEXUAIS NA CONTEMPORANEIDADE\*

*Felipe Pancheri Colpani*

### **Introdução**

A pesquisa intitulada “Corpos, Máquinas e Afetos: as experiências homossexuais na contemporaneidade” buscou compreender como os territórios virtuais do ciberespaço têm-se constituído como novos vetores de subjetivação para a produção de experiências homossexuais. Entendo a subjetivação como o processo de constituição do ser e os territórios virtuais como novos meios para esse processo constitutivo (COLPANI, 2015).

No encontro com as máquinas virtuais, nos deparamos com um conjunto de territórios virtuais desterritorializados para a navegação e que passam a se integrar aos territórios sociais preexistentes, aumentando, assim, as possibilidades de interação e formação de redes. As vivências têm-se tornado cada vez mais produzidas a partir de um intercâmbio entre múltiplos territórios híbridos. As máquinas virtuais têm oferecido uma gama de sistemas de simulação que parecem se convergir em um novo tipo cotidiano [cibercotidiano]. As distâncias geográficas são aniquiladas pelas redes móveis que interconectam os corpos a um único ciberorganismo mutante – um ambiente geográfico integrado.

As novas próteses eletrônicas de subjetivação se apresentam como territórios movediços de produção existencial. Introduzem no espaço, aldeias moleculares [sítios eletrônicos e redes sociais] de simulação virtual: de agrupamento, de expressão, de protagonismo, afirmação e projeção de si no mundo. Uma das finalidades das redes sociais é a de produzir nichos coletivos desterritorializados e de promover a fusão en-

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.113-126

tre o virtual e o real sob a profusão de novas sociabilidades e dispositivos de modelagem da nossa subjetividade.

O Facebook é um território virtual de relacionamentos fundado em 2004 pelo norte-americano Mark Zuckerberg. Inicialmente, o projeto de Zuckberg era a de uma rede focada apenas em estudantes, entretanto, em setembro de 2006, o cadastro foi liberado para qualquer cibernauta e, desde então, o crescimento tem sido explosivo.

As redes sociais são territórios virtuais equipadas por pontos de subjetivação – ou pontos de conexão. O ciberespaço possui uma natureza híbrida e altamente dinâmica, onde múltiplas tribos se encontram e se tele-interagem. No Facebook, cada cibernauta possui sua própria virtualidade registrada a partir de uma conta, passando a se expressar combinando concretamente diversos tipos de agenciamentos que lhe atribuem sentido.

A produção coletiva no ciberespaço se dá no dizer do que está fazendo a cada momento, o verbo estar transborda o ser. A formulação “o que estou fazendo agora” dá pistas de quem sou eu. O modo de existir singularmente no virtual é atravessado pelo estar visível ao outro (DIAS & COUTO, 2011).

Nas redes sociais, os sujeitos são confrontados pelos mais diversos tipos de agenciamento: agenciamentos reacionários, neoconservadores, revolucionários, reformistas e transgressores. Além disso, atuam também como meios para a produção estética e de autoafirmação.

Também promovem uma difusão contínua de afetos a partir de uma nova circulação de saberes e discursos. Nestes espaços, temos uma proliferação de enunciados que se transconectam e produzem uma consistência coletiva comunitária, desenvolve-se um novo significado e novas alternativas para a autoprodução.

As redes sociais constituem novos meios de sociabilidade para as minorias e grupos oprimidos, podendo encontrar nestes espaços, meios de luta e de agrupamento pelo afeto. Os homossexuais encontram nas redes sociais novos meios de sociabilidade, de agrupamento e de troca, assim como podem se expressar de uma forma mais espontânea em função de um distanciamento dos limites impostos pela heteronormatividade promovidos pelas redes sociais.

No contexto das produções de experiências homossexuais nas redes sociais, constata-se que essas redes se têm constituído como importantes territórios alternativos para novas afetividades e mapas políticos de atuação social, assim como podem ser apropriados como armários tecnodigitais para aqueles que buscam por amores ocultos e vivências afetivas em segredo. Tudo vai depender da atuação molecular de cada sujeito social – de sua constituição política e de seus agenciamentos coletivos.

O armário é uma tecnologia de simulação e de regulação da produção desejante de homossexuais. De acordo com Miskolci (2012), podemos dizer que há uma persistência do armário na era das novas tecnologias. Com o advento da cibercultura, houve um aumento de diversas plataformas on-line segmentadas para um público LGBT como sites de anúncios, redes sociais e salas de bate-papo. A interatividade se impôs como mais relevância para pesquisas sobre a busca de parceiros afetivos e sexuais. Há uma marcante presença de homens que não possui sociabilidade gay na vida cotidiana da materialidade preexistente, mas que em navegação nos territórios virtuais assumem uma identidade homossexual sob a regulação do segredo que o armário tecnodigital permite.

Miskolci (2012) constata que os homens que vivem sob a regulação do armário sofrem e se sentem solitários, mas não são simples vítimas de uma simulação heteronormativa, pois detêm conexão afetiva. O sofrimento os alivia ou os “desculpabiliza” por agirem em desacordo com valores familiares, e a solidão também precisa ser compreendida como constitutiva de uma masculinidade hegemônica que recusa negociar seus desejos ou afetividades com outras pessoas.

A escolha do Facebook como território investigativo decorreu do fato desta plataforma multimídia ter se tornado um fenômeno global, colonizando o cotidiano da população e se tornando uma terra fértil a ser explorada. Hoje, é a rede social mais utilizada e oferece um campo de multiplicidade aos cibernautas: é um território virtual que permite uma pluralidade de dispositivos de simulação existencial.

O espaço analisado para a coleta de dados e discursos foi um grupo fechado de homossexuais e que contava no ano em que a pesquisa foi realizada com mais de sete mil membros, possui uma natureza híbrida

com uma variedade de postagens e com uma diversidade de temas. O grupo se constitui como uma agência de afetos e enunciações, podendo ser apropriado como um espaço político para a subversão das forças de captura da heteronormatividade, bem como pode ser utilizado como um armário tecnodigital para aqueles que buscam vivências ocultas. O grupo conecta todos a um prisma, a singularidade do desejo homossexual e introduz os membros em múltiplos estratos de produção existencial e contato com forças que divergem em intencionalidade.

## **A produção de experiências homossexuais na contemporaneidade**

A etnografia virtual no maior grupo de sociabilidade de homossexuais brasileiros no Facebook foi feita a partir de uma sistematização de práticas discursivas e produção de sentidos. Tecnologia metodológica que subsidiou a interpretação dos atuais processos de produção existencial que maquinam as experiências homossexuais na contemporaneidade.

O grupo surgiu no ano 2011 e logo de início atraiu mais de três mil membros e no ano em que a pesquisa foi realizada contava com mais de 7.000 membros. O grupo é composto por indivíduos que buscam por compartilhamento de ideias, união, divertimento, agenda cultural e espaço político para a voz. É um espaço virtual que preza pelo respeito e uma boa interação entre seus membros.

A entrada no grupo é livre. Caso o cibernauta queira, ele pode vir a se identificar em uma postagem de apresentação fixada pelos moderadores do grupo. Os membros podem vir a se interagir com perfis “reais” ou fictícios, não há normas enquanto a isso. Só não é permitido a entrada de mulheres e homens heterossexuais.

A sistematização das práticas discursivas coletadas no grupo foi feita através da produção de mapas, unidades de construção que demarcam os campos de possibilidades, atuação e produção das identidades homossexuais.

Através da análise materialista do espaço, contata-se que o espaço geográfico no qual estes jovens estão inseridos, foi estruturado sob um

regime regulador heteronormativo, que marginaliza os indivíduos que não estão de acordo com a norma imposta, com o arranjo normativo codificado como sistema natural de ser. Em função das atuais mutações tecnoculturais, têm-se possibilitado novos conjuntos de ação e resistência aos homossexuais, que podem se agrupar pelo afeto e promover novos catastrofismos aos conjuntos normativos, reacionários e universais do Império Patriarcal-Heterocapitalista.

Conforme Miskolci [2012], os territórios on-line se estendem e se aproximam da maioria que vive na periferia, em cidades médias, pequenas ou mesmo na zona rural. Além disso, para pessoas que jamais quisessem [ou puderam] se expor de forma a frequentar algum nicho claramente gay, a rede virtual criou a possibilidade de criarem novas redes de inter-relações.

Os homossexuais, por estarem introduzidos em um núcleo territorial neoconservador, encontraram no ambiente simulado da web uma forma de conhecer parceiros e até fazer amizades sem a necessidade de uma evidente exposição de seus desejos num espaço público da materialidade preexistente, e que através de suas ações e agenciamentos coletivos nos espaços virtuais, podem interagir com forças que os fazem divergir do estado majoritário da heteronormatividade.

A intersubjetividade de homossexuais na contemporaneidade partilha de diferentes construções identitárias, híbridas e plurais, em interconexão com o território no qual a prática ocorre. Estas construções são evidenciadas através das enunciações discursivas e dos ciberagenciamentos tecidos em rede.

Conforme Moita Lopes (2003, p. 20):

O sujeito usa a linguagem a partir de suas marcas sócio-históricas ainda que certos traços identitários sejam suspensos em algumas práticas discursivas ou em alguns posicionamentos interacionais em uma mesma prática discursiva ou que possam se tornar mais relevantes em algumas práticas ou em certos posicionamentos interacionais.

Nesse sentido:

Os conceitos de identidade e self tendem a ser associados com o foco interacional, no qual as pessoas constroem sua própria identidade individual ou coletiva no discurso. O pano de fundo para essa perspectiva são as identidades inquietantes no fluxo da modernidade tardia – a luta para encontrar identidades é um dos temas mais difundidos da modernidade tardia e um dos focos mais nítidos das reflexões da modernidade tardia (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 96).

As unidades de produção das experiências homossexuais perpassam por espaços sociais da materialidade preexistente: a família, a escola, a universidade, o mercado, e pelos territórios desterritorializados do ciberespaço: as redes sociais, os sítios eletrônicos, entre outros espaços. Estas unidades de produção existencial não estão separadas entre si, mas interconectadas sob uma mesma textura social, de produção de experiências e novas práticas de simulação existencial.

A natureza híbrida do ciberespaço se processa por múltiplos dispositivos de simulação da nossa virtualidade. São territórios que agrupam pelo afeto, onde diferentes sujeitos e grupos sociais se misturam e se teinteragem sob um mesmo ciberorganismo. Os homossexuais encontram no Facebook uma terra fértil e híbrida para a diferença, como também, podem lidar com discursos de preconceitos e estereótipos, geralmente vinculados aos simulacros da masculinidade hegemônica do núcleo territorial hegemônico. Para alguns, a maquinaria do ciberespaço pode se constituir como uma espécie de armário tecnodigital em decorrência de sua desterritorialização. Cabem aos homossexuais, através de suas ações moleculares, se constituírem como uma força de transgressão diante das forças de captura que lhes fixam na norma e nos simulacros do heterocapitalismo.

Conforme Miskolci [2012], as tecnologias digitais trouxeram algumas novidades na afetividade e na esfera amorosa, como a possibilidade de visualizar, pela primeira vez, o universo de parceiros em potencial, ampliá-los numericamente e, sobretudo, a possibilidade de escolher como nunca antes. Dependendo da rede, podemos ter acesso há um mosaico descritivo de escolha. Passando por descrições numéricas, fotos ou

ainda, por formulários e mecanismos de busca que permitem escolher quase tudo do possível parceiro: idade, altura, peso, cor de pele, cabelos, olhos e até mesmo tamanho do órgão genital.

Muitos homossexuais que buscam parceiros sexuais ou afetivos na web, usam como critério de seleção a “fita métrica”, um simulacro reacionário que tem se tornado um filtro de seleção difundido nas relações on-line entre os homossexuais no núcleo hegemônico. De acordo com Miskolci [2012], os perfis de busca de parceiros com frases como: “não respondo a ninguém com menos de 1,80m”, “nem entre em contato se não for malhado” ou “ignoro mensagens de caras com mais de 25 anos” deixam claro que as interações online, ao menos entre esses homens, tendem a ser muito mais regidas por padrões corporais de uma masculinidade hegemônica.

Em âmbito geral, percebe-se uma autoconsciência política crítica por parte dos cibernautas ativos na aldeia analisada. É importante para o homossexual ter a tomada de autoconsciência de que o território que se vive é revestido por forças de captura de inserção a um regime heteronormativo. A autoconsciência torna o indivíduo mais ativo na luta, estando sempre à borda da emancipação política e de seu estado majoritário.

Em geral, nota-se também pelas postagens do grupo uma grande quantidade de discursos de discriminação, preconceitos e afirmação de estereótipos àqueles que escapam as tecnologias de simulação da masculinidade hegemônica - uma estrutura simbólica violenta de inserção dos indivíduos a quadros de padronização do desejo a modelos majoritários da heteronormatividade.

Você pode simular uma identidade homossexual, mas desde que esteja codificado na norma do homem branco, musculoso, macho, rico e bem-dotado. Se você não se enquadra a este regime regulamentador, você está à margem do núcleo hegemônico homossexual.

O núcleo hegemônico homossexual é um polo reacionário de produção existencial que tem como força de captura, as ficções culturais das masculinidades hegemônicas, que tem como modelo de simulação, o homem viril, ativo, bem-dotado e não-afeminado da heteronormatividade. É um modelo violento, que gera angústia entre os homossexuais que

se esforçam para se enquadrarem a este modelo e também, discriminação àqueles que estão engajados em outras performatividades de gênero.

A cultura do núcleo hegemônico homossexual é baseada no regime de signos de heteronormatividade, mantida por uma pluralidade de estereótipos entre os próprios membros da tribo, constituindo-se como impulsor para preconceitos e homofobia entre os próprios homossexuais. Como um espelho da heterossexualidade, a homossexualidade hegemônica é codificada na norma falocêntrica, em um núcleo normalizador que marginaliza, inclusive, aqueles que estão engajados em seu devir-revolucionário ou em performatividades transgressoras de gênero.

O desejo pela masculinidade hegemônica faz com que os homossexuais simulem uma masculinidade padrão, fixada na imagem de um homem cristalizado na ordem fálica da heteronormatividade. Apesar de simularem uma identidade homossexual, muitos acabam se moldando aos valores e as tecnologias de simulação de uma masculinidade hegemônica que vem a subalternizar os homossexuais do núcleo transgressor que simulam uma política emancipatória dos sistemas de programação da heteronormatividade. Os que se inserem no regime hegemônico, estão a simular o jogo do opressor, legitimando a sua ficção política.

A produção das experiências homossexuais na contemporaneidade ainda perpassa rigidamente pelas ficções políticas da heteronormatividade, em um atravessamento de masculinidades majoritárias e masculinidades minoritárias. São poucos os que estão a romper com os códigos das masculinidades que se aproxima dos modelos cristalizados em nosso dia a dia como padrões.

A fluidez das identidades sociais tem fabricado novos mapas políticos e experiências sociais que confrontam os homens a repensarem seus padrões e comportamentos reacionários. Em território brasileiro, em decorrência da modernidade tardia, os valores ainda estão bastante petrificados na moralidade heteronormativa, patriarcal e cristã, que acabam por regular o comportamento e a produção desejante dos indivíduos. A sociedade brasileira ainda possui um núcleo de subjetivação bastante conservador baseado na insistência em não reconhecer outros tipos de simulações sexuais e performatividades de gênero.

Grande parte das simulações da homossexualidade são transposições de modelos endurecidos no sistema de programação da heterossexualidade compulsória. A produção da homossexualidade na contemporaneidade ainda se encontra bastante enraizada nos sistemas simbólicos da heteronormatividade, nesse sentido, ela acaba mantendo os mesmos códigos da heteronormatividade, o mesmo registro simbólico.

O grupo analisado também se apresenta também como uma espécie de armário tecnodigital. O simulacro do armário passou a habitar os espaços virtuais. Ao mesmo tempo em que o Facebook dá uma maior liberdade de expressão por estar desterritorializado, ele se constitui também como um armário para os “enrustidos”, que passam a usufruir dos novos espaços cibernéticos para buscar encontros às escondidas.

Para Sedwick (2007), mesmo a nível molecular, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. Além disso, a elasticidade mortífera da presunção heterossexista. O armário foi a estrutura definidora da opressão gay no século XX e continua a ser bastante difundida, sobretudo com a proliferação dos espaços virtuais.

A influência e a pressão do regime regulador da heteronormatividade é tão forte que até mesmo quem está inserido na construção de uma performance minoritária acaba sendo capturado por algum código ou padrão da rede de poder da heteronormatividade.

O grupo é também um espaço que pode ser palco para a diferença, e que através da experiência e da sociabilidade entre os cibercidadãos da aldeia, o desejo pode vir a tomar novas pulsações, o fazendo divergir de seu estado hegemônico. Além de reconstruírem suas virtualidades nos encontros com o outro, os homossexuais podem edificar agenciamentos coletivos para movimentos de transgressão aos poderes hegemônicos. O Facebook pode muito bem vir a se constituir como um mecanismo estratégico, um agenciador de forças de transgressão. A aldeia do Facebook reflete bem o palco das lutas sociais na contemporaneidade, sendo assim, a atuação política nas redes sociais pode indicar caminhos, eixos e orientações que podem golpear as formações reacionárias e neoconservadoras da cultura totalitária.

A atuação política no grupo analisado é segmentada por forças que diferem entre si. Tem aqueles que estão conscientes da sua dominação e se constituem como uma força política transgressora e progressista. Como também tem aqueles que ainda caminham nas fronteiras do neoconservadorismo e dos sistemas de captura do desejo das forças hegemônicas.

Os homossexuais podem se apropriar destes novos espaços de subjetivação que as máquinas propõem como focos mutantes de reinvenção e da diferença. O caráter híbrido e plural da contemporaneidade tem nos colocado nas fronteiras com novas experiências.

No Brasil, os principais espaços socializadores - a família, as escolas e a mídia dominante – são dirigidos por uma moralidade violenta patriarcal, cristã e altamente heteronormativa. São instituições que mantêm em circulação as tecnologias discursivas de gênero, que são verdadeiras maquinarias de normatização e programação dos corpos ao regime simbólico da heteronormatividade. A família nuclear patriarcal ainda é um modelo bastante difundido no Brasil, e tem sido bastante utilizada como estratégia política para as frentes neoconservadoras.

## **Considerações finais**

A produção das identidades homossexuais em tempos de fluidez perpassa por diferentes espaços de sociabilidade que orientam e moldam o comportamento [mas não determina] e por uma paisagem existencial móvel de descobertas e experiências. A interconexão entre espaços sociais e espaços virtuais, pluga a subjetividade em um movimento de reconstrução contínua, a ser interpretada e simulada sob diferentes maneiras.

A produção da identidade homossexual na contemporaneidade é marcada por uma sucessão de experiências [afetivas e sexuais] e que são as responsáveis pela formação da maturidade, da identidade e enfrentamento das inquietações existenciais que afetam grande parte dos homossexuais. Como hipótese, podemos descrever a formação da identidade homossexual a partir de três estágios. São fases não lineares que se intercalam no processo de fragmentação da identidade:

Denomino o primeiro estágio de QUEM SOU EU?: É a fase dos primeiros questionamentos existenciais, marcada por muita confusão e desconhecimento, uma vez que o indivíduo ainda está adaptado ao regime regulamentador da heterossexualidade, acreditando que a identidade heterossexual é uma estrutura intrínseca a sua constituição. O “posso ser homossexual?” passa a ser um pensamento inquietante. Nosso inconsciente passa a ser habitado por um duelo de forças: forças internas do desejo e forças de fora [medo e pressão social – duas forças de captura da heteronormatividade]. O indivíduo passa a se confrontar internamente com este atravessamento caótico: onde as forças de captura se confrontam com as pulsões desejanter e fantasias.

O segundo estágio denomino de MUTAÇÃO EXISTENCIAL: Fase da bifurcação. É uma fase difícil, de muitos questionamentos com relação à identidade e a sexualidade. É a fase armário e das novas pulsões desejanter. O que vai desdobrar o desejo deste estágio será a sucessão de acontecimentos e experiências.

A princípio, muitos buscam vivências ocultas e em segredo, levando os indivíduos a viverem sob a regulação do armário. Nessa fase, os homossexuais que não lidam bem com a sua identidade “marginal”, buscam o armário como uma ferramenta de busca para parceiros sexuais como uma forma de amenizar a dor da repressão, mas que depois do ato, voltam a simular sua heterossexualidade e com sentimentos de culpa e desprezo pela identidade homossexual.

Se o indivíduo não tiver boas expectativas quanto a sua descoberta, ele pode conviver com a repressão do desejo e seus efeitos, tais como, a melancolia, a agressividade e a depressão. É um estágio marcado por sentimentos de aceitação concomitantes a sentimentos de vazio e negação, sentimentos que mudam de acordo com o impacto da homossexualidade para o indivíduo e o seu nível de enfrentamento.

O terceiro e último estágio é o da PRODUÇÃO DESEJANTE: É a fase de aceitação e de afirmação. Neste estágio, os indivíduos que antes temiam a socialização com pessoas da mesma tribo com medo da marginalização, passam a produzir experiências compartilhadas entre membros da mesma tribo. É a fase que parte dos homossexuais buscam enfrentar a saída do armário e a desconstruir o sistema de programação

dominante da heteronormatividade. Fase das primeiras aventuras afetivo-amorosas. Inclusive, muitos homossexuais enrustidos acabam enfrentando o armário e a heteronormatividade com o aporte do amor e da afetividade. É o momento de novo compromisso ético-político onde o indivíduo incorpora a homossexualidade como uma nova identidade a sua subjetividade, propiciando a autoaceitação e afirmação política de sua identidade minoritária.

A partir da análise das práticas discursivas e da minha vivência no grupo analisada, constata-se que este o grupo se constitui como uma porta de entrada ao universo da cultura homossexual. É um território onde você pode conhecer as práticas, costumes e hábitos que maquinam a cultura homossexual na contemporaneidade. É também um espaço político e de intervenção no outro e pelo outro, podendo administrar novos sentidos e a quebrar estereótipos. É um também um território existencial, de vivência de novas afetividades. O sistema de em rede possibilita uma variedade de usos dos afetos e conexões, tudo vai depender das orientações do desejo e da forma como cada indivíduo se constitui naquele espaço.

Os espaços virtuais se apresentam como núcleos de subjetivação diferenciados dos núcleos de sociabilidade da materialidade preexistente. As redes sociais trouxeram novos redimensionamentos para a subjetividade e produção das identidades por se constituírem como práticas sociais construídas a partir da interconectividade e não localidade. Há no ciberespaço, um novo processamento de novas tecnologias de simulação e sistemas de informações, permitindo a produção de novos sentidos, afetividades e experiências sociais.

## Referências

CHOULIARAKI, Lillie.; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

COLPANI, Felipe. **Corpus, Máquinas & Afetos**. As experiências homossexuais na contemporaneidade. 2015. 240f. Dissertação (Mestrado

em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos/SP, 2015.

DIAS, Cristiane.; COUTO, Olivia F. As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de Ideias. **Linguagem em [Dis]curso**, v. 11, n. 3, p. 631-648, 2011.

MISKOLCI, Richard. A Gramática do Armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, L.; SOUZA, L. A.; SABATINE, T. e MAGALHÃES, B. **Sexualidade, Gênero e Mídia** – Olhares Plurais para o Cotidiano. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

MOITA LOPES, Luiz P. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In: MOITA LOPES, L. P. **Discursos de Identidades**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SPINK, Mary J. [org.]. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n.28, jan./jun. 2000, p. 19-54



# VII

## AUTORREPRESENTAÇÃO DE MULHERES REFUGIADAS: ATOS, FATOS, LUGARES E TEMPOS\*<sup>1</sup>

*Cleide Luz Soares Inacio*

[...] E não há mais / quem morda a nossa língua / o nosso verbo solto / conjugou antes / o tempo de todas as dores. / E o silêncio escapou/ferindo a ordenança / e hoje o anverso / da mudez é a nudez / do nosso gritante verso/ que se quer ser livre.

Conceição Evaristo

### **Introdução**

Apresento aqui o resultado de um processo investigativo sobre as mulheres negras, pobres e refugiadas por orientação sexual, residentes na região periférica da cidade de São Paulo, no contexto do trabalho etnográfico e de história oral, trazendo informações e reflexões sobre as experiências de vida dessas mulheres. O objetivo era o de analisar como as interseccionalidades de gênero, raça, classe e orientação sexual no contexto do refúgio configuram as vivências situadas no cotidiano de mulheres e em suas experiências de vida prática e subjetiva.

Os trabalhos de campo e a coleta de dados etnográficos foram realizados entre os meses de Novembro de 2017 a Setembro de 2018. A pesquisa foi iniciada com uma entrevista com L.L, moçambicana, refugiada por orientação sexual, residente no Brasil desde 2013, quando participava do evento organizado pelo projeto "Nós Diversos"<sup>2</sup>. Em seguida,

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.127-140

<sup>1</sup>Este texto é fruto da dissertação de mestrado "Guerreiras Afro-Atlânticas: Mulheres Refugiadas Em Busca de sua Outra no Brasil" defendida em 2019 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar-Sorocaba (INACIO, 2018).

<sup>2</sup>O "Nós Diversos" é um ciclo de debates com os temas LGBTQ+ e feministas, uma parceria da Organização da Parada LGBTQ de Sorocaba, o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual do Campus Sorocaba da UFSCar, o coletivo Grupo Mandala, a Associação Transgênero de Sorocaba (ATS) e o SESC Sorocaba.

acompanhei mais duas mulheres negras e refugiadas por orientação sexual nos diversos deslocamentos na região central cidade de São Paulo, até o local de residência: A.W e M.K, nacionais de Uganda e da República Democrática do Congo.

Foi possível “tecer”, com os aportes teóricos da sociologia do cotidiano, amparados também pela metodologia de pesquisa etnográfica, os caminhos investigativos construídos neste estudo. Para José Machado Pais (1993, p. 111), “a sociologia do cotidiano passa um pente-fino na paisagem social, em busca dos significantes mais do que dos significados.” Observei a importância da construção de estratégias de observação do cotidiano, tendo as narrativas como matéria-prima para seu desenvolvimento, fundamentando-se na história oral<sup>3</sup>.

Há um recorte analítico das categorias indissociáveis de gênero, raça, classe e orientação sexual que norteiam a pesquisa e essas categorias se fizeram presentes nas estratégias adquiridas ao longo das experiências vivenciadas pelas mulheres, tanto no país de origem, quanto no país de acolhimento, o que nos direciona para pensar o movimento dessas categorias de análise em constante conflito, pretendendo contribuir não apenas para o campo de estudos de gênero, educação e refúgio, em um viés teórico-metodológico e para formulações de políticas públicas, mas também contribuir para urgência de escuta sensível de vozes e de vidas que se constroem na luta e na resistência: as vidas das mulheres refugiadas por serem mulheres e por não seguirem imposições racistas, sexistas e heteronormativas sobre seus corpos e seus amores.

## **Olhares e perspectivas sobre as mulheres refugiadas**

As mulheres entram em cena num longo processo recíproco de reconhecimentos e subjetividades, percurso que revela uma discussão sobre a autorrepresentação da mulher negra, refugiada por orientação sexu-

<sup>3</sup>Nos encontros com as entrevistadas foram expostos os objetivos da pesquisa e o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) segundo os preceitos do comprometimento ético no contato com a realidade existencial das mulheres envolvidas na pesquisa. Todas as entrevistas foram realizadas em língua portuguesa. Foram garantidas a confidencialidade da informação e do anonimato e a condição de que só falaria daquilo que desejassem e se sentissem confortáveis para expor. Assim, algumas etapas das entrevistas foram realizadas no espaço público, sendo duas etapas realizadas por videochamada.

al no país de acolhimento. Sua forma de estar e vivenciar as experiências de vida configura o seu “estar-em-si” no mundo que denuncia a condição de não-sujeita em que são colocadas na sociedade brasileira. Inse-rem-se como refugiadas dentro de uma realidade em que representam uma minoria, com programas de proteção, assistência e reassentamento que lhes são destinados devido à perseguição de gênero e outras situações de risco e violência a que estão expostas. Para isso, o Brasil possui legislação específica, a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, conhecida como o Estatuto dos Refugiados que regula as condições de solicitação do status de refugiado e a atuação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

A migração caracteriza-se como um movimento de uma pessoa ou um grupo que atravessa fronteiras políticas administrativas e segue de um país a outro território com o objetivo de viver ali de modo temporário ou definitivo. Este movimento pode ser voluntário ou forçado devido a fatores decorrentes de questões econômicas ou decorrentes de perseguições políticas, de raça, de religião, de sexualidade e de gênero. Quando se é forçado a migrar, caracteriza-se como uma condição de refúgio. Essa definição encontra-se na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados ou Convenção de 1951 (SCHWINN; COSTA, 2016).

Schwinn e Costa (2016) caracterizam quatro tipos de violências que sofrem as mulheres em situação de refúgio: a) a violência cultural, que inclui a questão religiosa e étnico-racial, podendo provocar um “choque cultural” dificultando a adaptação e a permanência; b) a violência social, que diz a respeito à pobreza, à dificuldade de acesso a serviços públicos e a moradia, dificuldades com a língua do local, a falta de garantia de direitos e do acesso às políticas públicas por sua condição de “estrangeira”; c) a violência psicológica, caracterizada pela perseguição sofrida no país de origem em razão do gênero e que intensifica após sua chegada com o duplo grau de vitimação na condição de mulher e refugiada, aumentando a vulnerabilidade, medo e estigmatização; d) a violência sexual, como o estupro, a exploração sexual e o tráfico para fins sexuais; o assédio no local de trabalho, agressões e assédio. (SCHWINN; COSTA, 2016).

Nancy Green (2011, p. 37) afirma que “a história das mulheres fez o invisível tornar-se visível” e o mesmo ocorre para a história das mulheres refugiadas. Assim, pode-se afirmar que a história das mulheres, como forma visível, é aquela que se põe a aparecer e também aquela potencialmente capaz de (re)significar essa história que se põe a ver. A história das mulheres transcende e se supera, multiplicando-se ao infinito. Sendo as mulheres em situação de refúgio numericamente relevantes, podem contribuir para que esta invisibilidade na história seja contundente e criticamente questionada segundo os movimentos populacionais, ainda mais se forem atreladas às questões de raça, sexualidade e classe (ASSIS, 2007).

## **Etnocartografia de mulheres refugiadas**

Analisando como as especificidades de gênero, raça, classe e orientação sexual, no contexto do refúgio configuram as vivências situadas no cotidiano de mulheres e em suas experiências de vida prática e subjetiva, a pesquisa foi construída na perspectiva de que o trabalho de campo, a observação participante e a escuta atenta são possibilitadores de uma apreensão específica das vivências das mulheres envolvidas, por intermédio de suas biografias e narrativas. Para tomar o cotidiano como perspectiva metodológica apoiou-se na importância da construção de estratégias de observação do cotidiano, sem enquadrá-las em teorias que as aprisionem em conceitos, e se fundamentou na abordagem da sociologia do cotidiano de Pais (1993).

A sociologia da vida cotidiana pode ser caracterizada por uma “lógica de descoberta” que se afasta da lógica do preestabelecido. A meta seria justamente a compreensão da realidade que se observa e que não lhe é acessível. Essa sociologia é uma sociologia “matreira” feita de “ratices” que faz do pesquisador um “interessado por tudo o que seu olhar oblíquo possa agarrar; manter-se ao rés das coisas, mas vê-las todas, numa obstinação miúda e picuinhas” (PAIS, 1993, p. 113).

Para Fonseca (1999), o objetivo da etnografia é o dissipar a oposição entre ‘eu’ e o ‘outro’, de modo que a possibilidade de encontro com o outro possa aproximar a etnografia da cartografia. É possível pensar o

diário de campo como um dispositivo que comporta em suas entrelinhas o desvelar do social, por intermédio da observação e processo interpretativo do trabalho de campo. Segue a perspectiva de Weber (2009, p.157) em que “[...] parte expressiva do ofício do etnógrafo reside na construção do diário de campo. Esse é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica”.

A história oral é a “arte da escuta” (PORTELLI, 2016 )que se constitui pelo diálogo que forja a realidade por intermédio de uma interpretação que situa a si mesmo e aos outros no “discurso dialógico” de co-criação, pois tudo é colhido nesse processo em si não aparente, que se estrutura sob uma forma de comunhão, invocando uma aquarela afro-brasileira que compõe os seus gestos testemunhais, como modo de tirar da indizibilidade de suas histórias de vida o espectro do peso inaudito. Nesse contexto, as mulheres serão identificadas pelas iniciais de seus respectivos nomes, pois o anonimato foi um combinado que nos concedeu a liberdade para tecer os fios díspares dessa trama, formando um mosaico de importantes informações para que possamos, enfim, estar em comunhão com elas. Abaixo, a tabela que descreve objetivamente o perfil de cada uma delas:

**Tabela 1:** Marcadores Sociais: Identificação das Mulheres Entrevistadas.

Nome	País de origem	Idade	Estado Civil	Etnia/Raça	Orientação Sexual	Grau de Escolaridade	Ocupação
A.W	Uganda	28	Solteira	Negra	Lésbica	Ensino Técnico	Vendedora Ambulante
M.K	República Democrática do Congo	37	Solteira	Negra	Lésbica	Superior Completo	Vendedora Ambulante
LL	Moçambique	34	Casada	Negra	Lésbica	Superior Completo	Aux. Adm.

Fonte: Dados referentes à pesquisa de campo.

## Corporificando o refúgio x corpo (des)integrado

Dirigir-se para a escuta das experiências vividas das mulheres tem sido apresentado pelos estudos como uma das garantias para que elas saiam do campo da invisibilidade e para que seus direitos como mulheres, suas condições de sujeitas na sociedade brasileira, sejam respeitados. E quando se trata de mulheres negras, este corpo específico no mundo, é

produzir uma escrita que destaca temas pertinentes às suas vidas e resistindo ao apagamento histórico como sujeitas e, assim, afirmar aquilo que hooks (2013) reivindica como uma memória ancestral e de valorização dos traços culturais que subscrevem uma luta coletiva.

As solicitações baseadas no gênero são determinadas por vivências de perseguição, atos de violência sexual, violência doméstica/familiar, planejamento familiar forçado, mutilação genital feminina, punição em razão de uma transgressão dos costumes sociais, e discriminação contra homossexuais. Portanto, é uma violência sobre um corpo, o corpo de mulher, e nas narrativas das entrevistadas, são os corpos de mulheres negras de Moçambique, Congo, Uganda, os corpos de mulheres que amam mulheres. Ainda que elas cheguem ao Brasil, estas mulheres experienciam outros modos de violência por serem mulheres, refugiadas e "lésbicas". Sofrem outros tipos de violência quando encontram pouca ou nenhuma proteção governamental; sofrem abusos (sobretudo sexuais) e estigmatização em razão da condição, que revelam não apenas as "dimensões da violência sofrida pelas mulheres, que tem influência direta sobre o processo de adaptação a uma nova realidade" (SCHWINN; COSTA, 2016, p. 226), mas também revelam corpos e vidas que resistem, sobrevivem, lutam e amam, trabalham e estudam.

*L.L - O que o Brasil faz hoje, me ouvindo, as pessoas que estão aqui, que me ouvem me encorajam para que eu lute pelos meus direitos. Pra que um dia eu possa consegui-los no meu país. Assim como eu falo aqui, eu gostaria muito de falar no meu país para as pessoas entenderem que eu sou normal...*

*M.K - Eu falo aqui, porque eu sei que aqui tem gente de confiança que guarda segredo e aqui, não é igual lá, no meu país, ninguém estuda isso! Falta educação pra tudooooo. É triste né? Aqui a educação que fala sobre o que eu sou, como sou, ajuda a proteger a gente. Lá, não...*

*L.L - Eu comecei a entender que eu poderia viver sendo eu mesma sem precisar buscar uma identidade que não era a minha... Por isso, que eu vim para o Brasil. Vim para o Brasil para poder viver. Buscar vida! Porque o que eu tava passando no meu país, não era uma situação de alguém que está a viver! [...] Mas, o que me deixa muito a vontade aqui, é o fato de eu poder falar! E as pessoas poderem me ouvir. Eu acho que isso é importante!*

*L.L - A única opção que nós, temos, é a escola. Quando você tem a escola, o*

*respeito é obrigatório. Agora se você não tem escola, é difícil. Por isso que muitas pessoas, principalmente a comunidade LGBT, primam por isso. Estudar, ser alguém. Porque sendo alguém, quem vai te apontar?*

As representações sobre este corpo no país receptor quando corporificado ao ‘refúgio’ é, certo modo, semelhante à mixofobia que Bauman dizia: “é o medo provocado pelo volume irrefreável do desconhecido, inconveniente, desconcertante e incontrolável.” (2017, p. 15). Assim, a coexistência desses corpos nas ruas da cidade, nos bairros e nos locais de trabalho, tornando-as estranhas e quase sempre mal toleradas. Uma tradição de suspeita do corpo da mulher negra, lésbica e refugiada percorre o imaginário social.

Tendo como horizonte ainda o que afirma bell hooks, sobre “[...] desconstruir proveitosamente a ideia de uma identidade e uma experiência negra monolítica e homogênea”. (hooks, 2013, p. 106), o passado dói fisicamente e subjetivamente quando aproxima estas mulheres com os olhos cheios de presente. As memórias repletas de fronteiras, limites de outrora, que tão brutalmente as distingue de hoje, ofendem, machucam a sensibilidade. E criam outros modos de ver o mundo, ou seja, dos seus olhos existem outras teorias, no sentido da origem etimológica da palavra "teoria", que vem do grego *theorêin* e que significa "olhar através de".

Perpassar as fronteiras confunde e mistura um sentimento vasto e bom, numa comunhão coletiva multi/pluricultural. Conforme Glória Anzaldúa (2012, p. 99): “Não há um sistema de enunciação em a identidade *mestiza* esteja fechada e determinada, o que há é um processo inacabado que ainda está por ser conhecido.” Assim, nas palavras da autora: “Because I, a mestiza, continually walk out of one culture and into another, Because I am in all cultures at the same time, alma dos mundos, tres, cuatro, me zumba la cabeza con lo contradictorio. Estoy norteadada por todas las voces que me hablan simultáneamente.”

É esta identidade *mestiza* que se constitui no burburinho da cidade de São Paulo, entre o turbilhão de carros e o barulho dos pés e vozes, onde estas mulheres podem ser invadidas por uma terrível solidão que as priva de qualquer sentimento de medo e fragmentação. Elas entoam um canto em dialeto africano e fluem no espaço urbano-caótico. Há uma pu-

jança da força que elas trazem em si. Há, de igual modo, um corpo dignificado para assumir a dignidade afetiva de ser o que elas são: lésbicas. Esse corpo (des)integrado do sistema patriarcal e integrado a uma relação horizontal e não hierárquica as coloca na condição de cúmplices. Incorporar o coletivo é ao mesmo tempo front e artilharia. Os corpos são “refugiados”. Corpos “estrangeiros”. Igualmente, inscritos na vivência urbana, é o Corpo-Cidade-Refúgio que resiste às imposições da heterorreatividade, entendida como um pressuposto de que todos deveriam ser heterossexuais.

Segundo Waner (1993), a heteronormatividade é uma rede instituída e repetida de normas e regras que não podem ser questionadas e devem ser mantidas violentamente, independente de desejos e subjetividades dos corpos e pessoas. É, portanto, a obrigatoriedade compulsória da heterossexualidade, produzindo e mantendo gêneros binários (masculino e feminino) e hierarquizados e afirmando normas que os produzem e regulam através de instituições mais diversas, como a família, a igreja, escola/educação e o Estado, de modo heteroterrorista (BENTO, 2011) ou por meio de uma pedagogia do insulto (JUNQUEIRA, 2014).

*L.L - Eu nunca consegui um emprego digno! Mesmo tendo formação superior. Por quê? Porque quando eu fosse para uma entrevista só a minha aparência já era motivo de rejeição na hora! Nenhuma empresa quer um homossexual no seu quadro de funcionários. Uma lésbica! É motivo de quê? Piada. Conversa assim, nos corredores... [...] Na faculdade professores homofóbicos que mandavam piadas Eram agressões verbais. Entendeu? Já passei por uma agressão da própria polícia do meu país. Então, são coisas que você para e diz: mas se a própria polícia faz isso, imagina uma pessoa normal na rua. O que, que é capaz de fazer? Entendeu? E tantas outras coisas que eu já passei que eu não precisei mostrar para as pessoas o que tava sentindo... [...] Levei um soco no rosto na rua, por causa da minha aparência...*

*A.W - Eu perdi pessoas importantes lá, por causa do preconceito. Eu perdi um amigo porque era gay e perdi uma amiga de outra cidade por ser assim, igual “eu”[...] que gosta de mulher. (pausa) [...] Eu vim com ajuda do meu irmão [...] Aqui, eu trabalho e junto dinheiro pra ajudar ele lá...*

*A.W - No albergue não tinha vaga para ficar, o trabalho tá cada vez mais difícil, então a gente trabalha na rua vendendo o que deu pra comprar de mer-*

cadoria. *Aqui, não tem lei que prende uma mulher que gosta e namora outra. Mas, pode ser bem pior [...].*

*A.W - Aqui, eu não falo nada. Eu não mostro a minha vida e não falo que gosto de mulher. Lá, tem lei que prende e tem gente que mata. Aqui, matam sem dizer o motivo. É escondido. Por isso, eu não conto pra todo mundo. Aqui, a minha cor, o meu gosto por mulheres e por ser mulher, eu posso morrer. A lei aqui existe? Por que morre tanta gente que é assim, que não aceita viver no modelo homem com mulher? Olha, tem lei mais ninguém garante que eu vou ter direito de ser o que eu sou aqui no Brasil. Aqui, onde a gente mora tem uns africanos que não sabe de mim, se souber me despreza. Os brasileiros também, eles não aceitam, eu vejo isso sempre. Mas, eu não falo de mim pra ninguém.*

*M.K- Já era rotina, os alunos nos apontavam nos corredores, xinga- vam, faziam piadas, enfim, a gente tinha medo que eles batessem na gente. Por isso, que não ficamos mais tão próximas. A gente entrava no banheiro e via as pichações contra a gente e contra gays, trans, todo mundo [...]. A gente sabia que as pichações eram para nós... Até que um dia, teve um show sertanejo perto da universidade. A gente tava saindo, tinha uns caras que pareciam ser alunos da engenharia e eles jogaram garrafinhas de água e gritavam: “sapatoná, cadê você? Eu vim aqui pra te f\*\*\*\*!” Nós corremos muito, muito, muito aquele dia... Dá pavor só de lembrar...*

*M.K- Tínhamos o nosso “cantinho” para ficarmos conversando. Ficávamos perto do muro, em canto discreto ou no pátio próximo de uma escada, para que de um determinado ângulo, não pudéssemos ser vistas. Tratando-se do espaço local, os geógrafos sabem bem como observar e se posicionar fora do ângulo de visão que os incomode. ((risos)) Infelizmente, somos “caçadas” pelos olhares destrutivos de um determinado grupo de pessoas que parecem insaciáveis no quesito perseguição ao diferente. Na ocasião, fomos convocadas na sala do coordenador do curso para sermos orientadas em não ex- por nossos afetos em público. O homem ficou uns trinta (30) minutos explicando o regimento interno, o ordem, o respeito etc*

*A.W- “Fomos cercada pela milícia política que costuma bater nas pessoas, humilhar, estuprar e muitas vezes, matar.” Eles empurraram a gente e formaram um cerco em volta da gente, fizeram a gente tirar a roupa, humilharam, bateram, puxaram pelo cabelo e, arrastaram pelo cabelo para um canto, enquanto me seguravam no outro canto. Jogaram minha roupa na rua. Gritaram corre! Corre! Eu tive que sair correndo para não morrer. A minha namorada, foi surrada e passou por várias humilhações até ser jogada na rua desa-*

*cordada [...] Quando ela foi encontrada e socorrida no hospital local, eu fui até lá, tentei conversar mas, ela não respondia. A nossa família nunca aceitou a gente.[...] Tudo era escondido. Eu a visitei todos os dias no hospital. A família dela que bancou as despesas com tratamento e medicamentos. Os médicos disseram que ela tinha trauma. Disseram que a família precisava tratá-la em casa. Já em casa, dias depois, ela se matou...*

É certo que, essas vivências são constituídas pelas dores, perdas, dificuldades e que são tratadas aqui, a partir do que Le Breton (2013) inspira, como: “olhar além da dor”. Le Breton aponta para os aspectos contextuais ou situacionais que configuram na manifestação da dor. Assim, a dor não deve ser compreendida apenas como mera regulação sensorial que serve apenas como qualidade de mecanismo de defesa contra as tensões de um mundo frequentemente, desacolhedor e agressivo. Mas, acima de tudo, ter como princípio, que a dor deve constituir um significado afetivo, que introduz um fenômeno fisiológico na consciência moral das pessoas, lembrando-lhes o absoluto valor de sua existência e possível "transcendência", no sentido de superar lugar de coisa, objeto, do *em-si* (BEAUVOIR, 2016), para tornar-se sujeita, protagonista de sua própria história. De acordo com Beauvoir (2016), só existe liberdade quando a mulher alcança a transcendência, quando sai da degradação de si, da sua desintegração como sujeita.

Como pode realizar-se um ser humano na condição feminina? Que caminhos lhe são abertos? Que circunstâncias restringe a liberdade da mulher e quais pode ela superar? São algumas questões que a filósofa nos coloca no seu livro mais conhecido, intitulado O Segundo Sexo. Conhecimento íntimo do poder de transcendência, no sentido beauvoiriano, é o de que essas mulheres entrevistadas não são um produto social, uma invenção do homem e, portanto, elas são aqui, observadas fora da ideologia que supervaloriza a heterocentricidade, a heteronormatividade. As suas histórias narradas, o deslocamento para o Brasil, são as estratégias e táticas da luta para esta transcendência, para o encontro com a liberdade no país de sua outra, que são elas mesmas como sujeitas de suas histórias. Esta é uma luta que não acaba ainda.

A crítica da poetisa Adrienne Rich constata que “essas mulheres

lésbicas estão fora da dominação masculina. De igual modo, a existência lésbica não comporta um modo obrigatório de vivenciar suas experiências de vida. Há, é certo, o lugar de recusa ao patriarcado e constantes atos de resistências.” (1980, p. 36). Assim, enfoca a perspectiva do “*continuum* lésbico” que constitui uma rede de todas as mulheres que de uma ou outra forma se afastam e buscam superar as violentas normas de uma heterossexualidade compulsória, mulheres que não são necessariamente “lésbicas”, mas que tentam criar e fundar suas próprias organizações, suas próprias redes ou formas de resistências, esperanças e de luta contra as violências contra suas vidas, suas subjetividades e corpos. É adjetivado como “lésbico” pela autora porque se coloca fora da heterossexualidade obrigatória e patriarcal imposta a todas as mulheres (compulsoriamente esposas de homens, mães, submissas, recatadas, do lar, o outro ou objeto do poder masculino).

*M.K - Saímos de lá, com a sensação de que as pessoas que são contra o relacionamento homossexual, têm uma necessidade enorme de que nós, que somos lésbicas, gays ou trans, temos que nos explicar, nos expor, implorar: “Por favor, nos aceitem.” Ao perceber que nós não faríamos isso, o tal coordenador nos dispensou da sala dele.*

*L.L - Se eu continuasse em Moçambique, ia chegar num ponto em que me suicidaria. Eu já pensava em suicídio, a Y.H chegou a tentar (se matar). Eu ia esperar que algo acontecesse? Aprendi uma coisa: não vou mais ser submetida a esse tipo de coisa. Fiz isso a vida toda. Deixei que as pessoas fizessem de mim o que elas quisessem. Aqui (no Brasil) encontrei espaço para ser eu mesma, sem tabu, sem nada. Hoje sou uma pessoa mais alegre.*

*A.W - Quando eu vim morar aqui, por causa de outras mulheres que falaram: tem um lugar bem pequeno que tem vaga e que se eu tivesse trabalho conseguia pagar o aluguel, então eu vim pra cá. Lá em casa, compartilhamos tudo. Lá, ninguém fica sem comer. A gente que é mulber se ajuda...*

*M.K - Ah, comecei a ter um pouco de esperança, em setembro de 2015, eu participei do I Festival das Diversidades. Esses eventos acontecem fora daqui, em outras universidades e não na universidade que estudo. A gente pode ouvir pessoas que estão na mesma situação. E que fala sim, do que acontece com gente igual a mim e minha na- morada. Foi isso que me deu forças para conseguir sobreviver aqui no Brasil.*

Uma das mulheres participantes não se identifica como lésbica, mas relaciona-se afetiva e sexualmente com mulheres; em uma determinada ocasião, uma delas afirmou mesmo que não tivesse solicitado refúgio, seria subjetivamente, refugiada. Nesse caso, “a revelação do social não obedece a uma lógica de demonstração, mas antes a uma lógica de descoberta na qual a realidade social se insinua, conjectura, indicia.” (PAIS, 1993, p. 112). Diante desses atos de resistências que contribuem muito, senão quase que totalmente, para a existência lésbica e a constituição de um ‘*continuum*’ lésbico, que não está condicionado ao corpo em si, mas na empatia, na sororidade e companheirismo em busca de objetivos comuns: os de superação da violência em sua dimensão ética, política e prática que as tornam guerreiras afro-atlânticas, aquelas mulheres refugiadas em busca de sua outra no Brasil, ainda que elas encontrem aqui um país (infelizmente) racista, sexista, homo-bi-les-transfóbico e classista.

## Considerações finais

Finalizo este estudo de um contato direto e pessoal com o universo de mulheres negras, lésbicas e refugiadas, com a sensação de ter realizado ao lado delas, uma espécie de *flanerie*, que é o passeio ao ar livre, feito lenta e vagarosamente, conversando, contemplando a beleza e a rudeza da cidade de São Paulo. Munida com um diário de campo nas mãos, como um dispositivo que retém escritos, absorve e assimila a existência dessas mulheres sob um teor testemunhal, notei que a pesquisa-vivência se inscreve na tríade: pesquisadora/texto/cotidiano que me ensinou a ler com outros olhos, provocou um deslocamento na apreensão de que tudo está por acontecer.

A pesquisa de campo de cunho etnográfico possibilitou compreender juntamente com essas mulheres, com suas experiências e seus modos de pensar em que momento a categoria refugiado deixa de ser uníssona e homogênea para então, ser historicizada a partir da perspectiva de gênero, bem como o [re]conhecimento dos lugares de fala dessas mulheres produzindo maneiras de legitimação política e uma visibilidade da própria existência, com o propósito de reconhecer que nesse contexto, elas podem exercer sua cidadania e seus direitos em totalidade.

A imigração não é um problema. A falta de informação, o preconceito e a discriminação são problemas reais e estruturais, que necessitam ser discutidos e combatidos. Desde então, escrever foi uma das tarefas mais difíceis que exerci em minha pesquisa de campo, mas que as vozes ouvidas me trouxeram alento e esperança ao saber da possibilidade de se incorporar a perspectiva de gênero na resposta humanitária, em algumas cidades do Brasil, tornando realidade na proteção de meninas, mulheres migrantes, refugiadas e solicitantes de asilo, pude encontrar forças para continuar. Foi um exercício de escrita final com dores, com esboços de angústia, mas com base na esperança. A escrita aqui é um instrumento de resistir.

## Referências

- ACNUR. **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Diretrizes sobre Proteção Internacional n. 01.** Perseguição baseada no Gênero, no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. UNHCR Distr. GERAL, n. 1, p. 1-13, 7 maio 2002a. Disponível em: <<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9738.pdf?view>>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- ANZALDÚA, Glória. *Borderlands: the new mestiza/La frontera*. 4. ed. San Francisco Aunt Lute Books, 2012.
- ASSIS, Gláucia. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 15, n. 3, p. 745-772, dez. 2007.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**, v. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BENTO, Berenice. Na Escola que se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, p. 58-78, 1999.

GREEN, Nancy. Dos estudos de migração para os estudos de mulheres para gênero. *In*: AREND, Silvia F., RIAL, Carmen S.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Diásporas, Mobilidades e Migrações**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. p. 34-42.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**: educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, D.F, v.7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2014.

LE BRETON, David. **Antropologia da dor**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

PAIS, José Machado. Nas Rotas do Quotidiano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 37, p. 105-114, jun. 1993.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**: estudos gays, gêneros e sexualidades. 1980.

SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli M. Moraes das Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: A dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do Acnur no combate a essa violência. **Signos**, Lajeado, ano 37, n. 2, p. 216- 234, 2016.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

WANER, Michael. **Fear of a Queer Planet**: queer politics and social theory. Minneapolis/ London: University of Minnesota Press, 1993.

# VIII

## MEMÓRIAS, RISOS E LÁGRIMAS... APONTAMENTOS SOBRE A ARTE DO ENCONTRO ENTRE MULHERES NEGRAS\*

*Daiana de Moura Bernardes Coelho*

Eu me encontro em Lua nova. Estive durante dois dias tentando entender por que tenho chorado tanto. O contexto de pandemia é devastador: as incertezas e as crises são reais e concretas em todos os âmbitos da sociedade. Muitas pessoas estão morrendo e o período revela que determinadas vidas humanas têm ínfimo valor, sempre disputando com uma visão deturpada e capitalista de economia. O corpo em suspensão e a sensação da vida inteira paralisada. Sinto receio em generalizar a “vida inteira paralisada”. Talvez seja mais o oposto: muito movimento interno na vida em pausa (sabendo obviamente que isolamento social não é opção para todes).

Com muita intensidade me lembro do processo criativo da dissertação Mulher Negra E(n)Cena: Performances, Encontros e Utopias. A palavra encontro já estava lá. Sensações misturadas, muito empreendimento humano dispensado e muitas mobilizações internas. Essas memórias se somam aos atuais processos de transição da vida e da cultura, reflexões profundas sobre a ética e a moral humana diante da possibilidade do desaparecimento. Finitudes. Ocorre-me que de todo o processo da pesquisa o que emerge de mais valioso não é o título, o diploma, um canudo de papel que deveria ser o fim para o qual todo esse processo se organizou. O meu tesouro, o aspecto primordial, que guardarei para sempre é a memória dos encontros vividos. Tenho me emocionado muito lembrando desses e de outros encontros, e das pontes que produzem interna e externamente, conexões, interações, redes. Então choro muito por esse contexto quando penso que os encontros afetivos da minha

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.141-164

vida são com pessoas negras – minha família, meus amigos, meus vizinhos, muitos conhecidos e por fim as mulheres entrevistadas e também as que falei no período de investigação exploratória, mas que não chegaram a ter suas falas transcritas na dissertação. Entendo que meu choro é um luto constante porque as pessoas que mais morrem no atual contexto histórico no mundo inteiro são negras e pobres. Portanto todos os meus afetos estão em risco de desaparecimento, independente de condições materiais, independente da proteção e precaução ao vírus: *cuerpas* negras estão expostas. Isso é um fato dilacerante!

Óbvio, também tenho laços profundos com pessoas brancas. E isso é muito importante. Mas é preciso demarcar que tenho como pessoa negra vínculos com outras pessoas negras que são difíceis de explicar. É como olhar para alguém e sentir que essa pessoa sabe o que eu sinto. Entende, compreende e existe uma ligação entre nós como se fossemos realmente da mesma família. Uma telepatia social. É difícil de explicar isso porque vivemos em um país racista. Então imediatamente as pessoas podem dizer que estou fazendo racismo ao contrário, que tenho uma postura separatista, etc. Mas isso não existe. O que existe é um abismo que determina nossas experiências afetivas como pessoas racializadas. Isso deve ser parecido com o medo que as pessoas brancas me dizem que sentem ao virem para o meu bairro, ou das mulheres brancas que sentem muito medo quando tem uma pessoa negra na rua a noite, ou no metrô, etc. A *experiência* que me vincula, me enreda, me interliga às mulheres negras atrizes é ainda mais complexa, porque como criadoras, temos inúmeras problemáticas que são totalmente ligadas a tudo isso (BONDÍA, 2002). O que acontece com nossas *cuerpas* negras, boa parte das vezes, é um olhar-abrigo. Muitas vezes encontrar uma pessoa negra tendo vivido em espaços brancos o dia todo, ou a vida toda pode ser um grande alívio e muitas descobertas se descortinam desse encontro.

Então essa é a introdução-resumo-objetivo desta comunicação: falar sobre encontro, do senso de cuidado, resiliência e afetos que brotam dessas presenças negras encontradas. Mas não de um jeito simples, porque tudo aqui é um exercício, é um esforço de memória. Esse texto que está demorando mais do que o normal para ser organizado é bem uma performance da memória em um contexto complexo. Penso nele

todos os dias, mas não todos os dias consigo me dedicar a fazer uma tessitura de lembrar e/ou produzir uma escrita que pareça coerente com o que necessito comunicar. Não é sempre que o conjunto que chamo *de mi cuerpa* consegue. Há dias em que o *bom lembrar* não é possível porque tudo ao meu redor parece ruir (física, material, espiritual, emocional, psicológica e moralmente). Então essa é uma escrita teimosa. É uma escrita de resiliência e de resistência. Essa deve ser bilionésima vez que abro esse arquivo e avanço apenas um ou dois parágrafos, ou releio apenas, ou corrijo uma palavra, mudo o título. Pensar em tudo isso pesa. Afeta diretamente a carne. O peso é no peito. É o coração atingido. Então é preciso respirar. Parar. E voltar em outro momento.

Em resumo a sensação de finitude que paira no ar é determinante para a capacidade de criar, de produzir os meus dias. Capacidade nesse sentido não é necessariamente bom, porque me sentiria frustrada se estivesse insensível a este momento histórico que se torna ainda mais adensado pelo caos político-econômico que se instaura em um des-governo fascista, a serviço do capital. Tudo é ruína. A expressão “escombros de humanidade” é o melhor resumo da percepção da minha realidade concreta hoje. Essa escrita teimosa apre(e)nde com a memória das entrevistas a resistência que é fazer do *encontro* uma fonte de forças para seguir mesmo diante da sensação de ruína. Mas não apenas seguir, seguir alegres, saudáveis e plenas. Aprendizado da teimosia. A esperança tornada verbo no sentido freireano: esperar um mundo com alegria. (FREIRE, 2014). Então essas primeiras duas páginas que levaram muitos dias sendo maturadas são a dor que me constitui, dor que constituiu a atmosfera da dissertação *Mulher Negra E(n)Cena: Performances, encontros e utopias* (COELHO, 2019). Porque as nossas dores como mulheres negras não datam da pandemia, apenas se exacerbam. São dores históricas. Não é possível seguir sem dor, mas é possível sublimá-la, como diz Audre Lorde (1997) transformar dor e silêncio em linguagem. De alguma forma estou muito segura que todas as profundas trocas foram possibilitadas por esse elo, encontro de *cuerpas* negras - nomeação da dor - transmutação pela presença. É a intersecção das opressões transformada em intersecção de lutas (gênero, raça, classe, sexualidade). Eu era uma mulher preta ouvindo outra mulher preta igualmente um mundo dolorido. Disposta a

ouvir e apenas ouvir. Estar, desfrutar a “presença”. Respirar o mesmo ar. E nesse caso, respirar fundo, com tranquilidade, criando um espaço de oásis, uma zona de respiro. Pesquisa e teoria como cura (hooks, 2013). Pesquisa produzindo uma rede de mulheres buscando respirar e transmutando as dores através de sua nomeação, de sua análise, de existir e encontrar um olhar-abrigo como dito antes. Tornando práxis a construção do esperar bom viver e bom lembrar para todes. Aqui posso generalizar todes porque se somos nós as *cuerpas* negras as que sempre são deixadas pra trás na América Latina, nas Américas e no mundo, quando sonhamos e avançamos na direção da plenitude da vida, o mundo será realmente de todes. Essa lógica permeia os pensamentos feministas negros decoloniais deixa bastante evidente que o mundo não é de todes, não somos todes humanes e não são todas as vidas que importam. Os corpos negros não respiram da mesma maneira que os corpos brancos. Na dissertação esse ponto está implícito em todos os capítulos “existem vozes de sufoco. Vozes abafadas. Bocas e narizes que possuem mãos grandes e brancas pressionando seu respirar. Como também estiveram no passado, nada distante, as faces de suas avós, bisavós e tataravós. Seja essa imagem de opressão e violência o motor dessa escrita” (COELHO, 2019). Movimento pela dor e pela revolta, pelo reconhecimento de que estamos, nós *cuerpas* negras sufocadas, então triplamente vigiadas enquanto mulheres, negras artistas e acadêmicas. Existem casos de algumas entrevistadas que passaram (e estão se movimentando para que não passem a vida toda) sendo as únicas negras nos ambientes artísticos que habitam. São subjetividades rebeldes (SANTOS e MERCEDES, 2010). Diria rebeldes e fragmentadas, existem fissuras nas nossas experiências que não podemos falar. Esse não poder ou não conseguir falar-expressar tem impacto direto nos diversos processos criativos.

Estudos antigos e contemporâneos (Frantz Fanon, Virginia Bicudo, Neusa Santos Souza, Deivison Nkosi) foram dedicados exaustivamente à compreensão desse ponto, dos impactos do racismo na construção da nossa psique, da nossa vida como um todo, como sociedade. Com o desejo de transformação das experiências individuais, mas sobretudo buscando a mudança do mundo, enquanto o racismo vigorar como um sistema de poder o sofrimento de pessoas negras não vai acabar.

Com a produção da minha pesquisa não seria diferente, inclusive pelo fato de ser confrontada pelo encontro com esses estudos, por me reconhecer neles, e por doer até a alma. Havia momentos nas entrevistas em que todas essas feridas eram cutucadas. As coisas estavam lá dentro de todas nós, de algum modo silenciadas. E quando passadas as apresentações surgia a primeira pergunta eu sentia um tremor na terra abaixo dos meus pés. Constatações brotavam no instante: a entrevista enquanto ferramenta muito cara à metodologia da história oral parindo o belíssimo momento em que duas humanidades abrem as portas do coração. Uma narra para dizer o que sente e outra escuta sem amarras e sem restrições. Minha humanidade negra se fazendo enquanto se encontrava com uma igual e se reconheciam como tal. As coisas estavam silenciadas lá dentro, mas não estavam ocultas, aguardavam ouvidos atentos. Desde a primeira pergunta com os portais do coração abertos as ideias fluíam em jorros, torneiras abertas para o saber. A sensação era de que as lógicas compartilhadas estavam preparadas em algum lugar da subjetividade, estavam em processo de maturação. Em alguns casos, de longos anos de maturação. Quando essa voz ecoava pelo espaço vibrava também dentro de mim, não só pelos momentos em que me identificava com o que estava sendo dito, mas e principalmente pelos momentos em que eu não imaginava o lugar tão violento e tão profundo que as opressões interseccionalizadas podem agredir a existência de uma mulher. Nós criamos durante as entrevistas uma espécie de redoma. Era como se tudo pudesse ser dito, como se todas as risadas e todas as lágrimas pudessem existir sem vigilância. Um círculo amoroso, político e muito poderoso onde as vozes não eram censuradas, podiam existir e ecoar pelo espaço em risos e em lágrimas quando era necessário. Vozes que estremeciam a terra e as paredes. Cuerpas expressivas e sedentas de escuta. Meu papel era escutar, eu não falava, mas minha existência era expressa e contemplada através da voz delas e me questionava a respeito das minhas próprias marcas.

## Meu des-encaminhar, (auto)escuta sensível e dever de memória...

É sempre importante falar do processo de organizar esses encontros. A história oral me possibilitou uma ampla abertura para iniciar o processo, autoras muito críticas e atentas com a questão da fala da outra me instrumentalizaram no sentido de entender o tipo de entrevista a que eu desejava me dispor e a ouvir o campo, a sentir, a me conectar profundamente com meus propósitos. A noção da ética metodológica ao me encontrar com outras *vozes-mulheres* (EVARISTO, 2008) e a escuta sensível ao me conectar com elas e entender a produção daqueles encontros como mola propulsora para produção, ampliação e compartilhamento de saberes (BA, 2010; BOSI, 1994; PORTELLI, 2016).

Antes dos encontros eu era tomada por uma ansiedade muito grande, conflitos internos, sensações e sentimentos que se misturavam. Hoje observando as colegas do NEGDS - Núcleo de Estudos Gênero, Diferenças e Sexualidades (que se encontram nessa etapa preparatória das entrevistas) vejo que isso é parte do processo e mais um motivo para que o percurso metodológico seja sempre discutido abertamente, para nos guiarmos mantendo aceso o farol do processo, fugindo das armadilhas do academicismo e da ideia simplista de método como receita. É preciso trazer a noção de cuidado e sensibilidade para as etapas do processo, até porque como estudante periférica, negra, mulher e cotista foram tantas doenças, conflitos e crises em dois anos que literalmente a pesquisa era uma questão de vida ou vida. Sempre escritas teimosas. Assim como os processos artísticos nas vidas das mulheres negras abrem grandes marcas na existência também a experiência acadêmica é um grande demarcador na vida. Os processos de criar não são campos floridos e apenas isso. Um campo florido e minado, talvez seja uma boa definição para uma pesquisadora-artista negra. Frisando a lógica feminista negra: os atravessamentos da realidade concreta dos diversos marcadores (raça, classe, gênero, sexualidade, idade, performatividade, geolocalização, etc) são indeléveis no processo criativo. Inclusive uma das possíveis entrevistadas nunca pôde comparecer a um encontro, sua rotina de tra-

balho é tão intensa, com tantas jornadas que estivemos em contato, mas nunca conseguimos efetivar um encontro. Esse é apenas um exemplo da realidade concreta. Da parte da voz da pesquisadora, o lugar de quem se propõe ao campo também existem muitas demandas que atravessam e interferem. Segundo Portelli (2016) essa voz vai ser sempre hierárquica durante a entrevista, porque tem o poder de conduzir, de observar e absorver as dinâmicas do encontro. Então é um limítrofe muito delicado entre propor a entrevista semiestruturada e gozar de muita porosidade, muita intuição e sensibilidade no momento para sentir a necessidade de fala da outra. Vivenciei quatro encontros onde as entrevistas foram gravadas, depois mais quatro encontros para as devolutivas das entrevistas transcritas. E até a finalização da dissertação mais encontros para observar as obras das entrevistadas, idas às cidades para visitar os locais citados, conversas telefônicas, trocas de e-mail e mensagens em redes sociais. Um vínculo pesquisadora-pesquisadas-campo muito forte. Longe de fazer *coletas de dados* e romper o contato com as pessoas que colaboraram com a pesquisa. Aqui estamos falando de uma pesquisa que se entende feminista negra com mulheres artistas majoritariamente atuando da área da educação. As conversas, os compartilhamentos, as trocas de referências, as lembranças que emergiam, eram tantas que ainda hoje quando completo um ano da defesa da dissertação seguimos juntas de alguma maneira. Conversas e assuntos infinitos, tudo transbordava para a prática cotidiana, a ponto de uma das entrevistadas me convidar para viajar a um evento feminista internacional porque desejava muito se engajar, mas não tinha a experiência de viagem. Eu me encaminhava pela história oral e era des-encaminhada pelo campo, que evocava cada dia mais engajamento, mais ação e participação ativa e política. A intensidade, o fluxo dos pensamentos, os improvisos e imprevistos eram a única certeza quando eu saía para visitar alguém. Pode parecer demasiado abstrato, mas o campo é vasto e des-encaminha para os melhores rumos. Estar atenta e captar os movimentos que desejam nascer, ouvir os temas que estão emergindo mesmo no silêncio são constantes exercícios. Tanto no campo, como no processo seguinte, de transcrição das falas, e no seguinte da relação com as referências teóricas, enfim, a escuta sensível se resume como premissa de todo processo. Com tantos atravessamentos os li-

mites e fragilidades também evocavam a autoescuta. Nesta escrita teimosa a palavra escuta é carregada de significações e implicitamente o prefixo “auto” deve estar nela contido. A escuta da outra, do campo e a escuta de si, do ser pesquisadora. Não há possibilidade de neutralidade, há posicionamento.

Outro fato que contribuiu para o estreitamento desses laços pesquisadora-pesquisadas-campo foi o desejo de todas as depoentes de terem seu nome e sobrenome sem a criação de nomes fictícios. Mesmo depois de receber a primeira entrevista inteira transcrita e avaliando as próprias falas as mulheres que corajosamente gritaram dores e alegrias, violências e conquistas, aspectos tão íntimos de suas trajetórias decidiram manter os seus nomes. Para elas era e é um *dever de memória* deixar e seus nomes gravados e ligados às experiências que as constituíram. Sempre me emociona lembrar essa força colossal das mulheres negras. Para muitas pessoas a exposição do próprio nome sequer seria uma opção. Agradeço profundamente por ter a experiência de viver em contato com essa força e com esse desejo visceral de resistência. Desejo que se conecte com todas as mulheres que lutam para escrever a própria história. Entendi a profundidade da metodologia da história oral com fatos como esse. A história contada pela própria voz nesse caso também deseja ter o próprio nome e não foge dos percalços que podem surgir no caminho.

## **Encontrar-se, Enredamentos, Devir semente**

O primeiro encontro foi com a Linda (75 anos na época). Cafeteria externa do Sesc, tarde ensolarada, temperos verdes nos cercando por todos os lados. Ela escolheu o local, queria dar uma volta e tomar um café, falar sossegada. A devolutiva e outros cafezinhos se deram na casa dela. Um lar que é um refúgio em meio à região central da cidade de Sorocaba. Uma casa simples, ricamente envolvida por folhagens, flores e árvores frutíferas. Ao entrar a primeira coisa que se vê na pequena sala-quarto é o mural de certificados de oficinas, cursos, espetáculos, fotos de trabalhos, amigos e familiares. O orgulho de ser atriz e arte educadora é simbolicamente agigantado dentro da pequena casa por esse mural-altar. Eu já a conhecia da cena teatral da cidade, mas nunca tivemos a oportu-

nidade de conversar, de nos ouvir. Eu me senti honrada ao ser convidada a adentrar aquele universo. Foi um rito! Voltei outras vezes e o ritual de ouvir uma “mais velha” foi de intenso aprendizado.

O segundo encontro foi com a Vitória (24 anos na época). Numa simpática padaria na região central de Cerquilho. Nosso redor composto por belos pães e bolos. O sabor doce do encontro jamais será apagado da memória. Não nos conhecíamos, ela foi uma recomendação de amigos do teatro. Nos encontramos pela cor dos nossos carros no estacionamento. Foi muito impactante que alguém que nunca tenha me visto depositasse tanta confiança na minha proposta e se engajasse tanto. Depois do primeiro encontro trocamos mensagens e um dia recebi um presente. Impulsionada pelas nossas conversas Vitória escrevera em texto muito poético sobre seu processo de reconhecimento como mulher negra. A incentivei a compartilhar e seu texto está publicado no Portal Geledés<sup>1</sup>. Esse foi um dos tesouros de valor inalienável resultantes desse processo. Em outro momento pude mediar uma fala da Vitória com outras mulheres negras artistas em um evento sobre feminismo negro, a continuidade desse grande presente. Uma rede que se formou e que se fortalece ainda hoje.

O terceiro dos encontros aconteceu na cidade de Tietê. No apartamento da Ismênia (que escolheu viver esse nome por admiração à famosa personagem e por paixão pelo teatro, ela foi batizada como Karin Graziela, mas é chamada por amigos e familiares de Ismênia Leão). Primeiro almoçamos em um restaurante charmoso na região central. Nos conhecemos, falamos muito de Tietê e da Festa de São Benedito. Na sequência pude conhecer sua casa. Foi um momento aquoso. Foi desaguar. Muitas histórias, muitos risos e muitas lágrimas. E ainda temos a demanda de encontrarmos os pontos que interligam nossa árvore genealógica. Minha família também tem origem na região de Laranjal Paulista e Tietê e encontramos uma tia avó em comum. Nesse encontro a memória abrihanta seu poder. Ficamos inebriadas com a nossa ancestralidade e mais ainda em reconhecer que a nossa história se liga a inúmeras mulheres ne-

---

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/vitorias-e-carols/> >. Acesso em: out. 2020.

gras artistas desse país. Seus pais de origem humilde ascenderam na vida profissional com muito esforço, ingressam em cursos técnicos e universitários e começam a aproximar seus herdeiros do processo do ensino superior. Uma história que se repete em milhões de famílias negras. Ponto chave do atual contexto, muitos estudantes negros lutam pelo espaço acadêmico e com o desmonte das políticas públicas o país corre risco de viver um grande retrocesso. Perguntas que se tornaram mais efervescentes no processo de isolamento, confinamento e quarentena e certamente a discussão se agravará no pós-pandemia.

O quarto encontro teve o calor especial de duas mulheres inspiradoras em um ambiente igualmente inspirador. Solange (44 anos na época) e Eduarda Nunes (16 anos na época) escolheram viver uma tarde comigo no Parque das Monções em Porto Feliz. E não poderia ter sido mais simbólico: o parque de inenarrável beleza natural guarda a história da fundação do município e é parte muito importante do ciclo bandeirantismo. Duda Nunes já tinha marcado sua história naquela imensidão verde. Uma das apresentações mais belas do Teatro das Monções na sua opinião foram feitas ali. Junto de sua mãe Duda revela um poder ancestral de resistência e evoca uma força que deixa até a própria mãe admirada. A jovem tem muita urgência em discutir as questões da negritude na sua cidade. É com a fala da Duda Nunes que começamos a discutir a importância da palavra “assumir”. Assumir a negritude, assumir o cabelo, assumir o fato de ser mulher e mãe no caso de Solange e nunca desistir de seus sonhos, deixando um legado, um vocabulário, uma episteme que sua filha segue e motiva outras a seguir. Com Solange e Duda Nunes as estratégias das famílias negras no interior são evidenciadas, a herança de oralidade africana e os saberes dessas mães pretas passados para suas filhas e salvaguardados com a maior honraria e altivez. Impossível não reconhecer a importância e o desafio das famílias negras do interior paulista que apostam tudo na educação das filhas – fato que se repete nas histórias de todas nós envolvidas nessa pesquisa.

Enxurradas de memórias são usadas aqui como estratégia de criação, marcas que reconhecidas abrem as torneiras da inspiração para uma escrita tão teimosa quanto engajada, rigorosa e apaixonada. Durante a etapa do levantamento das categorias de análise, foi muito profícuo inú-

meras vezes reler as entrevistas, ouvir os áudios, ver e rever as fotos, programas, vídeos, etc. Algumas palavras e temas apareciam repetidas vezes e assim deram origem as seguintes categorias de análise: Cabelo Crespo e Heteronormatividade; A Única Negra Em Cena; Redes de Mulheres e Espaços Mágicos. Distribuídas entre essas quatro categorias estão também as sub categorias elencadas: Teatro e Trabalho; Políticas Públicas e Amor e sexualidade – essas últimas durante o processo foram conscientemente deixadas para um próximo momento, entendemos que aprofundá-las levaria o trabalho para um outro caminho e o alargaria demasiadamente (390 páginas torna a bastante dissertação longa). Categorias nomeadas, separadas em arquivos com tabelas contendo todos os trechos ditos por cada mulher sobre essas temáticas específicas. Essas tabelas estudadas, surgia uma escrita das primeiras impressões de modo livre e espontâneo. Aos poucos essas impressões eram acrescidas e confrontadas com discussões com o quadro teórico de referência. Ao final acrescentadas à dissertação e lapidadas como parte de um corpo maior.

Trazemos aqui alguns trechos da categoria *Redes de Mulheres* por entender que centralizam apontamentos sobre vínculos e redes de apoio, afetos, sustentáculo e solidariedade entre mulheres. A partir dessa análise surge a urgência em falar de encontros: estratégias afetivas e políticas potentes narradas pelas atrizes negras. Ao narrarem as experiências sempre pontuavam o quanto existiram presenças femininas dando suporte e apoio. Mães, avós, irmãs, amigas, primas, professoras. Sempre uma mulher assegurando, cuidando somando forças e contribuindo para a continuidade dos processos em que as atrizes estavam contando. Linda Duraes (2017) cita suas relações com os grupos de teatro, surgem vários nomes e espaços que fizeram parte de suas experiências afetivas e educativas na cidade: Oficina Cultural Grande Otelo, Fundec (Fundação de Desenvolvimento Cultural), Uniso (Universidade de Sorocaba), as atrizes companheiras do Grupo da Terceira Idade Cara e Coragem, cita a amizade e parceria com a artista plástica Flávia Aguilera, também com amigas que a ajudam a desenvolver um trabalho social voluntário com o “povo da rua”. Na casa dela um cartaz marcava o nome do projeto social que desenvolvia, atendimento a trabalhadores em situação de rua, no final estava escrito: responsável Dona Inácia. Hoje ela brincou repetidas vezes

com seus vários nomes, Almerinda, Linda, Inácia... Contou que avisa seus filhos que se alguém no portão chamar Almerinda é algum conhecido da “alta”, algum amigo com quem ela trabalhou ou desenvolveu algum atendimento, conselho espiritual. Se chamarem Linda é o “povo do teatro”. E se alguém chamar por Dona Inácia é melhor nem atender, e ri gostosamente e explica que a Dona Inácia dá comida, roupa, ajuda com remédios e tratamento, e que nesse momento ela não está podendo ser a Dona Inácia que ajuda o “povo da rua”. Cada uma das “Lindas” possui muitas amigas e companheiras e deixa revelar aspectos espirituais muito conectados à caridade e amor ao próximo.

Eduarda Nunes (2018) se refere a sua mãe e às suas tias como modelos para ela, mulheres negras que se formaram na educação: “A minha mãe tem mais duas irmãs, e mais uma que é por parte de pai, e tem uma irmã dela que é professora também. Minha tia Soraia”. Fala da mãe, Solange Nunes, e a evoca a falar também, quando Solange narra, sua voz é simbólica de todas as questões que discutimos anteriormente:

*Minha mãe trabalhou de cozinheira muitos anos pra cuidar da gente, e eu me orgulho dela ser cozinheira. Mas isso aí eu não quis pra mim, porque eu assisti tudo. Sabe ficar até [...] (silêncio) - Mãe, vamo dormir mãe, ‘tô com fome! Então você tem que dar comida primeiro pros patrão, depois minha mãe vinha dar comida pra gente. Eu assisti tudo isso, eu e minhas irmãs, eu não quis. Ela cozinha muito bem. Acho muito gostoso as coisas que ela cozinha, mas eu não quis (Solange Nunes, 2018).*

Ela ensina a Eduarda o amor, o orgulho e a honra aos ancestrais, aos avós e seus pais. Mas ao mesmo tempo reconhece o lugar que lhes foi destinado e vive de modo a superá-lo, de forma que Eduarda e sua irmã não precisem passar pelo que a avó passou como cozinheira. Solange, demarca sua resistência e seus filhos sempre virão em primeiro lugar, nunca “os patrão”.

*Porque eu cheguei num estágio que eu ‘tava trabalhando de babá, pra uma professora. O que essa professora fazia? Às vezes essa aqui estava doente (aponta para Eduarda). Eu falava assim, vou levar ela ao médico. Mas eu era registrada podia faltar. E a mãe dela estava lá para cuidar do filho dela,*

*ele era pequeno. E ela ficava me ligando: viu, quem vai dar comida pra ele? Quem vai fazer isso? Quem vai fazer aquilo? Então a minha dor, a dor da minha filha não importava pra ela. Importava o filho dela, entendeu? Às vezes eu levei ela comigo doente porque eu tinha que dar remédio pra ela, mas só que eu tinha que deixar ela de lado pra cuidar do filho dela. Entendeu? Ai eu falei: chega. Daí ela falou assim você não vai vim hoje? Quem que vai ficar meu filho? Falei: sua mãe 'tá ai, sua mãe fica, sua mãe dá banho, sua mãe dá comida, porque eu vou cuidar da minha filha e acabou. Daí eu não fui mais. Pedi as contas e não fui mais. Depois fui trabalhar em Itu, entrei como servente, limpar a escola e tudo. Mas depois eu comecei a ver. Tinha professoras que te menosprezavam porque você era servente. Mas a diretora que eu trabalhei lá ela era maravilhosa, ela não me tratava como servente. Quando ela não podia ir pra escola ela falava, Solange, você fica no meu lugar. Atender telefone, você atende, você faz isso, faz aquilo. Então ela não me tratava como servente, ela me tratava como uma funcionária. Entendeu? As outras olhavam [...]. Daí, cheguei lá, Itu falta muita água, muito isso, muito aquilo... Daí, as mulheres que iam no banheiro: viu, você podia jogar um balde de água no banheiro, porque não tem descarga. Ai eu falei isso aí não é vida pra mim, eu vou estudar.*

Relatando nesses episódios de sua vida como trabalhadora não só os abusos das empregadoras e famílias brancas, mas também o quanto foi importante ter contato com pessoas como essa diretora, que foi crucial no processo de formação de Solange:

*Daí a minha diretora falou, Solange estude que eu ajudo você, você pode sair mais cedo, não sei o que [...]. Daí eu fui estudar, eu entrei lá e quando eu 'tava terminando acabou meu contrato, que eu trabalhei de contrato lá, depois eu terminei a faculdade. E olha que minha faculdade foi... (silêncio). Ninguém acreditava, porque é assim [...]. Eu tinha muita dificuldade, sabe? Taxavam você como burra, você não ia conseguir, sabe? Passei um monte de coisa, sabe? Eu passei por tudo isso, por tudo isso. Achava que eu não ia conseguir. Muitas vezes eu chegava em casa era quase meia-noite, com criança no colo, porque você vir da escola, essa pequenininha e eles tudo no colo, era complicado!*

Eduarda e sua irmã parecem ter absorvido os ensinamentos da mãe, são extremamente companheiras. Eduarda conta que é estudiosa e sempre cita a mãe, as tias, a avó e a própria irmã como rede afetiva e inspiração.

**Figura 1.** *Duda e Solange Nunes.*



*Acervo das entrevistadas.*

*Nesse ano como eu era muito nova, pra mim fazer, como os ensaios eram aqui no Parque das Monções a noite eu comecei com a minha irmã. No primeiro ano ela fez comigo, também pra mim não precisar vim sozinha nos ensaios, ela fez comigo, ela apresentou comigo no primeiro ano de teatro (Eduarda Nunes, 2018).*

Eduarda traz a relação com as mulheres de sua família sempre presente. Mostra que essas relações de proximidades familiares são cruciais para a permanência na vida artística. Assim como Eduarda, Ismênia (2018) vive com muita força o companheirismo familiar, não esconde o orgulho que sente dos seus pais:

*A gente conseguiu ir pra Disney, menina você não tem noção, (chorando) a hora que eu entrei naquele parque eu caí de joelho e comecei a chorar porque eu entendi que meu pai não teve a oportunidade de me dar dinheiro e bancar uma viagem, mas nem precisou, porque tudo o que meu pai me direcionou pra conseguir realizar um sonho, que foi tá lá. Você não tem noção o quanto eu chorei, o quanto eu brinquei, eu tenho certeza que nenhuma criança que 'tava*

*lá brincou como eu, brinquei muito mais porque o sonho era meu, esperei trinta anos da minha vida pra tá lá. (secando tantas lágrimas) Eu brinquei. Eu lembro uma hora que foi muito legal, eu decorei minha unha assim com motivos da Minnie e tal e nos Estados Unidos não é comum unha decorada. E eu lembro que eu fui abraçar a Minnie assim, e eu já cheguei pulando, pulando, pulando e abraçava ela. E no que eu sai pra minha irmã tirar foto ela puxou minha mão de volta porque ela viu minha unha. E ela assim apontando pra mim, tipo: sou eu? E eu falei é você. (Chorando e rindo ao mesmo tempo) E a gente pulava. Nossa. Eu chorava. E gente do mundo inteiro me vendo chorar. Mas só eu sei o quanto eu esperei, o quanto foi difícil estar lá, eu 'tava aproveitando da viagem mais incrível da minha vida, mas só eu sei o que teve por trás. (Silêncio) Com a minha irmã. (Silêncio) Ai. Toda vez que eu conto essa história eu me emociono. Meu pai chama Carlos Alberto Assunção. Só eu sei o que a gente passou pra eu conseguir chegar lá. Pode ser um sonho supérfluo, mas era o meu sonho assim, sabe? Então, nossa eu tenho um orgulho dos meus pais, você não tem noção assim gigante, gigante.*

A atriz trouxe ainda suas ancestrais e pontuou o quanto as avós e a mãe são inspirações:

*Além dela ter essa presença marcante na nossa família, essa matriarca, forte, empoderada, que tirava leite de pedra [...]. Ela também é uma grande referência na cidade de Tietê. As pessoas mais antigas pra quem você perguntar: ai a Dona Dilica? O nome dela era Sebastiana, mas o apelido dela era Dona Dilica porque Tietê é a cidade dos apelidos. Sebastiana de Moura Campos! (Respondo que minha família inteira é Moura Campos da região do médio Tietê, muitos risos e olhos marejados) O quê? De repente descobrimos que somos parentes? Sua avó é Júlia né? Que nome lindo! Eu achei uma parente [...]. (Ismênia Leão, 2018).*

A narrativa de Ismênia reforça que a força da avó era referência para a cidade de Tietê. Na verdade, seus vínculos familiares são muito fortes e sua família é muito importante no cenário artístico da cidade:

*[...] se você procurar no Youtube Carlos Assunção (tio) você vai ver muito trabalho dele, assim. Inclusive ele foi o primeiro poeta negro a ter um CD de poesias. Porque as poesias até então o contato que tem com ela era recitando*

*ou impressa, e ele tem um CD de poesia, então ele sempre foi minha referência. E tenho músicos na família também, tem o Itamar Assunção, que ele tem um grau de parentesco, distante, mas estão aí, que ele é daqui dessa terra. (Riso orgulhoso de ambas) Te juro ele é filho dessa terra. E com a Denise Assunção, com a irmã dele. Nós fizemos Paixão de Cristo há uns cinco anos atrás. Contracenamos juntas. Mas eu a conheci quando ela veio pra Tietê e fez essa participação na Paixão de Cristo. O Itamar mesmo eu tive contato com ele umas das vezes porque eu encontrei na rua e falei: Ah é o Itamar. Nunca tivemos um contato familiar assim. Tenho minhas primas, primos em Amparo, são dois irmãos e também são músicos, eles cantam em barzinhos, casamentos e afins, assim sabe? O meu pai me conta que meu bisavô quando jovem ele tinha um grupo de blues assim, ele tocava banjo, isso aqui em Tietê bem no comecinho do século passado assim. Então eu tinha uma influência artística muito grande do lado do meu pai.*

Além da relação com arte a sua família também se destaca em outras áreas. E ela identifica o quanto o sucesso profissional principalmente dos pais contribui para a sua vida na arte, mas não deixa de citar que não conhece outras famílias negras na cidade com situação similar:

*Olha, mas a minha família, parece até presunção da minha parte o que eu vou falar. Mas a minha família é uma família meio que se destaca aqui. Que nem, por exemplo, meus pais ano passado conseguiram viajar pra Europa. Eu não me lembro, eu não sei de nenhum outro negro daqui que tenha ido viajar pra Europa, eles ficaram dez dias lá, meus pais e minha sobrinha de treze anos. E isso eu sinto muita falta, de que as meninas negras, as mulheres negras, famílias negras, comecem a se empoderar mais, a se perceber mais, a se autovalorizar mais. (Ismênia Leão, 2018).*

Ao mesmo tempo que reconhece todo o esforço e todas as situações complexas que sua família passou com frases como “Só a gente sabe o que passou para chegar aqui”, ela sente falta de ver o mesmo empoderamento em outras mulheres negras. Esse empoderamento que ela fala não é apenas de reconhecimento e apropriação da estética, mas está relacionado com uma série de fatores, e é principalmente coletivo. Nos aproxima das considerações de Joyce Berth:

*Ressalte-se que em uma realidade capitalista é importante criar estratégias de fortalecimento econômico e tal demanda é fundamental para o surgimento de condições favoráveis ao empoderamento. Vale para fortalecimento financeiro, estético, afetivo, dentre tantos que oxigenam a corrida de grupos oprimidos pela existência digna, sobretudo mulheres negras. (BERTH, 2017, p. 130)*

Essa perspectiva de empoderamento está atrelada também ao modo como as redes afetivas são capazes de contribuir para a vida cotidiana. Nesse sentido vemos que as redes não se dão apenas no plano familiar e ancestral, são vínculos constituídos em territórios férteis e que são capazes de se manter e se desdobrar.

*Lembro da minha mãe fazendo um ovo virar um super omelete que ela incrementava com farinha, com água, com cebola, com o que tivesse pra dividir entre a gente. Então assim, nada nos veio de graça, nada. Eu procuro passar isso pra minha sobrinha, eu tenho uma outra que tem nove meses, mas, a mais velha ela veio numa condição privilegiada, ela veio numa situação que já tinha carro, a casa, tudo, né. Minha mãe agora tem mania de ficar dando tudo pra ela, eu falo: não mãe, você não tem que dar, ela também precisa saber o que é não ter. Acho importante assim, isso sabe?*

Vemos o atravessamento da questão de classe, a família de Ismênia ascendeu socialmente através dos empregos conseguidos pelos pais (que antes eram jardineiros, o pai cursou direito e trabalha no Fórum, a mãe era babá e dona de casa, trabalhou como concursada no Ministério Público e hoje é aposentada). Também uma questão geracional, tudo o que aprendeu com as avós e com a mãe, ela deseja passar para as sobrinhas.

*Meu pai como conseguiu ter o ensino médio completo ele entrou no fórum pra trabalhar e prestou vestibular pra saber como é que era. Meu pai passou em quarto lugar. Um jardineiro, preto, pobre passou em quarto lugar, numa universidade branca, elitista, cara, numa época que não tinha cotas, não tinha nada. [...] A minha mãe começou a trabalhar eu já 'tava com doze anos, ela passou também num concurso no Ministério Público. Uma mulher negra que era babá. A minha mãe era babá. E hoje está se aposentando no Ministério Público. A minha mãe! Então assim, não é presunção falar da minha fami-*

*lia, é orgulho porque nós estamos numa condição privilegiada, mas assim um privilégio que ó (estala os dedos), foi muito difícil chegar até aqui. A gente sabe das privações que nós tivemos, sabe? E do quanto meus pais tiveram que sambar pra não nunca deixar faltar nada pra gente, nunca nos faltou nada. (Ismênia Leão, 2018)*

Para Ismênia o orgulho que sente de sua família tem a ver com o fato de serem negros. A região do Médio Tietê (que compreende várias cidades como Sorocaba, Tietê, Boituva, Cabreúva, Porto Feliz, etc) teve um processo de escravidão extremamente cruel, violento e perverso (CAVALHEIRO, 2017). Com muitos estigmas criados e ciclicamente transformados, mas reproduzidos ainda hoje, tendo escamoteadas as resistências negras. A família da Ismênia representa um processo de evolução na cidade, o acesso dos pais e das filhas ao ensino superior, os processos artísticos, a situação econômica estável. Ela é a ponta de um iceberg muito profundo. É enfermeira formada, atriz, educadora, tem casa própria e possui automóvel, uma mulher negra independente e que tem muita consciência dos paradigmas históricos e da resistência. Ismênia e sua família são muito presentes nas festividades de São Benedito. E não podemos deixar de citar esse que é um dos maiores eventos negros do país, que entendemos como um espaço de encontro e promoção das culturas e religiosidades negras, encontro que faz saltar aos olhos a beleza das estéticas negras e enriquece região com inúmeras apresentações e ritos. Dentre eles o batuque de umbigada com seus tambores e toadas ancestrais.

Em alguns momentos das conversas as referências das mulheres se cruzavam, as cidades de Porto Feliz (52.785 mil habitantes IBGE/2018), Tietê (41.622 mil habitantes IBGE/2018) e Cerquillo (48.074 mil habitantes IBGE/2018<sup>2</sup>) são consideradas pequenas. Tietê e Cerquillo são coladas, então Ismênia e Vitória Cardoso são bastante próximas e são inclusive referência uma para a outra. Ismênia coloca “Ela é muito novinha e conseguiu muito mais coisas que eu consegui. Eu admiro a Vitória!”. E a Vitória que me recomendou a Ismênia. Conheci a Vitória pri-

---

<sup>2</sup>. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 29 de agosto de 2018. Consultado em 10 de janeiro de 2019.

meiro e quando terminamos a entrevista ela me disse que eu precisava ir para Tietê conhecer a atriz negra de lá que a inspirava muito. Todas as atrizes citam suas referências no teatro local e no teatro nacional, e também aqui as mulheres despontam como inspiração. Vitória Cardoso cita muitas amigas no cenário teatral de Cerquilho, Tietê, Tatuí. Fala dos grupos que a fortaleceram como atriz e diretora, cita como referência a movimentação da Oficina Cultural Grande Otelo, e as pessoas com quem teve contato no Projeto Ademar Guerra de orientação teatral. Referência e reverência suas professoras e professores de teatro:

*Minhas referências enquanto artista [...] Cara assim, sempre que eu lembro, eu lembro muito do Tom. Eu tenho o Tom assim como referência, o meu segundo professor que é o Hugo. A própria Cátia Motta, mesmo ela não sendo do teatro, mas ela é pra mim ela é uma deusa, assim, é uma referência gigantesca. Até porque em Cerquilho eu não tinha um vínculo assim com tantos grupos de teatro. É uma cidade que vem do [...] o “Gente de Quem” que começou a fazer mostras teatrais e trazer grupos da região e tudo o mais. A cultura de Cerquilho é muito mais cristã, tanto que aquele teatro maravilhoso é mais usado pra isso (se refere ao Teatro Municipal de Cerquilho), a própria rua também. É o “Gente de Quem” que traz o “Nativos” pra apresentar na rua, então eu não tive muito assim, de assistir grupos, de ter essa vivência. Então, as minhas referências são os meus professores. O Tom, o Hugo, a Cátia (...) agradeço sempre, sempre, sempre.*

Sentimos a potência da rede vivenciada por Vitória no teatro quando ela narra que foi uma oficina de teatro que a aproximou da linguagem do teatro de rua: “sempre fui apaixonada por teatro de rua. Por conta do Tom (professor e ator), no primeiro dia de aula ele falou: gente, a gente não vai pro palco. E eu falei: como assim a gente não vai fazer teatro no palco, naquele teatro maravilhoso? Não, a gente vai usar o espaço. E aí foi, ah (*suspiro de alegria*), me abriu o mundo”.

Foram nomeadas também atrizes da Cia. Os Crespos, A Feira Crespa e atrizes de televisão e cinema:

*Uma atriz que eu amo de paixão, queria muito conhecê-la, seria uma honra pra mim, que é a Ruth de Souza. (Segue com muita animação e brilho no*

*olhar) Ah ela deve ser a coisa mais maravilhosa, deliciosa, perfeita do mundo. Ela e a Zezé Mota. Mas a Ruth eu acompanho o trabalho dela desde a novela Sinhá Moça, a primeira versão. Nossa... Eu lembro de uma cena que ela viu né, o companheiro que era escravo, o nome dele era Justo ele estava sendo açoitado assim e aquela cara de pesar dela. E eu era muito nova, eu tinha o que? Seis ou sete anos, era muito novinha, mas é alguém que eu trago comigo assim há muito tempo, eu queria muito, muito, muito conhecê-la. São minhas duas referências a Ruth de Souza e a Zezé Mota, enquanto atrizes assim, atrizes brasileiras.*

Entendemos que os devires-sementes plantados por Ruth de Souza e Zezé Motta estão sendo colhidos e ressemeados Ismênia Leão e outras tantas atrizes. São nomes que transitam. É uma linha invisível que cruza as experiências negras e aproxima a subjetividade de atrizes de teatro, uma linha que não encontra fronteiras de tempo e espaço, conecta as trajetórias e fornece apoio, força e suporte.

*Tem essa nova geração, gosto muito da Sheron Menezes, acho muito bacana o jeito que a carreira dela vem se consolidando, dela da Thaís Araújo, acho importante existir essa referência de mulheres negras né que fazem personagens, que estão na TV, que estão ali pra te representar. E o que eu acho bacana delas é que são meninas que foram vindo e conseguiram sair desse estereótipo: ah atriz negra tem que ser sempre a empregadinha. Tem a Camila Pitanga né, que a primeira assim, com aquela novela *A próxima vítima*. Mas uma coisa que me incomoda na Camila Pitanga e eu fui percebendo isso ao longo do tempo é que eles vão dando um jeito de embranquecê-la, ela sempre tem um pai branco ou uma mãe branca, umas coisas assim. Ou um parceiro de cena que é branco. A Sheron você vê essa negritude mais latente nela, na personagem, na construção da personagem, no núcleo que ela está. E isso é uma coisa que me chamou atenção. (Ismênia Leão, 2018, grifos nossos)*

Também as atrizes negras, consideradas por Ismênia como a nova geração, são parte do imaginário, elas são parte das linhas que conectam a atrizes negras. Não à toa Ismênia identifica os processos de embranquecimento vividos na dramaturgia televisiva. São nomes que se enraízam, como as linhas de aço postas em cidades cobertas de gelo,

onde as pessoas precisam se agarrar, se segurar para atravessar rios, lagos, parques e ruas. É uma linha que contribui para a diminuição do abismo entre as *cuerpas* negras e as artes cênicas. Eduarda Nunes com paixão e um sentimento de parentesco conta sobre uma atriz negra que vivenciou com ela muitas apresentações do Teatro das Monções:

*Tinha uma mulher que ela apresentava com a gente. Agora ela faleceu, ela faleceu esse ano ou final do ano passado não me lembro: a Tia Suzana, ela participava sempre. E teve um espetáculo até que ela fazia, como eu fazia o papel de escrava, ela era a mãe assim tipo, que dava a benção e tal. Teve um espetáculo que ela dava benção pros escravos e tal. E quando ela faltava quem fazia o papel dela era eu. E daí eu tipo gostava, admirava ela, porque ela era uma boa atriz, e ela tem uma grande trajetória na cidade. Ela tinha uma grande trajetória na cidade por várias coisas que ela fez pela cidade. E eu gostava sim, quando eu via ela eu admirava, gostava muito do trabalho dela, mas só ela assim, mas gente assim na TV não. Que me representasse não tive (Eduarda Nunes, 2018).*

Expressiva a afirmação de Eduarda quando diz que nenhuma atriz de televisão a representou como a sua amiga e companheira de trabalho, é uma ligação está para além da arte. Eduarda e sua mãe seguem contando o quão importante a Tia Suzana era, não apenas para elas, mas para a negritude de Porto Feliz:

*Ela faleceu o ano passado. Teve um dia que a gente invadiu a, tem uma Feira Noturna, a gente fez uma invasão do Teatro das Monções lá. Daí a gente foi tudo a caráter e andou na Feira Noturna e nesse dia foi o último dia que ela participou com a gente. E em outubro ia ter apresentação que a gente ia fazer, acho que foi uns dois dias antes, ela tinha ligado, a minha professora tinha ligado pra ela: A gente quer você aqui. E ela: Eu vou! E no outro dia ela acabou falecendo. E daí foi nossa um baque pra gente, principalmente pra professora que tinha falado com ela, e daí a gente ia fazer a peça sem ela e a gente queria ela. Porque todo ano ela 'tava com a gente, todo ano ela 'tava com a gente. Daí a última vez que a gente viu ela foi quando a gente foi na Feira Noturna que a gente passeou por lá e só. Foi do nada (...) Tinha um clube pra negros que foi ela que fundou, ela e o marido dela que fundaram aqui na*

*cidade. Como era o nome mesmo? (Solange responde que o clube se chamava Luís Gama).*

Essas redes de mulheres negras com muitos nós, ramificações e encruzilhadas, apontam diversos caminhos, ressaltamos aqui os aspectos de ancestralidade, reconhecimento, identidade, fortalecimento, representatividade, apoio e amorosidade que percebemos nessas conexões afetivas. “Nossos passos vêm de longe” (WERNECK, 2010) corroborando com essa afirmativa essas narrativas reforçam o poder dos afetos positivos, do amor e do companheirismo que vemos nos encontros potentes vivenciados por essas artistas negras. Devir-semente, mulheres que semearam sonhos que colhemos hoje e estamos semeando novos devires para um futuro-hoje de *cuerpas* negras com vida em plenitude.

Percebemos esse debate tensiona a história, as redes afetivas emergem como parte do esforço estratégico de vozes que não possuem legitimação em determinados espaços para dizer-se enquanto sujeitas da história. Dissemos no início que esse contexto pandêmico exacerba o quanto as diferenças no mundo capitalista são transformadas em sinônimo de desigualdades. São as *cuerpas* negras as que mais morriam antes e as que morrem durante a pandemia. O caminho metodológico que fizemos tem o peso de nos colocar com olhar crítico diante das narrativas do passado e do presente (BENJAMIM, 2012). Os encontros dessas *cuerpas* negras no Brasil, na América Latina e em toda diáspora geram abrigos, reconstroem e reconectam memórias. Encontros de mulheres negras são zonas de respiro. Lembrando que essa é uma reflexão de um trecho de uma pesquisa que dentre muitas considerações, com muitos risos e lágrimas constatou que antes de falar de artes cênicas é preciso falar da condição de mulheres negras primeiro. Fica explícito que antes do Covid-19 a simples presença e respirar da mulher negra nas artes cênicas é transgressora, imaginamos que no pós-pandemia seja ainda mais.

Através da criação artística, dos encontros potentes *cuerpas* negras se fazem como experiências de vida que nos colocam em vibração, em movimento. Subjetividades rebeldes que postas em rede amplificam vozes, gritos ganham ecos e denunciam os lugares sociais que restringem oportunidades, espaços, afetos, em suma os aspectos que restringem sua

respiração plena na sociedade e, ao mesmo tempo em que suas estratégias afetivas anunciam a possibilidade de novas epistemologias, novos movimentos e olhares uma vez que estão se constituindo como resistência a essas restrições tão evidentes atualmente. Sementes lançadas.

Finalizo essa conversa em primeiro de julho de 2020. Quarto crescente. Em isolamento social e vendo o boletim de mortes, o Brasil perdeu 60 mil vidas para essa doença, que se engrandeceu diante das epidemias de desigualdades, nossas mazelas sociais. No registro das reminiscências individuais de *cuerpas* negras artistas encontrei a força contida nas memórias dos vencidos, ou melhor das que não se dão por vencidas. Encontrei uma forma de ler as escritas teimosas das vidas negras. Resiliência que sobrepuja as dores históricas, que sobrevive ao luto e luta!

## Referências

BÂ, Amadou Hampâté. **A tradição viva**. In. KI-ZERBO, Joseph. História geral da África, v. I: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-214.

BENJAMIN, Walter. **Obras Completas I**. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.** n.19, p.20-28, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>> Acesso em: 29 jul. 2019.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte, Nandyala, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Sonia Maria de. **História Oral**: Procedimentos e Possibilidades. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LORDE, Audre. **A Transformação do silêncio em linguagem**. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/> >. Acesso em: 25 mar. 2020.

COELHO, Daiana de Moura Bernardes. **Mulher Negra E(n)Cena**: Performances, Encontros e Utopias. 2019. 390 f Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como Arte da Escuta**. São Paulo: Letra e voz, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MERCEDES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Goiânia, n.1, v. 1, p. 07-17, jun. 2010.

# IX

## TRABALHO E GÊNERO NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA\*<sup>1</sup>

*Thiago H. G. Carpegiani*

### **Introdução**

Este capítulo insere-se no amplo debate acerca das diferenças salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho e busca exemplificar as causas históricas, econômicas e sociais que levaram a construção desse modelo como constituído hoje na Economia contemporânea.

Busca, ainda, apontar para as diferentes funções que são delegadas a homens e mulheres a fim de compreender a chamada divisão sexual do trabalho e a construção da hierarquia entre gêneros.

Explora o conceito de trabalho percorrendo, brevemente, o seu desenvolvimento na ordem capitalista, exemplificando alguns conceitos da história econômica para, então, compreender algumas das causas da divisão sexual do trabalho e abordar essa realidade no Mundo e no Brasil.

Acima de tudo, este artigo busca contribuir para o debate acerca dessas diferenças e fornecer instrumentos que ajudem a compreendê-las e superá-las, visando a construção de uma sociedade que garanta iguais oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para os gêneros. Por fim, espera-se que também contribua para a aproximar cada vez mais as Ciências Econômicas desta questão.

### **Breve histórico das relações de trabalho**

O conceito de trabalho é de fundamental importância para entendimento das relações socioeconômicas na sociedade atual.

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.165-178

<sup>1</sup> O capítulo que ora se apresenta é fruto da monografia de conclusão do bacharelado em Ciências Econômicas na Universidade Federal e São Carlos, *campus* Sorocaba, em 2017.

Segundo Marx, trabalho é definido:

[...] antes de tudo, como um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio deste movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p.255).

Assim, através do trabalho a humanidade transforma a natureza para garantir seus meios de subsistência e reprodução da vida material, ou seja, é a partir dessa atividade que o tecido social é formado e ganha corpo através de valores que guiam a sociedade.

Abordar a divisão sexual do trabalho, dentro deste escopo, é entender parâmetros que moldam a valorização e hierarquização dos indivíduos nesta lógica.

Comumente, na ordem capitalista, o trabalho assalariado é considerado a atividade de maior valor dentro do tecido social, desconsiderando outras atuações que garantem a manutenção e reprodução da vida material. O trabalho doméstico é, talvez, o maior exemplo de exclusão provocada por esta concepção, isto também evidencia a divisão sexual do trabalho, ou seja, a separação de funções a partir de trabalhos considerados tipicamente masculinos e femininos, fazendo com que os trabalhos executados por homens “valham” mais do que os trabalhos executados por mulheres, como tão bem demonstra Gayle Rubin em seu estudo *“Tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo”* em que enfatiza o quanto o sistema sexo/gênero seja um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, 1993). Devemos ressaltar, ainda a existência de dife-

renças salariais entre homens e mulheres executando as mesmas funções, assim a hierarquização ocorre em vários níveis de execução do trabalho.

Para entender essa lógica, é preciso recorrer a análise histórica da construção do mercado de trabalho contemporâneo, a divisão entre trabalho assalariado e trabalho doméstico, partindo da conceituação do liberalismo até a chamada crise dos anos 1970 e a flexibilização do trabalho.

Os ideários liberais eram predominantes na economia no início do século XX. Essa escola de pensamento argumenta que o Estado não deveria ter como função central a intervenção no mercado, sendo essas relações de troca definidas/organizadas pela ideia da “mão-invisível” do mercado, definida por Adam Smith em *“A Riqueza das Nações”* do seguinte modo:

[...] já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar o seu capital em fomentar a atividade [...] e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo [...] [ao empregar o seu capital] ele tem em vista apenas sua própria segurança; ao orientar sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas o seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios objetivos, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quanto tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 1983, p.379).

Assim, é possível perceber que esse conceito coloca a ação individual como cerne e moral das relações socioeconômicas.

Com a chegada da crise de 1929, esse modelo central é colocado em questão. O ideário liberal não seria suficiente para combater os ele-

mentos da crise instaurada: deflação de preços, ativos financeiros e altas taxas de desemprego (PRADO, 2006).

Assim, como resposta a essa situação se torna necessário entender alguns conceitos relacionados ao modelo fordista de organizar o processo produtivo, bem como as políticas keynesianas que, associados, se mostram como um meio de saída para a crise dos anos de 1930, a crise do liberalismo.

A recuperação da crise esteve relacionada, portanto com um novo modo de organização da produção, que possibilitou uma produção em massa e ainda com a necessidade de construção de um mercado consumidor apto a absorver essa produção. O fordismo possibilitou esse modelo, pois segundo Botelho (2002; p.13):

[...] seria o fordismo uma associação das normas tayloristas do trabalho com a produção e o consumo em massa, o que levou o modo de produção capitalista a regular o valor para muito além do movimento espontâneo de mercado.

A produção em massa depende do controle e manutenção da força de trabalho, na construção de linhas de produção e na divisão do trabalho, ou seja, na especificação de funções dos trabalhadores. Com este aumento da divisão do trabalho, há o aumento da produção, que gerou o crescimento em massa de bens e produtos e uma maior contratação de funcionários, bem como sua maior organização em sindicatos. Botelho acentua que (2002, p.18):

[...] conquistas dos trabalhadores acarretaram um maior padrão de consumo por parte da classe trabalhadora. Pode-se dizer que havia nesse momento, nos países em que o fordismo se desenvolveu plenamente, um círculo virtuoso de crescimento econômico. As práticas de gestão e produção no interior da fábrica possibilitaram a melhor organização do operariado. E como o todo é diferente das somas das partes, esses trabalhadores organizados souberam utilizar sua força para obter algumas conquistas socioeconômicas, moldando o fordismo como uma estratégia de acumulação mais ampla que a esfera fabril. A ideia de Ford de produção em massa e

consumo de massas só pode se realizar a partir do momento em que uma classe operária forte exigiu uma parcela maior da riqueza gerada e transformou em bens de consumo. As especificidades históricas do pós-guerra, principalmente a “ameaça comunista”, também contribuíram para que a classe que vive do trabalho pudesse extrair maiores conquistas dos representantes do capital e do Estado. O poder de barganha da classe trabalhadora tornou possível uma participação maior desta classe na repartição do fundo público.

Neste momento, essa relação entre capital e trabalho foi fruto de uma composição entre: sindicato forte, as grandes corporações e o Estado, estabelecendo o que se convencionou chamar de uma política de compromisso entre capital, trabalho e Estado.

O fundo público, citado por Botelho, refere-se a uma aplicação do orçamento público em saúde, educação, assistência, previdência e ainda ao financiamento do consumo. Dessa forma, o capitalismo, em países avançados, combinou crescimento econômico e pleno emprego, mecanismos de mercado e políticas estruturantes com a ampliação e diversificação da intervenção estatal, administração da demanda agregada e uma contratação crescente e centralizada (BOTELHO, 2002). Essas características não são somente influência do modelo fordista de produção, mas também das políticas Keynesianas, constituindo o que a Escola da Regulação Francesa denominará de modo de regulação fordista/keynesianista (BOYER, 1990).

As ações do Estado, junto às políticas Keynesianas para assegurar a estabilidade da demanda (BARUCO, 2005, p.19), geraram um sistema de compromisso entre o pleno emprego e ampliação de direitos sociais que levou à constituição do Estado de Bem-Estar Social. Assim, segundo Baruco (2005, p.20):

O Keynesianismo tornou-se um instrumento compatível de uma nova relação entre Estado e sociedade, pois forneceu os alicerces ideológicos e políticos para o compromisso da democracia capitalista, e ofereceu a perspectiva de que o Estado seria capaz de conciliar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão

democrática da economia. Isso é, o Keynesianismo forneceu alternativas para atenuação das crises e amenização das mazelas sociais e, neste sentido, os controles democráticos sobre o nível de desemprego e distribuição da renda tornaram-se os termos do compromisso que viabilizou a constituição destes construtos sociais.

Deste modo,

O regime de acumulação fordista/keynesianista pode ser considerado, assim, uma fase particular do desenvolvimento capitalista, caracterizado por investimentos em capital fixo que criam uma capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Para que esse potencial se realizasse fez-se necessária uma política e uma ação governamental adequada, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados (o modo de regulação). O keynesianismo é, pois, descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial. E este, por sua vez, é concebido como uma das causas fundamentais da crise da década de 1970 (LEITE, 2011, p.424).

Com esse processo, surgem movimentos que sinalizam a expansão do modelo de trabalho fordista para o mundo, de maneira diferenciada entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Há três frentes principais: mundialização dos processos produtivos (a industrialização); a mundialização dos mercados; e a mundialização da cultura (HOBSBAWN, 2008).

A partir dos anos 1940, a economia capitalista passa por um crescimento nunca visto antes em sua história. Essa realidade de crescimento econômico é batizada por Hobsbawn (1995) como a “Era de Ouro” do Capitalismo. Há muitos efeitos decorrentes desse período: crescimento da população, da produção mundial de manufaturas, do comércio entre os países, bem como fluxo migratório da zona rural para a zona urbana.

A partir dos anos 1970 acontece uma desaceleração desse ritmo de crescimento, ocasionado primeiramente no setor externo devido ao

choque do petróleo em 1973, que aumentou os custos dos insumos de energia e ajudou a criar uma instabilidade financeira mundial:

[...] havia problemas com a rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista). Assim, as estratégias empregadas tanto pelas empresas como pelo Estado Keynesiano não produziam mais uma resposta adequada ao novo cenário mundial. A injeção de poder aquisitivo por parte do Estado de Bem-Estar, como forma de compensar as deficiências no investimento privado com seus próprios gastos, resultou em uma inflação mundial de custos e numa fuga maciça de capitais para os mercados mundiais *offshore*. Ou seja, o problema enfrentado pelas economias de grande parte dos países capitalistas estava ligado ao excesso de capital (BOTELHO, 2002, p.40).

Com esse novo contexto de crise, as ideias liberais ganharam novo corpo na discussão política com a constituição do que é chamado de Neoliberalismo. Seus pressupostos possuem como marco a publicação do livro *O Caminho da Servidão* escrito por Friedrich August von Hayek. Publicado em 1944, este foi uma reação teórica ao modelo intervencionista de Estado (ANDERSON, 1995, p.9).

Nesse contexto de crise, aparecem modelos de organização da produção e de contratação mais flexíveis, muitos deles inspirados no modelo toyotista. Botelho argumenta que:

[...] produção flexível é o conjunto de estratégias que correspondem as novas práticas de acumulação do capital em resposta a crise do capitalismo de meados da década de 1970 [...] o termo produção flexível realça o fato de que novas estratégias de reprodução ampliada do capital ainda não se desligaram da produção do valor econômico (BOTELHO, 2002, p.42).

Ou seja, as confluências e práticas em torno da produção flexível estão na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; o surgimento de novos setores de produção e de novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; passagem de uma grande

parte dos trabalhadores para o setor de serviços; a criação de conjuntos industriais em novas regiões pouco industrializadas, e o retrocesso do poder sindical. Esse processo de flexibilização se dá nas relações de trabalho, nas relações entre as empresas, e nas relações de gênero dentro dessa mesma lógica. Aliado a todo esse processo há também a intensificação da mundialização financeira.

Assim, na crise dos anos 1970 o sistema capitalista passou por uma série de reformas de modo a flexibilizar o trabalho, o advento do Neoliberalismo segue nesta mesma tendência e associa-se a ela. Junto a isso, temos a integração mundial da economia capitalista, associada a maior competição entre as nações.

## **Trabalho e gênero**

A brevíssima exposição da história econômica acerca das relações de trabalho na Economia, sobretudo no século XX, nos ajuda a compreender as mudanças e desafios que se colocam para o mundo do trabalho e a profundidade das alterações que se estabelecem no tecido social através da diversificação e multiplicação dos espaços de trabalho: o trabalho domiciliar, o trabalho a distância, trabalho terceirizado e todos os rearranjos que influenciam a divisão sexual do trabalho. É importante ressaltar que, neste texto, o recorte é bastante restrito, englobando duas grandes categorias de trabalhadores: homens e mulheres, não aprofundando a necessária análise entre as relações de trabalho, gênero, raça e diversidade de identidades e orientações sexuais.

Neste contexto de trabalhos flexíveis e de tempo parcial, há uma tentativa de legitimação social da conciliação entre vida familiar e vida profissional como sendo de maior responsabilidade das mulheres, ou seja, há um entendimento de que cabe a elas exclusivamente a execução dos trabalhos domésticos, criação de filhos e também do trabalho assalariado, porém este último de menor remuneração e visto como complementar ao salário dos homens. Vivemos em uma sociedade que naturalizou as ações de cuidado como responsabilidade feminina.

Araújo (2007) também ressalta que as mudanças ocorridas no processo produtivo contribuíram para alterar o perfil de trabalhadores contratados pelas empresas. Freitas (2016, p.113) salienta que:

[...] que antes dos anos de 1980, como dito acima, eram as mulheres jovens, solteiras e sem filhos as preferencialmente recrutadas pelas empresas. Após os anos de 1990, as mulheres casadas passaram a ser preferidas, por serem consideradas mais responsáveis e mais flexíveis, adequadas aos novos tipos de gestão na esfera produtiva. No entanto, esse processo de expansão da participação feminina foi marcado pela desigualdade entre os sexos e pela precariedade do emprego das mulheres.

O crescimento do setor de serviços, aliado a uma série de mudanças sociais, econômicas e culturais, gerou, ainda, uma demanda crescente por trabalhadores, e assim se tornou atualmente um dos principais responsáveis pela contratação da mão de obra feminina. Não à toa, é um setor de extrema volatilidade que sofre, antecipadamente, os impactos de crises de consumo e renda. Ou seja, em contextos de crise, as pessoas deixam de consumir alguns serviços ditos não essenciais como: restaurantes, cabeleireiros, bares, etc.

Souza-Lobo aponta questões importantes para esta análise, ou seja, as assimetrias salariais, de postos e cargos ocupados, as funções desempenhadas no mercado de trabalho, e o tempo sexualmente diferenciado e despendido na conciliação com afazeres domésticos. Gonçalves et. al. (2016, p.24/5) destaca esses pontos abordados por Souza-Lobo:

[...] Neste sentido, sua preocupação [Souza-Lobo] esteve voltada para reflexões sobre as relações de trabalho, sob uma perspectiva multidimensional, com forte preocupação pela multiplicidade de sujeitos relacionados ao processo produtivo, além de refletir sobre a própria identidade das/os trabalhadoras/es. A utilização da categoria gênero, por essa autora, revela abordagens que não se limitam à dimensão exclusiva das relações sociais, mas que estejam atentas às práticas coletivas. Deste modo, para ela, a catego-

ria gênero implica a problematização da subjetividade e também as identidades presentes no mundo do trabalho.

Ou seja, com a categoria de análise “gênero”, ocorre o aprofundamento da problematização a partir da identidade desses trabalhadores. O trabalho assalariado das mulheres é visto como “salário extra”, complementar à renda oriunda do “provedor” masculino. Silveira (2016) aponta argumentos que justificam essa situação do “salário extra”, que se daria acima de tudo porque mulheres não trabalham tanto tempo e nem ocupam os mesmos cargos que os homens. O tempo parcial se tornou a principal explicação das disparidades, aliado a comparação da hora-trabalho realizado, sem considerar o total de tempo trabalhado, dentro e fora de casa. Se o trabalho em tempo parcial é tão feminino, é porque ele se desenvolveu dentro de certos limites, como o peso do trabalho doméstico designado às mulheres e a especialização dos papéis sociais, a essa citada oferta de trabalho de tempo parcial nos setores feminizados. Aliado a isso o trabalho em tempo parcial, inclusive voluntário traz, junto si, salários parciais, promoções parciais, progressões de carreiras parciais, acesso parcial à formação e aos bônus, e também aposentadorias parciais (SILVEIRA,2016, p.86). Vale ressaltar aqui que esse trabalho parcial relegado às mulheres ajuda também a precarizar o trabalho e o salário dos homens, sobretudo em momentos de crise.

Em termos de empregos qualificados as mulheres são, sobretudo, secretárias, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, vendedoras, professoras, profissões cujos salários são mais baixos se comparados a outras categorias de trabalhos mais qualificados. No que se refere aos bônus recebidos pelas trabalhadoras, estes também ficam limitados, por conta do critério de disponibilidade, o que acaba penalizando as mulheres que têm obrigações familiares (SILVEIRA, 2016, p.85).

Voltando-se para o contexto brasileiro, grande parte da PEA (População Economicamente Ativa) possui um histórico de ocupações em trabalhos de baixa produtividade e de condições precárias (POCHMANN, 2014); a maior parte das vagas de emprego criadas no período de ascensão do neoliberalismo, ou seja, no começo dos anos 1990, não

foram do tipo assalariado formal, mas sim do tipo informal. Também se notou que os níveis de desemprego brasileiro atingiram principalmente jovens, mulheres, negros, pessoas sem qualificação, analfabetos e com pouca experiência de trabalho (Pochmann; 2001).

Leite (2018, p.7), aponta em síntese que:

[...] o início dos anos de 1990, no Brasil, foi marcado por: desemprego crescente, precarização e terceirização do trabalho, redução de direitos, diminuição de salários, endividamento dos Estados, imposição de políticas monetaristas e planos de austeridade advindos da adesão ao “Consenso de Washington”, instaurando-se, deste modo, a reestruturação do capitalismo em nosso país. As consequências dessas políticas, ditadas do exterior, se fizeram sentir em várias áreas.

Guimarães e Brito (2016, p.72) também complementam que:

No Brasil, até o fim dos anos 1960, a maioria dos indivíduos em idade para trabalhar obtinha sua sobrevivência sem recurso à mercantilização do trabalho. Passados cinquenta anos, esse quadro se reverteu: seis em cada dez brasileiros estavam premidos a engajar-se na atividade econômica para viver em 2010. Mas foi apenas a partir dos anos 1980 que mais da metade daqueles em idade para trabalhar (oferta potencial) passou a engajar-se no mercado de trabalho, fosse como ocupados, fosse como desempregados (oferta efetiva do trabalho).

Segundo Guimarães e Brito, com base nos dados censitários brasileiros (IBGE), observa-se que meio século atrás o mercado de trabalho brasileiro era domínio dos homens. Em 1960, quase oito em cada dez homens aptos a trabalhar buscavam neste mercado seu meio para sobreviver, contra menos de duas em cada dez mulheres (GUIMARÃES; BRITO, 2016, p.72).

Os autores também apontam, com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio) que o engajamento feminino na taxa de atividade foi de 36,9% para 53,4% entre 1985 e 1995, en-

quanto a taxa masculina pouco se alterou, passando de 76% para 78,3%. Portanto, a participação na PEA por parte das trabalhadoras elevou-se no período analisado, ou seja, período de forte crise econômica no país. Tal movimento possui implicações importantes em outras dimensões sociais, como por exemplo, o comportamento demográfico, os ganhos de escolaridade e as transformações na regulação dos papéis de gênero na sociedade (GUIMARÃES; BRITO, 2016).

Continuamente, segundo estes autores, temos uma mudança do perfil das trabalhadoras neste contexto. Em 1970 a mulher brasileira que tentava ingressar no mercado de trabalho era majoritariamente jovem, solteira e sem filhos. A partir dos anos 1990, ela tornou-se mais velha, casada e mãe, também por conta da crise econômica e do arrocho salarial deste período. Essa mudança de perfil vem com a persistência de alocação das trabalhadoras sob padrões segregacionistas de ocupação, com as mulheres executando atividades ditas femininas como, por exemplo, serviços pessoais, administração pública, ensino e saúde, e nas denominadas atividades de cuidado; há também incursões de mulheres em serviços de reparação e serviços auxiliares, mas numa proporção menor, trabalhos estes atribuídos geralmente aos homens. (GUIMARÃES; BRITO, p.76/77).

## **Considerações finais**

Como conclusão desta análise, é possível perceber que a jornada dupla das trabalhadoras e a delegação das funções de cuidado e trabalho doméstico demonstram o quanto os papéis de gênero reforçam a divisão sexual do trabalho. As diferenças de rendimentos, o número de horas dedicadas ao serviço doméstico evidenciam a hierarquização social de gêneros. Portanto, as transformações decorridas no mundo do trabalho não impactam igualmente todos os trabalhadores, mas sim ganham conotações e singularidades sendo mais prejudiciais às mulheres. Aqui, são trazidas apenas as categorias “homem” e “mulher”, porém com o aprofundamento deste estudo dentro das ciências econômicas/sociais percebe-se a intensificação destes processos quando acrescentamos outras categorias como raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, para citar ape-

nas algumas. Assim, é de suma importância o avanço do conhecimento científico dentro dessas análises.

## Referências

ALVES, Cláudio Eduardo Resende. **Mulheres Cisgênero e Mulheres Transgênero: existe um modelo legítimo de mulher?** 2017.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo, 2011.

ARAÚJO, Angela. M.C. “Trabalho, precarização e relações de gênero em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva”. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2017, Recife, **Anais...**, Recife, 2017.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **Do consenso keynesiano ao pós-consenso de Washington.** Uberlândia: UFU, 2005. Disponível em: <[http://www0.ufu.br/ie\\_dissertacoes/2005/3.pdf](http://www0.ufu.br/ie_dissertacoes/2005/3.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2016.

BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à produção flexível: o espaço da indústria.** São Paulo: Annablume, 2008.

FREITAS, Thais. S. “Flexibilidade (ou Rigidez) produtiva, condições de trabalho e subjetividade das trabalhadoras em indústrias metalúrgicas de eletroeletrônicos”. In TRÓPIA, Patricia.V; TOSTA, Tania .L.D (et.al) **Mulheres Trabalhadoras: (in)visíveis?**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016.

GONÇALVES, E. (et.al) “Feminismos, trabalho e ação coletiva: teorias, pesquisas e práticas sociais”. In TRÓPIA, Patricia.V; TOSTA.Tania L.D (et.al) **Mulheres Trabalhadoras: (in)visíveis?**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira-2015.** Brasília: IBGE, 2015. Disponível em:

< <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf> >.

Acesso em: 7 set. 2016.

KERGOT, D. “O cuidado e as imbricações das relações sociais”, In ABREU, A.R.P; HIRATA, H. LOMBARDI, M. R. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

LEITE, Kelen Christina. **Trabalho e condição humana na contemporaneidade**. Sorocaba: Laplage em Revista, 2018.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A economia política da grande depressão da década de 1930 nos EUA: visões da crise e política econômica, semelhanças e diferenças com a crise atual**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1509.pdf> >. Acesso em: 2 jun. 2016.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

# X

## REDES DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS TRANS: HISTÓRICO, CONQUISTAS E DESAFIOS\*

*Elisba Silva de Jesus*

Este capítulo é o resultado de parte da minha pesquisa para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Dois homens trans e duas mulheres trans foram entrevistados em 2018, na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, a respeito de como elas e eles percebem o acolhimento de suas respectivas identidades de gênero nos espaços sociais onde puderam transitar. Entendo que a comunidade trans brasileira continua excluída dos espaços de poder de construção do conhecimento, como as mídias e a academia. Por isso, optei pela metodologia de pesquisa qualitativa, com o foco em histórias de vida, através da entrevista semiestruturada.

O conhecimento sobre ser ou não ser trans, foi e é transmitido de forma oral, ainda que nos dias de hoje possa ser acessado de forma literária e digital. No sentido de compreender o tema a partir da história oral, optei por trazer aqui o relato de dois homens trans e duas mulheres trans como ponto de partida para a discussão a respeito da importância da criação e fortalecimento de redes de apoio para a nossa comunidade. Assim, trechos das entrevistas dialogam com a história do movimento trans, obtido através de artigos já produzido.

As redes de acolhimento para pessoas trans brasileiras promove o reconhecimento da humanidade, da cidadania e da autonomia, ao mesmo tempo que supera práticas de exclusão, marginalização e invisibilidade. A começar pelo resgate e reconhecimento da subjetividade comumente negligenciada ainda na família. A falta de representatividade nos faz crescer sem ter um referencial de apoio, a não ser as referências masculinas e fe-

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.179-190

mininas impostas, muitas vezes de forma violenta, pela sociedade na figura do homem e da mulher cisgêneros. A família, a escola e outras instituições exercem o que conhecemos por policiamento de gênero, que a todo instante vigia se a criança está a seguir o destino cultural imposto pela sociedade dominante. Contudo, o esforço das organizações e associações de travestis e transexuais, com muita luta, ao longo das últimas décadas, resultou na promoção de políticas públicas para o acesso de pessoas trans a espaços sociais antes negados, ainda que de forma tímida. A importância das redes de apoio para pessoas trans têm caráter histórico e demonstra que a nossa luta depende da articulação tanto dentro da comunidade através da formação política, quanto fora do nosso meio, pela formação de alianças com a sociedade civil e o poder público.

É comum as pessoas acreditarem que ser homem ou mulher é uma questão biológica, imutável, inscrita numa suposta essencialidade que nasce com o indivíduo. Assim, acredita-se que o destino de uma pessoa possa ser traçado desde antes do nascimento e que, naturalmente a pessoa vai corresponder a estas expectativas. Contudo, todas as pessoas passam por processos de construção da identidade, e mesmo que não percebam, existem outras maneiras de se constituir como pessoa. Conforme o relato de Caio, percebe-se que o conflito com a imposição de gênero feminino marcou a sua vida como homem trans e como foi importante ser reconhecido e acolhido através de sua namorada, a qual o ajudou a compreender o processo pelo qual ele passava:

*Eu tentava me aceitar como mulher e quando eu quase surtava dizia para mim mesmo “eu já me aceitei” e vivi um tempo com isso na cabeça. Nessa época conheci minha atual namorada e ela percebeu o que estava acontecendo, que eu não era mulher e foi quando contei que estava em conflito com meu gênero biológico. Eu precisava lidar com os conflitos em relação ao meu corpo, lidar com a aceitação obrigatória do gênero que me foi imposto, lidar com o preconceito das pessoas e até mesmo com o meu próprio preconceito (Caio, 2018).*

Lidar com o preconceito contra a transexualidade é lidar com toda a construção social do que é ser mulher e sobre o que é ser homem em nossa sociedade, conforme apontando por Caio e comentado por

Berenice Bento (2008), socióloga e pesquisadora da área de gênero, a partir do que denominou de heteroterrorismo. Ou seja, quando a imposição da heterossexualidade se torna um terror na vida de pessoas trans ao ponto de elas e eles questionarem a si próprio ao internalizar a culpa, como Caio diz quando passou a questionar o seu gênero biológico. Principalmente pela falta de apoio, a ignorância de não saber sobre o assunto e a angústia em não corresponder ao esperado. O terror da heterossexualidade compulsória e a falta de apoio também aparecem no relato de vida do Mateus:

*Eu tinha muito medo de me abrir na época por questões de família, tinha medo de sofrer alguma coisa, algum preconceito, alguma coisa grave. Eu tinha muito medo disso. Mas eles já sabiam da minha orientação sexual, pois eu já sabia que possuía atração por meninas e nessa época eu ouvia muito o termo homossexual principalmente pela televisão. Mas, eu pensava que eu era mais do que aquilo, embora parecesse que eu me encaixasse naquele termo. Eu comecei a cortar o cabelo, mas eu ainda o deixava meio grande, eu sempre estava me olhando e me questionando: “não, tem alguma coisa diferente”. Mas, eu sentia medo, eu tinha medo do que eu ia ver, pois eu sabia que tinha alguma coisa a mais ali, em mim. Nessa época eu já não andava tão menininha, eu andava meio andrógino. Eu vinha me questionando há muito tempo e chegou uma hora que disparou um alarme dentro de mim, pois eu não conseguia me sentir bem com tudo: roupa, cabelo e corpo. A adolescência foi a pior fase (Mateus, 2018).*

O medo ao qual Mateus se refere é vivenciado por milhares de adolescentes trans que são expulsas de casa direta ou indiretamente devido ao ódio e preconceito enfrentados cotidianamente. Na falta de acolhimento, sem oportunidades de emprego que lhes possam prover sustento suficiente para morar, vestir, se alimentar e viver uma vida cidadã digna, muitas e muitos jovens são cooptados pela prostituição, tráfico de drogas e tráfico humano para fins de exploração sexual, conforme relata a pesquisadora e presidente da Associação Transgêneros de Sorocaba - ATS, Thara Wells (2019). Para ela, só resta a prostituição para pessoas trans, em sua maioria travestis, quando elas são expulsas de casa na pré adolescência, lançadas à própria sorte onde os traumas e os silenciamentos

impõem “*um imenso vazão de não ser, não ter, nem nunca pertencer*” (WELLS, 2019, p. 50). Além disso, é muito comum pessoas trans serem confundidas com homossexuais, devido à exclusão do conhecimento e entendimento sobre o que é transexualidade.

Este cenário aparece no relato de duas travestis da cidade de Sorocaba, onde elas conseguiram remuneração para sobreviver na prostituição. Elas ainda contam como ser travesti significa estar em confronto com discursos de imposição de uma norma que não as contempla enquanto pessoa. Aurora (2018), uma das entrevistadas relata:

*Eu nunca me senti gay, porque sempre percebi que era diferente dos meus amigos gays basicamente no comportamento. Então, eu percebia que eu precisava sempre estar caracterizada no feminino pra eu me sentir feliz. Pra eu me sentir bem e querer estar numa festa eu tinha que estar com roupas femininas. Eu cheguei a tomar alguns hormônios na época durante seis meses e posso dizer que fiz uma espécie de transição definitiva mesmo quando passei a morar em Sorocaba e iniciei a prostituição na noite, pois, a partir daí, fiz a cirurgia de colocação de prótese no peito. E também naquela época era tudo meio instintivo (Aurora, 2018).*

Ainda assim, a rua traz uma falsa ilusão de aceitação, pois a indústria da exploração sexual precisa ser constantemente alimentada por jovens expulsas de casa, com baixa autoestima, marginalizadas e sem perspectiva de vida. Muitas vezes, cafetões e cafetinas vendem a ideia da glamourização da prostituição como meio de realização de sonhos (WELLS, 2019). Segundo a travesti Crystal, não havia muito onde se apoiar e ser acolhida, a não ser na própria convicção subjetiva de quem se é, pois sempre soube que o problema estava no modo como as pessoas a tratavam:

*Eu não tive, vamos dizer, assim uma transição. Mesmo porque eu sempre fui assim, agora ser assim é uma construção social das pessoas para comigo. Quando eu tinha uns 17 pra 18 anos comecei a conhecer o que era uma travesti, uma transexual, ao frequentar a vida noturna (Crystal, 2018).*

Ambas as travestis, Crystal e Aurora, viram-se coagidas pela vida noturna nas ruas da cidade de Sorocaba, onde os movimentos sociais de pessoas travestis ainda não tinham se consolidado no interior, no fim da década de 1990. A comunidade homossexual, em meados da década de 1980, gostaria de incluir o termo orientação sexual para que seus direitos pudessem ser assegurados por Lei. No então debate sobre a Constituição de 1988 eles procuravam se distanciar de qualquer representação social próxima da feminilidade, ao alegar que suas vidas se restringiam a uma orientação pelo desejo sexual e não necessariamente a vontade de parecer com o gênero oposto. Assim, as pautas das travestis e transexuais seguiu excluído dos debates, e conforme nos relata Crystal, as travestis seguiam sendo comparadas a homossexuais efeminados:

*Na época que eu fiz a minha passagem do mundo em que eu vivia para o mundo da travesti, ainda não se falava de identidade de gênero. Todo mundo era homossexual, só que havia alguns homossexuais afeminados demais e outros eram homossexuais considerados barbie - que eram os musculosos dentro daquele contexto do que é um homem barbudo com todos os atributos sociais masculinos. E eu não me encaixava porque eu era afeminada demais. Então onde eu fui aceita foi no mundo da travesti (Crystal, 2018).*

O mundo da travesti é o primeiro que acolhe? No trabalho de Carvalho & Carrara (2013) foram entrevistadas as principais lideranças do movimento de travestis e transexuais brasileiras. Neste artigo é possível compreender como as redes de acolhimento surgiram nas esquinas da encruzilhada dos seguintes fatores: a chegada no Brasil da epidemia da AIDS e a violência policial herdada pela ditadura. Em resposta ao crescente número de infectados, o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) iniciou atividades de conscientização com profissionais do sexo. Os primeiros encontros da Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), com a travesti negra Jovanna Cardoso uma das pioneiras, aconteceu no mesmo local. As redes de acolhimento começaram a ganhar importância e a urgência do debate sobre a saúde e a vida das travestis, levou a ASTRAL a organizar o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS) sob o slogan “Cidadania não tem

roupa certa” que reuniu 95 participantes de cinco estados. No Rio Grande do Sul, a primeira ONG de travestis e transexuais do Rio Grande do Sul surge na figura da Marcelly Malta, que também compôs mais tarde a diretoria da ANTRA e representou a ABGLT sulista.

A Indianara Siqueira é uma travesti que também foi pioneira no movimento ao fundar o Grupo Filadélfia de Travestis, Transexuais, Gays, Lésbicas e Liberados em Santos e, atualmente gerencia uma casa de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ e negras na cidade do Rio de Janeiro. Outras organizações foram surgindo após os sucessivos encontros e até mesmo divergências dentro do movimento, como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Igualdade, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracajú, ambos em 1999. A travesti Aurora novamente compartilha conosco como teve contato com o mundo transexual:

Lembro que surgiu a revista GMagazine e eu lia essa revista, eu até ganhava de algumas pessoas, então eu lia a coluna da Cláudia Wonder, que eram os primeiros rascunhos a se falar de trans, de transexualidade, de travesti de um jeito que se poderia entender. Eu gostava muito de ler a coluna dela. Foi o primeiro contato que eu tive de uma maneira mais literária com a transexualidade, de entender que eu era aquilo. Eu lembro que na escola assim me chamavam de Roberta Close de uma forma caricata como se eu estivéssemos no mesmo patamar, mas não era um elogio, era um deboche. A Roberta Close porque naquela época era a única referência travesti a nível nacional e não tinham mais referências. Ela aparecia na televisão na extinta TV Manchete sempre como um personagem controverso. Eu não entendia muito bem, acredito que era um sátira. (Aurora, 2018)

A transfobia recreativa era o véu sob o qual se representavam a transexualidade nesta época. A chacota e o riso por vezes davam lugar ao exótico, erótico e sensual. Enquanto que nas capitais surgiam as associações, no interior o relato de Crystal nos traz uma ideia de como ela encarava o confronto entre os termos travesti, transexual e homossexual:

Nessa época não tinha muito o que se saber sobre o que se era, eu só sabia que eu não era gay. Acho que fui entender o que era trans de-

pois nos anos 2000 quando eu comecei a ter contato com esse referencial. Então comecei a entender que era mesmo travesti dentro do universo trans. Até os anos 90 era muito pejorativo ser travesti, no meio dos gays se era muito excluída. Existiam alguns gays na escola que só andavam comigo se tivesse uma menina junto, porque eles tinham muita vergonha por eu ser muito feminina (Crystal, 2018).

Neste sentido, a veiculação dos discursos sobre pessoas trans na forma de identidade de gênero rompe com os discursos até então vigentes que colocavam travestis e transexuais nas margens da sociedade. Ver histórias parecidas com as nossas em revistas, jornais, filmes, séries, televisão e nos debates, reforça o sentimento de pertencimento e representatividade. Se para pessoas trans mais velhas essa oportunidade foi negada ou aparecia na forma de rascunhos quando eram jovens, conforme relata Crystal, para Matheus ter acesso a conteúdos sobre transexualidade foi o divisor de águas em sua vida. A história da primeira mulher transexual a ser submetida por uma cirurgia de redesignação foi vista por Matheus através de um filme e reforçou nele o sentimento que vinha questionando a um tempo:

Quando eu tinha por volta de 22 anos eu assisti o filme “A Garota Dinamarquesa”, que conta a história de uma das primeiras mulheres trans, e aquilo disparou alguma coisa em mim. Até então eu não usava mais roupas masculinas desde quando eu era criança, foi quando eu peguei algumas roupas emprestadas de um amigo meu. Nunca me esqueço disso, quando vesti o short e a camiseta pela primeira vez e olhei no espelho, por mais que eu tivesse curvas e não tinha o corpo como eu queria, senti na hora que sou um menino. Falei para mim mesmo que eu não era o ser que habitava no meu corpo até aquele momento: “eu sou um menino”, disse para mim mesmo. A partir de então comecei a pesquisar cada vez mais e foi quando eu descobri que dava pra mudar, tinham pessoas que se hormonizavam, que mudavam o corpo, que era possível mudar a voz, que eu podia ter barba, que no corpo ia sumir as curvas. Desde então tudo começou a fazer sentido.

Através do filme, Mateus teve contato com a transexualidade de forma que ele pudesse fazer o paralelo com a sua vida própria vida. Com o apoio de um amigo começou a explorar as possibilidades de expressar

sua identidade através da moda com roupas masculinas, o que abriu as portas pro mundo da transexualidade. A partir daí ele começou a pesquisar e conhecer o mundo trans, que no século 21 já apresentava pelo menos 3 décadas de história e resistência, as quais já era possível ter contato através das mídias digitais. Caio, outro homem trans entrevistado, conta como teve acesso ao debate sobre transgeneridades em 2017:

Naquele ano o tema da Parada LGBT de Sorocaba era sobre a luta trans e eu comecei a frequentar bastante as rodas de debates organizada pelo Nós Diversos cujos temas eram sobre pessoas trans, travestis, Drag Queens e Drag Kings, o que foi bem importante para a construção do meu eu, pro meu entendimento. Ver e ouvir as pessoas trans, principalmente homens trans compartilhando como era a infância deles, como eles lidavam com o corpo, com os preconceitos sem saber que eram preconceitos, o julgamento das pessoas sem eles terem essa consciência crítica foi bem crucial para eu entender a existência de pessoas trans e entender que eu também sou uma pessoa trans. Eu me via naquelas histórias e a partir de então foi muito importante pra minha construção, pro meu entendimento de gênero, do meu próprio gênero." (Caio, 22 anos, 20/05/2018).

A Parada LGBT de Sorocaba em 2016 ergueu a bandeira da luta contra a transfobia e convidou toda a comunidade da sigla: gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais quanto da sociedade civil individual ou organizada em outros tipos de coletivos para somarem na luta por justiça e igualdade de direitos e oportunidades. A organização contou uma rede de apoio exercida pelo SESC Sorocaba, o grupo Nós Diversos, Associação Pode Crer, UFSCar Sorocaba e o Conselho Trans da cidade. Houve a exibição do filme “Meu Corpo é Político”, o debate sobre Feminismo Negro e Violência de Gênero, com a participação da filósofa e feminista negra Djamila Ribeiro, e o debate sobre a visibilidade trans, organizado pelo Nós Diversos em apoio com o SESC Sorocaba e o Núcleo de Estudos em Gênero, Diferenças e Sexualidade - NEGDS da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, campus Sorocaba. Este núcleo promove a construção de conhecimento sobre gênero e sexualidade, constituindo uma importante rede intelectual que promove o fortalecimento da co-

munidade LGBT da cidade ao articular ensino, pesquisa e extensão, assim como a divulgação científica.

Naquele mesmo ano, o tema da parada LGBT de São Paulo foi sobre transgêneros. Estima-se que em São Paulo o evento arrecada cerca de 400 milhões de reais, mas deste total, quanto retorna para a nossa comunidade em forma de políticas públicas? O projeto TransCidadania e o Museu da Diversidade Sexual são duas das poucas políticas públicas vigentes na cidade de São Paulo. Ainda assim, as paradas se constituem como espaço de celebração e oportunidade de livre expressão do gênero e da sexualidade invisibilizadas pela sociedade. As paradas, podem se tornar palco de lutas de políticas ao resgatar seu caráter histórico que é o empoderamento da comunidade por direitos civis básicos e reconhecimento das nossas humanidades roubadas, conforme vimos nos relatos. Contudo, é necessário que nossa comunidade seja politizada e engajada nas lutas por transformação social.

A rede de apoio para pessoas trans perpassa questões familiares, políticas, educacionais e de promoção à saúde. Buscar atendimento médico especializado é uma verdadeira batalha num país que conta com apenas cinco centros especializados em transexualidade, baseados no processo transexualizador do SUS. Há dois centros da rede privada que oferecem cirurgias e transição segura, mas cujos valores exorbitantes excluem a grande maioria das pessoas trans. Embora exista a mais de uma década, o processo transexualizador ainda está longe de se tornar universal. A transição envolve mudanças biológicas alcançadas por meio de cirurgias e hormonização, as quais requerem profissionais altamente especializados, desde o atendimento inicial nas unidades básicas de saúde até cirurgões e acompanhamento fisioterapeuta pós-operatório.

Os profissionais precisam estar preparados para acolher pacientes trans de forma humanizada, livre de concepções patologizantes e que comece pelo respeito ao nome. Além disso, o apoio à saúde mental é fundamental, devido ao preconceito que enfrentamos cotidianamente antes, durante e após a transição.

A falta de redes de apoio na área da saúde compromete a transição segura de pessoas trans, as quais acabam por recorrer a procedimentos clandestinos como automedicação, mutilação genital, aplicação irre-

gular de silicones de uso industrial e colocação de próteses em ambientes insalubre com pessoas não capacitadas. Toda essa angústia foi vivenciada por Mateus, homem trans de Sorocaba, onde não existe um ambulatório transexualizador.

Eu fiquei pensando sobre tomar ou não hormônios durante uns dois anos, pois embora eu estivesse trabalhando e pudesse arcar com os custos da hormonioterapia particular - na rede pública não existe hormonioterapia em Sorocaba - eu pensava nas questões sociais. Eu pensava sobre não ter o psicológico suficiente para lidar com a sociedade, lidar com a família, lidar com todas as mudanças. Outro parâmetro: não tive apoio moral da família. Eu tinha apoio de amigos que sempre falavam “você tem que ser o que você é”, e acredito que se não fosse esse pouco apoio eu realmente não teria transicionado porque acredito que a gente começa a transicionar mesmo quando se decide cortar o cabelo, mudar as roupas e ser quem se é, e é isso (adequação). E pra mim, em algum momento vou querer me hormonizar. (Mateus, 26 anos, 15/05/2018).

Contudo, com o objetivo de expandir a rede de apoio para pessoas trans na quarta região metropolitana mais populosa do interior paulista, a Associação Transgêneros de Sorocaba, até o momento da publicação deste ensaio, está a construir o debate sobre a importância da rede de acolhimento para pessoas trans na área da saúde, não apenas por conta do processo transexualizador, mas devido a todas as demandas de saúde da população trans. A implementação dessa rede de apoio envolve outras organizações da sociedade civil, do governo local e de instituições de ensino, as quais gozam de poder político e econômicos necessários para viabilizar o acolhimento para pessoas trans na área da saúde de forma sólida e integral, por meio do SUS.

Sendo assim, compreendemos historicamente como as organizações de travestis e transexuais por direitos civis, melhores condições de vida e dignidade foram fundamentais para pressionar o poder público a implementar políticas públicas como o processo transexualizador, o uso do nome social nas instituições de ensino e demais espaços públicos, a mudança de nome e sexo nos documentos sem a necessidade de cirurgias de redesignação e outras conquistas como as cotas para pessoas trans na pós-graduação. Contudo, devemos sempre estar atentas, pois ainda

não temos uma lei aprovada pelos deputados e senadores com sanção presidencial que garante de fato o acesso à cidadania para pessoas trans, apenas o que temos são decisões feitas pelo Supremo Tribunal Federal, portarias e decretos do Ministério da Saúde e da Educação. O ideal é que seja aprovado o projeto de Lei João Nery de Identidade de Gênero, criado em 2013, porém arquivado. Além disso, há necessidade de maior rigor para punição específica de crimes transfóbicos.

A vida na exploração sexual não pode ser o único lugar onde os nossos jovens possam viver. É urgente a necessidade de espaços sociais fora da prostituição para pessoas trans viverem sem sofrerem violência de gênero pelo sistema heteroterrorismo vigente, longe das máfias do tráfico de drogas, do tráfico humano e sexual.

Os discursos sobre transexualidade reverberados através da oralidade, dentro da comunidade e produzidos por pessoas trans, é uma resistência em face de outros discursos que exercem poder de dominação, como a mídia, a religião e as ciências as quais insistem em essencializar identidades, promover a exotificação e ainda insistem na patologização. O poder dos discursos transfóbicos constroem o imaginário da sociedade sobre a transexualidade: a travesti criminosa, marginal; o transexual que quer se passar pelo que não é, sempre remetendo aos órgão sexuais de forma genitalista, ou seja, colocando o genital como o centro definidor das relações sociais. Nesse imaginário, a transexualidade só aparece quando é pra ser excluída através de um policiamento do comportamento que foge da norma padrão do que é ser homem e mulher. Conseqüentemente isso molda a forma como as famílias, a escola, a igreja e outras instituições tratam as pessoas trans.

Por isso que a criação de redes de acolhimento, discussões, debates, diálogos entre vivências trans, o contar histórias sobre gênero, a construção e propagação da cultura trans, a inserção de pessoas trans na política e no trabalho formal de trabalho são triviais para fortalecer e consolidar a vida de pessoas trans na sociedade brasileira. É a oportunidade de se entender, se reconhecer, sobreviver, e resistir coletivamente para que possamos, de fato, existir e viver plenamente como cidadãs e cidadãos brasileiros.

## Referências

BENTO, Berenice Alves de Mello. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia de Pesquisa Educacional**. São Paulo, Cortez, 2006.

WELLS, Thara. Orientação sexual e identidade de gênero como fatores agravantes no tráfico de pessoas: Eu na Itália. In: VIEIRA, Vera. **Tráfico de Mulheres e Meninas: Educação popular feminista para implementar políticas públicas**. São Paulo, Associação Mulheres pela Paz, 2019.

# PARTE II

ENSAIOS, REFLEXÕES, AFETOS E UTOPIAS...



# XI

## TEORIAS, INDAGAÇÕES, UTOPIAS: UM ENCONTRO TEATRAL ENTRE AS TRAVESTIS E MULHERES TRANS COM DEFICIÊNCIAS E O TRANCA RUAS ABRINDO OS CAMINHOS PARA O MUNDO – SARAVANDO!\*

*Emerson T. Yamaguti*

### Introdução

O Sino da igrejainha faz blém blém blom  
O Sino da igrejainha faz blém blém blom  
Deu meia-noite o galo já cantou  
Seu Tranca-Ruas que é o dono da gira  
Oh corre gira que Ogum mandou

Abrimos nosso encontro teatral como esse ponto cantado e dividimos o palco com a figura emblemática do Tranca Ruas para iluminar os caminhos para as ressignificações, narrativas e subjetividades das travestis e mulheres trans com deficiência. Mesmo com as almas descrentes, a falange vem oferecer escuta e acolhimento espiritual. Corpos decoloniais carregados de violências, feminilidades, assexuados e/ou sexualizados, dismórficos, invisibilizados, estigmatizados e silenciados pela norma colonizadora, eurocêntrica, heteronormativa, racista e sexista, nos faz refletir sobre os percalços e sofrimentos desses corpos na sobrevivência ao isolamento e abandono. Através desse ponto cantado vamos dividir e dialogar com essas dores e permitir que o conhecimento, a poesia, a música, a crença e o cântico invadam nossas almas e pelas forças de *Ogum*, abrir o encontro para que Tranca Ruas possa limpar os caminhos do mundo e trazer luz a escuridão que assola o [in]consciente da nossa população *queer*! A arte e as falanges de *exus*, um encontro na encruzilhada! *Saravá!*

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.193-204

Entre a oração e a ereção  
Ora são, ora não são  
Unção, benção, sem nação  
Mesmo que não nasçam  
Mas vivem e vivem e vem  
Se homens, se amam, ciúmes, se hímen  
A quem costumeiramente ama  
A mente ama também  
Não queimem as bruxas  
Mas que amem as bixas  
Mas que amem. que amem. Clame, que  
amem  
Que amem as travas também  
Amém  
(Composição e interpretação MC Linn da  
Quebrada, 2019)

De um lado, Tranca Ruas presente em nossa roda de conversa e do outro, cadeiras de rodas, muletas, apoios e dispositivos auxiliares para se aconchegarem no palco. Observo vários corpos e suas memórias, suas dissidências sexuais e a permanente oposição na desobediência de gênero. A necessidade de oração e acolhimento religioso *queer*, receosamente, manifestam-se no ar, formando uma densa camada de incertezas, descrenças e luto. Deslizando as mãos sobre palco, lentamente, indagamos se existe arte necessária para ressignificar as transgeneridades no processo cis-colonial para as travestis e mulheres trans com deficiência.

Dodi Leal em seu artigo “A arte travesti é a única estética pós-apocalíptica possível? Pedagogias antiCISTêmicas da pandemia” disserta sobre a arte travesti em tempos de pandemia (em referência ao novo coronavírus) e a relação com o CISTema social e a cisgeneridade branca. A arte travesti será possível nessa época pandêmica se ela for antiCISTêmica, promovendo atos discursivos e indisciplinados. Para Leal

[...] arquitetar narrativas desobedientes e cometer performances insurgentes, como acontece com a arte travesti, são marcos fundamentais no sentido de redimensionar estruturas sociais que se sus-

tentam na desigualdade. Ora, a insurreição de gênero, neste sentido, nada mais é do que uma poética que desnuda mecanismos disciplinares do CISTema na construção social e subjetiva do corpo e do pertencimento psicossocial (2020, p. 4).

Sobre a articulação entre a arte e o enfrentamento dos mecanismos disciplinares do sistema social, acrescenta Leal (2020, p. 14) que

[...] a arte travesti desestabiliza a estrutura de normatização de movimento e de produtividade na qual se insere o gênero na institucionalidade atual do CISTema. Os choques desobedientes aqui expressos no avesso do avesso das palavras se opõem à industrialidade mecatrônica disciplinar na qual se inscreve o gênero produtivo; o gênero improdutivo é, então, metacrônica indisciplinar travesti.

A arte travesti assume o posto de transgressão dos mecanismos disciplinares do CISTema e torna-se o avesso dos gêneros produtivos. Como legitimar a arte e a construção social dos corpos (profanos e metacrônicos) das travestis e mulheres trans com deficiência na contemporaneidade? Assumir as transgressões dos corpos em nome da arte e propor uma nova linguagem dos corpos, escandalizando a alta sociedade? Talvez pedir licença a arte para que possa transpirar seu papel na tradução da decolonidade corporal.

As colocações de Leal (2020) sobre promover uma arte antiCISTêmica através de atos discursivos e indisciplinados nos provoca a refletir sobre o lugar de fala das mulheres trans e travestis com deficiência e a importância do discurso contra hegemônico.

Para Ribeiro (2019), todas as pessoas possuem lugares de fala pois estão falando de localização social, viabilizando a possibilidade de debater e refletir sobre os mais variados temas da sociedade. Pensar o mundo a partir de seus lugares, saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdades, pobreza, racismo e sexismo. Muitas indagações surgem na medida que nosso potencial discursivo pode nos levar a um lugar no qual é possível desestabilizar e transcender a autorização discursiva da classe dominante,

promover disputas de narrativas e colocar em pauta a linguagem dominante que, muitas vezes, é utilizada como manutenção de poder. O palco pode se tornar um lugar para dialogar como nossas identidades foram construídas? Existe teatralidade suficiente para fomentar discursos representativos de nossas heranças coloniais? Existe dramaturgia para atravessar os muros e propor diálogos sobre utopias trans? A arte é capaz de ressignificar os padrões estéticos e a universalização das vozes, no que diz respeito, a articulação das palavras, a ressonância, a projeção da voz, a interpretação e a leitura de texto muitas vezes acometidas pelas disartria, dislalia ou hipotonia dos órgãos fonoarticulatórios das pessoas com deficiência? Os refletores iluminam apenas a frente de um grupo historicamente marginalizado e silenciado, o suficiente para denunciar uma sociedade mergulhada na ciranda da necropolítica, permeadas pela desigualdade social, capacitismo, cisgeneridade, racismo e sexismo, no qual o Estado decide quem morre ou sobrevive. Esse holocausto brasileiro motivado pela LGBTfobia mata ou empurra ao precipício muitas vidas trans. Segundo dados estatísticos do Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil registrou em 2019, 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%).

Do ponto de vista da distribuição racial, entre as vítimas, 50,2% são negros e 49,7% brancos. O Brasil continua sendo o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais, a cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida por LGBTfobia (GGB, 2019). Esses dados sobre o genocídio da população LGBT nos territórios brasileiros é prejudicado pela subnotificação. Segundo o GGB (2019),

[...] a mídia está longe de noticiar a totalidade dos casos, quer por ignorar a identidade de gênero ou orientação sexual das vítimas, quer devido às lacunas dos registros policiais que impossibilitam ao olhar não especializado identificar as características subjacentes aos crimes de ódio, mesmo porque a violência contra a população LGBT+ é multiforme e, sem instrumentos precisos para seu monitoramento, especialmente devido ao desinteresse das autoridades estatais em promover a cidadania dessas pessoas.

Foi notificado alguma deficiência nesses corpos? Um corpo com deficiência seria um agravante a mais para provocar a LGBTfobia na medida que assumem contornos disfórmicos e operam uma transgressão de ordem anatômica, contrariando a política dos corpos universalizados?

Ressignificar os corpos com deficiência em novos corpos no mundo é uma grande provocação nesse encontro! Na arte contemporânea, uma mulher trans com deficiência é capaz de estimular no imaginário coletivo uma nova leitura do modelo hetero, branco e bípede? Lima (2015) corrobora com essa questão sobre os corpos negligenciados dos artistas com deficiência, através da criação de novas formas de escrever e descrever o corpo em oposição a ideologia de corpos convencionais

Ao longo das décadas, ao passo que novas realidades parecem querer delimitar um novo território de imagens e importâncias, ainda se explica e se justifica o corpo do artista deficiente em cena pelo viés da inclusão, da superação, discursos que levam uma falência múltipla de uma conquista para além do espaço físico, vital desses corpos [...]. O artista com diferenças de corpo marcadas está a criar a todo tempo uma nova forma de escrever e descrever o corpo. Como um novo papel, uma nova pauta, pontilhada, reticente, suspensiva. Por esse motivo, novas aglutinações, derivações, afixos etc. devem ser lidas para a elaboração de uma gramática corporal-normativa criada por uma ideologia de corpos convencionais. O corpo com deficiência não é mais novidade, não é minoria, e ele está em cena, criando na arte contemporânea uma nova literatura para o corpo, para a arte. (LIMA, 2015, p. 3).

Nesse momento do encontro sentimos a escuridão nos absorver, nos deparamos com a encruzilhada! A fronteira entre as travestis e mulheres trans com deficiência e a cultura hegemônica, branca e heteronormativa. Para SILVEIRA (2018, p.18) “os corpos das mulheres transexuais e travestis ‘incorporam’ o controverso diante da lógica binária, que estabelece que a verdade dos sujeitos se encontra em um corpo primordialmente biológico.”. Por outro lado, os corpos com deficiência rompem com o padrão universalizado perante um modelo corporal hegemônico. Diante dessa descolonização dos conceitos, quais são as possibilidades

de cruzar essas fronteiras de valores culturais arraigados pela classe dominante?

Anzaldúa (1987) discute em seu livro autoetnográfico “*Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*” sobre o cruzamento das fronteiras através dos valores culturais e espirituais e, que o “contrapositionamento” perante as classes hegemônicas pode nos levar aos conflitos sociais que, muitas vezes, desencadeia na violência. A proposta é criar e/ou desenvolver uma tolerância as contradições culturais.

Contudo, não é suficiente se posicionar na margem oposta do rio, gritando perguntas, desafiando convenções patriarcais, brancas. Um ponto de vista contrário nos prende em um duelo entre opressor e oprimido [...]. O “contrapositionamento” brota de um problema com autoridade – tanto externa como interna – representa um passo em direção à liberação da dominação cultural. Entretanto, não é um meio de vida. A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a uma nova consciência, teremos que deixar a margem oposta [...]. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir. (ANZALDÚA, 1987, p. 705-706).

Estamos em uma encruzilhada entre atravessar a fronteira aos gritos ou propor um diálogo contra hegemônico ou ainda, cruzar a fronteira rumo a um novo território. As possibilidades estão abertas!

Uma galinha está sendo sacrificada numa encruzilhada, um simples monte de terra Um templo de lama para *Exu*, *Yoruba* deus da indeterminação, que abençoa sua escolha por um caminho. Ela inicia sua jornada (ANZALDÚA, 1987, p. 707).

Esse discurso trouxe ainda mais inquietações, urgência de existir e evidenciar as vozes esquecidas. Para legitimar e corroborar com a produção de insurgências contra o modelo dominante, as falanges de *exus*

abrem caminhos para Audre Lorde (2019) que escreve sobre a importância de transformar nosso silêncio em linguagem e ação e o enfrentamento do medo no que diz respeito ao desprezo, a censura ou julgamento, do reconhecimento, do desafio, da aniquilação e a visibilidade que esse enfrentamento traz ao se defrontar com forças hegemônicas que invisibilizam sujeitos subalternos enquanto categoria social e política. Romper o silêncio nos tira da invisibilidade e traz à tona nossa vulnerabilidade que, para Audre Lorde, “é a fonte de nossa maior força” (2019, p. 29).

Nessa direção, numa entrevista de Leandrinha Du Art fala que

[...] já saímos dos nossos quartos, já deixamos a escuridão dos nossos quartos. Já deixamos a dor dos nossos corpos dentro dos nossos quartos e agora a gente tá na rua. E agora se não bastasse estar na rua, eu quero ser ouvida, eu quero ser respeitada, eu quero ser entendida, enquanto particular, enquanto indivíduo [...]. (DU ART, 2019).

As travestis e mulheres trans com deficiência existem. De sua localização social buscam (re)existir e ressignificar suas falas. A alagoana Vanessa de Oliveira, militante PCD (pessoa com deficiência) e LGBT em seu perfil de uma rede social compartilha narrativas e subjetividades sobre a estigmatização, o pensamento normalizado da sociedade sobre a angelitude e infantilização das PCDs que inviabiliza e normatiza seu gênero e sexualidade e além disso, deslegitima mais de uma década de luta contra a sociedade eurocêntrica, heteronormativa e sexista. Enquanto mulher, lésbica e com deficiência questiona sobre onde estão as vozes e as contribuições das PCDs e a não representatividade no meio LGBTQ+ no que diz respeito ao reconhecimento enquanto mulher lésbica. Essas considerações se estendem ao feminismo no qual Vanessa de Oliveira indaga sobre a participação de mulheres com deficiências no movimento feminista, o direito de voz e pautas que precisam ser incluídas nesses movimentos, tais como violência doméstica (dificuldade para denunciar seus agressores), inclusão no mercado de trabalho, discriminação de gênero e igualdade de direitos. “São pautas que o feminismo precisa incluir e dar voz ao movimento PCD, que também faz parte de uma

minoria. Precisamos ser reconhecidas como mulheres que também sofrem com o machismo e com toda essa opressão” (OLIVEIRA, 2020).

O feminismo dá voz as mulheres trans com deficiência? É um movimento que acolhe e legitima as causas das PCDs?

Um manifesto feminista libertário, anticapitalista e em construção, é o manifesto do Feminismo 99% proposto por Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019). É um século permeado por muitas crises: social, econômica, política, ética, ambiental, cultural, de identidade, de pertencimento, de escolha e falta de escolha. Para as autoras, o capitalismo é a base de todas essas crises. O objetivo é atacar as raízes capitalistas que encoraja as mulheres a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora. Mulheres pobres e da classe trabalhadora, mulheres racializadas e migrantes, mulheres *queer*, trans e mulheres com deficiência envolvidas em um ciclone avassalador imposto pelas políticas neoliberais, que oprime, desconstrói e invisibiliza os direitos da classe subalterna enquanto categorias política, social e cultural. O feminismo para 99% busca uma transformação social profunda e de longo alcance

[...] é por isso que não pode ser um movimento separatista. Propomos, ao contrário, participar de todo movimento que combate a favor dos 99%, seja lutando por justiça ambiental, educação gratuita de alta qualidade, serviços públicos amplos, habitação de baixo custo, direitos trabalhistas, sistema de saúde gratuito e universal, seja batalhando por um mundo sem racismo nem guerra (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 31).

Para Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019), o feminismo só é um manifesto feminista se for 99%, um manifesto no qual as categorias de raça, gênero, classes são indissociáveis, ou seja, é um manifesto anticapitalista, antirracista, ecossocialista, antiLGBTfóbico.

No palco, o ambiente ainda tem um formato de reticências no ar. Não temos cenários e adereços, mas como figuração contamos com as nossas utopias e teorias, que buscam investigar a condição humana e adentrar em nossas histórias e memórias, ativando nosso espectro afetivo. As atrizes querem respirar! Um ar ainda carregado de toxicidade pe-

las normas coloniais e abismos sociais criados pelo neoliberalismo, porém, capaz de provocar forças para reivindicar o direito de ter voz, promover saídas emancipatórias, ressignificar identidades (raça, gênero ou de classe) e possibilitar visibilidade e representatividade *queer* desse grupo oprimido e marginalizado. Sobra um suspiro para cruzar as fronteiras.

Em nosso encontro teatral, em uma atmosfera na qual a arte, é desnudada, e ao mesmo tempo, é vista como uma possibilidade de ser um vetor representativo de nossos corpos, a autora, professora, teórica feminista, artista e ativista social estadunidense, bell hooks (2013) vem trazer alento e um pouco de respiro para nossas angustias e dores. Novamente, o encontro com a encruzilhada, as possibilidades de atravessamento da fronteira através da teoria e o pensamento crítico.

Cheguei à teoria porque estava sofrendo, a dor dentro de mim era tão intensa que eu não poderia continuar a viver. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, querendo entender o que estava acontecendo ao meu redor. Acima de tudo, cheguei à teoria porque queria fazer a dor ir embora. Eu vi, na teoria, um local para a cura. (hooks, 2013, p. 59).

Para bell hooks (2013), o pensamento crítico é o elemento primordial para a possibilidade de mudança. Sem a capacidade de pensar criticamente sobre nosso ser e nossa vida ninguém seria capaz de progredir, mudar, crescer. Sobre a pedagogia engajada, hooks (2013) relata que, a essência dessa abordagem ao aprendizado é o pensamento crítico. É através desse engajamento que permite, dentro e fora da sala de aula, criar um ambiente de possibilidades nos quais os alunos são capazes de desenvolver a consciência crítica de suas próprias escolhas. E é nesse campo de possibilidade que podemos trabalhar pela liberdade “[...] e exigir de nós e de nossas camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade e ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade” (hooks, 2013, p.273).

tua pele és cura.  
faça de seu corpo seu patuá. faça amolada em mesa de cetim. corte  
profundo. amuleto & não muleta.  
mate & morra.  
mate o macho branco senhor de engenho  
colonizador capataz.  
mate & morra em você,  
e sinta você também  
a força dos meus ancestrais.  
(MC Linn da Quebrada, 2020)

Corpos blindados pela desobediência de gênero, pelas dissidências sexuais, vamos romper barreiras, criar fissuras e tensionamentos nos muros e cruzar fronteiras com nossos corpos travestidos, mutilados ou tortos, através das ressignificações, visibilidades, empoderamento, narrativas, utopias, subjetividades. Faça de seu corpo seu patuá.

Anzaldúa em um momento de lucidez e delicadeza, escreve esse trecho em sua obra na qual podemos sentir seus conflitos enquanto *chicana*, lésbica, *queer* e feminista em um país hegemônico, sexista, racista, patriarcal

Como mestiza, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres (como uma lésbica, não tenho raça, meu próprio povo me rejeita, mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças). Sou sem cultura porque, como feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos, entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que conectam um/a ao/a outro/a e ao planeta (ANZALDÚA, 1987, p. 707).

Nossos corpos estão cansados! Dado por encerrado nossa gira teatral, saravando ao Tranca Ruas pela abertura de caminhos para a reali-

dade e as possibilidades de lucidez, consciência, sabedoria, conhecimentos tornarem-se amuletos para minimizar nossos sofrimentos e angústias. Um meio grito para um grito inteirado!

Vou pedir, ah eu vou pedir... para iluminar a minha rua, com a proteção de Ogum, e a proteção do meu mestre Tranca Ruas. Seu Tranca Ruas das Almas por quem eu tenho devoção, que me dê a sua força e a sua proteção...Com sua capa ele me cobre, na sua mão um punhal. Vem fazer justiça, para combater o mal. Com sua capa ele me cobre, na sua mão um punhal. Vem fazer justiça, para combater o mal...Laroyê Laroyê é mojubá. Eu vou pedir seu Tranca Ruas das Almas que ele nos dê forças para que possamos caminhar. Laroyê Laroyê é mojubá, eu vou pedir seu Tranca Ruas das almas que ele nos dê forças para que possamos caminhar!!!

## Referências

ARRUZZA, C.; BATHACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. 1. Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

ANZALDÚA, G. **Bordelands/La Frontera**: The New Mestiza. 1. ed. Estados Unidos: Editora Tia Lute Livros, 1987,

GGB - **GRUPO GAY DA BAHIA**. Disponível em: <<https://grupo-gaydabahia.com.br/>> Acesso em: 15 jul. 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir** – A Educação como prática de Liberdade. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LEAL, Dodi. **A arte travesti é a única estética pós-apocalíptica possível?** Pedagogias anticistêmicas da pandemia. Disponível em: <[https://www.academia.edu/43468120/A\\_arte\\_travesti\\_%C3%A9\\_a\\_%C3%BAnica\\_est%C3%A9tica\\_p%C3%B3s-apocal%C3%ADptica\\_poss%C3%ADvel\\_Pedagogias\\_antiCIST%C3%AAMiccas\\_da\\_pandemia](https://www.academia.edu/43468120/A_arte_travesti_%C3%A9_a_%C3%BAnica_est%C3%A9tica_p%C3%B3s-apocal%C3%ADptica_poss%C3%ADvel_Pedagogias_antiCIST%C3%AAMiccas_da_pandemia)> . Acesso em: 12 jul. 2020

LIMA, João. P.O. Para uma nova gramática do corpo. IN: DE JESUS, S. (Org). **Anais do VIII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e**

**Cultura Visual:** arquivos, memórias, afetos. Goiânia, GO: UFG/ Núcleo Editorial FAV, 2015.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de Fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SILVEIRA, Drielly.T.L. **Sob o signo da sereia:** a feminilidade na experiência de mulheres trans deficientes. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018.

# XII

## ENTRE ESCONDER E REVELAR: NOTAS SOBRE A PORNOGRAFIA EM BYUNG-CHUL HAN NOS FEMINISMOS E NA TEORIA QUEER\*

*Rafael Renato dos Santos*

A religião fez do corpo a prisão da alma e o inimigo de deus. Ele o chicoteou, amarrou, tentou purificá-lo pelo tormento e pelo fogo. Ela quis negá-lo, dominá-lo, sublimá-lo. A ciência transformou o corpo em um objeto anatômico, dissecou-o, dividiu-o em órgãos e funções, quis conhecê-lo e controlá-lo. O Estado liberal moderno fez do corpo um bem e uma mercadoria, uma responsabilidade e uma posse privada do indivíduo. Ele o disciplinou, normalizou, uniformizou. O capitalismo colonial fez do corpo uma força de trabalho, apagou-o, tomou-lhe não somente toda sua energia vital, como também todo seu poder de criação. Ele quis capturá-lo, comprá-lo, vendê-lo, rentabilizá-lo. O patriarcado transformou o corpo em forma de reprodução. Ele o estuprou, o engravidou. No neoliberalismo, esse corpo quebrado, devastado, expropriado, capturado... do qual toda força vital foi extraída, é ainda negado. Em seu lugar, um avatar suave é apresentado como uma imagem eletrônica compartilhada. Mas o corpo resiste. (PRECIADO, 2020)

### **Inquietações**

O ponto de partida desta escrita é o incômodo. Desconforto, sensação indiscriminada e percepção da ausência de saída num impasse provocado pela leitura de dois livros de Byung-Chul Han: *No enxame: perspectivas do digital* (2018) e *Sociedade da Transparência* (2017a). Posteriormente esta condição me levou a complementar a leitura com o livro *Agonia do Eros* (2017b), buscando entender e obter mais elementos para anali-

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.205-226

sar as proposições de Han acerca do que ele concebe como pornografia.

O que era uma leitura estimulante transformou-se numa busca pessoal por tentar compreender as formas como a pornografia e suas adjacências têm sido tratadas ao longo de diversos momentos da história da chamada civilização ocidental. Neste sentido, me é muito presente a sensação de caminho a ser percorrido, muito mais do que de chegada a ser comemorada. É deste lugar que gostaria de posicionar essa escrita – ainda carregada de questionamentos, mais do que de certezas, de incômodos, mais do que de descobertas.

Se realizarmos uma visada rápida nos antecedentes religiosos da cultura judaico-cristã ocidental que dominou hegemonicamente nossa história, veremos que a questão da nudez, do corpo e da pornografia constituíram o nó em torno do qual certos tabus se estabeleceram. Aliás, é certo que, como bem destacado por Freud, a instituição de tabus está no alicerce daquilo que convencionou-se chamar de civilização. Desta forma, convém assinalar aquilo que deve ser objeto de nossas preocupações se quisermos discutir as estruturas mesmas sobre as quais muitas sociedades se fundamentaram: a crítica aos tabus.

Fazer uma crítica dos tabus seria aquilo que Oswald de Andrade (1992) – adaptando os itinerários nietzschiano e freudiano – chamou de uma filosofia da Devoração e transformação do tabu em totem. Transcrevo sua citação para que a ideia possa ficar mais clara:

É preciso dar o passo de Nietzsche na direção do Super-homem. Atingir a filosofia da Devoração. A antropofagia. ‘Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos, de todas as religiões, de todos os tratados de paz.’ A transformação do tabu em totem. (ANDRADE, 1992, p. 286)

Aqui expressa-se a necessidade de uma transvaloração dos valores culturais a partir de uma proposta de “genealogia antropofágica” (COSTA, 2014, p. 74), ou seja, uma crítica sobre o valor dos valores compartilhados socialmente como referenciais da nossa cultura.

Parto desta concepção para analisar, a partir do discurso bíblico, como a questão da nudez foi incorporada como um tabu e terminou por ser estigmatizada, criando uma ampla área de tensão que constituirá nosso olhar carregado de tabus sobre o corpo, o sexo, a pornografia e a sexualidade. Convém ressaltar que a questão do tabu se complementa pelo que Foucault (2014) chamou de dispositivo de sexualidade, o qual estabelece suas operações por meio de mecanismos de relação negativa, instância da regra, ciclo da interdição, lógica da censura e a unidade do dispositivo.

Retornando ao discurso bíblico, retomo a passagem do Gênesis acerca da nudez de Noé, da descoberta desta nudez por um de seus filhos (Cam ou Cão dependendo da tradução) e a conseqüente maldição que recaiu sobre as futuras gerações de Cam por esta “transgressão” de ver a nudez de seu pai.

E os filhos de Noé, que da arca saíram, foram Sem, Cam e Jafé; e Cam é o pai de Canaã.

Estes três foram os filhos de Noé; e destes se povoou toda a terra.

E começou Noé a ser lavrador da terra, e plantou uma vinha. E bebeu do vinho, e embebedou-se; e descobriu-se no meio de sua tenda.

E viu Cam, o pai de Canaã, a nudez do seu pai, e fê-lo saber a ambos seus irmãos no lado de fora.

Então tomaram Sem e Jafé uma capa, e puseram-na sobre ambos os seus ombros, e indo virados para trás, cobriram a nudez do seu pai, e os seus rostos estavam virados, de maneira que não viram a nudez do seu pai.

E despertou Noé do seu vinho, e soube o que seu filho menor lhe fizera.

E disse: Maldito seja Canaã; servo dos servos seja aos seus irmãos.

E disse: Bendito seja o Senhor Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo.

Alargue Deus a Jafé, e habite nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo.

E viveu Noé, depois do dilúvio, trezentos e cinquenta anos. E foram todos os dias de Noé novecentos e cinquenta anos, e morreu. (BÍBLIA, 2001, Gênesis 9:18-29)

Esta passagem sucedeu a outra bastante conhecida, ainda em Gênesis, na qual Adão e Eva, ao comerem do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, obtiveram como consequência a “abertura dos olhos”, a percepção da nudez, a vergonha e a necessidade de cobrirem-se. (BÍBLIA, 2001, Gênesis 3:6-7)

Estes elementos se complementam com todas as proibições acerca da contemplação da nudez em suas mais variadas formas e contextos, extensamente prescritas em Levítico 18:1-30 (BÍBLIA, 2001), estabelecendo uma relação direta entre o fato de se ver a nudez e a associação deste olhar com a prática sexual. Nesta passagem ver alguém nu equivale a praticar sexo com esta pessoa.

O que notamos nestas três referências é o estabelecimento de uma interdição em torno da nudez e uma associação direta com as consequentes maldições por possíveis violações. No primeiro caso, a maldição foi colocada sobre a descendência de Cam, seu filho Canaã foi condenado (junto com sua posteridade) a servir como escravo das futuras gerações de seus tios (Sem e Jafé). Quanto a Adão e Eva, tiveram como consequência a maldição de Deus sobre a terra, a necessidade do trabalho árduo no cultivo de alimentos para sobrevivência e o acréscimo das dores do parto. Em Levítico, os transgressores sofreriam da contaminação da terra, a qual os vomitaria – em que consistia esse vomitar não é possível saber pela falta de elementos que explicitem esta questão no texto.

É possível verificar por meio destas narrativas a maneira como a nudez foi tratada como algo vergonhoso, como veículo de contaminação, como causa de maldição e, portanto, como tabu. É também este o lastro cultural que subjaz sobre o terreno moral que estabelece os limites da nudez e sua interdição. Desta forma, quando nos propomos a refletir sobre a pornografia e as questões que lhes são vizinhas, como é o caso da nudez, do corpo, do sexo, etc. estamos, de algum modo, esbarrando em estruturas que se sedimentaram ao longo de séculos de história

e que não são de simples apreensão. Daí a necessidade caminharmos com cautela sobre este terreno carregado de elementos.

Alguns contrapontos me ocorrem: Não seria a concepção de Han totalmente diferente das concepções tradicionais de pornografia? Não estaria ele compreendendo este termo para além da dimensão puramente física, restrita ao corpo e à sua nudez? Não seria um certo literalismo reducionista compreendê-lo desta forma?

A meu ver, ainda que ampliemos no plano filosófico a problemática da nudez, estendendo seus códigos, alargando suas proposições, seus contextos e diferindo das concepções tradicionais, de algum modo, sempre ressoará a materialidade de corpos nus e de práticas sexuais; por conseguinte, palavras mal-ditas em torno desta temática atuarão como “maldições” sobre corpos, práticas e sexualidades dissidentes que possuem na pornografia referências para seus desejos não normatizáveis. Inevitavelmente, as concepções filosóficas sobre a pornografia atingem a realidade concreta e tem suas repercussões sobre a vida comum, sobre as sexualidades e até mesmo sobre a política. Daí a necessidade de nos debruçarmos sobre alguns textos de Han para analisarmos suas premissas sobre a pornografia, mas também seus possíveis impactos extra-acadêmicos sobre a vida concreta.

Mais adiante, examinarei a questão das distorções da compreensão da pornografia, as apropriações pelo discurso conservador e as consequências disso para sua possível potência política e artística.

## **Han pornográfico**

[...] não vamos cair nas suas armações metafísicas. Nós vimos Matrix, vivemos em Matrix ou no mundo real, tudo bem se não conseguirmos distinguir um do outro, e, para nós dá na mesma que nos massacrem em Matrix ou no mundo real. (VIDARTE, 2019, p. 146)

Antes de abordar o conteúdo das três obras de Han mencionadas no início do texto, gostaria de tecer algumas considerações sobre a forma

como sua escrita se apresenta, seu estilo e a maneira como trabalha sua argumentação.

O pensamento de Han compõe-se de maneira constante por pares de opostos que constituem a realidade, disposta de maneira quase sempre dicotômica. Algumas destas composições expressam-se por meio dos termos: positividade x negatividade; valor cultural x valor expositivo; pensamento x cálculo; processador x procissão; informação x saber; camponês x caçador; sujeito x projeto; teoria x dados; vivência x experiência; barulho x silêncio; o outro x o igual; etc.

Chama atenção estas oposições, pois remete ao sistema binário e ao universo digital e dos algoritmos, justamente os principais alvos das críticas de Han. Seria uma maneira intencional de produzir um desconforto no leitor, exatamente como este tipo de sociedade incomoda o autor?

Suas frases contundentes quase deixam transparecer um estilo aforismático que lembra em muitos aspectos as impactantes sentenças de Nietzsche, tão polêmicas quanto brutais. De certa forma, Han nos impele à reflexão por seu modo de filosofar por golpes – não de marteladas – mas por golpes de lâminas afiadas cujo gume divide, separa, provoca discernimento (em latim, instrumento que separa). Sua filosofia nos auxilia a distinguir a realidade por meio de sua separação em elementos opostos. No entanto, há neste método, uma forma de produzir conhecimento que é bastante característica do raciocínio que compõe as ciências modernas, cujo rigor taxinômico marcou profundamente a história do pensamento. Falamos aqui de influentes correntes filosóficas e epistemológicas que serviram de base à produção científica através das obras de Descartes, Bacon, Newton, Kant, Comte, entre outros e que consolidaram um paradigma hegemônico de sujeito e de conhecimento. Este paradigma concebeu uma divisão hierárquica do mundo em pares opostos que favoreceram o desenvolvimento de uma parcela considerável da ciência positivista, a saber, sujeito-objeto; natureza-cultura; ciência-misticismo; etc.

Neste sentido, o sujeito do conhecimento hegemônico que se consolidou possui como características quase invariáveis ser homem, branco, europeu, cristão, heterossexual e que produz uma realidade estável, com suas instituições e sua moral que segue “iluminando” o mundo

com sua ciência tão inabalável quanto messiânica. Este sujeito que divide o mundo em pares opostos, julgando separar a realidade para conhecê-la – e também dominá-la – será o mesmo que dividirá o mundo em verdade e mentira, em sagrado e profano, em cidadão e estrangeiro, em superior e inferior, em moral e imoral, produzindo exclusões e hierarquias sobre o próprio mundo e sobre o que é cognoscível. Questionar este estado de coisas e verificar nestes esquemas de organização do conhecimento, que partem de oposições antagônicas que se traduzem em opressões concretas na realidade social, constituiu a luta e os engenhos das epistemologias feministas. É no esteio destas inquietações que buscamos recorrer às(os) autoras(es) do feminismo e da teoria queer para fazer face às proposições de Han repensando-as, contrapondo-as e reiterando-as de igual modo, quando assim nos for permitido.

Não se trata de assumir uma posição contrária a todo pensamento de Han. Como dito no início, estabelecemos apenas alguns apontamentos acerca da forma como concebe a questão da pornografia com o objetivo de perceber as possíveis implicações deste raciocínio sobre as questões relativas ao campo das sexualidades dissidentes, das potências políticas e libertárias, isto é, não normativas, dos corpos, da nudez, das práticas sexuais não hegemônicas e da própria pornografia.

Sob a perspectiva de Han (2017a), vivemos em uma sociedade exposta que substituiu o valor cultural das coisas e do mundo, pelo valor expositivo. Nesta sociedade, há uma demanda por transparência, por eliminação de toda negatividade, de todo obstáculo à apreensão total da realidade. Em todos os domínios da vida se espraia a necessidade de tornar tudo acessível aos olhos, aos dedos e à posse, como se houvesse uma exigência por transformar o mundo em mercadoria.

De acordo com o autor, com a rápida ascensão das tecnologias e da mídia digital passamos por transformações decisivas em nosso comportamento, nossa percepção, nossa sensação, nosso pensamento, nossa vida em conjunto. (HAN, 2017a).

Este processo seria responsável pela emergência daquilo que Han chamará de sociedade da transparência, na qual a profusão digital, a aceleração do pensamento, a manipulação dos dados que produzimos, a perda da distância, a excessiva produção de informações, entre outros fato-

res, produziria um determinado sujeito que se explora, se exhibe, se esgota e se impõe o desempenho como forma de vida. (HAN, 2018).

Esse “sujeito depressivo-narcisista” (HAN, 2017b, p. 10), incapaz de reconhecer e de lidar com a dimensão negativa do outro, com a coletividade, com a temporalidade desacelerada, habita um mundo carente de eros, sem fantasia, um mundo de possibilidades ilimitadas, no qual o amor não tem vez (HAN, 2017b).

É deste lugar que Han tece suas análises, ou melhor, desfere seus golpes sobre a pornografia, concebendo-a em diversos momentos, mas sempre com uma tonalidade oposta de maneira desfavorável, danosa, nociva frente ao eros, ao amor e à sedução do outro (HAN, 2017b).

Através destas compreensões, o filósofo acrescenta que

A pornografia serve ao *mero viver exposto*, é o exato contraposto de eros. Ela aniquila a sexualidade. Neste sentido, é muito mais efetiva que a moral [...]. A pornografia tira sua força de atração da ‘antecipação do sexo morto na sexualidade viva’. O obsceno na pornografia não reside no excesso de sexo, mas no fato de não ter sexo. A sexualidade não se vê ameaçada por aquela ‘razão pura’ que evita o sexo, antiprazerosamente, como algo ‘sujo’, mas pela pornografia; a pornografia não é o sexo em espaço virtual. Mesmo o sexo real se transforma hoje em pornografia.

A pornografização do mundo se realiza como sua profanação. Ela profana erotismo. (HAN, 2017b, p. 55 itálico do autor)

Ainda que no espaço delimitado pelo capital, pelo neoliberalismo e pela compreensão que todas as dimensões da vida foram ocupadas pela ideia de consumo e mercadoria, é possível perceber que há uma premissa bastante contundente de desabono da pornografia, elencando-a como aquilo que aniquila a sexualidade, o sexo, profanando a dimensão do erotismo.

É esta visão de desacordo frente a pornografia no âmbito do capitalismo que vemos manifesta em outra passagem que carrega certa similaridade, ao afirmar que “O capitalismo acentua a pornografização da sociedade, expondo tudo como mercadoria e voltando-o à hipervisibilidade. O que se busca é a otimização do valor expositivo, sendo que o ca-

pitalismo não conhece nenhum outro uso da sexualidade.” (HAN, 2017a, p. 59).

Ora, será apenas o capitalismo que determina o uso das coisas, dando-lhes um sentido unívoco? Também as pessoas e suas relações, ainda que sob o capitalismo, não seriam capazes de produzir outras significações, divergências de sentido e subversões?

Penso que se não fosse assim, não teríamos práticas que subvertem a norma, que provocam quebras e rupturas, as quais Preciado (2010, p. 53) chamou de “falhas, descontinuidades, interstícios ou dobras de subjetivação desviante.”

Mas sigamos nas compreensões de Han acerca da nudez, da pornografia e do erótico.

A tensão erótica não surge da permanente exposição da nudez, mas da ‘encenação de um focar e desfocar’, como também a *negatividade* da ‘interrupção’, que concede brilho à nudez. Já a positividade da exposição da nudez desvelada é pornográfica, pois falta-lhe o brilho erótico. O corpo pornográfico é *raso*, não é *interrompido* por nada. A interrupção cria uma ambivalência, uma ambiguidade. Essa *imprecisão semântica* é erótica. Assim, o erótico pressupõe a negatividade do mistério e do ocultamento. Não existe erotismo da transparência. É precisamente onde desaparece o mistério em prol da exposição e do desnudamento total que começa a pornografia. Ela é marcada por uma positividade penetrante, incisiva. (HAN, 2017a, p.60, itálicos do autor).

O que chama a atenção nestes pressupostos de Han é sua perspectiva de que a pornografia – pela hiper-exposição da nudez, pela super-iluminação que provoca sobre o corpo, tornando-o em algo transparente, sem mistério, desvelado e em contato imediato com os olhos – produziria uma falha no processo de focar e desfocar, uma ruptura na dinâmica entre esconder e revelar, o que seria uma afronta direta a necessária aura que confere aos objetos seu valor cultural, seu valor de culto, a manutenção de sua negatividade.

De certa forma, o que Han defende em sua crítica a pornografia é a existência de regiões não passíveis de serem imediatamente acessíveis aos olhos e, portanto, passíveis de serem submetidas à exposição.

Em sua discussão sobre pornografia é recorrente a discussão de Han com Agamben, principalmente no que se refere ao conceito de “dispositivo teológico” (HAN, 2017a, p. 53 e 56; HAN, 2017b, p. 58) e também aquilo que Agamben chama de “signatura teológica” (HAN, 2017a, p. 60). Estes conceitos, seriam responsáveis por denunciar uma certa visão sobre a nudez, o corpo e a própria pornografia com um lastro na religião e na moral teológica.

As análises de Han sobre os pressupostos de Agamben envolvem desde convergências sutis à críticas ásperas, chegando a dizer que os exemplos que este último utiliza para descrever o conceito de profanação “são mesquinhos e estranhos.” (HAN, 2017b, p. 57).

Neste sentido, é possível perceber certo estranhamento entre o filósofo coreano e Agamben, principalmente pelo fato de que este último possui uma perspectiva de destituição do dispositivo teológico para que se possa compreender a pornografia, a nudez, o sexo e o erotismo de maneira menos impregnada de um fundo moral, ritualizado e envolto numa aura teológica.

As discordâncias com Agamben são variadas e explicitam esta percepção de Han de que estamos vivendo em um mundo cada vez mais secular, de desritualização, dessacralização e de exposição veloz da nudez e, portanto, da pornografia, tornando esse mesmo mundo “cada vez mais desnudo e obscuro” (HAN, 2017b, p. 61).

Ao que parece, pelas discussões que Han estabelece com as proposições de Agamben, há uma tensão entre uma tendência a perceber a necessidade de trazer para o uso comum as coisas e objetos antes sacralizados e de secularizá-los, desfazendo o núcleo religioso daquilo que era reservado a certos espaços – perspectiva de Agamben – e, uma outra tendência em manter o valor cultural, a baixa exposição, o acesso restrito às imagens tidas como pertencentes ao universo do privado, do reservado, do mistério e do velamento – perspectiva de Han.

Como dito, em diversos momentos em que a pornografia está em pauta, há um diálogo e uma contraposição deste último à percepção mais

aberta Agamben, o qual vislumbra certa possibilidade de experimentação e erotismo por meio de um acesso menos teológico à questões como a da nudez e da pornografia.

O Agamben apresentado aqui é aquele discutido e repensado por Han. Considero honesto e necessário que se faça uma leitura mais detida sobre a obra de Agamben para que possamos perceber de maneira mais clara estas aproximações e distanciamentos entre ambos os filósofos.

Vejamos uma provocação última frase de Han sobre a pornografia, onde encerra o capítulo homônimo.

A desritualização do amor se realiza na pornografia. A profanação de Agamben dá impulso, inclusive, ao processo atual de destruição de ritos e à pornografização do mundo, colocando em suspeita espaços rituais como se fossem formas de coerção da separação eletiva. (HAN, 2017b, p. 62).

O que Han contesta aqui é um pensamento que coaduna com a retirada daquilo que deveria estar reservado aos espaços exclusivos, longe da exibição, velados pelo manto do mistério que confere um valor cultural, uma sacralidade. O que percebo é que, de certa forma, Han defende que se mantenha uma distinção entre os espaços públicos e privados, entre o social e o pessoal, uma distinção entre o que deveria pertencer a esfera pública e o que deve permanecer na esfera privada. Em outras palavras, o pornográfico seria aquilo que não deveria estar na cena (obs-ceno), aquilo que, ao ser exposto, cumpre o papel desejado pelo capitalismo (atolado no digital) convertendo-se em mercadoria, em objeto de exposição e de consumo.

Mas seria apenas esta a função da pornografia, ainda que no mundo dominado pelo capitalismo? Quais outras possibilidades estão contidas sob ela e que podem ser, de algum modo (artístico ou político ou ambos) resgatadas? É possível pensar uma outra condição para o corpo nu, exposto, para este corpo pornográfico, que não seja apenas a de ser uma versão fraca frente ao mundo do espírito, do sagrado e do decoro? Será que a exposição, em vez de tudo revelar, tudo esconde? Será que ela, fazendo-nos acreditar que o que se vê é tudo o que se pode apre-

der, não prega em nós uma peça? Em sociedades cuja invisibilidade de diversas causas ainda perdura; em lugares que preferem fechar os olhos para muitas exclusões, injustiças, violências, não seria necessária uma nudez pornográfica para fazer ver o que se nega, que se rejeita e o que se oprime?

Ao expor de maneira tão intensa suas considerações sobre a pornografia, o que Han desperta em mim é o desejo de explorar este universo, perscrutar seus pressupostos, seus elementos, sua manifestação e suas potencialidades. Ao desnudar a própria pornografia e expô-la conceitualmente em suas possíveis fragilidades, Han também a faz parecer transparente, unívoca, cristalina, positiva. Eis o paradoxo da pornografia [...].

## **Olhares feministas e queer**

O sexo é considerado culpado até que se prove sua inocência. Praticamente todos os comportamentos eróticos são considerados maus a menos que se estabeleça uma razão específica para isentá-los. As desculpas mais aceitáveis são o casamento, a reprodução e o amor. (RUBIN, 2017, p. 82)

Apesar de todas as questões relacionadas à pornografia – e polêmicas nunca lhe faltaram – tem sido consensual a compreensão de que sua discussão, seu acesso, sua difusão ou até mesmo seu estudo sempre foram vistos de forma estranha.

De igual modo, a percepção dos malefícios da pornografia sempre esteve presente nos debates, desde aqueles moralistas que produzem o pânico moral, por meio de subterfúgios na teologia, na criminalização por meios jurídicos ou na patologização por parte da medicina e da psiquiatria.

Diversos autores sob diferentes perspectivas já apontaram todas as tentativas de reprimir ou de produzir sexualidades normatizáveis. A este respeito, a obra de Preciado (2017) “Manifesto contrassexual” constitui uma demonstração bastante original desta tentativa de mapear os processos, dispositivos e tecnologias através das quais os corpos, desejos,

o gênero e as práticas sexuais foram organizados ou desorganizados ao longo de diferentes épocas.

Embora tenhamos avançado de forma considerável nestes campos, ainda paira sobre a pornografia certa restrição quanto a sua discussão e seu estudo, que ainda guardam resquícios de exclusão e de interdito.

Paralelamente, a indústria pornográfica tem proliferado suas produções seja no meio profissional, seja através de produções independentes ou até mesmo caseiras. Produção e consumo seguem na clandestinidade, pois carregadas de estigmas e associações arbitrárias com degenerações psíquicas, morais ou sociais.

Estas posições em torno da pornografia ficam definições de Nogueira, Oliveira e Pinto (2010, p. 375)

O termo “pornografia” inscreve-se, ainda hoje, numa imensa ambiguidade discursiva, sobremaneira influenciada por tradicionais representações científicas e institucionais muito poderosas. A sua (in)definição tem privilegiado o reforço de categorias reguladoras da ordem estética e moral, acabando por re-velar – ou seja, ocultando de novo – os conteúdos sexualmente explícitos que pretende descrever (ou, [...] prescrever). A coisa pornográfica é socialmente construída sobre uma monolítica arquitetura de dicotomias: ela é o referente máximo da “cultura do lixo”, “comercial” e “ofensiva”, por oposição à cultura “erudita”, do “bom gosto” e da “normalidade”. [...]

É neste terreno complexo e carregado de elementos que buscamos compreender como a pornografia foi compreendida pelos feminismos e pela teoria queer, como forma de resgatar olhares diferenciados sobre este fenômeno, fazendo – quiçá – um contraponto às compreensões advindas de autores como Byung-Chul Han.

De certo modo, interessa perceber os usos e desusos possíveis da pornografia para que possamos escapar a lógica do tabu, da compreensão dicotômica e verificar quais implicações esta lógica teria para a realidade brasileira, em especial, para nossa realidade política de populações que compõem o espectro LGBTQIA+. Além disso, me pergunto: quais

potências residem na retomada da pornografia enquanto espaço de resistência e descontinuidade da norma e proliferação de dissidências?

Como Coelho (2009) e Preciado (2007) nos mostram, nos Estados Unidos da década de 1980, a pornografia tomou parte dos debates feministas e incitou diversas discussões que dividiram o feminismo entre feministas anti-pornografia/pró-censura e feministas pró-sexo.

Do lado do feminismo pró-censura, havia uma forte crítica à violência de gênero e às opressões política e sexual das mulheres por meio das produções pornográficas. Suas mais proeminentes defensoras eram Catherine Mackinnon e Andrea Dworkin, para as quais a pornografia contribuía para a objetificação das mulheres. A máxima deste grupo era sintetizada no *slogan* de Robin Morgan o qual dizia que “a pornografia é a teoria, o estupro é a prática<sup>1</sup>.” (PRECIADO, 2007, tradução nossa).

Estas concepções tiveram implicações sobre as mulheres, pois terminaram por novamente homogeneizar a categoria mulher, reforçando um certo essencialismo, além de colocar as mulheres na posição daquelas que apenas sofreriam as ações de forma passiva sem qualquer voz. (COELHO, 2009).

Preciado (2007) resgatará a memória de um fato ocorrido no Canadá, em que o discurso feminista pró-censura, cooptado pelas forças conservadoras, serviu de base para a aplicação de critérios feministas que estabeleceram a proibição de filmes pornôns apenas para as minorias sexuais, entre elas as lésbicas, enquanto a pornografia heterossexual não sofreu nenhuma restrição.

Do outro lado, as feministas se organizaram em 1981 a partir de Ellen Willis, a primeira a criticar o discurso anti-pornografia (abolicionista), reconhecendo que reivindicar a censura e a regulação do estado sobre a pornografia terminaria por reiterar o poder deste último sobre a sexualidade e suas representações. É com estes embates que Willis inaugurarà o movimento de feministas pró-sexo (COELHO, 2009).

De lá para cá, diversas foram as mutações pelas quais passaram os debates feministas em torno da questão da pornografia. Ademais, o surgimento da Teoria Queer contribuiu para os avanços sobre a questão

---

<sup>1</sup> No texto original: "la pornografía es la teoría, la violación la práctica" (PRECIADO, 2007)

do corpo e do prazer, em suas mais diferentes formas, como expressões de sexualidades que nem sempre se manifestam através da norma heterossexual. Neste sentido, teóricas e teóricos (Judith Butler, Michael Warner, Eve K. Sedgwick, Gayle Rubin, David M. Halperin, Teresa de Lauretis e Paul Beatriz Preciado) colaboraram para a compreensão de que o corpo e o prazer – enquanto dissidências e variações da norma – também podem ser reconhecidos como plataformas políticas de resistência.

É a partir do olhar de Preciado que o impasse entre pornografia e os debates feministas encontrarão uma outra leitura, ao destacar um “feminismo lúdico e reflexivo” (PRECIADO, 2007) que, escapando do meio acadêmico, encontrará na produção audiovisual, dos filmes pornô, dos documentários, dos quadrinhos lésbicos, do punk lésbico, dos pornô transgênero, uma forma de subversão das tecnologias sexuais presentes na pornografia para ultrapassar a visão dicotômica do feminismo pró-censura e do feminismo pró-sexo.

Assim, a pornografia aparece como plataforma política ação e intervenção pública e resistência aos códigos normativos da pornografia tradicional. À reapropriação deste espaço e a sua transformação em plataforma de contra-poder/sexualidade Preciado vai designar de políticas de multitudes queer. (COELHO, 2009, p. 35-36)

Esta posição de Preciado, não deixa de reconhecer que a pornografia é uma forma de tecnologia sexual e que, se não considerada em sua natureza biopolítica, tem suas repercussões na manutenção de sexualidades normativas e do controle do corpo-sujeito.

O que chama a atenção é a perspectiva de que não somos sujeitos assujeitados a discursos, tecnologias e sem possibilidades de agenciamentos outros que possam provocar as falhas diante das astúcias da matriz heterossexual.

Sem negar estas dimensões, Preciado reconhece que a forma mais potente de controle da sexualidade não é a proibição de determinadas práticas, mas a produção de diferentes desejos enquadrados em identidades sexuais, elevadas a categorias fixas reificadas.

Será preciso resguardar a possibilidade de desvio, de proliferação de diferenças para que também a capacidade de insurreição apresente seus esquemas, pois: “Ainda que as tecnologias de controle produzam posições de sujeito-corpo, também esse sujeito-corpo resiste à normalização, produzindo falhas nestas tecnologias.” (PRECIADO, 2010, p. 55).

Para finalizarmos estes apontamentos sobre a pornografia, será preciso recorrer ainda mais um pouco a Preciado, que nos indica que caminhos e potências, ultrapassando as ambiguidades dos discursos sobre pornografia.

Este novo feminismo pós-pornô, punk e transcultural nos ensina que a melhor proteção conta a violência de gênero não é a proibição da prostituição, senão a tomada do poder econômico e político pelas mulheres e as minorias migrantes. Do mesmo modo, o melhor antídoto contra a pornografia dominante não é a censura, senão a produção de representações alternativas da sexualidade, feitas desde visões divergentes da visão normativa. Assim, o objetivo destes projetos feministas não seria tanto liberar as mulheres ou conseguir sua igualdade legal como dismantelar os dispositivos políticos que produzem as diferenças de classe, de raça, de gênero e de sexualidade fazendo assim do feminismo uma plataforma artística e política de invenção de um futuro comum<sup>2</sup>. (Preciado, 2007, tradução nossa)

## Do tabu ao totem

A cultura popular é permeada pela ideia de que a variedade erótica é perigosa, doentia, depravada, e uma ameaça a tudo que existe,

---

<sup>2</sup> Texto original: “Este nuevo feminismo posporno, *punk* y transcultural nos enseña que la mejor protección contra la violencia de género no es la prohibición de la prostitución sino la toma del poder económico y político de las mujeres y de las minorías migrantes. Del mismo modo, el mejor antídoto contra la pornografía dominante no es la censura, sino la producción de representaciones alternativas de la sexualidad, hechas desde miradas divergentes de la mirada normativa. Así, el objetivo de estos proyectos feministas no sería tanto liberar a las mujeres o conseguir su igualdad legal como dismantelar los dispositivos políticos que producen las diferencias de clase, de raza, de género y de sexualidad haciendo así del feminismo una plataforma artística y política de invención de un futuro común.” (Preciado, 2007)

desde crianças pequenas até a segurança nacional. (RUBIN, 2017, p. 84-85).

Desde o início deste texto, tenho pensado em como compreender este universo tão escorregadio da pornografia, seja pelo viés semântico, emergente da filosofia de Byung-Chul Han, seja pela noção de seu lastro moral e/ou teológico, constituindo tabus através dos quais as sociedades se estruturam ou ainda, por meio da leitura queer e feminista de que é possível abrir outros caminhos menos dualistas, mais híbridos de consideração do corpo, da nudez, da pornografia, sem esquecer que há um campo de constantes disputas – das mais variadas – imperando sobre a sexualidade.

Neste sentido, dar à pornografia um tom de oposição inferiorizada frente ao que seria o modelo hegemônico ideal de eros, de amor, de erotismo, etc. não me parece uma figura produtora. Estes debates já aconteceram nas ambiências feministas da década de 1980 e restaram, de alguma forma ampliados, ultrapassados.

O erotismo, o amor, o eros e a pornografia não estão necessariamente, isto é, por definição, de forma pré-reflexiva, em oposição. É preciso que ainda me detenha com cuidado sobre estas categorias, mas, de partida, sem uma premissa binária e hierarquizante. Explico as razões disso.

No ano de 2008, a Câmara dos Deputados por meio da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, realizou um seminário intitulado “A influência da pornografia nos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008). A reunião está gravada na íntegra e contou com a presença de pastores evangélicos, pastores-políticos, políticos e representantes de movimentos conservadores, entre eles uma psicóloga defensora da chamada “cura gay”. Este evento foi um verdadeiro show de atrocidades.

A pornografia foi arbitrariamente e desonestamente associada e classificada como:

1. Um caminho inevitável para práticas de crimes sexuais e crimes contra a vida, como o homicídio (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 2 e 4);
2. Responsável pela extinção das civilizações incas, maias e astecas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 13);
3. Um problema de saúde pública (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 30);
4. Piores formas de vício, equivalendo-se ao vício em substâncias psicoativas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 6);
5. À estimulação sexual precoce, promovida através do que chamaram de “passeata gay” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 31);
6. Morte física, emocional e espiritual (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 34);
7. Estímulo à homossexualidade, citando e distorcendo um artigo publicado na Revista de Estudos Feministas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 34-35), entre outras barbáries.

Gostaria de lembrar também outro pandemônio envolvendo a proibição da exposição do Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira, sediada na cidade de Porto Alegre no ano de 2017. Segundo Mendonça (2017), a exposição contava com obras de arte de “grandes nomes como Adriana Varejão, Candido Portinari, Fernando Barril, Huldinilson Jr., Lygia Clark, Leonilson e Yuri Firmesa.

Sob acusações de pedofilia, de zoofilia e de vilipêndio religioso, contrariando todas as leis de liberdade de expressão, a exposição foi encerrada devido a fortes pressões conservadoras de diversos seguimentos da sociedade brasileira.

Diante de todas estas questões elencadas, resta a compreensão que a pornografia, o corpo, o sexo e a sexualidade são campos de disputas (discursivas, políticas). De igual modo, estes campos precisam ser habitados, ocupados para que uma perspectiva reacionária, autoritária e repressora não estabeleça seu discurso e seu poder.

Daí a necessidade de nos atermos aos riscos da condenação à pornografia, assumindo uma postura totalmente contrária ou até mesmo negligente diante dela, seja no plano acadêmico, na militância

LGBTQTQIA+ e até mesmo nos feminismos. Precisamos recordar do caso do Canadá, citado por Preciado, juntamente com os olhos bem abertos para os movimentos de extrema direita, fascistas e reacionários do contexto brasileiro.

Os riscos e perigos de um discurso de oposição à pornografia, ainda que bem fundamentado e coerente do ponto de vista da construção teórica que propõe, para a realidade de um país como o Brasil, onde existe uma distorção deliberada e excessiva má-fé por parte dos setores políticos alinhados à teocracia neopentecostal, associando à pornografia ao abuso e ao cometimento de outros crimes contra a vida, tem como objetivo principal o controle biopolítico dos corpos e das sexualidades. No final das contas, esse é apenas um passo na direção do objetivo maior da bancada evangélica e de setores conservadores da sociedade brasileira, um passo rumo à criminalização das sexualidades dissidentes.

É preciso cautela, antes de estabelecer uma premissa dicotômica sobre a pornografia e todos os temas que lhes são vizinhos, pois nosso país apresenta certas peculiaridades e nossa sociedade possui um forte histórico colonial, de dominação religiosa e de opressão às diferenças que destoam da norma burguesa, branca, europeia, cristã e heterossexual. “Mas o corpo, resiste...” (PRECIADO, 2020)

Seria a realidade apenas inteligível por meio de sua fragmentação em dualidades? Seria apenas compreensível por meio de oposições lógicas? O que questiono é justamente a decomposição do mundo em pares, muitas vezes antagônicos, cuja demanda é sempre por um em detrimento do outro, pois por fim, um se estabelece sobre o outro de maneira hierárquica. Estas hierarquias no campo do conhecimento já protagonizaram diversos “epistemicídio” (CARNEIRO, 2005), diversas opressões, deslegitimação e condenaram muitos saberes populares ao obscurantismo, com consequências que vão da queima de bruxas em fogueiras à queima e derrubada das florestas amazônicas na atualidade.

## Referências

ANDRADE. O. de. **Estética e Política**. São Paulo: Globo, 1992. (Obras Completas de Oswald de Andrade).

BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**. Tradução: João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Seminário**: A influência da pornografia nos casos de abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes. Documento digital. 06 Nov. 2008. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/08/seminario-sobre-influencia-da-pornografia-no-abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-na-camara-dos-deputados.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005.

COELHO, S. **Por um feminismo queer**: Beatriz Preciado e a pornografia como pre-textos. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 20, p. 29-40, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602009000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602009000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 24 jul. 2020.

COSTA, T. L. **O perfeito cozinheiro das teorias deste mundo**: a antropofagia ensaística de Oswald de Andrade. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HAN, B-C. **Agonia do Eros**. Tradução: Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017b.

\_\_\_\_\_. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução: Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

\_\_\_\_\_. **Sociedade da transparência**. Tradução: Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017a.

MENDONÇA, H. **Queermuseu**: o dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. *El País*. 13 Set 2017. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425\\_555164.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

NOGUEIRA, M. da. C.; OLIVEIRA, J. M. de.; PINTO, P. **Debates feministas sobre pornografia heteronormativa**: estéticas e ideologias da sexualização. *Psicologia: Reflexão Crítica*. Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 374-383, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722010000200020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722010000200020&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 jul. 2020.

PRECIADO, P. B. **Entrevista concedida a Jesús Carillo**. *Revista Poiesis*. n. 15, p. 47-71, jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Hino ao corpo**. Tradução: Luiz Morando. *RESISTA! Observatório de resistências plurais*. Disponível em: <<https://resistaorp.blog/2020/06/02/hino-ao-corpo/>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Contrassexual**. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017.

\_\_\_\_\_. **Mujeres en los márgenes**. *El País*. 02 jan. 2007. Disponível em: <[https://elpais.com/diario/2007/01/13/babelia/1168648750\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2007/01/13/babelia/1168648750_850215.html)>. Acesso em: 29 jul. 2020.

RUBIN, G. **Políticas do Sexo**. Tradução: Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2017.

VIDARTE, P. **Ética Bixa**: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. Tradução: Maria Selenir Nunes dos Santos e Pablo Cardellino Soto. São Paulo: n-1 edições, 2019.



# XIII

## GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DOS/DAS EDUCADORES/EDUCADORAS\*

*Cássia Cristiane Lopes de Almeida*

Este capítulo tem por objetivo problematizar as relações de gênero desenvolvidas na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica. Essas relações estão presentes nas práticas educacionais, as quais exercem um poder sobre os corpos e sobre as brincadeiras das crianças, estabelecendo diferenças masculinas e femininas.

Educadores e educadoras possuem concepções sobre o que é ser homem/menino, mulher/menina e quais atitudes/aptidões são necessárias para alcançar essas “feminilidades” e “masculinidades” esperadas pela sociedade, reforçadas pela igreja e reproduzidas na escola. Essas concepções são desenvolvidas histórica e culturalmente.

Nesse sentido, a escola tem um importante papel na liberação dos comportamentos estereotipados. Por isso, a importância da reflexão sobre as relações de gênero na Educação Infantil e alguns possíveis caminhos para educadores e educadoras desconstruam suas visões binária de gênero, possibilitando uma educação igualitária, que respeita a criança na sua construção identitária.

As relações de gênero são complexas na primeiríssima infância. Como falar de gênero na Educação Infantil?

Há pouco tempo, “[...] considerava-se que as pessoas só começavam a ser a partir de sete anos de idade, na escola obrigatória, para mais tarde serem capazes de fazer raciocínios “superiores” (GOULART. 2006 p.282). Pesquisas recentes mostram que nos últimos 30 anos passam a observar o que fazem as crianças quando estão em ambiente coletivo, organizado pela família, por adultos, por profissionais e educadores.

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.227-240

É o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e o movimento feminista que exige creches para dividir a educação dos seus filhos e filhas, articulados aos movimentos de esquerda e sindical. O movimento feminista não se restringiu apenas a defesa de seus interesses específicos e mobilizou-se a outros setores da sociedade, neste caso, iremos nos restringir neste texto, às discussões em torno da educação infantil.

Somente no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980 que surge o movimento de Luta por Creches (MLC), influenciado pelo movimento feminista, que apresentou reivindicações aos poderes públicos por direitos sociais e de cidadania.

Desde meados dos anos de 1970, no interior dos movimentos feministas, vêm identificando o papel da infância na construção da realidade social, analisando o nexo entre autonomia e dependência nas atuais modificações sociais de gestão do tempo, cotidiano, enfim, de fato dando a luz conhecendo a criança pequena na esfera pública, em suas múltiplas manifestações (GOULART. 2006 p.282).

Após o movimento feminista lutar pelo direito das mulheres trabalhadoras, luta-se, por conseguinte pelo direito das crianças, bem como pela educação anterior a educação básica, ou seja, a educação infantil. Promulga-se a constituição de 1988, que garante a educação de crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas. Posteriormente, mais um avanço, com a criação da LDB de 1996, que estabelece a educação infantil como primeira etapa da educação básica.

As crianças chegam à Educação Infantil e são tratadas como um “vir a ser”, ou seja, crianças que não pensam e quando pensam, pensam errado. São educadas por adultos que chegam às escolas com conceitos enraizados do que é ser homem/menino, mulher/menina e quais atitudes/aptidões são necessárias para alcançar essas feminilidades e masculinidades esperadas pela sociedade, reforçadas pela igreja e reproduzidas na escola.

Ao conceito de gênero cabe a tarefa de problematizar os significados do que é ser mulher e homem nos distintos contextos históricos. Ou seja, é útil para questionar o fato de que em nossa sociedade as explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres são fortemente qualificadas pelo sexo, com evidentes conotações biológicas. Tais explicações possuem forte intenção de produzir hierarquias que sustentem relações desiguais e de dominação no âmbito específico das relações sociais de gênero [...] (ALVARENGA, VIANNA. 2012 p.12).

Portanto, diante do exposto, nosso objetivo com essa pesquisa é identificar as questões de gênero na Educação Infantil, e quais caminhos para educadores e educadoras tratarem a todos e todas pelo princípio da igualdade.

## **As relações de gênero na escola democrática**

A escola é constituída por diferentes sujeitos. Dentre eles pais, mães, professoras, professores e crianças. Articula o direito das crianças, como os direitos trabalhistas dos pais e mães. É neste espaço que vivemos distintas relações de poder: gênero, raça, classe, idade. É o lugar onde:

Confrontam-se adultos – entre eles, professor/a, diretora, cozinheira, guarda, pai, mãe, secretário/a de educação, prefeito/a, vereador/a, etc. -; confrontam-se crianças, entre elas: menino, menina, mais velha, mais nova, negra, branca, judia, com necessidades especiais, pobre, rica, de classe média, católica, umbandista, atea, “café com leite”, “quatro olhos”, etc); e confrontam-se adultos e crianças – a professora e as meninas, a professora e os meninos, o professor (percentual bastante baixo, mas existente e com tendência a lento crescimento) e os meninos, o professor e as meninas, o professor e a mãe de menina[...] (GOULART. 2006 p.285).

Os resultados dos textos educacionais demonstram que crianças pequenas são capazes de múltiplas relações, são portadoras de histórias,

são produtoras de culturas, são sujeitos de direitos. A escola não tem respeitado essas diferenças, pois “todos os processos de escolarização sempre estiveram e ainda estão – preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de homens e mulheres” (Louro. 2000 p.60).

Divimary Borges (2017) diz que há uma inclinação a conservar um sexismo que perdura na sociedade, passando pelas famílias, que influenciam as crianças. Ela observou em sua pesquisa que as crianças reproduzem e produzem comportamentos de meninos e meninas. Que as características de meninos e meninas são dispostas de maneira binária, e que as crianças já percorreram um caminho social antes de chegarem à escola. Ela ressalta que o gênero é um constructo social, ou seja, meninos e meninas também constroem significados individuais de forma “flexível e plural”. Ressalta que a escola pouco se adequa as transformações sociais e estão submergidas numa visão normatizante e não abrem espaços para debates.

Na escola, as diversas áreas e disciplinas são produzidas sob a perspectiva masculina, heterossexual e deixam de fora os saberes e experiências, os problemas das mulheres e dos homossexuais. “As práticas cotidianas, os arranjos físicos, a distribuição espacial e temporal dos indivíduos também inscrevem e reafirmam, continuamente, as marcas das diferenças sexuais e de gênero” (Louro. 2000 p.68). Estes hábitos e comportamentos fazem parte do nosso cotidiano escolar.

Contudo, se respeitarmos essas manifestações e desejos individuais, não reforçando estereótipos, ofertando um ambiente de transformações, desconstruindo essas visões binárias, haverá melhores condições desses meninos e meninas serem livres para construir sua identidade de gênero.

## **Gênero na Educação Infantil**

Gênero, raça e classe necessitam ser compreendido no âmbito da história e da cultura, passando do determinismo biológico para a construção social. Segundo Guacira Louro, nossa formação no contexto filosófico do dualismo ocidental leva-nos a operar, em princípio, com uma

noção de uma separação entre corpo e mente (LOURO, 2000 p.60). Corrigem-se os corpos sempre que necessário para moldá-los às convenções sociais. Os corpos são avaliados, medidos e classificados, para que se tornem aptos, ajustados e produtivos. Um processo onde se reconhece e produz divisões e distinções. Afirmamos que o sujeito é isso ou aquilo.

Assumindo essa perspectiva determinista, supomos que as marcas são dadas e que sua presença (ou ausência) indica a identidade. E, assim, deixamos de problematizar sua inscrição nos corpos, isto é, deixamos de problematizar, exatamente as “marcas”. Esquecemos de indagar a respeito das razões por que certas características (um pênis ou uma vagina, a cor da pele, o formato dos olhos ou nariz) são tão especiais; deixamos de perguntar por que esses e não outros elementos (as orelhas, o tamanho das mãos ou dos braços, por exemplo) foram escolhidos como definidores de uma identidade sexual, de raça, étnica ou de gênero. Esquecemos que a identidade é uma atribuição cultural; que ela sempre é dita e nomeada no contexto de uma cultura (LOURO. 2000 p.62).

Sendo assim, compreendemos que os corpos podem ter mil significados, mil línguas, eles agem, falam e mudam, iludem e enganam. A “definição” sexual e de gênero são as primeiras questões lançadas ao indivíduo, “é difícil aceitar a incerteza, a fluidez, a pluralidade ou a inconsistência que os estudiosos e estudiosas culturais contemporâneos insistem em afirmar serem características das identidades na pós-modernidade” (LOURO. 2000 p.63).

As identidades de gênero são as várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade. Na teoria de estudos feministas, gênero e sexualidade são constructos sociais, culturais e históricos, mas quando se trata de sexualidade, essa formulação não é bem aceita. Estado, igreja, ciência – definem e delimitam os padrões de normalidade, pureza ou santidade. Contrapondo, expressam-se os movimentos sociais, liderados por feministas e por minorias sexuais, com outros discursos e outras concepções.

Refutando está a medicina, a biologia, que são supostamente imutáveis quando o tema é sexualidade, escapam da história e da cultura,

operam sob a ótica essencialista, que atribuem a origem da sexualidade a um impulso ou questão inata.

Afastando-se da perspectiva essencialista e determinista, admite-se que as formas de viver a sexualidade são influenciadas pelo meio cultural e histórico.

Linguagem, crenças, fantasias, códigos sociais, desejos inconscientes, atributos biológicos constituem a sexualidade, em combinações e articulações complexas. Tal como gênero, a raça ou a classe, a sexualidade também precisa ser compreendida no âmbito da história e da cultura (LOURO. 2000 p.66).

“No Brasil, operamos, explícita ou implicitamente, com uma identidade referência: o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão” (LOURO, 1998).

Essa supremacia branca, heterossexual, masculina e colonizadora estabelece normas, conceitos e revelam marcas de poder entre os sexos.

Compreendemos que o estado, a igreja, a ciência e até o vestuário infantil regulam comportamentos, condutas, revelam exclusões e pertencimentos, assim como inúmeras diferenças entre seres humanos, nos quais se incluem as diferenças de gênero.

Na escola, as diversas áreas e disciplinas são produzidas sob a perspectiva masculina, heterossexual e deixam de fora os saberes e experiências, os problemas das mulheres e dos homossexuais. “As práticas cotidianas, os arranjos físicos, a distribuição espacial e temporal dos indivíduos também inscrevem e reafirmam, continuamente, as marcas das diferenças sexuais e de gênero”. (LOURO. 2000 p.68) Estes hábitos e comportamentos fazem parte do nosso cotidiano escolar.

As questões de gênero estão presentes na Educação Infantil, em suas práticas educacionais. É exercido um poder sobre os corpos das e sobre as brincadeiras das crianças onde, de forma sutil as diferenças masculinas e femininas são colocadas em seus corpos.

Meninos e meninas desenvolvem características femininas e masculinas para atender as expectativas dos adultos, que desejam que isso ocorra. Estes estereótipos de gênero reproduzem comportamentos e se-

gregam, como exemplo: meninos brincam de carrinhos, meninas de bonecas.

Educadores que estão com esse preconceito enraizado desde a infância, produzem e reproduzem esses conceitos na escola, às vezes inconscientemente. Sendo assim, a criança é o reflexo do que este adulto trabalha em sala. Essas crianças são condicionadas a agir como menino e menina desde a primeira infância, pela sociedade, e pelos significados culturais a quais estão inseridas. A sociedade vai deixando marcas nestes infantes, sobre o que são masculinidades e feminilidades.

Na educação infantil, até mesmo os brinquedos constroem identidades infantis, produzindo ou reproduzindo identidades sexistas ou não.

Desde que nascem, as crianças vivenciam experiências sociais que são determinadas pelo fato de serem meninos e meninas. Os brinquedos vêm imbuídos de normas que definem o que é permitido e o que não é permitido para cada sexo, há um abismo que separa os “brinquedos fortes” destinados aos garotos, dos outros “brinquedos sensíveis” exclusivo de meninas (ROVERI. 2011 p.51).

Brinquedos e brincadeiras estabelecem o que meninos e meninas podem ou não podem fazer de acordo com o seu gênero. Não há trocas de brinquedos e nem de brincadeiras.

No livro *Em Faca sem ponta, galinha sem pé*, Ruth Rocha (1998) nos faz refletir sobre estas questões na infância.

Pedro implicava com a irmã por ela querer fazer coisas de menino, tais quais jogar bola, subir em árvore. Porém, ela tinha que se comportar como menina. Joana implicava com o irmão por ele, às vezes, ter “atitudes femininas”, como chorar por causa de um filme triste, ou ficar se olhando no espelho. Os dois sofriam cobranças de atitudes “correspondentes” com seu sexo por parte de seus pais, como: “menina tem que ser delicada, boazinha...” ou “Filho meu não foge! Volte pra agora e bata nele também. E vamos parar com essa choradeira! Homem não chora!

Um dia, tinha chovido muito e os dois, voltando da escola, passaram por debaixo do arco-íris e mudaram de sexo. E a situação se

complicou. Vocês não podem imaginar o rebuliço que foi na casa deles quando contaram o que tinha acontecido! Seus pais ficaram muito preocupados, principalmente com a situação de Pedro. Está bem que a gente vista o Joana de homem. Afinal, as mulheres hoje em dia só querem se vestir de homem. Mas como vestir a Pedra de mulher? Ao irem para a escola, no dia seguinte, Pedro, quer dizer, Pedra, que agora era menina, deu o maior chute numa tampinha de cerveja que estava no chão.

- Vamos parar com isso? – disse Joano. – Menina não faz essas coisas.

- E eu sou menina? – reclamou Pedra.

- É, não é?

- Ah, mas eu não me sinto menina! Tenho vontade de chutar tampinha, de empinar papagaio, de pular sela...

- Ué, eu também tinha vontade de fazer tudo isso e você dizia que menina não podia – reclamou Joano.

- Mas é que todo mundo diz isso – disse Pedra. – Que menina não joga futebol, que mulher é dentro de casa...

- Pois é, agora aguenta! Não pode, não pode, não pode!

Pedra descobre também as vantagens de ser menina, como poder demonstrar seus medos, seus choros, sua vontade de ver novela. Porém, a implicância entre os irmãos está cada vez maior, pois eles têm dificuldades em compreender tantas proibições. Depois de muito procurarem pelo arco-íris, muitas vezes em vão, até que um dia, depois de muita chuva, ele apareceu.

Joano e Pedra deram as mãos. E correram, juntos, em direção ao arco-íris. E, finalmente, perceberam que alguma coisa, novamente, tinha acontecido. Então riram, se abraçaram e começaram a voltar para casa. Então, Joana viu uma tampinha na calçada. Correu e chutou a tampinha para Pedro. Pedro devolveu e os dois foram jogando tampinha até em casa.

Comprendemos que meninos e meninas possuem suas particularidades e diferenças em suas ações e condutas, transgredindo regras que são estabelecidas por adultos.

Daniela Finco salienta que existem intensos esforços dos adultos para que as crianças desenvolvam uma identidade de gênero masculina ou feminina.

Se ser menina e ser menino fossem apenas construções biológicas, não seria necessário tanto empenho para defini-los rotineira e reiteradamente como tal. É perceptível que existem intensos esforços para que as crianças desenvolvam uma identidade de gênero feminina ou masculina – existe uma busca pelo desenvolvimento “normal” da masculinidade e da feminilidade. Há uma forte preocupação, na história dos estudos e comportamentos masculinos e femininos durante a infância, com a necessidade de uma clara identidade de gênero, por se acreditar na “maleabilidade das identidades das crianças” pequenas (FINCO. 2013 p.173).

A criança vai se constituindo nessas relações com esse adulto e tais concepções, conceitos e comportamentos, condutas distintas por sexo, são aprendidos de forma ‘natural’. Refletir sobre essa prática, é uma maneira não sexista de ensinar. Trabalhando com livres escolhas de brincados e brincadeiras espontâneas, e na contação de histórias não sexistas. A má escolha ou a não liberdade de escolhas pelas crianças, vão significando o modo de agir de meninos e meninas.

Louro afirma que a escola é parte importante neste processo. Seus estudos apontam para o modo como as instituições e suas práticas ensinam certas concepções, fazendo com que certas condutas e formas de comportamento, diferenciadas pelo sexo, sejam aprendidas e interiorizadas, tornando-se quase “naturais”, “Tal ‘naturalidade’ tão fortemente construída talvez nos impeça de notar que, no interior das atuais escolas, onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças, eles e elas, se movimentam, circulam e se agrupam de formas distintas”. (LOURO. 1997 p.56).

A escola tem um importante papel na libertação desses comportamentos estereotipados. É tarefa da Educação desconstruir essa concepção de gênero. Se estes preconceitos forem diminuídos, ou até mesmo

sanados, ajudará no desenvolvimento de todos e todas, pois sem sexismo haverá melhores condições de desenvolvimento infantil, para isso, políticas de combate às desigualdades de gênero e sexualidade precisam ser implementadas para que o exercício da cidadania seja garantido.

## **O papel dos educadores/educadoras**

Em muitas vivências escolares temos indícios de que não há muitas possibilidades de trocas, há controle maior dos adultos sobre as crianças, através da família, da sociedade, da escola, da igreja.

Certamente o cultivo dessa formação integral das crianças era constituído por concepções de gênero, sexualidade, classe social, raça, etnia, religião, geração. O aparato escolar sempre procurou manter uma severa vigilância em relação aos corpos infantis, priorizando, dentre outras coisas, a seriedade no fazer das tarefas escolares. As atividades lúdicas, voltadas para o prazer, foram incentivadas nos jardins como estratégia de controle e disciplinamento das crianças (FELIPE, 2000 p.128).

Muitos educadores chegam à escola com um pensamento dualista do que é ser homem/mulher, menino/menina, desenvolvido pelas relações vivenciadas no processo de constituição.

Na nossa forma usual de compreender e analisar as sociedades, empregamos um pensamento polarizado sobre gêneros: muitas vezes nós concebemos homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão (LOURO, 2000).

Torna-se importante que ações sejam implementadas na perspectiva da desconstrução dessas concepções, que existe um lugar fixo e “natural” para cada gênero (LOURO,1997). A escola não é neutra, os educadores não devem ser neutros. Ambos participam na construção das primeiras relações da criança, na educação infantil, na construção da identidade de gênero.

Discutir as questões de gênero na educação significa refletir sobre relações educacionais cotidianas, desconstruindo e redescobrimo significados. Significa questionar conceitos pré-concebidos, determinações que sutilmente permeiam nossas práticas. Discutir as relações de gênero é, antes de tudo, remexer e atribuir novos significados à nossa própria história.

Relacionar gênero e infância permite que possamos enxergar as múltiplas formas de ser menino e ser menina que as categorizações não nos deixam ver. Assim estaremos dando a esses meninos e meninas a possibilidade de serem eles mesmos e percorrerem novos caminhos, vivendo a infância com sua inteireza, em sua plenitude (FINCO, 2003, p.99-100).

A educação infantil busca incutir padrões de normalidade quanto ao desempenho das crianças, estabelecendo regularidades para orientar a prática dos educadores. Práticas que tem no sexo um critério para organização de tempos e espaços.

Práticas cotidianas das instituições de educação infantil, como a organização da fila e a distribuição das crianças nas mesas, mostram que a escola acaba por reforçar a separação entre meninas e meninos aos estabelecer dinâmicas de atividades baseadas em disputa de dois grupos (meninas e meninos). Assim, ao invés de proporcionar vivências que possibilitem a integração, acabam por rivalizá-los ainda mais (FINCO, 2013 p.176).

Essas regras classificam os indivíduos e criam comparações. Sendo assim, cada criança que transgride a “norma” é vista como um problema.

Por conseguinte, surge o princípio da igualdade na diferença onde homens/meninos e mulheres/meninas tenham as mesmas oportunidades para seu desenvolvimento pessoal, social, com iguais possibilidades de agir, pensar, ser e tomar decisões sobre a própria vida com a mesma dignidade.

Segundo Ana Lúcia Goulart (2006) “A superação da desigualdade, com certeza, passa pela educação desde a primeiríssima infância em espaços coletivos na esfera pública convivendo com as diferenças”.

## **Considerações Finais**

Os modos com que a Educação Infantil é planejada e organizada afeta as reflexões sobre gênero, contribui para que as crianças tornem-se seres completos, livres de preconceitos, e não limitem suas iniciativas e inspirações. Atitudes sexistas inibem manifestações infantis, como também a criatividade. Essas reflexões sobre questões de gênero na educação infantil possibilita uma educação igualitária, que respeita a criança na sua construção identitária. Um trabalho neste sentido pode combater atitudes preconceituosas e sexistas, oportunizando condições para o desenvolvimento do respeito à igualdade de gênero. Políticas públicas nessa perspectiva são fundamentais.

É fundamental a reconstrução dos espaços, deixando disponível e dando acesso a uma variedade e diversidade de brinquedos para que as crianças experimentem e conheçam diversos papéis, sem determinar comportamentos esperados para meninos e meninas, em função de seu sexo. O que implica compreendermos que todas as identidades são produzidas culturalmente.

Nosso papel enquanto educador/educadora é combater as desigualdades sociais. Quando assumimos essa posição política em falarmos em uma educação que promova a igualdade de gênero, não significa que estamos anulando as diferenças percebidas entre as pessoas, mas garantindo um espaço democrático, onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades, hierarquias ou marginalizações.

## **Referências**

ALVARENGA, Carolina Faria, VIANNA, Claudia Pereira. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: desafios para a compreensão

do uso do tempo no trabalho docente. **Laboreal**, v.3, n.1, p. 11-27, 2012.

FARIA, Ana Lucia Goulart. **Pequena Infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte.** Cadernos Pagu. 2006. p.279-287.

FELIPE, Jane. **Infância, gênero e sexualidade.** Educação e Realidade. 2000. p.115-131.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**, v.14, n. 3 (42), p.89-101, 2003.

\_\_\_\_\_. Encontro com as diferenças na educação infantil: meninos e meninas nas fronteiras de gênero. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas. v.31, n.61, p.169-184, 2013.

GELEDÊS Divimary Borges. **Relações de gênero na infância: a experiência em uma escola democrática.** 2017 Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/relacoes-de-genero-na-infancia-experiencia-em-uma-escola-democratica-por-convidadasos/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In. SILVA, L. H. (org.) **A escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1998

\_\_\_\_\_. **Corpo, escola e identidade.** Educação e Realidade. 2000. p.59-76.

ROCHA, Ruth. **Faca sem ponta galinha sem pé.** São Paulo: Ed. Ática, 1996.

ROVERI, Fernanda Theodoro. SOARES, Carmen Lúcia. Meninas! Sejam educadas por Barbie e “com” a Barbie. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p.147-163, 2011.

SOARES, Carmen Lúcia. ROVERI, Fernanda Theodoro. Entre laços, rendas e fitas, onde estão os botões? As roupas das crianças e a educação do corpo (década de 1950). **ArtCultura**, Uberlândia, v.15, n.26, p.153-168, 2013

VIANNA, Cláudia. FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, n. 33, p.265-283, 2009.

# XIV

## ENTREVISTA COM SHIRLEY PAIXÃO<sup>1</sup>

*Sandra Teixeira da Fonseca*

Foi numa tarde de sábado, no inverno de 2019, que cheguei à redação de TV em um dia comum de plantão jornalístico. Como de costume, imprimi a minha pauta sem saber o rumo de reportagem que teria naquele sábado. Sempre gostei de ser surpreendida pelas histórias que eu teria que contar, por isso costumava não perguntar aos produtores no dia anterior sobre as pautas do dia seguinte, gostava de me entregar às fortes emoções. A experiência me fez entender que num único dia de jornalismo as máximas de que “Tudo pode acontecer”, e de que, “O dia só acaba quando termina”, são realidades presentes.

Segui então, o ritual de me conectar com a pauta do dia. A proposta inicial no cabeçalho da pauta, trazida naquele papel sulfite já me apresentava um desafio. A pauta dizia: Boa tarde repórter, sua missão hoje é ir até a delegacia e convencer o delegado de plantão a te encaminhar até Shirley Paixão. Ela foi presa ontem após tentar matar o marido. Nossa tarefa é tentar que ela nos conceda uma entrevista para assim, “desenharmos” o crime brutal que aconteceu na Vila do Amor. A informação que temos até agora, é que ela tentou matar o marido e em seu depoimento disse uma frase que ninguém conseguiu interpretar até agora: “A confraria de mulheres é resistência! De tudo que li naquele parágrafo de pauta, eu só consegui fixar três palavras: Paixão, Amor e Resistência. Então, pensei instigada e emiti o efeito sonoro de meus pensa-

---

<sup>1</sup>DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.241-250

<sup>1</sup> Este capítulo é um ensaio ficcional resultante de um dos trabalhos da disciplina “Gênero e Diversidades Sexual no Contexto Escolar” do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED-So) da UFSCar, campus Sorocaba, ministrada pela Profa. Viviane Melo de Mendonça, em 2019. O trabalho consistia em fazer um ensaio sobre uma das personagens do livro *Insubmissas lágrimas de mulher* de Conceição Evaristo (EVARISTO,2011). Portanto, a entrevista relatada foi um modo imaginário de uma jornalista-educadora dialogar com a personagem Shirley Paixão do livro.

mentos que ecoou por toda a redação: “Neste plantão vou encontrar Paixão, Amor e Resistência”. Meu coração se abriu, sem lembrar-se de que o cabeçalho da pauta dizia que um crime brutal havia acontecido na noite anterior.

Paixão, Amor e Resistência acompanharam a mim e ao cinegrafista Valdo na saída da emissora de TV. Quando contei a Valdo a nossa missão do dia, ele, um homem branco, descendente de família portuguesa, que havia concluído há poucos meses a faculdade de fotografia em uma universidade tradicional do interior paulista emitiu um som já conhecido nos discursos dos opressores colonos: “Essas mulheres precisam de controle”. Nessa altura de nossa conversa a caminho da Vila do Amor eu já havia lido a pauta inteira para o Valdo. Por isso, ele já sabia que o tal crime “brutal” que estava abrindo o cabeçalho da nossa “ordem do dia”, havia sido “cometido por Shirley Paixão”. Sem mesmo chegar ao nosso destino e saber o que acontecera na noite anterior, Valdo rapidamente se apropriou do discurso que ele aprendera bem cedo com seu avô português e que já havia sido reproduzido também por seu pai e agora estava afiadíssimo na fala de Valdo, que inclusive já ensinara ao filho Pedro, de 3 anos em um caminho linear da tradicional família patriarcal: “Lugar de mulher é em casa, cuidando dos afazeres domésticos, se preparando para receber o marido todos os dias com jantar na mesa e sempre pronta para os “agrados carinhosos” de uma noite. Lugar de mulher não é fazendo revolução, resistência, imagine só tentar matar o marido, isso é uma afronta à nossa “classe”, nossa autoridade deve ser respeitada acima de tudo. Eu tenho certeza colega repórter, que o coitado do marido dessa assassina Shirley Paixão, não mereceu tal agressão que quase o levou a morte. Isso é coisa de mulher de “rédeas curtas”, será que eles têm filhos? Se tiverem, será que ela não pensou nos filhos? E a família como fica? Essa tal de Shirley Paixão não honrou a Deus”. Lá se foram 20 minutos de discurso, do desfecho e da culpa de uma história que o Valdo havia acabado de criar a caminho da pauta para legitimar sua identidade e se reafirmar no lugar do homem branco, de “família tradicional”, religiosa, que “entende” o “ideal” de família, de ser humano e da mulher, de forma universalizante .

Por enquanto, não questionei a fala de Valdo, porque algo em minha intuição feminina, dizia que a própria Shirley Paixão iria impactá-lo com sua fala em algum momento, se eu conseguisse aquela que poderia ser a entrevista mais marcante de toda minha vida.

Chegamos à delegacia e eu pensei rapidamente em uma estratégia para convencer o delegado Adolfo, que era novo na polícia, a me levar até a cela onde Shirley Paixão estava presa. Abri a porta e mirei aquele homem alto, branco, de bigodes e olhos azuis sentado na cadeira giratória daquele posto, que ele havia ocupado recentemente em um concurso público. Minha estratégia foi traçada a partir da ideia de que homens são muito vaidosos nesses postos de poder e precisam legitimar dia a dia o “seu” espaço. No caso do senhor delegado, imaginei que se talvez eu dissesse a ele que como repórter mulher, eu poderia obter mais informações na fala de Shirley Paixão sobre o tal “crime brutal”, ele poderia aceitar me levar até a cela, porque “teria” benefícios em seu trabalho de investigação também. Menti, porque eu jamais faria um pacto em detrimento dos segredos de uma irmã do universo, menti, porque mais uma vez, a minha intuição feminina me dizia que esse encontro com Paixão, Amor e Resistência seria essencial para levar a voz daquela mulher. Eu precisava me apropriar da arte da escuta para reverberar o projeto “Confraria de Mulheres”, criado por Shirley. A minha tentativa de união a Shirley Paixão estava lançada.

Após um olhar fulminante, onde as vísceras do senhor delegado Adolfo quase saltaram movidas por um êxtase da possibilidade de indiciar Shirley Paixão por assassinato, ele atendeu ao meu pedido.

Ao percorrermos o corredor fétido e gelado entre as celas da delegacia eu, mesmo vestindo casaco e cachecol, sentia muito frio, olhei para o cinegrafista Valdo e ele estava sem blusa sobre o argumento de que “Frio é coisa de “mulherzinha” e que homem tem sangue quente”. Mais uma vez ignorei o discurso de Valdo, mesmo sabendo que ao referir-se ao termo “mulherzinha”, ele queria dizer que mulheres são fracas e que homens são fortes, por isso, “mulherzinha”, seria um homem gay, que “perde” a força da masculinidade hegemônica, quando quebra os ciclos da heteronormatividade e heterossexualidade compulsória. Silenciei mais uma vez o meu entendimento ao discurso de Valdo, porque sentia

que a voz de Shirley Paixão representaria tudo o que eu gostaria de dizer para Valdo naquele dia.

## O Encontro com Shirley

Os portões da cela se abrem depois do delegado Adolfo sacar de seu bolso o molho de sete chaves para que chegássemos até Shirley Paixão. Avisto Shirley sentada em um cantinho no chão da cela, onde ela vestia apenas uma blusa e calça bem fininhas naquela tarde de inverno na gelada delegacia da Vila do Amor. Shirley tinha nas mãos um livro, seus olhos estavam envolvidos e percorriam as páginas como se buscassem alguma resposta. Eu me aproximo de Shirley e me apresento, ela se levanta e me dá um abraço afetuoso, mas olha assustada para o rosto do cinegrafista Valdo e do delegado Adolfo, como se seus olhos escondessem um medo da punição por parte deles, já que ela havia desafiado todas as relações de poder de um homem, em prol da libertação da confraria de mulheres. Mas, bastaram alguns minutos para eu entender, que medo é limitador de ação e que Shirley carregava mesmo uma vontade revolucionária de mudar a pirâmide social, aquela que mantém o homem branco no topo e constitui a mulher como o “outro” humano ou o “Segundo Sexo”, como a escritora feminista Simone de Beauvoir, ousou definir em seu clássico.

Quando anunciei à Shirley Paixão o motivo de eu estar ali, ela prontamente se dispôs a falar comigo e pediu que eu me sentasse ao seu lado. Nessa hora, eu sinalizei ao cinegrafista Valdo, que poderia começar a gravar sem muita formalidade, já que aquela entrevista estava se configurando muito mais para uma escuta livre, sem podas, sem julgamentos, uma escuta do “deixar falar”, do que um acordo entre a emissora de televisão e uma entrevistada em mais um plantão jornalístico policial.

Primeiro, fiquei curiosa em saber sobre o livro que Shirley Paixão lia quando chegamos à cela. Ela me mostrou a capa: “Insubmissas lágrimas de mulheres”, da escritora literária Conceição Evaristo, a quem Shirley confessa ter gratidão, assim como a uma mulher que conheceu no ônibus, quando levava sua filha Seni para a escola, que lhe presenteou com um outro livro da escritora. Desde então, Shirley Paixão nunca mais

havia deixado de se encontrar com os escritos de Conceição Evaristo. Shirley me conta que ela se reconhecia em uma das histórias daquele livro que a acompanhava na cela, mas lembra que foi fora dele que leu uma frase da escritora que a acompanha em todas as ações. Naquele instante começava nossa entrevista...

**Repórter:** Qual é essa frase que te move Shirley?

**Shirley:** “Eles combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer” (Respiro profundo, olhos em meus olhos). É por isso que estou aqui minha amiga repórter. Eu não aceito morrer, a não ser que seja de morte morrida do acaso. Eu não aceito que matem minhas filhas e nem que as violentem. Eu não aceito que nenhuma mulher nesse mundo morra, seja violentada fisicamente ou sexualmente. Eu não aceito que nos tratem como “o outro” indivíduo. Eu não aceito que nenhuma mulher seja submetida a abusos de autoridade. Eu não aceito que os homens subjuguem a nossa inteligência. Eu não aceito ser escravizada por nenhum homem branco e mulher de homem branco, que entenda que o preço do meu trabalho é medido pela cor da minha pele ou por meu gênero. Eu não aceito, que nós mulheres, ganhemos menos que eles trabalhando na mesma função. Eu não aceito que nós mulheres não tenhamos poder sobre nossos corpos e as escolhas que fazemos com eles. Eu não aceito que os homens do poder que ficam lá em Brasília decidam o tipo de atendimento de saúde que nós mulheres vamos receber e precarizem a boa assistência que pagamos e que sai do mesmo caixa que paga o salário deles. Eu não aceito os presídios femininos lotados de mulheres negras. Eu não aceito que marido meu ou marido de qualquer mulher entenda que tem poder sobre ela. Eu não aceito que nenhuma de minhas filhas e nenhuma das filhas de minhas irmãs do mundo sejam menosprezadas porque estão amando outras mulheres ou porque se identificam com outro gênero ao qual a sociedade “chama de mulher ou homem”. Eu não aceito mais o homem que escolhi para me casar e ter filhas e que recebi as filhas dele, que se tornaram minhas, já que o amor de mãe e a sororidade não carecem do mesmo sangue correndo nas veias. Eu não aceito esse homem, que tentou matar a nossa “Confraria de mulheres”, porque atingiu a todas nós quando violentou por uma vida inteira a nossa menina Seni. O que fiz aqui amiga repórter, foi transgredir do espaço

tido como “privado” e transformar a minha revolução, o meu grito em um movimento político. Você está gravando isso rapaz? (Shirley Paixão pergunta para o cinegrafista Valdo, que com olhos arregalados de espanto após o relato, apenas movimentou a cabeça, em gesto de resposta, que sim).

Olha minha amiga repórter, certa vez, escutei uma música de um cantor uruguaio chamado Jorge Dexter, que tinham um trequinho assim: “Estamos vivos porque estamos em movimento” (Shirley Paixão canta alto em um somido que ecoa na pequena cela e ganha também o corredor da carceragem).

Quando Golpeei aquele que chamei de marido por tantos anos, eu fiz isso para que nós seis, uma confraria de mulheres, continuássemos vivas. Eu não gosto de violência, ensinei minhas filhas que se alguém lhe apontar uma arma, você tem que lhe apontar um livro, mas não tive outra opção, aquela minha ação pode ter salvado não só a minha filha Seni e as outras quatro meninas, mas muitas outras mulheres, que poderiam vir a ter contato com esse homem. Aquela minha ação pode salvar também muitas outras mulheres a partir dessa história. (Shirley olha no fundo da lente da câmera) e diz: Fiquem alertas e façam revolução por meio de suas vozes em seus núcleos. Lembrei-me de uma frase da escritora Alice Walker: “Viva pela palavra e continue caminhando”. Então, repito para você (Shirley olha de novo focada para a câmera) a violência não é o caminho, mas não podemos ser submissas a nossa morte. Continuem respirando.

Naquele instante eu já havia compreendido por que do meu sexto sentido me referenciar que aquela seria uma entrevista emblemática.

**Repórter:** Por que você chama o seu grupo em casa de Confraria de Mulheres?

**Shirley:** Ora, amiga repórter, se o princípio de confraria, assim como traz o próprio dicionário diz que são pessoas que comungam dos mesmos ideais, eu posso te garantir que temos uma confraria em casa, já que eu e minhas filhas já sabíamos que não seria fácil a luta. Eu costumo dizer, que já nascemos na resistência. Somos mulheres, pretas e estamos na luta. Eu vou continuar a lutar daqui de dentro, mas não irei ceder aos que tentam subjugar e diminuir nossas forças.

**Repórter:** Uma pergunta sobre sua filha Seni, o que lhe despertou a suspeita de que havia algo de errado entre a relação dela com o pai?

**Shirley:** Foi a professora Clara quem trouxe luz. Sabe quando aquele espaço tão importante na vida de um ser transgride além de todas as fronteiras? Então, amiga repórter, foi dentro deste espaço que uma professora observou, olhou, ouviu e como a escuta é uma ação política dentro da escola, essa professora provocou uma revolução. Ela me convidou para uma conversa, depois de ouvir muitas vezes Seni. Clara percebeu que a menina tinha uma relação de medo com o pai. Foi a partir desse encontro que o homem se revoltou com a escuta ativa da professora Clara, que desvendou o que Seni estava sentindo e tudo terminou em uma revolução dentro de nossa casa também. Isso é mais uma prova de que o “O privado é público e é político”, é por isso que estamos aqui e eu estou tornando isso público por meio de você também. Já somos uma rede, você já é parte de nossa Confraria de Mulheres também. (Shirley termina esse trecho de nossa entrevista com um sorriso fraterno).

**Repórter:** Você está arrependida de ter golpeado seu marido?

**Shirley:** Hoje, acho que só me arrependo do que não digo. Aquele ato foi minha voz em defesa da vida de todas as mulheres da minha vida, das que estão na vida, das que vivem a vida, das que amam a vida, das que sonham com a vida, das que querem salvar a vida e das que ainda não tiveram voz na vida. Não há outra porta de saída, só a nossa união.

**Repórter:** O que significa lá no fundo isso que você acabou de me dizer?

**Shirley:** Significa uma convocação a todas nossas irmãs, para andarmos de mãos dadas, para transgredirmos em nossa luta feminista, para ocuparmos territórios negados às mulheres por séculos. Mas, pra isso, é preciso nos conectarmos com propostas de caminhos, como os que a professora e escritora americana bell hooks nos apresenta, pensando em metodologias contra o mundo que nos colonizou e desafiar as relações de poder que seguem vivas. Então, precisamos transformar fronteiras e criar os nossos espaços de luta.

Amiga repórter, a sua pergunta me lembrou o trecho de uma música do Milton Nascimento, que me faz pensar no domínio que

“eles”, os homens, os colonizadores têm sobre nós, em que até a nossa língua, as nossas vozes são controladas e que precisamos ir quebrando muros, atravessando fronteiras para que sejamos libertadas. A música se chama Canção Amiga: tem um trechinho que diz assim: “Caminho por uma rua que passa por muitos países... Aprendi novas palavras e tornei outras mais belas”. É mais ou menos isso que eu penso para o futuro da Confraria de Mulheres...eu acho que precisa caminhar, caminhar, caminhar, sem perder nossa utopia, nosso projeto de vida, enquanto mulheres. Eu falo do lugar de uma mulher negra que vi o abuso de uma filha dentro de casa pelo próprio pai e que descobri isso quando a menina já tinha 15 anos. Mas quando eu convoco pra essa caminhada, convoco todas as mulheres, as negras, indígenas, brancas, pobres, ricas, domésticas, executivas, as letradas e as que não frequentaram a sala de aula, mas carregam as lições da escola da vida, as que com suor conseguiram um teto próprio depois de décadas de trabalho duro no campo ou horas dentro de um transporte público para chegar ao trabalho e também as que caminham por longos quilômetros nas rodovias até chegar em Brasília para reivindicar a terra de seu povo dentro do Movimento das mulheres sem teto, porque o estado deve isso à elas depois de séculos de exploração de várias gerações de suas famílias, em que nenhuma moeda a favor delas circulou. Nossos corpos têm uma história e quem tem que decidir como ela vai continuar, somos nós, JUNTAS!

Sueli Carneiro, uma escritora brasileira, que aprendi a ler, diz que o movimento de mulheres no Brasil é um dos mais respeitados do mundo. Então, vamos nos movimentar gente! (Shirley olha firme para a lente da câmera novamente). Só o feminismo vai conseguir nos transformar em novos sujeitos políticos. A Sueli diz que essa tomada de consciência acontece primeiro pelo racial, porque na pirâmide social até a hegemonia masculina burla a pirâmide para que o branco preserve seu lugar, essa pirâmide coloca o homem negro abaixo da mulher branca, mesmo os negros sendo subalternizados. Acho que foi mais ou menos isso que entendi quando li um texto da Sueli Carneiro. Mas, amiga repórter, se não foi exatamente isso que ela escreveu eu já vou logo lhe dizendo aqui que a realidade é essa mesma. “O racismo rebaixa o status de gêneros”, me lembro bem que Sueli Carneiro escreveu isso. Desse jeitinho mesmo.

Desculpe, acho que já fui longe demais em minhas respostas, você não acha?

**Repórter:** Não, Shirley, você foi generosa em sua fala, ampliou a voz, falou de um feminismo para todas. Preciso te fazer uma última pergunta: Você não sabe ainda quanto tempo ficará aqui, mas sabe me dizer o que significa a liberdade?

**Shirley:** Só de lhe dizer tudo isso eu já me sinto livre, porque a voz nos foi silenciada por muitos séculos e eu não temerei mais usar minha voz. Agora, respondendo a sua pergunta, a liberdade pra mim, significa igualdade, então me aproprio mais uma vez de Simone de Beauvoir: “Querer ser livre é também querer livres os outros”. Amiga repórter, lhe convido a lutar pela liberdade, topa? Nos vemos na Confraria de Mulheres, na Vila do Amor.

## **Referência**

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.



# XV

## SENTINDO NA PELE\*

*Daniele dos Santos Francisco*

As pessoas transexuais estão inseridas na sociedade, mas, no entanto, à margem desta, apresentam inúmeras dificuldades de acesso em relação a vários serviços como educação, lazer, cultura, trabalho e saúde devido a sua não conformidade heteronormativa e a binariedade de sexo e gênero. Historicamente as inúmeras lutas sociais desde a década de 1980 têm garantido a elaboração de políticas públicas para o atendimento das demandas de pessoas trans. O objetivo deste capítulo é traçar alguns elementos e cenas dessa história.

### **Cena 1: Transgeneridade, família e educação**

A noção de família nas sociedades ocidentais fundamenta-se na necessidade política de consolidação do privado com a finalidade de possibilitar, por intermédio da afetividade, a formação do indivíduo (ARÁN, 2003). O apoio social e sua rede constituem um importante fator protetivo ao longo da vida. Composto pela família, amigos, colegas de trabalho/escola/universidade, pares e comunidade, esta rede social contribui para gerenciamento de situações adversas e adaptações. A família, de modo específico, parece ter papel fundamental quando nela há existência de coesão e amor parental, pois decorre dela, em nossa cultura e sociedade, os primeiros vínculos e laços afetivos, tal como já foi apontado por Costa (2009).

Raramente as relações familiares são associadas e retratadas quando se fala em transgeneridade. As pessoas trans são até consideradas ou retratadas como um grupo “anti-família” ou uma ameaça à família tradicional. Por outro lado, a família se revela com um papel central na aceita-

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.251-268

ção de si de pessoas trans e, por conseguinte, também se constata sofrimentos psíquicos quando não há aceitação familiar à transgeneridade ou a travestilidade, assim, pode-se dizer que existem grandes motivações para a não revelação da identidade de gênero aos familiares, neste sentido é importante ressaltar a relevância dos movimentos sociais LGBT que podem auxiliar nessa trajetória.

As reações iniciais da família no processo de revelação da identidade de gênero primeiramente perpassam pelas indagações dos motivos pelos quais seus filhos são LGBT, procurando culpas e culpados, sensações de fracassos, questões étnicas, sociais, religiosas, sensações de perda, frustrações, medo com o futuro idealizado e a permanência social, envergonhando-se perante a sociedade tendo até sentimentos semelhantes ao luto, isolando a família socialmente e ocasionando ainda um afastamento emocional conflitante entre o amor e os ecos dos estigmas sociais.

O contexto familiar passa por algumas alterações, há uma: adaptação à identidade sexual dos filhos; adaptação à identidade como pai de um filho LGBT e adaptação ao contexto social incluindo outras pessoas LGBT nas relações sociais dos filhos. Existem, ainda, outros fatores facilitadores para as relações familiares como: a existência de uma relação positiva entre pais e filhos prévia à “revelação” da identidade sexual; conhecimento das potências das comunidades LGBT; participação em reuniões de associações de pais LGBT e educação sexual (FRAZÃO & ROSÁRIO, 2008).

Qual o lugar da educação neste processo? Partiremos de hooks (2013), para quem a educação como prática de liberdade é uma forma engajada de buscar mudanças significativas e de ensinar que todos tem o direito de aprender, transgredindo o modelo educacional vigente.

Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tornamos parte. (FREIRE p.40, 2001).

Que estranha maneira é essa de fazer História, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da Democracia, continuar gozando da liberdade de espancar! (FREIRE p.19, 2001).

No entanto, a escola promove a permanência da vulnerabilidade social, física e psicológica dos grupos invisibilizados nas hierarquias sociais através de expressões de racismo, machismo e LGBTfobia. Essas intolerâncias exprimem resultados como evasão escolar e baixo rendimento dos estudantes vítimas de *bullying* (BALIEIRO, 2014). Para Garcia, Mendonça e Leite (2015), o cotidiano escolar pode ser compreendido como um espaço de transição e de conflito, com produção de discursos e práticas que enraízam desigualdades e hierarquias e, conseqüentemente, exclusão e marginalização de desejos, gêneros e sexualidades que não correspondem à norma heteronormativa, negando as diferenças na escola e fundamentando práticas homofóbicas neste cotidiano.

Como resultado desta situação, cerca de 0,02% da população trans e travesti estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR, 2018).

## **Cena 2: Nas Teias das trans(formações): alguns marcos**

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, declara “ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão” (ONU, 1948). No Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normatizador que define o conjunto fundamental e gradual de aprendizagens basilares que devem ser desenvolvidos ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, sendo assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), aplicado conforme o Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL p.7, 2017).

O Ministério da Educação através da Resolução Nº 1 de 19 de Janeiro de 2018, define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares (BRASIL, 2018). Na legislação Estadual de São Paulo, no início dos anos 2000, houve um importante ganho para a população

LGBT com a promulgação da Lei nº 10.948 de 2001, definindo as penalidades atribuídas às práticas discriminatórias em razão de orientação sexual (SÃO PAULO, 2001).

A Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos realizaram um projeto para elaborar um conjunto de princípios jurídicos internacionais com vistas a dar coerência e clareza sobre as obrigações do Estado e as violações dos direitos humanos relacionados a identidade de gênero em 2006 criando os Princípios de Yogyakarta (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007).

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais resultado da 1ª Conferência Nacional LGBT, ocorrida em Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008, traz as diretrizes e ações para a elaboração de Políticas Públicas voltadas a população LGBT visando a garantia dos direitos e do exercício pleno da cidadania (BRASIL, 2009).

No estado de São Paulo em 2010 foi sancionado o Decreto nº 55.588, de 17 de Março de 2010, garantindo o direito ao tratamento de pessoas transexuais e travestis pelo nome social nos órgãos públicos do estado (SÃO PAULO, 2010). O direito ao nome social está garantido nos serviços públicos no município de São Paulo através do Decreto nº 51.180 de 14 de Janeiro de 2010 (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2010). No Brasil a Portaria nº 233 de 2010 do Ministério de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) autoriza o uso do nome social aos servidores públicos (MPOG, 2010).

No Brasil no final da década de 70 surgiram diversos movimentos sociais em defesa de grupos específicos e de liberdades sexuais, o “Grupo Somos” é precursor das questões da homossexualidade e hoje agrega a luta LGBT como tema político (BRASIL, 2013). Na década de 1990, o movimento de travestis criou coletivos, a exemplo a Associação das Travestis e Liberados do RJ (Astral) (BRASIL, 2013).

O programa ‘Brasil sem Homofobia’ criado no governo federal na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê ações para garantir o conhecimento sobre a saúde da população LGBT (BRASIL, 2004).

O Movimento da Reforma Sanitária culminou na construção de uma nova política de saúde pública garantida na Constituição Federal de 1988 com uma visão amplificada (BRASIL, 1988, art. 194). O Ministério da Saúde em 2004 constituiu o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT com vistas à construção de uma política específica para o SUS, ganhando representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2006 (BRASIL, 2013).

Os direitos LGBT foram inicialmente discutidos na 12ª Conferência Nacional de Saúde realizada em 2003 e na 13ª em 2007 a orientação sexual e identidade de gênero são incluídas na análise da determinação social da saúde (BRASIL, 2013).

O Ministério da Saúde criou a Portaria nº 1.820, de 13 de Agosto de 2009 e nesta portaria está contemplado o direito ao nome social no atendimento à saúde (BRASIL, 2009).

O Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais através da Portaria Nº 2.836 de 01 de Dezembro de 2011 e pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), através da Resolução Nº 02 de 06 de Dezembro de 2011 (BRASIL, 2013).

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, está embasada nos princípios assegurados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que garantem a cidadania e dignidade da pessoa humana, na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

O SUS realiza desde 2008 cirurgias de redesignação sexual, fundamentado através da Portaria GM/MS nº 2.803 de 19 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013).

O atendimento a transexuais e travestis no SUS vem crescendo ao longo dos anos devido à maior oferta em sua rede e elaboração das políticas públicas direcionadas. Entre 2015 e 2016, foi registrado aumento de 32% nos atendimentos ambulatoriais, as cirurgias de transgenitalização de masculino para o feminino cresceu 48% e a terapia hormonal aumentou 187% (BRASIL, 2017).

Para a efetivação da Política LGBT há articulação em todas as esferas de gestão do SUS e acompanhamento cotidiano das ações pelos conselhos de saúde e pela sociedade civil (BRASIL, 2013). Segundo Dias e Bernardineli (2016), a pessoa transexual vive um sofrimento social no qual habitualmente ocupam posições subalternas ou precarizadas, estando destinadas à margem social pela discriminação e exclusão, e que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho não advém somente da escassez de profissionalização e qualificação, mas principalmente pela condição de transgeneridade, embora sabidamente o acesso à educação ceifado pela discriminação inegavelmente diminui as chances de empregabilidade.

Conselhos de Classes tem determinado o uso de nome social em carteiras de identificação profissional com vistas a garantir o direito de serem reconhecidas as identidades sociais destes profissionais através de legislação a exemplo dos Conselhos Federal de Serviço Social (CFESS) (Resolução CFESS N° 615, de 8 de setembro de 2011), Conselho Federal de Psicologia (CFP) (Resolução n° 14 de 20 de Junho de 2011), Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) (Resoluções n° 5 e 6 de 07 de Junho de 2016) e recentemente o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) também garantiu este direito através da Resolução N° 537/2017 (CFESS, 2011), (CFP, 2011), (CFOAB, 2016), (COFEN, 2017).

O Projeto Reinserção Social Transcidadania do município de São Paulo criado em 2008 tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população LGBT em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenadoria da Diversidade Sexual (CADS) (SÃO PAULO, 2018).

Em 2009 em Curitiba, um evento de militância organizado por Maite Schneider e Grupo Esperança, contaram ainda com a participação da cartunista Laerte Coutinho, a advogada travesti Dra. Márcia Rocha e a psicanalista transgênera Dra. Letícia Lanz. Neste evento ficou clara a dificuldade de entendimento das especificidades das pessoas trans, seus estigmas e preconceitos enfrentados culminaram na fundação da Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT). Em 2013 foi criado o TRAN-

SEMPREGOS. Este projeto visa formar a ponte para inserção de pessoas trans no mercado de trabalho formal (TRANSEMPREGOS, 2013).

O Dossiê 2019 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais aponta que apenas 4% da população trans mantém empregos formais, 6% informais e 90% trabalham com prostituição (ANTRA, 2019). Em 2008, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República realizou a I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais promovendo intensa mobilização de governo e da sociedade civil e em 2009 a Política LGBT foi aprovada pelo CNS (BRASIL, 2013).

Em 2016, a Ideia Legislativa nº 48.820 “Criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero” equiparando ao racismo foi encaminhada ao senado e transformada em SUGESTÃO nº 5 de 2016 e encontra-se em consulta pública (BRASIL, 2016). O risco dessa Sugestão nº 5 não ser aprovada em consulta pública e ser encaminhada para ser transformada em Lei é a manutenção da discriminação letal dos corpos LGBT.

O Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Presidência da República, 2016) e, recentemente em 2018 para processo eleitoral, através da Portaria Conjunta TSE nº 1, de 17 de abril de 2018.

O direito de mulheres transexuais em relação aos dispostos na Lei nº 11.340 de 2006 popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”, está no projeto de Lei do Senado (PLS) 191/2017, que visa salvar e equiparar o direito das pessoas transgêneros e que estas possam ser protegidas da violência doméstica e familiar (BRASIL, 2017).

O Projeto de Lei nº 5.002/2013 “Lei João W. Nery – Lei da Identidade de Gênero” e Projeto de Lei nº 7.582/2014 que “Define crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los” ainda aguardam pareceres de relatores da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) (BRASIL, 2018).

O Supremo Tribunal Federal – STF, incluiu em junho de 2019 a homofobia e a transfobia na Lei nº 7.716/1989 que define crimes resul-

tantes de preconceitos de raça ou de cor até que se julguem ações que tratam da matéria (STF, 2019)

O Supremo Tribunal Federal (STF) acatou a solicitação da Procuradoria-Geral da República (PGR) para a realização de alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. A decisão ocorreu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, ação competente para que fosse dada interpretação conforme a Constituição Federal (CF) ao artigo 58 da Lei 6.015/1973 que dispõe sobre os registros públicos (BRASIL, 2018).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é uma rede articuladora no Brasil, são mais de 200 instituições conveniadas, a fim de desenvolverem ações para a promoção de direitos e o resgate da cidadania da população de Travestis e Transexuais.

### **Cena 3: Escarificando o corpo transexual: um outro lado**

A discriminação cerceia a experiência, mobilidade, vontade e impõe diferentes formas de humilhação, sendo a depauperação permanente, a produtora de intenso sofrimento crônico no cotidiano que se reproduz de geração em geração (MOURA e LOPES, 2014).

Pode-se dizer com Goffman que a discriminação é a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena. Os gregos utilizavam o termo estigma para designar sinais corporais que evidenciavam alguma extraordinariedade ou ainda mau sobre o status moral de quem os apresentava. Na era cristã estes sinais eram vistos como graça divina. Para a ciência médica o estigma é um sinal de deficiência física. Atualmente o estigma está mais relacionado ao sentido depreciativo do que corporal (GOFFMAN, 2008).

Para Picazio (1999, p.99) o “preconceito é um pré-julgamento, um sentimento ou resposta antecipado a coisas ou pessoas, portanto não se baseia em experiências reais”. É assim com a transfobia. A transfobia é, portanto, caracterizada pelo medo e/ou ódio às pessoas transexuais, fundada no pré-julgamento sem base nas experiências reais.

A expectativa de vida da população trans é de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral é de 74,9 anos (ANTUNES, 2013).

O risco de uma pessoa trans ser assassinada é 14 vezes maior que um homem gay cis; e se compararmos com os Estados Unidos, as 144 travestis brasileiras assassinadas em 2016 face às 21 trans americanas, as brasileiras têm 9 vezes mais chance de morte violenta do que as trans norte-americanas (TGEU, 2017).

O Brasil assegura o primeiro lugar no *ranking* de mortes de pessoas transexuais no mundo nos últimos dez anos e somente no ano de 2019 foram 127 registros lançados no Mapa de Assassinatos e 124 confirmados na pesquisa para o Dossiê 2019 da ANTRA, sendo 121 travestis e mulheres trans e 3 homens trans, destes assassinatos apenas 11 casos tiveram suspeitos identificados (8%) e apenas 7% estão presos. A aparente diminuição do número de assassinatos pode ser vista também devida a subnotificação, muitas vezes motivadas pelo não cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no que tange LGBTfobia como crime de racismo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

No dossiê 2019 da ANTRA há ainda a menção sobre o pedido de inclusão de dados sobre as pessoas transexuais no CENSO 2020 protocolado pela associação a Defensoria Pública da União que ajuizou a ação, no entanto não há nenhuma orientação para o CENSO supracitado (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

O dossiê traz ainda o perfil das vítimas, a menor idade foi a de 15 anos, com 59,2% dos assassinatos compreendendo pessoas de 15-29 anos, 22,4% entre 30-39 anos, 13,2% entre 40-49 anos, 3,9% entre 50-59 anos e 1,3% entre pessoas com 60-69 anos, sendo a maior chance de pessoas trans serem assassinadas nas idades entre 15 a 45 anos. O perfil étnico destaca que 82% das vítimas eram pretas ou pardas, 17% brancas e 1% sem informações, em relação ao gênero expressa 97,7% ao feminino e 2,3% ao masculino (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

## Última Cena: Ressurgindo das cinzas

A potência de viver é uma guisa singular que intenta conceber repercussões criadas pelos objetos estéticos dos quais efeitos se espelham em novos modelos de subjetividades que não findam em gerar linhas de subterfúgio responsáveis por esgueirar-se da normatividade dos dispositivos (VIVAR; KAWAHALA, 2017).

A potência de vida se constitui na afetividade e nos encontros, mediante o modo como se afeta e se é afetado pelo outro. Conforme Mendonça (2012, p.56)

[o]s sujeitos são afetos, desejos, sentimentos e paixões situados em sua condição material de existência. Daí a influência da filosofia dos afetos desenvolvido por Spinoza, para ele o afeto é entendido como afecções do corpo pelas quais as potências de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou reduzida.

Os poderes agem de forma imanente e a potência é o contrário, mais coextensivo do próprio poder, ou seja, na vitalidade social aquilo que está dominado pelos poderes “vampirizadores” surge como potência, potência primeira na qual o poder se constrói e se mantém (PELBART, 2015).

Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 1986, p.241).

Para Foucault (1986) essa resistência é exatamente como o poder, “tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele”. Os corpos transexuais, transgêneros e travestis são intensamente estigmatizados e as relações de dominação e opressão acabam por enfraquecê-los, no entanto o choque entre o poder e a resistência, que são coexistentes, apresenta fis-

suras nestes estigmas e novas possibilidades de existencialização, ressaltando-se que as relações positivas nas vidas das pessoas trans as fortalecem e as empoderam. A resistência é imanente e apresenta potencial transformador. Diante de todos os desafios aqui apresentadas nas cenas anteriores, onde encontrar nas trajetórias de vida de pessoas trans o trans(bordar) de potências e (re)xistências? Eis o interesse de pesquisa que sinto em minha própria pele.

## Referências

ANTUNES, Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?**. 2010. 268 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 399-422, 2003.

BALIEIRO, Fernando F.; RISK; Eduardo N. Escola e sexualidades: uma visão crítica à normalização. IN: MISKOLCI, Richard; LEITE, Jorge (org.). **Diferenças na educação: outros aprendizados**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Câmara dos Deputados**. PL 5002/2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/>

[legislacao/155571402/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988BRASIL](http://legislacao/155571402/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988BRASIL)>. Acesso em: 15 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base.** Brasília - DF, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)> . Acesso em: 04 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução nº 1 de 19 de Janeiro de 2018.** Brasília – DF, 2018. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category\\_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192)> . Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009.** Brasília – DF, 2009. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2009/01\\_set\\_carta.pdf](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2009/01_set_carta.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013(\*)**. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html)>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011.** Brasília – DF, 2011. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html)>. Acesso em: 22 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.** Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.** Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Webserie conta a história de travestis e transexuais atendidos no SUS**, 2017. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/27417-webserie-conta-a-historia-de-travestis-e-transexuais-atendidos-no-sus>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria Nº 233 de 18 de Maio de 2010**. Brasília – DF, 2010. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/ato-NormativoDetalhesPub.htm?id=7796>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos. **13 estados fazem parte do Pacto de Enfrentamento à Violência LGTBfóbica**. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/julho/13-estados-fazem-parte-do-pacto-de-enfretamento-a-violencia-lgbtfofica>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos. **Disque 100 registra aumento de 127% nas denúncias de homicídios de pessoas LGBT**. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/maio/disque-100-registra-aumento-de-127-nas-denuncias-de-homicidios-de-pessoas-lgbt-1>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da Republica. **DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdfdht/plano\\_nacional\\_lgbt\\_2009.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_lgbt_2009.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Ideia Legislativa nº 48.820** “Criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislativa/ideia-legislativa/48820>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

vel em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2593960&disposition=inline>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 191 de 2017** (Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129598>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 191 de 2017** (Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129598>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **(ADI) 4275**. Brasília – DF, 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Brasil Sem Homofobia. **Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual** / elaboração : André Luiz de Figueiredo Lázaro; organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos.; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília : Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Resolução CFOAB Nº 6, de 7 de Junho de 2016**. Brasília – DF; 2011. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legisla->

[cao/federal/233797-regimento-interno-da-corregedoria-geral-do-processo-disciplinar-da-ordem-dos-advogados-do-brasil-altera-o-inciso-ii-do-art-16-da-resoluuuuo-n-03-2010-que-aprova-o-regimento-i.html](http://cao/federal/233797-regimento-interno-da-corregedoria-geral-do-processo-disciplinar-da-ordem-dos-advogados-do-brasil-altera-o-inciso-ii-do-art-16-da-resoluuuuo-n-03-2010-que-aprova-o-regimento-i.html)>.

Acesso em: 15 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN Nº 537/2017 de 22 de Fevereiro de 2017**. Brasília – DF; 2017. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5372017\\_50102.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5372017_50102.html)>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **RESOLUÇÃO CFM nº 1.955/2010**. Brasília – DF, 2010. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2010/1955>>. Acessado em: 20 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **RESOLUÇÃO CFP Nº 014, de 20 de Junho de 2011**. Brasília – DF; 2011. Disponível em: <[http://www.crpssp.org.br/portal/orientacao/resolucoes\\_cfp/fr\\_cfp\\_014\\_11.aspx](http://www.crpssp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_014_11.aspx)>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **RESOLUÇÃO CFESS Nº 615, de 8 de setembro de 2011**. Brasília – DF; 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

COSTA, Leticia Graziela. **A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas**. 2009. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DIAS, Jossiani Augusta Honório; BERNARDINELLI, Muriana Carrilho. O Transexual e o Direito de Acesso ao Mercado de Trabalho: Do Preconceito à Ausência de Oportunidades. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 2, n. 2, p. 243-259, 2016.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1986.

FRAZÃO, Pedro; ROSÁRIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. **Análise Psicológica**, v. 26, n. 1, p. 25-45, 2008.

- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira; DE MENDONÇA, Viviane Melo; LEITE, Kelen Christina. Discriminação e violência homofóbica segundo os participantes da 6ª parada do orgulho LGBT de Sorocaba-SP: subsídios para (re) pensar as práticas educativas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 22, n. 3, p. 42-58, 2015.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- LEITE, Jorge. Jr. **Nossos também mudam**: a invenção das categorias “travestis” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.
- MENDONÇA, Viviane Melo de. Afetividade em contextos educacionais e na formação de professores: mobilizações, participação social e sofrimento ético-político. **Revista de Ciências da Educação**, 2012.
- MOURA, Renan Gomes; LOPES, Paloma de Lavor. O preconceito e a discriminação de transgêneros no processo de recrutamento e seleção de pessoal: uma revisão bibliográfica. **Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, Resende, RJ, Brasil, XI, 2014.
- OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos. **Notícias**. 14 de Maio de 2018. Disponível em: <<http://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/>>. Acesso em: 27 jun. 2018.
- PICAZIO, Cláudio. **Sexo secreto**: temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Edições GLS, 1999.
- PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Indonésia, 2007. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2018.

PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 19-26, 2015.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto nº 55.588**, de 17 de Março de 2010. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei nº 10.948 de 2001**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de São Paulo. **Decreto nº 51.180**, de 14 de janeiro de 2010. São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/decreto\\_1264092483.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/decreto_1264092483.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de São Paulo. **Projeto de Reinserção Social Transcidadania**. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao\\_trabalho/index.php?p=170430](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430)>. Acesso em: 21 jul. 2018.

TRANSEMPREGOS. **O maior portal de vagas e currículos para pessoas Trans do Brasil**. Disponível em: <<https://www.transempregos.org/transempregos>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

TGEU. **Projeto de investigação TvT (2016)**. Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TMM). Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) project. Disponível em <<http://www.transrespect.org/en/research/trans-murder-monitoring>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

VIVAR, Rodrigo Diaz de et al. LA POTENCIA DEL VIVIR: DELEUZE Y LA ARTE. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.



# XVI

## UM DIÁLOGO COM STEFANI BUENDÍA\*<sup>1</sup>

*Emanuela Oliveira de Almeida Barros*

Não foi exatamente assim, meu primeiro caso de violência sexual intrafamiliar infantil, mas Shirley Paixão (EVARISTO, 2011) poderia ter sido uma das mulheres que atendi como advogada do CREAS/Sorocaba. Shirley Paixão, me lembrou Stefani Buendía.

Meu primeiro caso, foi de uma menina de apenas um ano e dez meses, que ainda usava fraldas e que a mãe confiou os cuidados ao padrasto agressor. Nas fotos da fralda ensanguentada, nos vestígios da violência sexual perpetrada, na dor daquela criança, que rezo para um dia conseguir esquecer as inefáveis sequelas da brutalidade humana que sofreu, ainda reside meu espanto de dor. O laudo de exame de corpo de delito atestou que houve cópula vaginal e anal, e que o órfico anal e a vagina precisariam de reconstrução. Fiquei dias imaginando porque um homem é capaz de sentir prazer em desfigurar uma criança. Anos depois o feminismo me deu a resposta, estupro nada tem com prazer, é sentimento de posse, coisificação e dominação da mulher.

Atendi outro caso em que o pai começou a molestar a filha quando ela ainda tinha seis anos de idade, mas ela não conseguiu distinguir carinho de violência sexual e sufocou aquilo por anos. Quando foi a vez da filha passar por isso, a violência voltou com tudo, ela não podia acreditar que aquele pai que agora era avó, tivesse feito isso com sua filha também, a sua primeira reação foi matar aquele monstro, pois se lembrou do que também tinha passado, das noites em que o pai a bulinava a ponto de deixar sua vagina em carne viva, do líquido branco e de gosto ruim que

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.269-272

<sup>1</sup> Este capítulo é uma reflexão-memória resultante de um dos trabalhos da disciplina “Gênero e Diversidades Sexual no Contexto Escolar” do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED-So) da UFSCar, campus Sorocaba, ministrada pela Profa. Viviane Melo de Mendonça, em 2019. O trabalho consistia em fazer um ensaio sobre uma das personagens do livro *Insubmissas lágrimas de mulher* de Conceição Evaristo (2011).

era submetida a engolir, das vezes que se sentava no colo dele em busca de afeto e carinho e que o pai ejaculava em seu vestidinho de tergal. Ela quis matar o pai, pois não era mais ela a vítima indefesa que sufocou na memória os anos de violência sexual, precisava defender a filha, não repetir os erros da sua mãe que nada percebeu, que nunca fez nada para impedir, que não tinha recursos para enfrentar o marido abusador, quando lembrou de tudo, percebeu que não era o pai o único agressor, mais uma vez a mãe dela intercedeu e pediu para que ela não denunciasse o pai, pois ele era um homem de bem e temente a Deus.

Outra vez atendi uma menina que já tinha tentado se matar três vezes, vi no seu insucesso um apelo e resolvi escutar a sua dor com mais atenção, não tenho formação técnica, sou uma simples advogada, mas tenho a escuta afiada e percebo quando algo não está certo. Aquela adolescente, que era acompanhada pela mãe e pelo padrasto, todos muitos diligentes e interessados no seu tratamento, pedia socorro através dos cortes no pulso. Um dia pedi que viesse sozinha sem a mãe e o padrasto, nesse dia ela teve coragem de dizer que desde os doze anos, o marido da sua mãe a agredia sexualmente. As investidas sexuais começaram ao mesmo tempo que seu corpo mudou, primeiro ele passou a elogiar seus seios e dizer que eram rosados e firmes bem diferentes da sua mãe que já não mais lhe interessava. Depois passou a lhe oferecer massagens com óleos relaxantes que dizia ser uma forma de aliviar suas cólicas menstruais.

Quase ao mesmo tempo o padrasto passou a ter um ciúme doentio dela, não deixava mais ela brincar na rua nem ir à casa de amigos, nenhum homem podia ter contato com ela e a desculpa era que agora ela tinha “virado mocinha” e ele não queria nenhum gavião por perto. Mas o pior veio depois quando ele passou a frequentar seu quarto de madrugada com a desculpa de ir cobri-la. Antes de sair ele passava a mão por seu corpo todo e dizia que ela era seu “Viagra”. Até que um dia a mãe participou de um retiro espiritual e ele “a fez mulher”, depois de saciado deixou ela chorando na cama toda suja e ensanguentada, ela tinha apenas 13 anos de idade. Aos 15 já não ia mais tão bem na escola e começou a se descuidar da aparência, a mãe achava que a culpa era as músicas depressivas que ela passou a ouvir e, ainda, o fato dela não ir mais a igreja. Um médico amigo receitou os primeiros antidepressivos, mas nada ajudou,

ela pensou em contar para a mãe, mas a mãe era apaixonada pelo marido, que além de provedor da casa, a ameaçava de colocá-la num “hospício”. Ela não tinha saída, a não ser cortar os pulsos.

Também atendi uma menina que teve coragem de buscar ajuda, depois de sofrer todo tipo de violência doméstica, pois os pais eram usuários de drogas e devido a dívida com o traficante cedeu a filha para quitá-la, após disso passou a usar a menina como mulher, já que o craque tinha destruído a beleza da mãe, ele queria carne nova. Essa menina era obrigada a catar papelão, cuidar das irmãs mais novas e empacotar “frascos” de cocaína para o traficante durante o dia, e à noite, servir aos prazeres carnis do pai. Ela tudo aguentou com apenas 14 anos. Mas foi no dia que o pai se engraçou pela irmã mais nova que ela puxou o facão e impediu que o pai fizesse com a irmã o mesmo que fez com ela. Stefani deu uma de Shirley Paixão.

Dia desses eu recebi uma ligação dela, dizendo que foi adotada junto com as irmãs memores por uma família muito querida, que hoje ela tem um quarto só para ela com uma estante cheia de livros e que guarda o que eu dei ali também. Ela me disse que está estudando muito e que quer ser advogada pra poder ajudar outras mulheres a nunca mais passar pelo que ela passou. Eu chorei, mas desta vez foi de felicidade.

## **Referência**

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulher**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.



# XVII

## HÁ LUGAR PARA O HOMEM TRANS E TRANSMASCULINES NO FEMINISMO?\*

*Thomas Victor Barreto Cardoso*

As políticas femininas têm por objetivo acabar com a dominação e nos libertar para que sejamos quem somos - para viver a vida em um lugar onde amamos a justiça, onde podemos viver em paz -. O feminismo é para todo mundo (HOOKS, 2019a, p.167).

### **Introdução**

Questionar os papéis de gênero nos trouxe a possibilidade de visibilizar novas identidades de gênero e debates sobre as sexualidades. Simone de Beauvoir diz, em sua obra *O segundo sexo*, publicada em 1949, “Não se nasce mulher, torna-se”, explicitando a construção social do gênero, abrindo a discussão sobre o que constituiria ser uma mulher ou um homem, para além da biologia.

Para a escritora e historiadora, Joan Scott (2019) o gênero é um elemento que constitui as relações sociais. Não negando a existência de diferenças entre corpos sexuados, a autora preocupa-se com o modo como tais diferenças são construídas socialmente e culturalmente entendendo que esses corpos ocupam espaços hierarquizados diante das relações de poder. O sexismo e o patriarcado, impulsionados pelo capitalismo, utilizam-se da distinção biológica entre macho e fêmea para sustentar a ideia de superioridade masculina, fragilidade feminina e, consequentemente, diferentes posições e funções sociais.

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, ressalta, por sua vez, o quanto (1988, p.26)

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.273-288

entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença social construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.

Essa naturalização não serve apenas para justificar a diferença social, como também para justificar a dominação masculina envolta na cultura falocêntrica.

O movimento feminista, especialmente o feminismo negro e o feminismo lésbico, trouxeram para o debate, para além da análise de gênero e papéis sociais, outras formas de opressão que estão intimamente entrelaçadas, ou seja, são as opressões relacionadas ao: racismo, classismo, heterossexismo, capacitismo, entre outras, que não são vivenciadas de forma isolada, não devendo, portanto, ser analisadas ou combatidas isoladamente. A noção de interseccionalidade, que já estava sendo discutida e trabalhada pelas feministas negras antes mesmo de ser estabelecido o conceito cunhado nos anos 1990, está cada vez mais presente nos feminismos da terceira onda.

A Teoria *queer*, que surge no final dos anos de 1980, com o objetivo de subverter normas sociais hegemônicas ligadas a sexualidade e gênero, tem como uma das principais colaboradoras Judith Butler, que introduz a ideia de performatividade de gênero. Para Butler o gênero não diz respeito a algo que somos, mas a algo que performamos através de repetições das normas sociais. A teoria *queer* torna-se essencial para os estudos pós-identitários e vivência de pessoas transgênero, travestis e pessoas não binárias (HOLLANDA, 2019). Abrindo, deste modo, espaço para o Transfeminismo, ou feminismo transgênero, que apresenta outra visão do sexismo, diversa da discriminação baseada no gênero que tende a colocar os homens como superiores às mulheres (SERRANO, 2012).

Muitas vezes mulheres e homens trans, travestis e pessoas não binárias, não conseguem se sentir representados dentro dos movimentos feministas que não contemplam o cissexismo em suas pautas, especialmente os homens trans/transmasculines<sup>1</sup> que buscam contribuir com a

---

<sup>1</sup> Ao longo do capítulo são utilizados os termos homens trans, transmasculinos e transmasculines. Isso se deve ao fato de entendermos as diferenças entre as identidades, mesmo que tendo em co-

luta feminista. Em alguns movimentos, existe o debate sobre o fato de os homens não poderem ser feministas, por serem vistos como opressores e se beneficiarem do sexismo. Essa retórica surge, não só através da mídia de massa conservadora, criando a imagem das feministas como “mulheres que odeiam os homens”, mas também através de algumas feministas brancas e burguesas que bell hooks intitula “mulheres individuais”, por não conseguirem partilhar dos mesmos privilégios de classe dos homens brancos e burgueses. Essa retórica se impõe, também, com homens de outras etnias e classes sociais que não compartilham dos mesmos privilégios, ao sugerir que homens se beneficiam do sexismo igualmente. Por isso devemos nos perguntar, a qual homem estamos nos referindo?

A maioria dos homens trans/transmasculines são socializados como mulheres por uma parte de sua vida, sofrendo com o machismo, sexismo, e demais opressões que fazem parte da luta feminista, e assim como as mulheres, podem vivenciar conscientemente, ou não, essas opressões. Eles não dispõem das mesmas oportunidades e privilégios masculinos, como os homens cisgêneros de sua raça e classe. Mas também se faz necessário dizer que, alguns homens trans/ transmasculinos reproduzem essas opressões, mesmo que já vivenciadas, em uma tentativa de se enquadrar na norma, ou validar sua identidade como homem.

A indagação que se coloca é: não poderiam esses homens trans/transmasculines constituírem-se como aliados para contribuir com uma educação feminista e antissexista nos círculos sociais ainda predominantemente ocupados por homens? Por exemplo, em espaços como uma conversa na mesa do bar, festa com os amigos, reuniões familiares, cerimônias religiosas, salas de aula, entre outros lugares, onde comentários sexistas, machistas e misóginos são frequentes? Não poderiam, esses homens trans/transmasculines, contribuir para repensar a masculinidade hegemônica?

Neste breve capítulo temos por objetivo a discussão do movimento feminista, e a importância do transfeminismo. Além de questionar o lugar dos homens e, principalmente, homens trans/ transmasculines dentro do movimento feminista.

---

mum a centralidade do masculino na identidade. Transmasculines incluem não só identidades transmasculinas binárias como também as não binárias.

## Movimento feminista

O movimento feminista foi primordial na emergência da discussão sobre a opressão das mulheres ao denunciar o sexismo e o patriarcado. Segundo Bell Hooks (2019a, p.17) o “feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão”. Ele se constituiu através de mulheres brancas, de classe média que buscavam a libertação da mulher diante do patriarcado e a igualdade de gênero em diversos âmbitos sociais, como o do trabalho e o político. Como intitulado por Bell Hooks (2019a), essas “mulheres individuais” protagonizaram o movimento, fazendo com que as mulheres de diferentes raças e classes permanecessem silenciadas. O discurso de “todas as mulheres são oprimidas”, acaba por implicar que

[...] as mulheres dividem um fardo comum, que fatores como classe, raça, religião, orientação sexual etc. não criam experiências distintas em que a intensidade da força opressiva do sexismo na vida da mulher varia de caso a caso [...] A ênfase feminina na ideia de "opressão comum" foi, nos Estados Unidos, menos uma estratégia de politização do que uma apropriação por parte de mulheres liberais e conservadoras de um vocabulário político radical, com que puderam mascarar seu trabalho de manipulação dentro do movimento, fazendo-o focar e promover seus próprios interesses de classe (BELL HOOKS, 2019b, p.32-33).

Em sua obra “O feminismo é para todo mundo” Bell Hooks (2019a, p.21) ressalta que

Pensadoras reformistas escolheram enfatizar a igualdade de gênero [...]. O pensamento feminista reformista [...] ofuscou as origens radicais do feminismo contemporâneo que pedia reforma e reestruturação geral da sociedade, para que nossa nação fosse fundamentalmente antissexista.

A falta de se pensar as opressões de gênero sem considerar raça, classe, sexualidade e outros marcadores trouxe uma série de fissuras den-

tro do movimento, denúncias de mulheres que não estavam sendo representadas, e sequer ouvidas, por um movimento que se pretendia feminista.

Já em 1851, na primeira Convenção dos direitos das mulheres *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio (EUA), foi concebido o discurso memorável de Sojourner Truth, questionando o discurso feminista branco dizendo:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguntei as chitotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?<sup>2</sup>

O discurso de Truth denuncia a insatisfação das mulheres negras no feminismo branco e universal europeu e estadunidense. O feminismo negro se pôs a demonstrar que gênero não era a única forma de opressão sofrida pelas mulheres, que ainda sofrem com o racismo, o classismo e outras formas de violência as quais não deveriam ser pensadas de modo isolado, pois estão interligadas socialmente. Assim, Oliveira (2010, p.29) pontua que “não é possível estudar e intervir separadamente sobre pessoas que sofrem duplas e triplas experiências de discriminação assentes numa experiência de opressão marcada pelo gênero, classe e raça”.

Assim, novos feminismos foram surgindo, para pensar questões não presentes no feminismo branco e burguês, como o feminismo negro e o feminismo lésbico, principalmente. Oliveira (2010, p.28) afirma que:

---

<sup>2</sup> Discurso de Sojourner Truth (1851). Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth-traz-duro-discurso-contra-invisibilidade/> >. Acesso em: 26 jul. 2020.

Estes modelos feministas permitiram que se comecem a trabalhar no feminismo a partir de noções mais inclusivas, introduzindo a raça e a cultura como balizas para pensar e para integrar mulheres, que antes não eram alvo do pensamento feminista. Ou, pelo menos, que não se reviam nestas propostas, quando aquilo a que Bell Hooks chama o feminismo branco, interpelava as mulheres.

Algumas ativistas do movimento de libertação das mulheres criaram uma retórica em que o homem era o opressor, o inimigo, e, portanto, não poderiam fazer parte do movimento feminista. bell hooks deixa claro em suas obras que a participação dos homens é fundamental para o movimento feminista, e também que:

[...] essa retórica reforçava a ideologia sexista ao fazer circular de uma forma invertida a ideia de um conflito básico entre os sexos, com a implicação de que o empoderamento das mulheres necessariamente se daria a expensas dos homens (HOOKS, 2019b, p.111).

É válido questionar essa retórica do homem como inimigo, ao se pensar sobre qual homem estamos falando. Algo que já estava sendo discutido por feministas negras, principalmente, por trabalharem a interseccionalidade dentro do movimento, ao dizer que ativistas da libertação não conseguiam reconhecer que mulheres brancas e burguesas, por mais que sejam vítimas do sexismo, ainda possuem mais privilégios e poder que homens negros e pobres (hooks, 2019b). O mesmo cuidado devemos ter a respeito das pessoas trans e travestis, que possuem vivências não discutidas dentro do movimento feminista anteriormente.

## **Transfeminismo**

O movimento trans<sup>3</sup>, assim como os feminismos, questiona os papéis de gênero e, para além disso, passa a questionar as categorias de

---

<sup>3</sup> Utilizando “trans” como um termo guarda-chuva para se referir a todes que não se identificam com o gênero imposto no nascimento, abarcando assim transexuais, transgêneros, não binários, entre outros.

feminilidade, masculinidade e naturalização do gênero pelo viés biologizante. Contudo, determinadas pessoas trans não conseguem se enxergar dentro de um feminismo que não pontue a questão do cissexismo.

Muitas feministas, cisgêneras brancas, em sua maioria, seguem questionando a identidade de mulheres trans e travestis - no caso do Brasil - por terem sido designadas do gênero masculino ao nascer, e como ressaltado por Julia Serano (2012)

No passado, essas feministas rejeitavam o feminismo trans, descrevendo os homens trans como ‘traidoras femininas’ que fazem a transição para obter privilégios masculinos e as mulheres trans intituladas de “homens” que fazem a transição para se infiltrar nos espaços femininos. Embora essa retórica tenha diminuído um pouco ao longo dos anos, algumas feministas ainda argumentam que as mulheres trans não tem o direito de participar do feminismo porque não éramos socializadas como mulheres ou porque nos beneficiamos do privilégio masculino no passado [tradução nossa].<sup>4</sup>

Jaqueline de Jesus afirma em seu livro “Transfeminismo” que “O discurso universalista só funciona quando os diferentes sujeitos de fala têm o mesmo poder, quando os privilégios são retirados. De outro modo, torna-se um recurso retórico para a manutenção de desigualdades -‘um democratismo’” (JESUS, 2015, p.23). Tendo em vista que o objetivo do feminismo, como colocado por bell hooks (2019a, p.17) “[...] é acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão”, outros feminismos surgem com um olhar interseccional, herdado do feminismo negro, colocando em análise outras formas de sexismo, uma discriminação de gênero onde homens são mais legitimados que as mulheres, como cis-

---

<sup>4</sup> “*In the past, such feminists have dismissed trans feminism, depicting trans men as being ‘female’ traitors who transition to attain male privilege and trans women as being entitled ‘men’ who transition in order to infiltrate women’s spaces. While this rhetoric has mellowed somewhat over the years, some feminists still argue that trans women have no right to participate in feminism because we were not socialized female, or because we may have benefited from male privilege in the past.*”

sexismo, monosexismo<sup>5</sup>, heterossexismo<sup>6</sup>, entre outros.

Esses feminismos reconhecem as diversas formas de sexismo, e outras formas de opressão na sociedade, como o racismo, classismos e o capacitismo. Assim como o feminismo negro tem ressaltado há anos, que não se pode construir um movimento visando apenas uma das formas de opressão, criando um discurso de “opressão comum”, pois

[...] isso implica dizer que as mulheres dividem um fardo comum, que fatores como classe, raça, religião, orientação sexual etc. não criam experiências distintas em que a intensidade da força opressiva do sexismo na vida da mulher varia de caso a caso [...] A ênfase feminina na ideia de ‘opressão comum’ foi, nos Estados Unidos, menos uma estratégia de politização do que uma apropriação por parte de mulheres liberais e conservadoras de um vocabulário político radical, com que puderam mascarar seu trabalho de manipulação dentro do movimento, fazendo-o focar e promover seus próprios interesses de classe. (hooks, 2019b, p.32-33)

Dentre os feminismos da terceira onda que adotam uma abordagem interseccional para desafiar o sexismo e a opressão está o transfeminismo. O transfeminismo, ou feminismo transgênero, “[...] surge como uma crítica ao cissexismo<sup>7</sup> ou dimorfismo e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres.” (JESUS & HAILEY, 2012, p. 14).

Ainda em formação, o pensamento transfeminista, surge no mundo cibernético, através de discussões em grupos de *Facebook* e *Blogs*

---

<sup>5</sup> Entendemos o monossexismo como sistema ideológico que reconhece apenas pessoas que são atraídas exclusivamente por membros de um único sexo, invisibilizando e invalidando bissexuais, pansexuais e outras orientações sexuais.

<sup>6</sup> Entendemos o heterossexismo como um sistema ideológico que invalida, deslegitima e estigmatiza qualquer comportamento, orientação, relações e comunidades não heterossexuais.

<sup>7</sup> O cissexismo é definido por Jesus (2012a, p.30) como uma “Ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero”.

como *Transfeminismo*<sup>8</sup>, e outros espaços onde pessoas trans puderam debater questões sobre feminismo e transgeneridade, pensando as pautas transfeministas.

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível (JESUS & ALVES, 2012, p. 15).

Em junho de 2020, durante uma *live stream*, a filósofa e ícone da luta pelos direitos civis, Angela Davis, trouxe a importância da participação das pessoas trans no movimento feminista. Durante a *live* ela diz:

[...] O feminismo do qual falo não respeita a estrutura binária de gênero e reconhece que a contribuição da comunidade não binária é muito importante, não apenas para apontar os problemas reais que precisam da nossa atenção. Claro, muitos de nós já sabemos que mulheres trans negras são alvos de violência racista, mais que qualquer outra comunidade. Nós estamos falando de violência do estado, violência individual, de estranhos e de violência íntima. Então, se queremos desenvolver uma perspectiva interseccional, a comunidade trans está nos mostrando o caminho. E nós não podemos apontar apenas para [...] E nós precisamos apontar para casos como dos assassinatos de Tony McDade<sup>9</sup> por exemplo. Mas nós temos que ir além disso e reconhecer que nós apoiamos a comunidade trans justamente porque essa comunidade tem nos ensinado como desafiar tudo aquilo que é aceito como normal. E não acredito que estaríamos onde estamos hoje, encorajando cada vez

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://transfeminismo.com/>>. Acesso em: jun. 2020.

<sup>9</sup> Homem trans negro assassinado por policial durante operação em 27 de maio de 2020, nos Estados Unidos.

mais pessoas a pensar com um ponto de vista abolicionista, se a comunidade trans não tivesse nos ensinado que é possível desafiar de forma efetiva aquilo que fundamenta nossa noção de normalidade. Então, se é possível desafiar o binarismo de gênero, com certeza, nós podemos mostrar resistência a prisões, cadeias e a polícia [...].<sup>10</sup>

O transfeminismo também se concentra no cissexismo institucionalizado sofrido pelas pessoas trans. O cissexismo se reflete na vida desses indivíduos trans ao buscarem emprego, atendimento de saúde, discriminação por parte de instituições, e até mesmo, na frequência em que são alvos de assédio e violência (Serano, 2012). Mas assim como o sexismo e demais formas de opressão, Serano (2012) vai dizer que “O cissexismo também se cruza com outras formas de marginalização - por exemplo, as vítimas de violência transfóbica são predominantemente pessoas trans, que são pobres, que são de cor e / ou no espectro feminino / feminino trans”. A autora pontua que algumas feministas continuam com o discurso de que mulheres cisgêneras são mais oprimidas, ou que o sexismo é pior que o cissexismo ou heterossexismo. Entretanto, o objetivo do movimento feminista não é fazer uma competição de opressão, e sim desafiar o sexismo social e todas as demais formas de dominação.

Jesus & Alves (2012) apontam que o cissexismo não só afeta pessoas trans, mas também outras pessoas que estão fora do padrão, como “mulheres histerectomizadas e/ou mastectomizadas e homens orquiectomizados e/ou “emasculados” por motivos de saúde, como o câncer”. Apesar de o gênero, hoje, ser entendido como uma construção social, ainda há muito para se discutir sobre diversas naturalizações que cerceiam os sujeitos e seus corpos.

A discussão trazida pelo movimento feminista acerca das opressões e papéis sociais foi apenas a ponta do *iceberg* na luta contra o sexismo e patriarcado.

Jesus & Alves (2012) entendem que o feminismo conservador reforça o discurso de que “mulheres de verdade” possuem vagina e útero,

---

<sup>10</sup> Disponível em: < <https://youtu.be/CMIUjgZi-sI> >. Acesso em: jun. 2020.

podem engravidar, e outras palavras cisgêneras. E os homens “de verdade” possuem pênis e testículos. Invalidando, assim, as mulheres trans e travestis, e homens trans, por não terem a correspondência sexo biológico e gênero, algo criticado pelo próprio feminismo.

O movimento trans tem ganhado força e visibilidade, ao lutar por suas necessidades e especificidades, que não são contempladas pelo feminismo ou pelo movimento LGBT por serem movimentos massivos que detém o foco em necessidades genéricas. E buscando a conquista de políticas públicas e ocupação de espaços majoritariamente ocupados por pessoas cisgêneras, como a Academia, e tantos outros lugares, onde seus corpos e vivências são estudados e colocados em pauta em espaços que sequer ocupam.

Ainda que o Transfeminismo seja um movimento em formação, levanta diversas indagações a respeito do lugar dessas pessoas dentro dos movimentos sociais. Algo ainda pouco discutido e estudado é o papel do homem dentro do feminismo. Pode o homem ser feminista? Visto que um homem não entenderia a opressão sofrida pelas mulheres, e não saberia reconhecer seus benefícios e privilégios dentro do sistema patriarcal, mesmo que ilusório e desigual até mesmo entre homens cisgêneros. Mas de que homem estamos falando?

Segundo bell hooks (hooks, 2019a, p14) os homens são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, pela visão sexista de que são superiores às mulheres e, portanto, autorizados a dominá-las. Mas em troca dos privilégios do patriarcado é exigido que dominem, explorem e oprimam as mulheres, fazendo uso de violência, se necessário, para perpetuar o poderio.

No entanto, esses privilégios do patriarcado causam sofrimento psíquico aos homens por tentarem alcançar um ideal de masculinidade inatingível. HOOKS (2019a, p.118) aponta que

[...] é verdade que os homens não são explorados ou oprimidos pelo sexismo, mas também existem formas pelas quais eles acabam sofrendo em razão disso. Esse sofrimento não deveria ser ignorado. Embora isso de modo algum diminua a seriedade dos abusos e da opressão masculina contra as mulheres ou negue a

responsabilidade masculina pelos atos de exploração, a dor que os homens experimentam pode servir como um catalisador, chamando a atenção para a necessidade de mudança.

Desde a década de 1940 começamos a entender a pluralidade social, que tenta sempre se concentrar em algo universal, mas dela surgem as fragmentações das diferenças sociais, como as masculinidades, feminismos, identidades, categorias que antes eram consideradas unas. Não existe apenas um homem, apesar da figura expressa pela masculinidade hegemônica, que é construída pelo patriarcado. Existem, apesar do sistema patriarcal, homens no plural, que são diversos assim como as mulheres.

Uma das urgências trazidas pelo movimento feminista, a partir dos anos 1970, foi a necessidade de se discutir masculinidades. Era, e ainda é, necessário que os homens discutam seus ideais do que é ser um homem, e o quanto esses ideais podem ser violentos e inatingíveis. O patriarcado constrói uma imagem de masculinidade hegemônica que institui a insensibilidade, legitima a violência, e com o sexismo constrói a ideia de superioridade. Portanto, desde antes do nascimento, meninos e meninas são cercados de instrumentos e comportamentos que solidificam noções hegemônicas de feminilidade e masculinidade, em que meninos devem ter um determinado comportamento, linguagem e postura, que se diferencia das mulheres, a fim de legitimar sua masculinidade/feminilidade. Indivíduos que fogem a essas normas dos papéis sociais são alvos de pedagogias corretivas.

Discutir masculinidades é importante para questionar a imposição dos papéis de gênero, os comportamentos sexistas e violentos, que são praticados diariamente e, muitas vezes, de forma inconsciente.

O que foi e é necessário é uma visão de masculinidade em que a autoestima e autoamor da pessoa, que é única, formam a base da identidade. Culturas de dominação atacam a autoestima, substituindo-a por uma noção de que obtemos nosso senso de ser a partir do domínio do outro. Para mudar isso, os homens devem criticar e desafiar a dominação masculina sobre o planeta, sobre homens

menos poderosos e sobre mulheres e crianças. (HOOKS, 2019a, p.106-107)

Embora os homens, em geral, se beneficiem do sexismo, a maior parte deles ganha muito pouco com isso, porque não fazem parte do modelo de masculinidade hegemônica fundamentado na supremacia branca e burguesa. Homens que não seguem o modelo de masculinidade hegemônica, ou seja, que não estão dentro do padrão branco, hétero, classe média, entre outros marcadores, sofrem as consequências da manutenção sexista e desigual (CONNEL,1995). Pensar as masculinidades abre espaço para se discutir o peso dessas cobranças patriarcais heteronormativas sobre seus corpos, relações e comportamentos.

No que diz respeito aos homens trans, essas pressões recaem diretamente sobre seus corpos, levando-os a, muitas vezes, buscar por procedimentos estéticos e/ou cirúrgicos para uma adequação desse corpo ao esperado pelo *sistema* patriarcal, ou seja, sistema patriarcal que favorece indivíduos cisgêneros. Não são todos os homens trans que fazem os procedimentos para obter uma aparência tida como masculina, como cirurgias de mastectomia, hormonização e outros. Alguns passam por gestações, abortos, estupros corretivos, e invalidação identitária por não corresponderem às expectativas da masculinidade hegemônica. Mesmo que esse homem trans tenha a chamada passabilidade ele possui uma experiência diferente de opressão em relação a homens cisgênero diante do patriarcado.

Em suas obras Bell Hooks defende a participação dos homens no feminismo, dizendo que a conscientização feminista para os homens é tão importante quanto para as mulheres, e que, se o feminismo tivesse atingido grupos de homens, para ensinar garotos e homens sobre o que é sexismo e a importância de sua transformação, a mídia não teria conseguido perpetuar o discurso de um movimento anti-homem (BELL HOOKS, 2019b).

E ao que diz respeito aos homens trans/transmasculinos? Bell Hooks defende a ideia de que, enquanto os homens não assumirem suas responsabilidades na luta pelo fim do sexismo, o movimento feminista continuará refletindo as contradições sexistas que tem tentado destruir.

Estes homens (trans), geralmente, quando ainda socializados como mulheres, têm um contato maior com o feminismo por estarem também a mercê da opressão patriarcal. Um ponto importante colocado ainda por Bell Hooks (2019b, p.125), em relação aos homens, do qual faço uma leitura no contexto trans, uma vez que quando escrito por ela, a discussão sobre transgêneros em movimentos sociais ainda não estava sendo muito discutida, é quando ela diz que:

O feminismo é politicamente relevante para as massas das mulheres que diariamente interagem com os homens, tanto no âmbito público quanto no privado, para se discutir formas mediante as quais essa interação pode ser trabalhada e modificada, de tal modo que neutralize os elementos negativos produzidos pelo sexismo. As mulheres que diariamente estão em contato com os homens precisam de estratégias úteis que lhes permitam trazer o feminismo para dentro de suas vidas cotidianas.

Penso que seria de grande contribuição ao movimento feminista que homens trans/ transmaculinos, que estão de certa forma inseridos em espaços onde homens se sentem mais seguros para discutirem certos comportamentos, ou mesmo espaços onde homens se sentem obrigados a perpetuar um comportamento estereotipado do “macho alfa”, usem dessas estratégias para levar discussões sobre feminismo, masculinidades, e até mesmo gênero e sexualidades. Além de levar o próprio movimento de homens trans a discutir questões ligadas a gênero, sexualidades, feminismo e estratégias de transformação, criando um afastamento da reprodução dessas opressões e estratégias do patriarcado.

O transfeminismo, ainda se consolidando, tende a trazer discussões de extrema importância para o movimento feminista, como uma oportunidade de reestruturação para se pensar em novas estratégias de erradicação das opressões. Na pluralidade em que vivemos hoje, se faz necessário questionar de quem/e para quem estamos falando, saindo de uma visão unilateral e universal. Compreendendo, ainda que toda e qualquer construção social vai se modificar com o tempo, espaço e cultura e,

assim, precisa ser constantemente desconstruída e reconstruída, para que possa atingir os interesses da maioria, que não é branca e burguesa.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2019.
- CONNELL, Robert. **Políticas da Masculinidade**. Educação Realidade, Porto Alegre. v.20, n.2, 1995.
- GOMES DE; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. JESUS, Jaqueline **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista** - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras/bell hooks**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.
- \_\_\_\_\_. **Teoria Feminista: Da margem ao centro/ bell hooks**. São Paulo: Perspectiva, 2019b.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 1, 2018.
- \_\_\_\_\_. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos**. 2. ed. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2012a.
- JESUS, Jaqueline Gomes. et. Al. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados-a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **Ex aequo**, n. 22, p. 25-39, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: Holanda, H. B. (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

SERANO, Julia. **Trans feminism: there's no conundrum about it**. Ms. Blog, abril, 2012. Disponível em: <<https://msmagazine.com/2012/04/18/trans-feminism-theres-no-conundrum-about-it/>>. Acesso em: 21 jul. 2020

## SOBRE OS AUTORES

**Viviane Melo de Mendonça** - Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Departamento de Ciências Humanas e Educação, *campus* Sorocaba. Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-doutorado na Università di Roma La Sapienza, Mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUCCAMP) de Campinas e Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Desenvolve pesquisas em Gênero, Estudos Feministas e Sexualidades; atuando nos seguintes temas: memória social, heteronormatividade e heterossexualidade compulsória, educação, corpo e afeto e suas relações com a tecnologias, ciência, arte e cultura. Participa do "Núcleo de Estudos e Pesquisas Tecnologia, Cultura e Sociedade" e coordena o Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades (NEGDS), ambos da UFSCar. Está credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSCar), linha pesquisa "Educação, Comunidade e Movimentos Sociais", e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana (PPGECH/UFSCar), do qual atualmente é coordenadora. Foi *Visiting Professor* do Departamento di Storia, Disegno e Restauro Dell'Arquitettura da Università degli Studi di Roma La Sapienza-IT durante o período de 2018/2019, atuando com estudos interdisciplinares sobre os discursos de gênero, feministas, *queer* e de sexualidades em grafites e *street art* inscritos na cena urbana e histórica das cidades.

**Kelen Christina Leite** - Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (1994), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (1998), doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2005) com estágio doutoral em Economia Civile pela Università Degli Studi di Milano-Bicocca (2003-2004) Pós-doutorado pela Università Sapienza di Roma (2019). Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos, junto ao Departamento de Ciências Humanas e Educação - DCHE. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Econômica e do Trabalho atuando

do, principal- mente, nos seguintes temas: Trabalho, Economia Solidária, Economia Civil, Estado, Mercado, Trabalho e gênero, Movimentos Sociais. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades (NEGDS). *Visiting professor* na Università Sapienza de Roma de 2018/2019. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana. (PPGECH/UFSCar).

**Amanda Cristina Lino** - Amanda Cristina Lino. Professora na Educação Infantil. Professora no Ensino Superior, atua com oficinas de formação de professores e professoras em arte-educação e contação de histórias. Membro do Conselho Municipal de Educação de Iperó. Membro do Sindicato dos Servidores de Iperó. Licenciada em Pedagogia da Terra pela Universidade Federal de São Carlos -UFSCar. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos UFSCar, *campus* Sorocaba.

**Mayris de Paula Silva** - Pedagoga, licenciada pela Universidade Federal de São Carlos campus- Sorocaba. Mestra em Educação pelo PPGEd/UFSCar- e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós- Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (PPGE/ FE- UNICAMP). A pesquisa em andamento tem como referências as teorias e estudos sobre feminismos, gênero, interseccionalidades, memórias, narrativas, inclusão, estudos culturais, pós-coloniais e decoloniais. Como campo de pesquisa, tem se o foco em Educação e (re)existências em práticas culturais afro- diaspóricas como a capoeira.

**Silmara Lourenço** - Silmara Silveira Lourenço é professora de Ciências e Biologia na educação básica atuando como educadora nos segmentos de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSCar - Sorocaba. Tem interesse em pesquisas nas áreas de gênero, sexualidade e educação sexual na escola, sobretudo, no ensino de Ciências e Biologia

**Débora Priscila de Oliveira** - Mestre em Educação pela UFSCar, *campus* Sorocaba; Graduada em Filosofia pela UNISO, graduanda em Geografia pela UFSCar, *campus* Sorocaba. Docente da rede pública de ensino do estado de São Paulo (Filosofia).

### **Thais Domingos dos Santos Rodrigues**

Doutoranda em Geografia pela USP, Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - *campus* Sorocaba (2017), na linha de pesquisa sobre Educação, Comunidades e Movimentos Sociais. No qual desenvolveu pesquisas sobre memória social de mulheres, movimentos feministas, marxismo e educação feminista. Licenciada em Geografia (2014) pela mesma universidade, onde foi bolsista CNPq de Iniciação Científica e desenvolveu estudos sobre a territorialidade dos movimentos sociais ligados à causa do petróleo. Possui afinidade, principalmente com Estudos Feministas, Geografia Política, Estudos Territoriais e Educação. Participa do grupo de pesquisa "Feminismo, Sexualidade e Política" e do "Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual".

**Felipe Pancheri Colpani** - Geógrafo, educador, escritor, transhumanista e pesquisador multi-disciplinar. É licenciado em Geografia pela Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, e mestre em Educação pela mesma Universidade. Possui experiência nas seguintes áreas do conhecimento: Filosofia da Diferença, Fundamentos de Geografia Humana e Estudos Culturais Contemporâneos com interconexões entre Natureza, Corpo e Tecnologia.

**Cileide Luz Soares Inacio** - Possui Licenciatura plena em Letras vernáculas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP (2007). Especialização *Lato Sensu* em Fundamentos de Cultura e da Artes pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/SP (2010). Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, *campus* Sorocaba (2019).

**Daiana de Moura Bernardes Coelho** - Atriz, performer e arte-educadora sorocabana, formada na Uniso, mestra e doutoranda em educação pela UFSCar-Sorocaba. Concentração das atividades profissionais na região de Sorocaba entre as quais destaca-se: os processos de escrita colaborativa e atuação nas peças “Paó” e “Cia Fulô conta fé” (Cia. Fulô); “Pueril” (Coletivo Nonada); “Desmedida” (Coletivo Cê); “Cunhãntã” e “Eu, Ela, Carne, Osso” (Plataforma de Pesquisas Cunhãntã). A criação de solos “Diáspora” e “A mis ancestras”. Dramaturgias “Corpo Notícia” e “Ilú Okan” como colaboradora do Grupo Trança de Teatro. Desde 2019 integra o Coletivo Mulheres de Utopias na cidade de São Paulo com o projeto Amplifica: Voz de Mulher. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades (NEGDS).

**Thiago Humberto Guimarães Carpegiani** – Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Pesquisador do NEGDS/UFSCar (Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades). Analista em Gestão de Orçamentos e Projetos.

**Elisha Silva de Jesus** - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd, da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba (2020), na linha Educação, Comunidades e Movimentos Sociais com o objetivo de pesquisar os impactos políticos e pedagógicos do uso do nome social por estudantes transgênero negras, em instituições de ensino. Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba (2018). Educadora popular e pesquisadora em Educação para a diversidade de gênero, transfeminismo e relações étnico-raciais. Colaboradora na Associação Transgênero de Sorocaba e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades (NEGDS).

**Emerson Takumi Yamaguti** - Psicólogo, Fisioterapeuta e Pedagogo, especialista em Reabilitação em Neurologia Infantil pela UNICAMP, pesquisador do NTA- Núcleo de Tecnologias Assistivas da Engenharia de Produção e do NEGDS - Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades, ambos na UFSCar *campus* Sorocaba-SP. Mestrando do

Programa de Pós-Graduação em Estudo da Condição Humana. Possui experiência nas áreas da Fisioterapia, com ênfase em Neurologia Infantil, hidroterapia e Equoterapia, Psicologia Clínica, educacional e hospitalar e orientação pedagógica no teatro voltado para pessoas com deficiência. Áreas de interesse: relações de gênero, sexualidade e lgbtqia+, pcd's e artes.

**Rafael Renato dos Santos** – Mestrando em Estudos da Condição Humana pela Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Possui formação em Magistério pelo Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM). Graduado em Psicologia pela Universidade de Marília (UNIMAR), realizou o curso de Formação e Aprofundamento em Gestalt-terapia pelo DASEIN: Grupo de Apoio à Formação Terapêutica (Marília/SP). Trabalhou como psicólogo na Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente). Foi Tutor do Curso EaD de Capacitação para Comunidades Terapêuticas (Unesp - Campus Botucatu/SP). Atualmente trabalha no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS - Itapetininga/SP), onde atua diretamente com Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades (NEGDS).

**Cássia Cristiane Lopes de Almeida** - Cássia Almeida: Pedagoga, Professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba, mestranda em Educação na Universidade Federal de São Carlos – *Campus* Sorocaba – SP, em linha de pesquisa Educação, Comunidade e Movimentos Sociais. E-mail: [ka\\_kristiane@hotmail.com](mailto:ka_kristiane@hotmail.com)

**Sandra Teixeira da Fonseca** - Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - *Campus* Sorocaba. Jornalista, graduada pela Universidade Bandeirante de São Paulo. Atuou como Diretora de Área, na Secretaria de Comunicação de Sorocaba, coordenando a produção de conteúdo áudio-visual, principalmente para a área da Educação. Atuou como repórter de política, economia, cultura, esporte, agronegócio, jornalismo nacional e regional. Além de editora de texto na editoria geral da

Rede Globo de Televisão por 5 anos, também atuou como repórter da Rede Record de Televisão por 7 anos. Palestrante de comunicação e educação em universidades e instituições públicas. Comandou um projeto de Educomunicação na Rede Municipal de Ensino de Sorocaba. Kursou intercâmbio de inglês no Instituto In língua, em Vancouver - Canadá.

**Daniele dos Santos Francisco** - É Bacharel em Enfermagem pela PUC-SP, Pós-Graduada em Gestão em Enfermagem e Saúde da Família pela UNIFESP, Docência pela UNINOVE, Acupuntura pelo CETN, Mestra em Educação pela UFSCar. Atua em pesquisas de gênero e sexualidades, transidentidades e educação.

**Emanuela Oliveira de Almeida Barros** - Emanuela Oliveira de Almeida Barros, advogada formada pela Faculdade de Direito de Sorocaba, pós-graduada em Direito Constitucional pela ESDC/UNISO e Prevenção à Violência pela UNIP, mestranda em Educação UFSCAR, militante feminista e palestrante com estudos em questões de gênero e educação, mulheres e movimentos sociais. Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sorocaba 2018/2020.

**Thomas Victor Barreto Cardoso** - Licenciado em Ciências Biológicas e Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos da Condição Humana pela UFSCar, *campus* Sorocaba. Atua na área de pesquisa em gênero, sexualidades e masculinidades, enfoque em questões relacionadas à população transgênero e travesti. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades (NEGDS).

Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

1ª Edição

Dezembro de 2020

## **Navegando Publicações**



NAVEGANDO

[www.editoranavegando.com](http://www.editoranavegando.com)  
[editoranavegando@gmail.com](mailto:editoranavegando@gmail.com)

Uberlândia – MG  
Brasil





